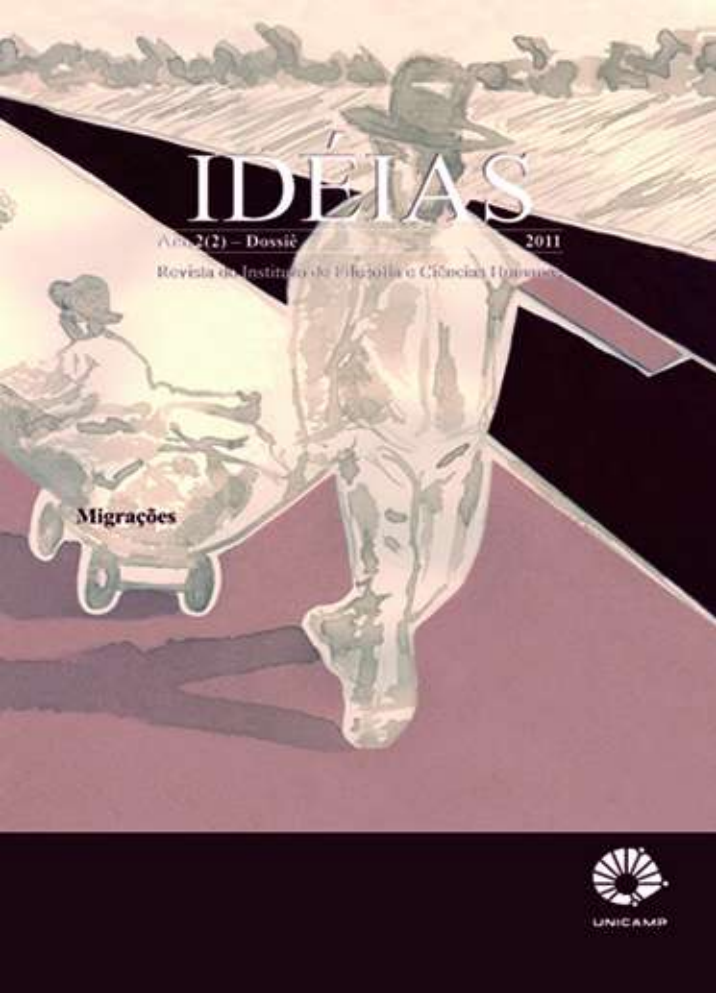




IDEIAS

Ano 2(2) – Dossiê

2011

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Migrações



UNICAMP

APRESENTAÇÃO

A “Idéias” – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – da Unicamp abre a edição do primeiro semestre de 2011 com o Dossiê “Migrações”, esse contou com a colaboração de pesquisadores que tem no cerne de suas reflexões essa temática. As migrações assumem grande relevância no contexto contemporâneo dado ao impacto que causam as sociedades de origem e destino. O conjunto de questões sociais, econômicas e culturais que as migrações trazem à baila oferece aos pesquisadores e interessados um material rico e estimulante as reflexões. As “idas” e “vindas” dos migrantes apresenta-nos a relativização de perspectivas quando não a criação de novos espaços sociais de vida.

Nesse sentido Odair da Cruz Paiva em, *“Territórios da migração na cidade de São Paulo: entre a afirmação e negação da condição migrante”*, encontra em três territórios da cidade de São Paulo inspiração para discussão da condição migrante na metrópole. Gisele Maria Ribeiro Almeida em *“Os brasileiros na França”* investiga o processo de seletividade migratória para esse país.

Já Marilda Menezes, Marcelo Saturnino da Silva e Maciel Cover em, *“Os impactos da mecanização da colheita da cana-de-açúcar sobre os trabalhadores migrantes,”* traz a discussão da problemática das migrações internas, investigando as condições e processos sociais as quais os migrantes que anualmente deixam suas localidades de origem para se aventurarem no “bravo” mar de cana do interior paulista são lançados.

A fim de fornecer elementos reflexivos e teóricos Rosana Baeninger, em *“Migração, Migrações”*, se debruça sobre as questões conceituais que operam as pesquisas sobre migração, propondo senão a superação de certo aporte teóricos a revisão dos mesmos para novos olhares sobre as dinâmicas das migrações contemporâneas. Maria Silvia Bassanezi, em *“Uma fonte para o estudo da migração e do migrante: os registros dos eventos vitais,”* propõe

o uso de novos materiais como fonte de inspiração e apreensão dos processos migratórios históricos.

Por fim, esse dossiê ainda conta com uma entrevista realizada por Lidiane Maciel à Profa. Dra. Eunice Durham na qual revisita alguns pontos de seu celebre trabalho "A Caminho da Cidade" publicado em 1984 e com uma resenha do livro "Sociologia da Globalização" de Saskia Sassen, realizada por Gisele Maria Ribeiro Almeida e Lidiane Maciel, que apresenta as reflexões dessa autora sobre uma nova agenda de pesquisa para sociologia da globalização que inclui as migrações internacionais ao debate.

A sessão de artigos livres é marcada por uma pluralidade de enfoques e temas. Alguns artigos aqui apresentados identificam-se por sua proposta normativa, com debates afeitos à filosofia e teoria política. É o caso de Norman Daniels, autor com cuja publicação é inédita em língua portuguesa, que propõe uma extensão da teoria da justiça como equidade de John Rawls que contemple a saúde enquanto importante para questões de justiça.

Ricardo Machado dos Santos traz importante contribuição acerca da concepção de progresso histórico enquanto uma ideia regulativa em Immanuel Kant. Leonardo Jorge da Hora Pereira apresenta o debate em Max Weber e Jürgen Habermas sobre as concepções de modernidade e racionalização nestes autores a partir das discussões de ambos com as modernas doutrinas jusnaturalistas. O texto de Francini Hirata e Pedro Cícero apresenta uma problematização da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, demonstrando a limitação de tal abordagem para lidar com as questões e barreiras materiais que constituem-se em obstáculos para a difusão de valores culturais e simbólicos, e propondo, a partir disso, uma interpretação materialista do conceito de cultura.

Já o artigo de Luis Henrique de Menezes Fernandes tece perspicaz crítica a historiografia brasileira no que se refere a forma como esta tradicionalmente concebeu a dilatação das fronteiras de São Paulo, usando como referência a análise de fontes relativas ao governo do capitão Rodrigo César de Menezes (1721 – 1728). O texto de Fábio Zoboli, Eduardo Roach e Adolfo Lamar nos convida para uma interessante (e necessária) reflexão a respeito

da maneira com que a dinâmica do mercado dita o ritmo e a lógica do corpo no contexto do capitalismo globalizado, a partir da análise das relações entre a bioética, a educação física e a atividade esportiva. Ainda num tom eminentemente crítico e reflexivo, o trabalho de Adriano Moreira oferece um panorama geral a respeito do processo recente de mercantilização que vem atingindo a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e suas implicações para a comunidade acadêmica e para o processo de produção do conhecimento no âmbito da instituição.

Além destes textos, esta edição também traz para o leitor duas resenhas com temáticas distintas e de grande relevância para as Ciências Sociais. Na primeira delas, Bruno Pasquarelli analisa a nova edição de *En torno a lo político*, de Chantall Mouffe, em que a autora tece uma crítica aos chamados “teóricos da forma consensual de democracia”, em especial Jürgen Habermas. A resenha de Ariel Finguerut, por sua vez, debate o livro recentemente lançado por Tatiana Teixeira, cuja análise se debruça sobre a natureza e a importância dos *Think Tanks* para a definição dos rumos da política estadunidense, sobretudo no momento em que o presidente George W. Bush (filho) assume o poder (2001).

A pluralidade de temas abordados nesta edição da *Idéias* oferece ao leitor a oportunidade de realizar leituras consistentes e críticas da realidade e do conhecimento produzido no campo das Ciências Sociais. Os editores agradecem mais uma vez ao trabalho de todos os membros do corpo editorial e do Setor de Publicações do IFCH-UNICAMP, em especial à Maria Cimélia Garcia, pelo cuidado e dedicação costumeiros para com as publicações de nosso instituto. Por fim, agradecemos imensamente a todos os autores que nos enviaram suas contribuições, bem como aos pareceristas que gentilmente atenderam aos nossos convites para apreciação dos textos aqui publicados. A todos, desejamos uma boa e produtiva leitura.

Os Editores

TERRITÓRIOS DA MIGRAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO: ENTRE A AFIRMAÇÃO E NEGAÇÃO DA CONDIÇÃO MIGRANTE

*Odair da Cruz Paiva**

Introdução

A alteração de espaços urbanos por grupos de migrantes é uma das características mais comuns da dinâmica dos deslocamentos populacionais. A análise das transformações no espaço promovidas pelos processos migratórios coloca em discussão as implicações econômicas, culturais, históricas as contradições da presença dos territórios da migração, especialmente em cidades como São Paulo. Dentre os vários trabalhos que analisaram processos de ocupação territorial, o estudo de CYMBALISTA e XAVIER (1997)¹ apresenta um esforço em caracterizar quatro padrões de ocupação territorial (territórios étnicos), são eles: os guetos norte-americanos, os *banlieues* das grandes cidades francesas, os enclaves étnicos e os loteamentos ilegais formados por comunidades perseguidas por motivações religiosas ou políticas. Estes territórios expressam a capacidade de determinadas comunidades em produzir ambientes que expressam as marcas de sua presença.

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo, pesquisador do NEPO – UNICAMP e do Museu da Imigração – São Paulo.

¹ CYMBALISTA, Renato e XAVIER, Iara Rolnik. "A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade." In: *Cadernos Metrópole*, n. 17, pp. 119-133, 1º. sem. 1997.

A percepção de que determinadas porções da cidade guardam características arquitetônicas, culturais, humanas e econômicas singulares é abertura para um olhar mais atento a seus elementos históricos estruturantes e sua transformação no tempo. O bairro da Liberdade em São Paulo é um bom exemplo. No contexto paulistano, ele é rememorado como um bairro japonês muito embora atualmente, a presença de chineses e coreanos seja cada vez mais intensa. Este adensamento de fluxos migratórios altera a dinâmica do vivido naquele espaço e torna mais complexa sua dinâmica social, econômica e cultural.

Bairros como o Bom Retiro, Brás, Mooca ou Pari, são também exemplos de territórios migrantes que sofreram transformações significativas na sua paisagem no transcurso do século XX. A sobreposição de correntes migratórias num mesmo espaço transformou o Bom Retiro; de bairro judeu a partir da primeira metade do século XX, a presença de coreanos e bolivianos é predominante nos dias de hoje. Processo semelhante ocorreu com o Brás e a Mooca; redutos de italianos, espanhóis e portugueses estes foram paulatinamente transformados pela presença de migrantes nordestinos.

As metamorfoses de muitos bairros de São Paulo durante o século XX e início deste é um tema importante nos estudos sobre a urbanização e migração.² A proposição deste artigo é discutir alguns elementos da relação entre os processos migratórios e a constituição de territórios da migração decodificando suas aproximações e diferenças. A análise dessa relação abre caminho para inserir na pauta dos estudos de

² Dentre muitos trabalhos, ver: MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1998; SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1998; SINGER, Paul. *Economia Política da urbanização*. São Paulo: Contexto, 1998 e VERAS, Maura. "Territorialidade e Cidadania em Tempos Globais: imigrantes em São Paulo". In: *Cadernos Metrópole* (PUC-SP), v. 2 (1999): 73-119; da mesma autora: *Diver(cidade): territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo*. São Paulo: Educ, 2003.

migração o fato da constituição destes territórios enquanto uma expressão ambígua da afirmação e da negação da condição migrante. Este artigo está estruturado em três momentos. No primeiro, uma apreensão mais geral sobre a constituição dos territórios da migração sua variedade e complexidade; no segundo, alguns exemplos desses territórios na cidade de São Paulo e a decodificação de suas singularidades e semelhanças; no terceiro momento, os territórios enquanto expressão ambígua da afirmação e negação da condição migrante.

Territórios da migração: apontamentos

A relação entre os deslocamentos populacionais e a constituição de territórios, nos leva a uma breve digressão sobre dois elementos. Trata o primeiro, da noção de território que embasa essa reflexão; este representa um complexo de relações econômicas, sociais, históricas, culturais, ambientais e políticas erigidas num dado espaço (geográfico) e cuja constituição guarda conexões amplas e variadas com outros territórios. Ele adensa camadas de tempo; supõe características que lhe são singulares ao passo em que se constitui enquanto totalidade aberta a transformações no transcurso da história. Resulta de necessidades e motivações múltiplas de seus sujeitos; estas podem ser de ordem material e concreta (relações econômicas) ou de natureza por vezes intangível como as necessidades da cultura, das sociabilidades, elos de pertencimento, etc.

Segundo SAYAD (1998)³:

(...) o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (sobretudo através das duas realizações culturais que são a língua e a religião), etc. (1990, p. 15)

³ SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Editora da USP, 1998.

Trata o segundo elemento do fato das migrações serem, de um lado, um fenômeno social complexo e, de outro, constituírem-se enquanto um processo sempre coletivo, eivado por redes sociais que lhe dão suporte. Nesta perspectiva, as migrações são portadoras de uma multiplicidade de sentidos que transcendem as expectativas da sociedade receptora. Em outros termos, ao passo em que há uma tendência da sociedade de destino em aceitar os migrantes apenas enquanto força-trabalho, as migrações subvertem esse sentido redutor de suas potencialidades imposto pela sociedade de recepção. As migrações criam um descompasso de expectativas que se explicitam cada vez que os migrantes demonstram sua capacidade de modificar – por vezes em grande magnitude – a sociedade de acolhida. Dessa forma, a produção dos territórios pelas migrações guarda múltiplos sentidos e contradições.

Nos núcleos coloniais, pequenas vilas e cidades como Holambra (SP), Blumenau (SC) ou São Leopoldo (RS), a arquitetura das edificações explicita de maneira contundente a presença dos migrantes. Por outro lado, os territórios também se constituem de cultura imaterial – festas, culinária ou religiosidade – que se hibrida e funde-se com as manifestações materiais. Ambos os sentidos (materiais e imateriais), constituem uma paisagem cultural que se distingue de outras, ao passo que dão singularidade ao território.

No contexto urbano, o bairro como São Miguel Paulista – território nordestino na cidade de São Paulo – possui uma *fixidez* maior se comparado a territórios que se constituem de maneira mais efêmera e podem ser erigidos em diferentes lugares na cidade. Exemplos destas manifestações mais fluídas ou móveis são as festas que se realizam em determinadas épocas do ano ou mesmo em certos dias da semana como a feira organizada por migrantes bolivianos na Praça Kantuta no bairro do Pari. *Fixidez* e *fluidez* são termos pouco apropriados para a qualificação destes territórios mas respondem aos sentidos materiais e intangíveis que permeiam os territórios migrantes.

Construídos paulatinamente, os territórios materializam necessidades múltiplas que vão deste a tentativa de recriação de

paisagens assemelhadas às das sociedades de origem até a manutenção de vínculos e elos de pertencimento entre os migrantes – elementos de suporte fundamental para sobreviver enquanto se considera estar no território de outrem. Dessas necessidades (materiais e afetivas, concretas e *identitárias*) a produção do espaço-território obedece às singularidades e tempos de inserção dos migrantes.

Os territórios da migração não são espaços idílicos ou folclóricos – embora também possam assim parecer. Eles se constituem enquanto ação-reação na constante disputa por inserção, pertencimento e visibilidade nos contextos urbanos ou rurais. São totalidades complexas que se constroem sobrepondo-se e ocultando outros sujeitos, outras sociabilidades, outros territórios. Como teremos oportunidade de observar adiante, transformam-se; alguns a ponto de negar parte de suas origens. Por vezes são compreendidos como *intrusos* pela sociedade de recepção dado que adensam e materializam a presença do outro, do estrangeiro, do invasor, daqueles que portam costumes, hábitos e culturas singulares, incômodas ou *perigosas*⁴.

Não há que se buscar uma homogeneidade nos territórios da migração. O território *tipicamente* ou *exclusivamente* nordestino, coreano, italiano, chinês ou árabe a rigor não existe. Os territórios da migração são híbridos, apesar de singularidades que lhes conferem certa identidade. Por este caminho, não ousou propor uma tipologia de territórios da migração, mas sim uma descrição preliminar de suas composições. São Miguel Paulista: o território cuja paisagem é marcada por elementos materiais e

⁴ Este tema é recorrente e importante nos estudos de migração no Brasil e está presente em vários trabalhos; dentre eles, destaco apenas dois.

O trabalho de Lesser, sobre a imigração de japoneses e chineses e o estudo de Naxara sobre a inserção de migrantes brasileiros em São Paulo. Ver: LESSER, Jeffrey. *A Negociação da Identidade Nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2001. NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua Própria Terra. Representações do Brasileiro. 1870/1920*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

imateriais que denotam a presença e persistência de uma identidade migrante singular; Liberdade: o território no qual, apesar de uma singularidade aparente, há um vivido híbrido que convive com diferentes tempos históricos e a feira da Praça Kantuta, território móvel, visível e invisível.

Territórios da migração

São Miguel Paulista

A transformação do bairro de São Miguel Paulista (localizado na zona leste da cidade) em território nordestino remonta aos anos 1930. Até as primeiras décadas do século XX, o bairro abastecia a região central da Capital com hortaliças, legumes e frutas. Sua população constituía-se de pequenos produtores rurais, notadamente imigrantes portugueses e posteriormente japoneses; as plantações naquela área, como em muitas outras da cidade, formavam uma espécie de *cinturão-verde*. São Miguel também concentrava algumas olarias que produziam para a construção civil na cidade.

Segundo BOMTEMPI (1970)⁵,

Após 1935 o padrão de ocupação do bairro se altera. As chácaras paulatinamente dão lugar aos arruamentos e loteamentos, dando lugar aos trabalhadores da indústria (Nitro-Química) ou de trabalhadores dos estabelecimentos de outras partes da cidade. Estes loteamentos têm sua fase áurea no período da II Guerra Mundial quando chegam ao bairro levadas de trabalhadores rurais e de outras partes do Brasil. (1970, p. 159-160).

⁵ BOMTEMPI, Sylvio. *O bairro de São Miguel Paulista: A Aldeia de São Miguel de Ururá na História de São Paulo*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico. Departamento de Cultura/Secretaria de Educação e Cultura, 1970.

A instalação da Companhia Nitro-Química Brasileira⁶ no bairro em 1935 foi fator decisivo para o afluxo e fixação de migrantes nordestinos. A inserção destes novos sujeitos transformou antigos territórios e sociabilidades, ao passo que implantou novos elementos na paisagem. Como toda migração, a chegada de nordestinos em São Paulo constituiu-se por redes sociais que a retroalimentaram.

Em várias entrevistas com migrantes que se fixaram no bairro durante os anos 1930 e 1940 encontram-se elementos como os expressos abaixo.

*Eu vim de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia. Ali em 1938, 1940 ia algumas pessoa daqui prá lá e chegava lá e dizia que aqui era uma beleza (...) que aqui era bonito, tinha muito dinheiro (...) e aquilo acabou me atraindo. (...) São Paulo a gente chegava aqui, todo mundo conhecia a estação Roosevelt, naquela época era a estação do Norte, que todo mundo que era do Norte vinha ali (...) e dali para a estação de São Miguel. Quem tinha familiares aqui, procurava a Nitroquímica. Às vezes (...) ela chegava na portaria e dizia para o chefe da guarda. “eu sou parente de fulano de tal” (...) se ele tava trabalhando quando ele saía, ele pegava a pessoa, se não quando saísse um conhecido daquela pessoa a gente pegava e levava até a cada dele (...) Cheguei numa quinta-feira, (...) na segunda-feira já comecei a trabalhar (...)”*⁷

⁶ Sobre a constituição do Bairro de São Miguel Paulista e da Companhia Nitroquímica ver: PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos Cruzados*. Bauru: Edusc, 2004; ROCHA, Antonia Sarah Aziz. *O bairro à sombra da chaminé: um estudo sobre a formação da classe trabalhadora da Companhia Nitro Química de São Miguel Paulista (1935-1960)*. Dissertação (Mestrado em educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992; FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro-Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.

⁷ Excerto de entrevista realizada pelo autor com o Sr.Carlos (nome fictício) em 30/4/1999 na sub-sede do Sindicato dos Químicos em São Miguel Paulista.

São Miguel Paulista foi reincorporado à cidade num processo que possuía, de um lado, os reflexos da *periferização* crescente da malha urbana a partir dos anos 1930 e de outro, pela inserção de atividades industriais – como foi o caso da Nitro-Química. Lugar de terrenos mais baratos, São Miguel (que incluía também Itaquera e Guaianazes) recebeu entre as décadas de 1940 a 1970 milhares de migrantes, nominados de forma redutora como *baianos*⁸.

O território com características rurais e povoado por migrantes portugueses e japoneses foi transformado em território nordestino.

Nas palavras de um migrante,

Tudo isso dava ao bairro um clima de festa (...) de retorno (...) a gente se sentia no próprio sertão⁹.

Tudo isso é uma referência a um conjunto de elementos concretos e simbólicos erigidos na paisagem do bairro. Das Casas do Norte e dos forrós aos encontros nas praças; das conversas sobre as viagens mais ou menos constantes nas quais se trocam informações sobre os parentes de lá aos presentes e lembranças que vão e vem; da liberdade da fala com sotaque sem temer o olhar alheio a um sentido de pertencimento a cidade. Operou-se em São Miguel o adensamento de uma nova dinâmica do vivido que ocultou, desagregou e transformou sociabilidades pretéritas.

Por outro lado, São Miguel, enquanto um território da migração não é um espaço exclusivo da festa. Tensões e preconceitos também marcaram sua constituição. Talvez um dos casos mais emblemáticos tenha sido a querela que circundou

⁸ Henri Arraes Gervaiseau dirigiu em 1994 um documentário intitulado *Tem Que ser Baiano*; nele temos com clareza – nos depoimentos de vários migrantes nordestinos – o sentido redutor da identidade, subjacente à aplicação do termo *baiano*.

⁹ Excerto de entrevista realizada pelo autor com o Sr. Antonio (nome fictício) em 30/4/1999 na sub-sede do Sindicato dos Químicos em São Miguel Paulista.

a mudança do nome do bairro em 1944. Até então, seu nome era São Miguel de Ururá, lembrança do antigo aldeamento de índios guaianazes organizado por padres jesuítas em 1590¹⁰. Naquele ano, por iniciativa do poder público, o bairro perdeu seu antigo nome para Baquirivú. A mudança desagradou os moradores, que organizaram um processo de coleta de assinaturas para uma nova mudança no nome do bairro.

De acordo com BOMTEMPI (1970), a escolha foi feita a partir de três opções: São Miguel Baquirivú, São Miguel Paulista e São Miguel Bahia. O maior número de assinaturas deu vitória a São Miguel Paulista. Segundo o depoimento de um antigo morador do bairro que participou da coleta de assinaturas para a mudança do nome do bairro, registrado por ROCHA (1992)¹¹:

Naquela época havia grande rejeição em relação aos primeiros moradores do bairro, ou seja, os índios. Os índios (...) eram vistos como povo bem atrasado, pobre e sem tradição. Muitos moradores que para cá vieram tinham vergonha de mencionar que São Miguel tinha sido aldeia indígena. Quanto ao nome São Miguel Bahia nem gosto de falar! Na época houve muito desprezo por este nome. Era um certo preconceito, uma rejeição... sei lá! O preconceito sempre existiu aqui. Os baianos eram chamados de “cabeça chata”, “pau-de-arara” e outros. Saiu muita briga por isto e até morte. Acredito que tudo isto ajudou para que a escolha do nome fosse São Miguel Paulista. Nome de Santo o povo sempre aceita... e santo paulista ... tanto melhor. (1992, p. 24)

¹⁰ São Miguel de Ururá era a junção do nome do santo padroeiro da capela construída em 1580, São Miguel Arcanjo, com o nome da aldeia indígena, Ururá.

¹¹ ROCHA, Antonia Sarah Aziz. *O bairro à sombra da chaminé: um estudo sobre a formação da classe trabalhadora da Companhia Nitro Química de São Miguel Paulista (1935-1960)*. Dissertação (Mestrado em educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

A escolha do novo nome para o bairro é emblemática. A partir do momento em que os nordestinos se fixavam na cidade, reconstruíam suas vidas e interagiam com o novo lugar, a mudança do nome do bairro mascarava transformações que estavam em curso. São Paulo silenciava sua porção nordestina; os territórios são por vezes, indesejáveis.

Os territórios da migração nordestina em São Paulo – presentes também em bairros da zona sul como Santo Amaro – talvez sejam os que absorveram levadas sucessivas de migrantes durante mais tempo. Ao contrário da imigração italiana, espanhola, portuguesa e japonesa, cuja intensidade se circunscreve num espaço de tempo mais restrito, a entrada de nordestinos em São Paulo foi intensa durante mais de quatro décadas. Isto conferiu a estes territórios certa perenidade no ambiente urbano dado que foram retroalimentados por sujeitos oriundos de uma mesma região. Penso que este dado é importante já que ele nos permite pensar a constituição de outro território da migração: o bairro da Liberdade.

Liberdade

O bairro da Liberdade localiza-se na área central da cidade e se estende sentido sul a partir da Sé. Seus limites estão mais ou menos definidos num semicírculo a partir do qual encontramos os bairros do Cambuci, Bela Vista (Bexiga) e partes da Consolação. Até fins do século XIX esta área não fazia parte do perímetro central da cidade, algo que ocorreu com rapidez no princípio do século XX dada a expansão da rede de bondes, esgoto, água encanada e iluminação pública. Entre as décadas finais do século XIX e inícios do século XX, a abolição da escravidão, a instauração da República e a imigração promoveram alterações significativas nesta porção da cidade. Segundo ROLNIK (1997)¹²,

¹² ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

Com a redefinição do espaço urbano que ocorreu com a abolição da escravidão, a imigração maciça de europeus e a dinâmica da economia do café, novos territórios negros foram estabelecidos: nos porões e nos cortiços do centro velho, sobretudo no sul da Sé, na área que não foi objeto de muitas remodelações, na região do Lavapés (contígua ao sul da Sé) e nos campos do Bexiga. (1997, p. 75)

Ocorre que a redefinição de porções daquele espaço urbano – promovida pela migração da população negra expulsa das áreas mais centrais no processo de *higienização* da cidade – foi seguida da sua apropriação pelos migrantes italianos e seus descendentes, além de acolher a migração japonesa. Num espaço de quatro décadas entre o final do século XIX e início do XX este adensamento de populações de origens variadas fez da Liberdade um lugar singular no contexto dos territórios da migração na cidade.

Atualmente encontramos na Liberdade uma das associações italianas mais antigas de São Paulo, a *Lega Italica* (1897), a Casa de Portugal e uma das mais tradicionais casas de artigos religiosos voltados para cultos africanos; esta se localiza na Praça da Liberdade, ícone e epicentro da presença japonesa na cidade. Este adensamento híbrido distingue a Liberdade de São Miguel Paulista.

A fixação de japoneses na Liberdade remonta ao início do século XX¹³. Em 1912, um grupo de imigrantes fixa-se na Rua Conde de Sarzedas atraídos por aluguéis baratos e pela proximidade com o centro da cidade. Em pouco tempo, emergem na paisagem do bairro empórios, hospedaria e pequenos estabelecimentos de produção e comércio de gêneros alimentícios direcionados para os migrantes japoneses. A escola primária data de 1915 (Escola Primária Taisho); um ano antes, foi fundado o Hotel Ueji.

¹³ Informações extraídas de: <http://www.culturajaponesa.com.br/html/historiadaliberdade.html>, acessado em 10/08/2010.

Para além da Rua Conde de Sarzedas, a comunidade passa a ocupar ruas próximas: Conde do Pinhal, Conselheiro Furtado, Irmã Simpliciana e Tomás de Lima. Nos anos 1960 a Liberdade já contava com quatro cinemas (Cine Niterói, Nippon, Jóia e Tóquio) freqüentados pela comunidade ávida pelos filmes produzidos no Japão. Uma associação cultural (o Bunkyo, que abriga hoje o Museu da Imigração Japonesa) e associações de classe compunham a paisagem desse território da migração.

Se por um lado a Liberdade tornou-se, na primeira metade do século XX um território japonês, ocultando outros sujeitos e territórios (negros e italianos), a partir dos anos 1970 o bairro recebe a migração coreana e nos anos 1980/1990 chegam os chineses. A mobilidade dos sujeitos neste território é tema importante para compreendermos a dinâmica das migrações em São Paulo; entretanto, dada a complexidade da questão e os limites deste artigo, farei apenas algumas observações.

Em primeiro lugar, os territórios da migração – como todos os outros – *envelhecem*. A sucessão das gerações e os processos de inserção dos descendentes de imigrantes na *comunidade nacional* supõem outras mobilidades. A morte dos pais, a ascensão econômica e cultural, a mudança de expectativas com relação à manutenção ou não dos *negócios familiares*, são fatores que fazem com que todo o conjunto de construções (materiais e simbólicas) realizado pelas primeiras gerações seja *ressignificado* pelas gerações seguintes.

Em segundo lugar, os territórios da migração possuem *mobilidade*. Entendemos isso quando percebemos que parte da comunidade judaica migra – a partir dos anos 1970/80 – do Bom Retiro para Higienópolis, abrindo espaço para que seus negócios fossem geridos pelos coreanos. Estes, a partir dos anos 1990/2000, migram para bairros como a Aclimação e abrem espaço para os migrantes bolivianos. Neste processo, o bairro paulatinamente perde sua singularidade no contexto urbano enquanto um território judeu e agrega marcas dos novos migrantes. Só com um olhar bastante atento podemos encontrar hoje as marcas

da presença da comunidade judaica na profusão e no burburinho das ruas de comércio de confecção do Bom Retiro.

Entretanto, as transformações ocorridas no Bom Retiro – ao menos no âmbito de sua paisagem concreta – não foram reeditadas na Liberdade. Em que pese o fato de parte significativa das suas lojas serem geridas por imigrantes chineses e coreanos, estes continuam se dedicando também ao comércio de produtos japoneses. Caminhando por suas ruas, encontramos na iluminação pública, na profusão de restaurantes de comida japonesa ou na publicidade com ideogramas japoneses, uma paisagem japonesa, embora seu vivido e conteúdo estejam já algo longe das suas origens.

A Praça Kantuta

A Praça Kantuta no bairro do Pari (zona norte da cidade) entra no rol de territórios da migração por suas singularidades – se comparado com São Miguel Paulista e Liberdade – e por ser expressão da continuidade das migrações que, década após década, continuam moldando o espaço da cidade. A presença boliviana na cidade remonta aos anos 1950, entretanto, foi nas décadas de 1980/1990 – com a inserção destes como trabalhadores nas oficinas de costura do Bom Retiro – que a migração boliviana ganha visibilidade no espaço da cidade.

A visibilidade, aliás, foi um dos temas que circundaram os estudos produzidos sobre essa migração ainda nos anos 1980.¹⁴

A partir do final dos anos 1970 a ausência de uma política migratória no país – cuja expressão mais emblemática foi o

¹⁴ Um dos estudos pioneiros sobre a imigração boliviana, sua inserção no mundo do trabalho e a problemática da invisibilidade foi realizado por Sidney Silva. Ver: SILVA, Sidney A. *Costurando Sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas Editora, 1997. v. 01. 292 p.

fechamento da Hospedaria de Imigrantes no Bairro do Brás¹⁵ – criou um ambiente no qual as novas levas de migrantes chegados ao país (coreanos, chineses, latino-americanos e africanos) foram permeadas por um misto de ilegalidade e invisibilidade. *Indocumentados* em sua maioria, os bolivianos inseriram-se num circuito da produção que se beneficiou da fragilidade de seu status *ilegal*.

Durante os anos 1980/90, a mão-de-obra (barata e cativa) boliviana foi fundamental para a expansão de determinados ramos da produção têxtil que abasteciam e ainda abastecem o comércio popular das ruas do Bom Retiro e as grandes redes de lojas de vestuário. Na época, pesquisadores procuravam mapear as condições de vida e trabalho dessa população como forma de compreender a sua *invisibilidade* no contexto urbano. Grande parte destes migrantes residia no local de trabalho, tinham mobilidade limitada e eram assolados pelo medo (muitas vezes imposto pelos próprios donos das oficinas) da polícia, da prisão e da deportação¹⁶. A migração boliviana em São Paulo em seus primeiros tempos foi exemplo da impossibilidade de constituição de um território migrante. Sua característica foi a de não deixar *marcas* na paisagem, daí sua *invisibilidade*.

Entretanto, este quadro foi alterado a partir do final da década de 1990 quando esses migrantes superaram sua mera condição de *força-trabalho* e emergem como sujeitos de direitos. Atualmente, matriculam seus filhos nas escolas públicas, demandam sua inserção nos serviços públicos de saúde, organizam

¹⁵ Sobre a história da Hospedaria de Imigrantes e alguns dos desdobramentos de seu fechamento para a dinâmica das migrações em São Paulo, ver: PAIVA, Odair da Cruz e MOURA, Soraya. *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

¹⁶ Um excelente levantamento sobre a produção bibliográfica sobre as migrações para o país e também sobre a migração de brasileira está em: ASSIS, Glaucia de Oliveira. SASAKI, Elisa Massae. *Novos Migrantes do e para o Brasil: Um Balanço da Produção Bibliográfica*. In: Seminário Internacional Migrações Internacionais. Brasília: CNPD, 2000.

seus times de futebol e usufruem dos espaços de lazer. É neste novo contexto de *visibilidade* que temos a produção de um território migrante boliviano na cidade: a Praça Kantuta no bairro do Pari.

Por volta do ano 2000, era possível observar uma concentração de imigrantes bolivianos na Praça Padre Bento (também no Pari) aos finais de semana, particularmente aos domingos. Na época a comunidade do em torno reagiu ao que chamaram de *feira clandestina* e aos transtornos causados pelo *mau comportamento* (alcoolismo, produção de lixo, etc.) de seus freqüentadores. Em certa medida, esse incipiente ambiente de visibilidade dos bolivianos na cidade expressava o panorama de *ilegalidade* da comunidade no contexto urbano. A transferência da feira para um espaço próximo ocorre entre 2001 e 2002 e em 2004 se dá a oficialização da praça com o nome Kantuta¹⁷.

A feira da Praça Kantuta representa um novo momento da relação da comunidade boliviana com a cidade; da *ilegalidade* à legalidade; da invisibilidade à visibilidade; do *ocultamento* à transparência. Este território migrante possui identidades e singularidades importantes com seus congêneres que resumirei em três breves notas. A primeira tem relação com o evento, a feira e suas características básicas de ocupação do espaço público, de lugar de trocas e sociabilidades diversas, de afirmação de identidades e integração. Nesta perspectiva, a feira da Praça Kantuta evoluiu enquanto um ícone da presença boliviana em São Paulo, enquanto um território em seu sentido mais amplo e comparável a outras feiras congêneres como a da Praça da Liberdade.

¹⁷ Kantuta designa uma flor do altiplano andino. Com cores verde, amarela e vermelha (as mesmas da bandeira da Bolívia) esta flor – segundo os próprios bolivianos – representa a união de povos e culturas e simboliza sua conexão com o país. Em 2008 com direção de Rodrigo Leite, a CTR-ECA-USP produziu o documentário *Kantuta*. Trata-se de um excelente registro das várias perspectivas sobre aquele território.

A segunda nota é a dissociação permanente entre a feira e a praça, entre a densidade das atividades humanas e o espaço físico. A Praça Kantuta não é um território boliviano durante todo o tempo, ao contrário da Praça da Liberdade. A feira ocorre apenas aos domingos o que implica numa sazonalidade constante do território ou se preferirmos, na permanência, em certa medida, da dualidade visibilidade e invisibilidade.

Esta nota nos remete à terceira. Aos migrantes contemporâneos está dificultada a possibilidade em (re)produzir no espaço da cidade, territórios como aqueles criados por migrações mais pretéritas. Evidentemente há uma escassez de espaços que faz com que a cidade atinja um grau de adensamento físico que beira a saturação. Mas também há que se considerar uma nova dinâmica para os deslocamentos populacionais no plano mundial marcado pela *pluridirecionalidade* dos fluxos e pelas possibilidades intensas de conexão e trocas (via internet, telefone, televisão) entre os que migram e os que permanecem nas regiões de origem.

Quero salientar com isso que estamos num momento de revisão da compreensão que temos dos territórios da migração. O caso da migração de bolivianos – mas também da migração chinesa ou africana – apresenta novos desafios para compreendermos suas relações com a cidade e também suas estratégias de sociabilidade. Em outros termos, os territórios da migração podem estar ganhando contornos mais virtuais ao passo que a sociabilidade destes sujeitos adentra há um tempo onde as singularidades (culturais), onde as expectativas de integração (econômicas e políticas), onde os sonhos (e as utopias) sofrem interferências da homogeneização das formas do vivido na sociedade de consumo¹⁸.

Neste terreno, as singularidades são *folclorizadas*, as possibilidades de integração são formalizadas pelas regras já

¹⁸ Sobre esta questão ver: BAUMAN, Zygmunt. *Vida para Consumo. A transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

estabelecidas pela economia e política, os sonhos e utopias são comprados nos *shoppings centers*. Estas determinações do tempo presente não são perceptíveis apenas a partir do *território Kantuta*. Ocorre nos territórios migrantes o mesmo fenômeno que tende – no plano mundial – produzir ícones comuns a todos os povos e suprimir a importância do lugar na constituição das identidades.

Considerações Finais. Territórios da Migração na Cidade de São Paulo: entre a afirmação e negação da condição migrante

Sayad (1998) quando de sua análise sobre a imigração de argelinos na França, apontou, entre outras questões, as várias ambigüidades que cercam a condição do migrante. Uma delas tem interesse particular na reflexão sobre os territórios migrantes. Os migrantes são desejados e aceitos pela sociedade de destino apenas como força trabalho despossuída de outros interesses e expectativas. É nesta condição que a migração faz sentido, inclusive para os próprios migrantes no momento de sua decisão por trocar sua identidade de *nacional* para *estrangeiro*. Ocorre que, realizada a migração, opera-se uma transformação – ou superação – dessa condição; o migrante passa a perceber-se enquanto sujeito portador de direitos e luta pelo reconhecimento de suas singularidades.

Realiza-se neste momento, uma radical mudança no sentido de sua condição migrante. Como uma Caixa de Pandora aberta, eclodem outras potencialidades para o vivido migrante, inclusive o princípio de uma possível negação desta condição. Em outros termos, os territórios migrantes portam uma ambigüidade. Se por um lado eles expressam a reafirmação de necessidades e singularidades do *outro*, do *não nacional*, por outro lado, eles expressam a necessidade de enraizamento na sociedade de destino; esta ambigüidade se realiza de maneira particular, na medida em que só pode ser erigida numa materialização de referências que, ao mesmo tempo em que estão sendo recordadas, precisam ser perdidas.

As referências que o migrante erige em seus territórios são, em muitos casos, representações sobre a sociedade de origem que tendem, com o tempo, a entrar em descompasso e anacronismo com a dinâmica do vivido e das transformações operadas na sociedade de origem na sua ausência. Os territórios migrantes possuem uma função de manter unidos elementos de ligação do migrante com suas origens ao passo em que se distanciam e transformam-se no âmbito da sociedade de recepção.

Os territórios são a materialização de um momento seminal da transformação do migrante em sujeito portador de direitos. A ambigüidade (ou paradoxo) está em que eles exprimem um momento final da condição migrante justamente pela afirmação dessa mesma condição. Os territórios exprimem, assim, o início de um longo processo de negação da condição migrante; digo longo processo por que ele geralmente transcende a primeira geração. São as gerações seguintes que compreendem melhor este momento *seminal* na medida em que se sentem mais livres para transitar por outros territórios.

Entretanto, esta liberdade de trânsito não nos dá muitas pistas para compreender qual o tempo necessário ou sob qual ambiente a condição migrante deixa de ter uma influência significativa na constituição das identidades dos sujeitos. Ainda hoje, encontramos descendentes de terceira ou mesmo quarta geração que recorrem com frequência ao passado migrante de suas famílias. Possivelmente os territórios migrantes não possam superar seu momento *seminal* de constituição por mais paradoxos, ambigüidades e contradições que este momento possua, dada a sua capacidade de *ressignificação* constante. Isto implica que, no plano das identidades, sejam elas individuais ou coletivas, ele permaneça como lugar (intangível) no qual há um repertório inesgotável de representações que podem ser usadas para a constituição das alteridades... mas isto já é uma outra história.

MIGRAÇÃO, MIGRAÇÕES¹

*Rosana Baeninger**

Introdução

Ao longo dos últimos cinqüenta anos do século XX, as migrações internas reorganizaram a população no território nacional, onde as vertentes da industrialização e das fronteiras agrícolas constituíram os eixos da dinâmica da distribuição espacial da população no âmbito interestadual, muito embora a primeira vertente detivesse os fluxos mais volumosos.

Nesse sentido, as análises a respeito do processo de distribuição espacial da população nos anos 70², e até mesmo durante a década de 80, estiveram baseadas e preocupadas em apontar o crescente e intenso movimento de concentração:

a) da migração, com a predominância do fluxo para o Sudeste; b) do processo de urbanização, com a enorme transferência de população do campo para a cidade, quando cerca de 30 milhões deixaram as áreas rurais (Martine, 1994); e, c) da concentração da população, manifestada no processo de metropolização.

De fato, essas características representaram e compuseram a sociedade urbano-industrial brasileira (Faria, 1991), com a

* Departamento de Demografia-IFCH, Núcleo de Estudos de População.

¹ Estudo realizado no âmbito do Projeto Temático da FAPESP “Observatório das Migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno migratório no Estado de São Paulo” (NEPO/UNICAMP).

² Veja-se a importante contribuição de Martine (1987).

concentração tanto de atividades econômicas quanto populacional. É revelador nesse processo, no entanto, que os efeitos da desconcentração relativa das atividades econômicas³, iniciados no decorrer dos anos 70, não tivesse tido reflexos imediatos nos deslocamentos populacionais captados pelo censo demográfico de 1980; somente no período 1981-1991 é que esse processo tornou-se mais evidente, sugerindo uma defasagem entre os deslocamentos das atividades econômicas e os deslocamentos de população⁴.

No entanto, além das “trajetórias dominantes”⁵, fenômenos de suma importância para a dinâmica da mobilidade espacial da população já emergiam naquele período. Um deles referia-se ao refluxo de mineiros para seu Estado já nos anos 70⁶, apontando o incipiente processo de reversão emigratória da área; cerca de 35,6% dos imigrantes para o Estado de Minas Gerais eram de retorno naquele período. O processo de desconcentração das atividades econômicas que marcava o período 1970-1980 beneficiou Minas Gerais, podendo já ter contribuído, nesse período, para a absorção de sua população natural, bem como para atração e, inclusive, refluxo de população.

Outro aspecto a considerar refere-se aos possíveis destinos migratórios nos anos 70. Martine e Carvalho (1989) sintetizam os deslocamentos populacionais, desse período, destacando a ocorrência do aumento no número de estados expulsos de população e a redução nos receptores. Na verdade, das vinte e seis UF's existentes em 1980⁷, onze delas haviam registrado trocas migratórias positivas com outros estados, das quais cinco estavam no Norte, indicando que entre 1970-1980 essa fronteira foi capaz

³ Veja-se Negri (1996), Diniz (1995); Cano (1995); Pacheco (1998).

⁴ Negri (1996) aponta essa possível defasagem entre dinâmica econômica e dinâmica migratória em seu estudo a respeito do processo de desconcentração da indústria no País.

⁵ Veja-se Brito (1997).

⁶ Brito (1997) indica essa tendência para os anos 70.

⁷ Tocantins ainda fazia parte de Goiás.

de aumentar o número de estados absorvedores de população no País; no cômputo geral, havia, nos anos 70, mais estados “perdedores” que “ganhadores” de população⁸. Essa situação inverteu-se na década seguinte, com os anos 80 entrando na história migratória recente do país com o maior número de “espaços ganhadores” nas migrações interestaduais, mesmo tendo o Rio de Janeiro registrado perdas populacionais.

De fato, de uma para outra década, ocorreram significativas mudanças econômicas que tiveram rebatimentos sobre os movimentos migratórios. Ao lado do processo de esgotamento das fronteiras agrícolas, o País conviveu com o importante processo de desconcentração relativa da indústria, que implicou na alteração da distribuição das atividades econômicas, em particular as industriais (Pacheco, 1998). Para esse período, pode-se concluir que essa desconcentração relativa da indústria propiciou também fluxos migratórios nessas direções, bem como reteve uma população que potencialmente migraria destas áreas.

Foi particularmente importante no período 1981-1991, o movimento de retorno aos estados de nascimento, os quais também contribuíram para a elevação no número de estados ganhadores. Assim, os anos 80 já indicavam a expansão dos espaços da migração⁹, tendência que se viu confirmada nos anos 90, particularmente qconsideram os movimentos intra-regionais e os inter-regionais.

Na continuidade das mudanças nos movimentos migratórios, as tendências na migração interna no Brasil nos anos 90 apontaram:

1) os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se, consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas;

2) mantiveram-se como *área de absorção* de fluxos de longa distância, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste;

⁸ Eram 15 estados perdedores de população contra 11 ganhadores.

⁹ Veja-se Baeninger (1999).

3) houve a recuperação migratória no âmbito intra-regional de “espaços perdedores” no âmbito nacional, especialmente os estados nordestinos;

4) houve o surgimento e consolidação de pólos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intra-regional, com a maior parte dos estados tornando-se “ganhadores” de população – mesmo que estes ganhos estejam circunscritos a contextos regionais específicos.

A análise dos movimentos migratórios, em anos recentes indica o reforço da tendência de configuração de novos espaços da migração, agora, no entanto, muito mais relacionados ao âmbito de suas próprias regiões.

Movimentos Migratórios: um novo olhar para o século 21

No início do século 21, as migrações internas tornaram-se ainda mais complexas, sem a definição – que anteriormente poderia se visualizar – dos rumos da migração no país, considerando o comportamento verificado em décadas anteriores.

As análises recentes acerca dos processos migratórios permitem apontar a tendência ao descolamento da relação migração-industrialização (Singer, 1973), migração-fronteira agrícola (Martine e Camargo, 1984), migração-desconcentração industrial (Matos, 2000; Baeninger, 1999), migração-emprego e migração-mobilidade social (Faria, 1983).

O contexto atual da economia e da reestruturação produtiva, em anos recentes, induziu um novo dinamismo às migrações no Brasil, onde os fluxos mais volumosos são compostos de idas-e-vindas, refluxos, re-emigração, outras etapas – que pode ser mesmo o próprio local de origem antes do próximo refluxo para o último destino–, onde as migrações assumem um caráter mais reversíveis (Domenach e Picouet, 1990) do que nas explicações que nos pautávamos até o final do século 20. Essa reversibilidade diz respeito tanto às áreas de origem, com um crescente vai-e-vem, como às de destino, com o incremento da migração de retorno.

É nesse contexto, que a migração interestadual, para o conjunto do país, continuou exibindo decréscimos em seus volumes, que passou de 5,2 milhões, entre 1995-2000, para 4,6 milhões, entre 1999-2004, e 3,8 milhões, de 2005-2009. Esse decréscimo, contudo, não implica em uma tendência à estagnação das migrações; ao contrário, denota outros arranjos da própria migração interna, bem como seus atuais desdobramentos, com novas modalidades de deslocamentos populacionais em âmbitos locais e regionais.

Para o entendimento deste novo cenário das migrações no país é necessário que se observe as tendências atuais da Região Nordeste. Com uma tendência que se delineia desde os últimos vinte anos, a região Nordeste continuou o decréscimo em seus saldos migratórios negativos, o que indica a força da migração de retorno na composição de sua imigração. Esta nova face e nova fase da imigração para o Nordeste estão relacionadas ao contexto atual da Região Metropolitana de São Paulo, em especial, e do Rio de Janeiro, e a reorganização da indústria no território nacional (Coutinho, 1998). As dinâmicas migratórias dos estados do Nordeste são profundamente marcadas por oscilações em termos de recuperação, absorção e expulsão de suas populações que refletem tanto os processos intra-regionais, como a instabilidade das tendências dos movimentos migratórios de retorno.

O estado da Bahia é um dos melhores exemplos; com uma trajetória de perdas migratórias por mais de cinquenta anos, as PNADs recentes revelam um maior contingente de imigrantes do que de emigrantes. Nesse contexto, torna-se pertinente, mais uma vez destacar, as análises a respeito da reversibilidade das migrações, como aponta Domenach e Picouet (1990).

A compreensão das migrações no Nordeste passa, necessariamente pela nova realidade da Região Sudeste. Os movimentos migratórios, do início do século XXI, transformaram os grandes estados de atração populacional dos anos 70 – São Paulo e Rio de Janeiro – em áreas de perdas migratórias. Estas perdas podem estar relacionadas, muito mais, às saídas de população da Região Metropolitana de São Paulo,

com histórico consolidado de migrações interestaduais – em especial nordestina –, do que ao cenário do interior paulista, que vem expandindo suas áreas de migração com o Nordeste mais recentemente (Baeninger, 2006).

Para as antigas áreas de fronteiras agrícolas (Norte e Centro-Oeste), as mudanças nos movimentos migratórios também foram expressivos, indicando o esgotamento nos processos interestaduais.

O entendimento das migrações internas atuais, a partir de um novo olhar para os processos migratórios, conduz à substituição de conceitos historicamente datados, tais como:

- a) áreas de evasão por *áreas de perdas migratórias*;
- b) áreas de atração ou absorção por *áreas de retenção migratória*;
- c) áreas de origem e destino por *áreas/etapas* constituintes dos processos de *rotatividade migratória*.

Duas dimensões estão particularmente presentes na re-definição desses processos: em primeiro lugar, a própria reversibilidade dos diferentes fluxos migratórios, em especial as oscilações nos volumes de emigração e imigração e suas novas modalidades; em segundo lugar, a menor permanência das condições da migração para a caracterização das áreas.

O caso de Estado de São Paulo é indicativo de tais alterações. Nas principais trocas migratórias ocorridas a partir dos anos 2000, dentre os estados brasileiros, São Paulo apresentou-se como área de forte perda migratória para os estados da região Sul e Centro-Oeste e Amazonas; área de retenção da migração com nas trocas com os estados do Pará e Rio de Janeiro; e, área de rotatividade migratória com os restantes vinte estados brasileiros, onde se incluem os estados do Nordeste.

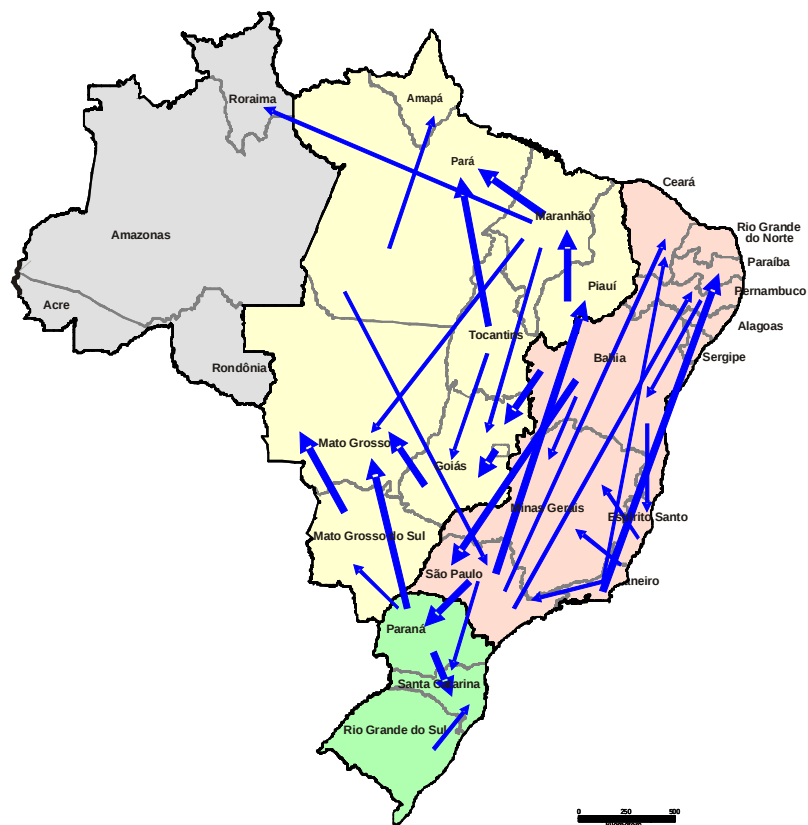
Como se poderia visualizar essa configuração migratória para São Paulo dez anos atrás? Como mantermos a hipótese de que esta tendência atual de rotatividade migratória permanecerá?

A passagem de uma “condição migratória” de retenção, perda ou rotatividade migratória para qualquer área é bastante

tênue e por isso a dificuldade, cada vez maior, de explicações do fenômeno migratório.

O mapa das migrações no Brasil hoje espelha processos de interiorização da urbanização, de novas alocações de atividades

Mapa 1: Principais Fluxos Migratórios Interestaduais, 2005-2009



Fonte: FIBGE PNAD 2009. Tabulação NEPO/UNICAMP.

Idéias|Campinas(SP)|n. 2|nova série|1º semestre (2011)

econômicas, de reconfigurações regionais, onde se diversificam e se alteram os projetos migratórios dos indivíduos. A grande área de retenção migratória nacional dos anos 2000 é o Estado de Goiás, e não mais São Paulo e Rio de Janeiro. Tais estados passaram a se configurar como áreas de rotatividade migratória com intensas idas-e-vindas de migrantes.

As migrações de curta distância e no âmbito dos próprios estados refletiram processos sociais importantes, com destaque para o último fio das migrações rurais-urbanas e a predominância das migrações urbanas-urbanas, em especial nos estados do Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Santa Catarina.

Considerações Finais

A redefinição da complementaridade em termos de transferências de população do Nordeste para o Sudeste marcam o caráter reversibilidade dos movimentos migratórios internos de longa distância no Brasil.

Entretanto, os volumes de imigração e emigração entre Nordeste-São Paulo não serão muito menores; isto por que em um contexto de enorme transformações na dinâmica produtiva, onde o setor terciário tem importante papel – quer seja nas metrópoles do Sudeste ou no Nordeste – e o emprego na indústria oscila conforme o mercado internacional, a rotatividade migratória tenderá a se consolidar, marcando uma nova fase do processo de redistribuição espacial da população brasileira.

Assim, as migrações no início dos 2000 redefinem seus pólos, configurando-se muito mais áreas de retenção da migração do que uma tendência polarizadora de longa permanência. É nesse sentido, que se pode observar nas migrações nacionais, a partir dos 2000, uma faixa que se estende do Mato Grosso passando por Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí até o Pará as maiores áreas de retenção migratória.

Já o outro corredor da migração nacional é historicamente conformado pelos fluxos Nordeste-Sudeste, e agora pelos seus

refluxos Sudeste-Nordeste, onde transitam os volumes mais elevados da migração do país, com intensas áreas de rotatividade migratória, mas com *espacialidades migratórias em âmbito sub-regional*, como são os casos de Minas Gerais, Bahia e São Paulo.

Na Região Sul também se configura esse espaço sub-regional da migração, com a espacialidade migratória de Santa Catarina. Já no extremo norte do país, além da baixa mobilidade populacional, não há como caracterizar nenhum espaço migratório que se defina como centralidade destes movimentos, apesar da importância do Amazonas na recepção dos fluxos migratórios do Pará e da atual retenção migratória de Roraima.

A complexidade do fenômeno requer que se considere muito mais que os fluxos de imigração, emigração e suas trocas migratórias; é preciso que sejam incorporadas dimensões – dentre outras, a reversibilidade da migração e sua temporalidade – capazes de captar os novos espaços da migração, quer sejam como áreas de retenção de população, de perda migratória ou ainda, e talvez a maior novidade do século 21, de rotatividade migratória para a maioria dos estados brasileiros.

Referências

- BAENINGER, R. São Paulo e suas migrações no final do século XX. *Revista São Paulo em Perspectiva*. Fundação Seade, 2005.
- _____. Região, Metrópole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes. Brasil, 1980-1996. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, 1999.
- BILSBORROW, R. E. (org.). *Migration, urbanization and development: new directions and issues*. New York: UNFPA/Kluwer, 1996.
- BRITO, F e CARVALHO, J.A. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. *Parcerias Estratégicas*, CGEE, n. 22, junho 2006.
- BRITO, F., GARCIA, R. e SOUZA, R. As tendências recentes das

- migrações interestaduais e o padrão migratório. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14, Caxambu, 2004.
- CANO, W. *Migrações, desenvolvimento e crise no Brasil*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1996. (mimeo)
- CELADE (Centro Latinoamericano de Demografia). Dinâmica de la población en las grandes ciudades en América Latina y Caribe. *Documentos Docentes*, Santiago de Chile, 1994.
- CUNHA, J. M. P (Des) continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1990/1991: qual o efeito da crise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1998.
- CUNHA, J. M. e BAENINGER, R. Cenários da Migração no Brasil nos anos 90. *Cadernos do CRH*, Salvador, v. 18, n. 43, jan/abr. 2005
- CUNHA, J. M. A Migração no Brasil no começo do Século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. *Parcerias Estratégicas*, CGEE, n. 22, junho 2006.
- DINIZ, C. C.. Dinâmica regional recente e suas perspectivas. In: AFFONSO, R., SILVA, P. L. B. *A federação em perspectiva: ensaios selecionados*. São Paulo: Fundap, 1995. p. 417-429.
- DOMENACH, H.; PICOUET, M. El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración. *Notas de Población*, Santiago de Chile, CELADE, n. 49, 1990
- EBANKS, E. G. *Determinantes socioeconómicos de la migración interna*. Santiago de Chile, CELADE, 1993.
- FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. *Novos Estudos CEBRAP* 29, São Paulo, p. 98-119, mar.1991.
- HAKKERT, R. e MARTINE, G. Tendências Migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004. *Parcerias Estratégicas*, CGEE, n. 22, junho 2006.

- LATTES, A. E. Population distribution in Latin America: is there a trend towards population deconcentration? In: Population, distribution and migration. New York: United Nations, 1998.
- MARTINE, G. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, R. B. A., SILVA, P. L. B. (orgs.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento (Federalismo no Brasil)*. São Paulo: FUNDAP/Ed. UNESP, 1995. p. 61-91.
- _____, CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, ABEP, 1(2), p. 99-143, jan./dez. 1984.
- NEGRI, B. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.
- PACHECO, C. A. *Fragmentação da nação*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.
- _____, PATARRA, N. L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998. *Anais...* Curitiba: ABEP/IPARDES, 1998.
- VILLA, M., RODRIGUEZ, J. Dinámica sociodemografica de las metrópolis latinoamericanas. In: Grandes ciudades de América Latina: dos capítulos. *Documentos Docentes*, Santiago de Chile, Centro Latinoamericano de Demografia-CELADE, Naciones Unidas-FNUAP, 1994.

OS BRASILEIROS NA FRANÇA

*Gisele Maria Ribeiro de Almeida**

“Estamos fugindo da década perdida pelos portões de embarque dos aeroportos internacionais”. Foi dessa forma que Teresa Sales, em meados da década de 1990, representou o então recente movimento de emigração de brasileiros. Se a chamada década perdida acabou, o mesmo não se pode dizer do fluxo de brasileiros que se aventuram a “tentar a vida e a sorte” em outros países, notadamente EUA, Japão e alguns países europeus. Segundo o Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, a presença de brasileiros no exterior tem crescido de forma constante nas últimas duas décadas. E isso tem ocorrido, cabe frisar, a despeito do melhor desempenho da economia nacional.

A bibliografia sobre o tema das migrações internacionais contemporâneas tem se interessado por essas questões, e uma análise dessa produção mostra que as condições do país de origem como superpopulação e pobreza não são mais consideradas suficientes para explicar os deslocamentos atuais.

* Doutoranda em Sociologia no IFCH/Unicamp, desenvolve o projeto de pesquisa “Seletividade migratória e capital cultural na migração de brasileiros para a França” que integra o projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo” coordenado pela Profa. Dra. Rosana Baeninger. Ambos projetos são financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Há outros fatores e condições mais relevantes para se entender o crescimento e a manutenção dos fluxos, como a presença de investimentos estrangeiros. Saskia Sassen (1993) é uma autora que demonstra o equívoco das análises sobre o fenômeno migratório, que se mantêm limitadas aos condicionantes da origem (como superpopulação, pobreza e estagnação econômica) e por isso o enxergam por uma ótica nacional. Sua proposta é que a compreensão destes fluxos exige uma análise que contemple fatores internacionais. Sassen chega a afirmar que o processo atual de imigração nos EUA, por exemplo, pode ser visto como uma consequência de suas atividades econômicas em terras estrangeiras. Nas migrações contemporâneas não se confirma a hipótese de que a estagnação econômica gera a migração, como exemplifica o caso da Coreia do Sul, que a despeito de apresentar elevados índices de crescimento e emprego, registrou um forte fluxo emigratório para os EUA.

Ainda que superpopulação, pobreza e estagnação econômica possam gerar pressões migratórias, a migração em larga escala depende de processos adicionais, que se cruzam e transformam as condições originárias em uma situação propícia para a migração. Para Sassen há processos mediadores que vinculam os países e contribuem para novas correntes migratórias, como os investimentos estrangeiros e a presença de empresas multinacionais. Esses elementos transformam a base econômica dos países, rompendo com suas economias tradicionais (atividades de subsistência e industriais adaptadas ao mercado local); conseqüentemente, as formas de trabalho adotadas por aquele contexto se desorganizam. No entanto, essas mudanças não conduzem a migração em todos os casos. Como explicar então a seletividade presente no fenômeno migratório contemporâneo? Para Sassen, a resposta está nos vínculos objetivos e ideológicos que se criam entre países de origem e destino dos migrantes, como o investimento estrangeiro, a ocidentalização cultural, política migratória liberal e tradição de migração.

O argumento de Alejandro Portes (1999) alimenta a idéia de que esses vínculos viabilizam e promovem fluxos. Segundo

o autor, a pobreza e as diferenças salariais entre os países não podem ser tomados em si como aspectos elucidativos do fenômeno migratório, dado que os mais pobres raramente emigram. A maioria dos migrantes internacionais faz parte de setores sociais que foram mais afetados pelo hiato entre as expectativas de consumo (padrão de vida moderna) e os meios econômicos para realizá-las. Para Portes, as correntes migratórias em geral se dirigem de países periféricos para aqueles países centrais com os quais possuem maiores vínculos históricos e que são normalmente responsáveis pela difusão de novos desejos e aspirações.

Outra perspectiva fundamental de análise do fenômeno migratório é ofertada pelo referencial das chamadas redes sociais (MASSEY et al, 1987). Quanto à aparente contradição, entre a melhor situação econômica e a manutenção da emigração, essa abordagem é elucidativa e, permite compreender o processo pela dinâmica social da migração. A idéia básica, é que imigrantes pioneiros estabelecem vínculos entre origem e destino, estreitando relações e viabilizando parcerias diversas. O começo do fluxo engendra, nesta perspectiva, uma infra-estrutura social, como conhecimento sobre possibilidades de trabalho, lugar para se alojar, etc., capaz de sustentar um movimento maior. Assim, ao longo do tempo, os laços entre os locais de origem e destino se dinamizam. A rede social criada diminui os custos envolvidos num projeto migratório, levando a um efeito catalisador da própria rede, que tende a se fortalecer e ao mesmo tempo encorajar novos projetos, resultando em volumosos fluxos migratórios entre certas localidades de origem e de destino. Essa aproximação potencializa novos deslocamentos que tendem, com o tempo, a atingir certa autonomia em relação a variáveis econômicas, como situação do mercado de trabalho, que comumente se associam à mobilidade socio-espacial da população.

É por isso que pesquisadores ligados ao tema da migração, sugerem que a análise das migrações internacionais considere a articulação entre as condições dos locais de origem (os chamados fatores de expulsão) e a situação das áreas de destino (os fatores de atração). Longe de se resumir a uma função simplista, essas

contribuições apontam a relevância de se buscarem os elos entre os pontos dos fluxos, pontes erigidas por condições econômicas, políticas e culturais.

No caso da emigração de brasileiros, as últimas estatísticas disponibilizadas pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, em setembro de 2009, registraram mais de 3 milhões de brasileiros vivendo no exterior. A maior comunidade está nos Estados Unidos, que receberam mais de 40% deste contingente. Paraguai e Japão concentram respectivamente 10% e 9% dos brasileiros emigrantes (no caso do Paraguai, é um fluxo bastante específico, ligado à expansão da fronteira agrícola). Os dados agrupados para a Europa indicam a participação expressiva do velho continente, constituindo residência de 27% dos brasileiros que estão no exterior.

Buscando os vínculos promotores desses fluxos, percebe-se que a escolha de alguns destinos dos brasileiros pode ser compreendida a partir das relações e afinidades entre os países envolvidos. O Japão, por exemplo, é o país de origem de muitos imigrantes que se estabeleceram no Brasil, reforçando vínculos e intercâmbios culturais entre esses países. O fluxo Japão-Brasil do início do século XX gerou descendentes no país, que hoje constituem o movimento de refluxo Brasil-Japão.

Esse vínculo histórico também se manifesta no caso da Itália. O Brasil recebeu um expressivo contingente de imigrantes italianos no final do século XIX. Muitos dos seus descendentes, hoje são reconhecidamente cidadãos italianos. No contexto de emigração brasileira, estas relações pretéritas constituem pontos importantes para a formação das redes entre os dois países.

Os dados sobre a população estrangeira residente em Portugal, disponibilizados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) daquele país, mostram que a maior parte desta possui nacionalidade brasileira, representando quase um quarto dos estrangeiros que lá vivem. O fluxo Brasil-Portugal retoma a questão de relações históricas e, neste sentido, fortalece o argumento dessas conexões como dinamizadoras dos fluxos de pessoas.

Compreender a emigração de brasileiros para outros destinos na Europa, como Espanha, Alemanha e França requer estudos mais aprofundados e uma problematização mais exigente, considerando-se que as relações entre o Brasil e tais países são mais difusas e menos estudadas. Demanda a construção de hipóteses capazes de explicar a seletividade migratória, seja pela causa da saída do país de origem, seja pela eleição do país destino.

Desse modo, para o caso dos brasileiros na França, a questão se apresenta da seguinte forma: quais são as condições que têm contribuído para a imigração brasileira na França? Como se pode explicar o fluxo Brasil-França nas últimas décadas? Quem são estes brasileiros e como vivem na França?

Em linhas bem gerais, responder essas questões é o objetivo de uma pesquisa ainda em execução. Neste artigo, serão discutidas as hipóteses orientadoras desta investigação bem como algumas das reflexões que as sustentam. A perspectiva adotada põe em evidência a noção de seletividade migratória nessa investigação, ao operar com a hipótese de que na migração brasileira para França há características singulares, que engendram a especificidade do fluxo. Nesse sentido, cabe discutir o que se entende por seletividade migratória e quais são suas implicações analíticas para a compreensão do fenômeno em questão.

Segundo Paul Singer (1973), a mobilidade espacial da população não pode ser desvinculada do contexto histórico no qual ocorre, dado que as migrações, como qualquer outro fenômeno social, são sempre historicamente condicionadas, e causadas por um processo global de mudança. Por isso, o fenômeno migratório não pode ser analisado de forma hermética, pois são as transformações estruturais que causam a migração. Essas “causas” são condicionantes capazes de estimular os deslocamentos, e precisam ser diferenciadas dos “motivos”, aqueles que os indivíduos alegam ter para migrar.

Via de regra, a decisão de migrar de um indivíduo resulta da avaliação de que há mais benefícios em partir do que em ficar, ou seja, no horizonte que serve de base à decisão de migrar, os

aspectos positivos vislumbrados no lugar de destino superam aqueles vivenciados na origem. É importante ressaltar que aceitar essa proposição não é o mesmo que partilhar dos referenciais da microteoria neoclássica – Soares (2004) fornece um resumo das principais perspectivas teóricas utilizadas para analisar as migrações internacionais contemporâneas, inclusive neoclássicas – que compreende a ação humana sempre baseada em escolhas racionais, fundamentadas em análises de custos versus benefícios. O importante do argumento é que a causa da migração está na origem e não no destino. A implicação disso é que a compreensão de um fluxo exige que consideremos os fatores de expulsão, os quais estão relacionados a processos econômicos que alteram a divisão social do trabalho.

Os fatores de expulsão tornam outras localidades atrativas, mas deve-se dizer que esses fatores não são os mesmos para os diferentes grupos sociais. É por isso que a situação de classe é evocada por esta perspectiva analítica, na qual origem e destino se ligam de forma a espelhar a seletividade do processo migratório. Seletividade migratória, neste entendimento, é uma noção usada para se referir às formas pelas quais as causas estruturais capazes de engendrar uma nova distribuição espacial da população repercutem no interior de classes sociais distintas, isto é, como causa estrutural, tal ocorrência abrange e se refere a toda sociedade. No entanto, não são todos que migram, e nem todos que migram seguem o mesmo sentido. Como explicar então essa seleção de quem migra e para onde migra?

Incorporar a seletividade, em uma pesquisa que se volta a explicar um determinado fluxo migratório exige maior ênfase nos chamados “fatores de atração”, pois é no destino que podemos visualizar a dispersão do comportamento típico do grupo. No caso das migrações internacionais, o alvo do projeto emigratório evidencia aspectos da seletividade do fluxo na medida em que pesquisando o universo de imigrantes com origem comum, é possível saber como estes tomaram conhecimento sobre o país destino, em qual etapa do ciclo vital estão, etc.

O objetivo de uma orientação analítica deste tipo é identificar as causas que explicam a emigração de brasileiros ao mesmo tempo que se pretende reconhecer os motivos que orientam o projeto migratório para a França. Considerando as especificidades desses dois países, é preciso buscar os elementos seletivos da migração desde a saída de uma determinada localidade no Brasil, passando pelo grupo social que migra (nível educacional, ocupação, sexo, idade), até as estratégias para a concretização do projeto migratório.

Por outro lado, as relações econômicas e culturais entre os dois países, e as representações sociais sobre a França que se difundem e se instituem no Brasil e alcançam certos grupos sociais, são um ponto de partida para o estabelecimento das relações entre o Brasil e a França. A influência cultural francesa não pode ser subestimada, até mesmo porque a política externa francesa sempre foi pautada em grande medida pela difusão cultural. Em livro que analisa o “Ano do Brasil na França”, Amaral (2008) explicita que a cooperação cultural sempre teve o papel de facilitador da difusão cultural francesa no exterior. A Aliança Francesa, com atuação em 138 países atualmente, é uma evidência deste fenômeno. A instituição foi criada no final de século XIX com a missão de ensinar a língua francesa, favorecer intercâmbios culturais e científicos e difundir a cultura francesa.

No que se refere ao Brasil em particular, a história das relações franco-brasileiras começa ainda no século XVI, com o projeto de Villegaignon de criar uma colônia no país. Mais tarde, a Missão Artística Francesa de 1816 semeou idéias e deixou marcas profundas no Brasil ao longo do século XIX. A própria concepção da Nação Brasileira está bastante relacionada à influência dos ideais iluministas franceses. Durante o século XX, os laços entre Brasil e França foram reforçados, sendo notável a fascinação e a admiração que a França exerceu sobre diversos e importantes estratos brasileiros, especialmente em certos meios intelectuais e artísticos. No âmbito universitário e acadêmico, projetos de parceria científica foram essenciais na formação e na estruturação de importantes institutos e universidades no Brasil, como é

o caso da Universidade de São Paulo (KECHICHIAN, 2009; TAVARES, 1979).

Esse processo gerou uma rede muito forte de francófilos no país: no caso das universidades, essa francofilia provavelmente estimula a ida de brasileiros para estudar na França. Débora Mazza (2009) analisa os intercâmbios acadêmicos internacionais, e mostra que os EUA, a Inglaterra e a França são os principais destinos de bolsistas brasileiros que estudam no exterior. Os Estados Unidos são o maior receptor de bolsistas da Capes em quase todas as áreas; a exceção é o caso das Ciências Sociais no qual o principal país de destino é a França.

Segundo o Centro Franco-Brasileiro de Documentação Técnica e Científica (CenDoTec) instituição vinculada ao Ministério Francês de Relações Exteriores e Europeias cuja missão é apoiar a cooperação científica, universitária e tecnológica, facilitando e desenvolvendo o fluxo de informações entre a França e o Brasil, mais de mil brasileiros vão a cada ano estudar na França nos níveis de graduação e pós-graduação. Diversos estudos e pesquisas se dedicaram a examinar esse intercâmbio científico (CANÊDO e GARCIA, 2004; MARTINS, 2005; MUÑOZ, 2009).

Desde meados da década de 1990, as parcerias econômicas e políticas entre o Brasil e a França ganharam fôlego, e segundo o próprio Ministério de Assuntos Estrangeiros da França, o aprofundamento das relações com o Brasil é hoje uma política estratégica para o país. De acordo com o economista francês François Chesnais (1996), com exceção de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pode-se constatar uma presença significativa do investimento direto estrangeiro francês no Marrocos, no Brasil e na Tunísia. Atualmente, revistas econômicas têm dado destaque para a atuação de empresas francesas no Brasil como Renault, Valeo, Michelin, Grupo Accor, Danone, Carrefour, Leroy Merlin, FNAC, etc. e apontam que as parcerias tendem a se fortalecer e deverão estimular ainda mais projetos de cooperação diversos. Os fluxos de pessoas entre os dois países devem acompanhar esse processo

e ser também dinamizados. E, no que tange a esse tema, os estudos são escassos.

Ângela Xavier de Brito, socióloga e pesquisadora brasileira radicada na França, realizou algumas pesquisas sobre estudantes brasileiros naquele país. Em uma delas, analisou as características sociais desses grupos comparando dois momentos distintos. Uma primeira investigação, realizada nos anos 1980, teve como público-alvo os estudantes brasileiros que foram à França para fazer o doutorado integralmente, com quatro anos de permanência no mínimo. Posteriormente, nos anos 1990, foi realizado um segundo estudo com 24 bolsistas num contexto de instituição das “bolsas sanduíche”, em que o tempo de permanência na França diminuiu, alterando-se também o perfil do estudante (XAVIER DE BRITO, 2000).

Pode-se dizer que historicamente os brasileiros tinham uma reputação de elite intelectual, um tipo de reconhecimento que esteve associado ao acolhimento, por parte da França, dos estudantes refugiados da ditadura militar e, mais tarde pesquisadores, atraídos pelas universidades francesas. No entanto, uma reportagem realizada em 2005, pela Radio France Internationale, evocou o perfil elitista do brasileiro na França, mas reconheceu uma nova orientação, apontando que nos últimos anos o país teria se tornado o destino de brasileiros que migram por motivações econômicas¹. Neste sentido, a França seria uma “porta de entrada” para a Europa, em função das restrições para entrar em destinos-alvos como Inglaterra ou Espanha.

Os dados de 2009 do MRE apontaram que havia cerca de 60 mil brasileiros vivendo no território francês. As estimativas de 2008 tinham registrado um número bastante inferior: entre 20 e 30 mil. Ao que parece, o fluxo está em ascensão.

¹ VALENTE, Pamela. “Os brasileiros na França”. In: Rádio França Internacional, 07/07/2005. Disponível em <www.rfi.fr/actubr/articles/067/article_102.asp>. Acesso em: 05/08/2008.

Ainda que a França possa ser apenas um destino provisório para alguns brasileiros, a seletividade dessa migração continua sendo um ponto válido para questionamento. E se, como sugere Portes (1999), o migrante seleciona seus países de destino pelos vínculos históricos que se associam à difusão de certos desejos e aspirações, o desafio de uma pesquisa que pretende analisar o fluxo Brasil-França é encontrar tais elos e saber quais são os “desejos e aspirações” que estão motivando essas migrações.

Como foi discutido previamente, as redes sociais constituem um referencial analítico do estudo da migração internacional, que articulado a outras interpretações teórico-metodológicas, pode permitir análises profícuas acerca das especificidades da imigração brasileira na França. A abordagem das redes sociais, como fenômeno que se alia ao projeto migratório, incorpora em alguns estudos o conceito de capital social, entendido como os benefícios trazidos aos indivíduos em função do pertencimento a certas redes ou grupos sociais, inserção esta que viabiliza maiores recursos e informações. A problematização teórica da questão migratória tem recorrido à noção de capital social para entender e pensar o papel do acesso a determinados bens e oportunidades para a compreensão do êxito da experiência migratória, que, por sua vez, promove a consolidação e o fortalecimento da rede.

Muitas vezes, o conceito de capital social utilizado nas pesquisas não considera que as relações de poder (e a consequente estratificação social) são essenciais na constituição das possibilidades de inserção nessas redes, resultando pelos condicionantes pretéritos e estruturais em limitações distintas e desiguais. A abordagem de Pierre Bourdieu (1998), por outro lado, reconhece que a posição ocupada na hierarquia social e, portanto, a quantidade de capital (econômico, cultural e social) que o indivíduo possui são vitais para a compreensão de sua posição no espaço social e seu acesso às vantagens e às oportunidades disponíveis neste espaço.

Neste sentido, essa investigação sobre imigração brasileira na França considera que competências, habilidades e saberes (capital cultural) são variáveis importantes para a compreensão

do processo de emigração de brasileiros para a França e para o tipo de inserção desses brasileiros na sociedade francesa (capital social), a partir do delineamento dos elementos teóricos que configuram a seletividade migratória nesse fluxo. E, aqui, não se ignora, evidentemente, o caráter intrínseco do capital econômico para a determinação do capital cultural e social.

Desta forma, para entender esta migração internacional do ponto de vista da origem, a noção da seletividade migratória se vincula ao conceito de capital cultural de Bourdieu. Para esse autor, o conceito de capital cultural se contrapõe à concepção de capital humano (aptidões resultantes de uma “natureza”) e torna-se assim uma ferramenta heurística mais adequada para revelar como essas “aptidões” são engendradas pela dedicação, subordinada ao tempo disponível e aos recursos capazes de viabilizá-la, constituindo-se desta forma num processo que indica o acesso e/ou a posse de capital cultural, processo este determinado por estruturas sociais e por práticas internalizadas.

É hipótese da pesquisa que a base da rede social que liga os dois países tem um forte componente simbólico e é bastante singular, por isso as noções de capital social e cultural serão tomadas como referência para pensar o sentido específico do fluxo Brasil-França e a seletividade que atua neste processo. Isso se faz perscrutando em que medida os brasileiros que escolhem a França como destino e que obtêm sucesso nessa experiência se orientam em função de interesses sociais e culturais, explorando a influência que o capital social e cultural exerce para o êxito ou não do projeto migratório.

A situação do imigrante no destino é um reflexo da integração e do tipo de incorporação do imigrante naquela sociedade. Para discutir a inserção econômica dos imigrantes, Bryan Roberts (1995) considera os aspectos típicos deste ajuste, tais como: a nacionalidade do migrante, nível de instrução e qualificação profissional, mas, sua contribuição mais interessante se refere à incorporação da idéia de que as expectativas do imigrante em relação à duração da experiência migratória são decisivas para o seu ajustamento na sociedade de destino. O autor

reconhece a importância da constituição das redes sociais entre os imigrantes de uma mesma nacionalidade para sua inserção no mercado de trabalho, todavia sua ênfase recai no fato de que as expectativas em relação à experiência migratória orientam o planejamento de curto e de longo prazo e de que esses planos se transformariam em mais ou menos capital social.

De acordo com o autor, há uma relação entre a incerteza quanto ao futuro e a possibilidade de atingir metas, o que é fundamental para a determinação do comportamento do migrante (aqueles que pensam em passar pouco tempo, por exemplo, não fazem investimentos de longo prazo como solicitar a naturalização). As expectativas temporais são individuais, mas também recebem influência dos grupos e das redes de relacionamento nos quais os imigrantes se inserem. Essas temporalidades, no original *socially expected durations*, que influem na inserção do imigrante não são homogêneas, dependem de múltiplas e às vezes conflituosas expectativas em relação ao tempo de duração da experiência migratória. As expectativas que derivam do local de origem e do local de destino podem ser divergentes, por exemplo, de um lado compromissos e relações que orientam a permanência da condição migratória e, por outro, apelos e exigências que demandam o retorno ao país de origem. Além disso, não é possível desconsiderar as expectativas formais das restrições legais impostas pelo país receptor como o vencimento de visto de residente, dificuldades para obtenção de visto de trabalho, entre outros empecilhos.

A imigração envolve sempre uma expectativa temporal, relativa à duração da permanência no destino e à questão do retorno. Nesse sentido, seria interessante considerar alterações nessa expectativa, quando ocorre o desejo de permanência e o estabelecimento definitivo no destino, e verificar como essa intenção repercute na demanda por direitos sociais e pela própria cidadania francesa. Também é interessante contrastar essas demandas com a expectativa temporal da política migratória francesa, pois, como é notório, a presença de estrangeiros em países europeus está constantemente sendo criticada, estimulando

políticas migratórias e de nacionalização cada vez menos tolerantes.

Esse “temor” em relação ao estrangeiro e ao imigrante tem inclusive influenciado o cenário político francês. Para Rossana Rocha Reis (1999), o fato de Jean Le Pen, como candidato presidencial do Front National, ter ido para o segundo turno nas eleições de 2002 deve ser visto como uma evidência da crescente importância da imigração na França. Cabe dizer que o Front Nacional é um partido francês de extrema-direita, criado em 1972, que considera a imigração “um atentado contra a cultura e a economia francesa”. A vitória eleitoral de Nicolas Sarkozy em 2007 não escapa também desse quadro, dado que como ex-Ministro do Interior, o atual presidente francês foi responsável por tornar a política migratória do país muito mais restritiva, reivindicando a “imigração escolhida e não sofrida pela França”.

Resta saber até que ponto os brasileiros são “escolhidos” e quem são estes eleitos. Apesar de não haver ainda elementos capazes de sustentar considerações mais conclusivas, ao que parece, no contexto do fluxo Brasil-França há diversas modalidades migratórias que envolvem desde estudantes financiados por agências brasileiras, passando por profissionais de empresas francesas atuantes no Brasil, até indivíduos com situação econômica mais precária e condição irregular naquele país. O desafio é melhor caracterizar esses imigrantes, descobrir quem são e como vivem, para então explorar analiticamente o tipo de seletividade migratória que atua nas distintas modalidades migratórias que constituem tal fluxo.

Referências

- AMARAL, Ruy Pacheco de Azevedo. *Ano do Brasil na França*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. “Os três estados do capital cultural”. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

- CANÊDO, Letícia e GARCIA, Afrânio. "Les boursiers brésiliens et l'accès aux formation d'excellence internationales". *Cahiers du Brésil Contemporain*. Nº 57/58-59/60. Paris: CRBC, 2004-2005.
- CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- KECHICHIAN, Melissa (coord). *A presença francesa no Brasil: de Villegaignon ao século XXI*. São Paulo: Editora Conteúdo, 2009.
- MARTINS, Carlos Benedito (org). *Diálogos entre o Brasil e a França: formação e cooperação acadêmica*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2005.
- MASSEY, D. *et al.* *Return to Aztlan: the social process of international migration from western Mexico*. Los Angeles: University of California Press, 1987.
- MAZZA, Débora. "Intercâmbios acadêmicos internacionais: bolsas Capes, CNPq e Fapesp". *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 137, mai/ago 2009.
- MUÑOZ, Marie-Claude. "La mobilité internationale à destination de la France: objectivation des parcours et expérience existentielle". *Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs*. n. 2. Bondy: ARES, 2009.
- PORTES, Alejandro. *Migrações internacionais: origens, tipos e modos de incorporação*. Oeiras: Celta, 1999.
- REIS, Rossana Rocha. "Políticas de nacionalidade e políticas de imigração na França". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 32, fev, 1999.
- ROBERTS, Bryan R. "Socially expected durations and the economic adjustment of immigrants". In: PORTES, Alejandro (ed) *The economic sociology of immigration*. New York: Russell Sage Fundation, 1995.

- SASSEN, Saskia. *La movilidad del trabajo y del capital*. Madri: Ministério de Trabajo y Seguridad Social, 1993.
- SINGER, Paul. "Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo". In: *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- SOARES, Weber. "Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional". In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 21, n. 1, jan/jun, 2004.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. *Brasil-França: ao longo de cinco séculos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.
- XAVIER DE BRITO, Angela. "Transformações institucionais e características sociais dos estudantes brasileiros na França". In: *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 50, 2000.

OS IMPACTOS DA MECANIZAÇÃO DA COLHEITA DE CANA-DE-AÇÚCAR SOBRE OS TRABALHADORES MIGRANTES

*Marilda Aparecida de Menezes**

*Marcelo Saturnino da Silva***

*Maciel Cover****

1. Introdução:

Parece consenso para a população brasileira que o setor canavieiro atravessa, nos últimos anos, uma nova fase de expansão, se apresentando, inclusive, como emblema do progresso e do que há de mais moderno, em termos produtivos, no país. Já em 2005, a reportagem publicada na Revista Época dava conta de que,

O álcool tornou-se a maior aposta econômica do país para as próximas décadas. O crescimento das vendas de carros bicom bustíveis no Brasil e a procura por fontes alternativas de energia mais barata e menos poluentes que o petróleo no mundo dispararam o gatilho dos investimentos. Até 2009, 52 novas usinas entrarão em funcionamento com uma injeção na economia que chegará a R\$ 12 bilhões. As 320 usinas já

* Professora, PPGCS/UFCG.

** Doutorando, PPGCS/UFCG.

*** Doutorando, PPGCS/UFCG.

existentes também estão sendo ampliadas e modernizadas. O objetivo é aumentar a produção brasileira de 15 bilhões de litros para 27 bilhões nesse período (ÉPOCA, 2005, p. 67)

Gonçalves (2009) utilizando dados da CONAB (2008), afirma que “na safra 2009/2010 o país atingirá a marca de 629 milhões de toneladas de cana”, para uma área “estimada em 7,7 milhões de hectares”. O autor chama a atenção para o fato de que 55,4% da cana colhida será destinada à produção de álcool (anidro e hidratado) sendo o restante, 44,6% destinado a produção de açúcar.

A maior parte desta produção está localizada na região centro-sul, especificamente no Estado de São Paulo, cujas regiões produtoras continuam a registrar aumento, conforme sinalizam dados publicados no portal “Direto da Usina”:

A produção de cana-de-açúcar deve ter um aumento de 4,7% na região de Ribeirão Preto em relação à safra passada, segundo o último levantamento do IEA (Instituto de Economia Agrícola), ligado ao governo do Estado. Araraquara, com crescimento previsto de 10,2%, Barretos (8,8%) e Franca (7,8%) devem ter, nesta safra, alta acima da média regional no plantio de cana, enquanto áreas mais tradicionais, como Ribeirão (com previsão de crescimento de apenas 1%) e Orlândia (1,2%), mostram uma tendência de menor expansão. No total, a região deve produzir 148 milhões de toneladas de cana, contra 141 milhões de toneladas da safra passada. A área dedicada à cultura estimada pelo IEA para o plantio do produto deve alcançar 1.728.995 hectares, aumento de 3% em relação aos 1.672.906 plantados na safra anterior. As áreas de maior expansão da cultura devem ser Araraquara (12%) e Franca (11%). A explicação para esse movimento, segundo especialistas ouvidos pela Folha, é a menor possibilidade de expansão da cana-de-açúcar em áreas

onde há menos terras disponíveis -e, por consequência, estão mais caras- e seu avanço sobre outras culturas¹.

O atual processo de expansão pelo qual vem passando o setor canavieiro é decorrente, dentre outros fatores, do novo ideário ambiental que vem preconizando o fim das fontes de energias tradicionais. Devido ao seu alto grau de poluição, elas colocam em xeque a própria sobrevivência do planeta e, consequentemente, da espécie humana. Assim, urge procurar novas fontes de energias, que sejam limpas e renováveis, o que contribui, dentre outros fatores, para uma maior demanda por etanol, tanto no mercado interno quanto externo, demanda esta fortemente atrelada ao desenvolvimento dos motores "Flex-fuel"². Ainda nas palavras de Gonçalves (2009: p. 02)

Nos últimos anos, a produção de cana-de-açúcar no Brasil tem apresentado um considerável crescimento, que em parte pode ser explicado pelo aumento da demanda nacional e internacional pelo etanol, motivada pelo desenvolvimento da tecnologia 'flex-fuel', e em outra parte pela publicidade que se formou em torno do papel dos biocombustíveis, que supostamente representariam a 'solução perfeita' tanto para a crise energética, quanto para os desafios do aquecimento global e das mudanças climáticas, em evidência nesses últimos anos. (grifos dos autores).

Todo este crescimento do setor canavieiro não se dá apenas de forma intensiva [maior produtividade numa mesma área], mas, sobretudo, pela incorporação de novas terras às lavouras de

¹ Ribeirão Preto: cana avança em áreas menos tradicionais. (Folha de São Paulo, Terça-Feira, 07 de Julho, de 2009) In: "Direto da Usina". Endereço Eletrônico <http://www.diretodausina.net/noticia2.aspx?NoticiaId=191>.

² Tecnologia que permite o uso da gasolina ou do álcool no mesmo motor, permitindo que o consumidor decida pelo tipo de combustível no ato da compra.

cana-de-açúcar das usinas, isto é, de forma extensiva. Esta incorporação se faz mediante a utilização de terras próprias, anteriormente dedicadas a outros empreendimentos produtivos. Outra forma pela qual as empresas do setor canavieiro estão expandindo seus investimentos é mediante a compra ou o aluguel de terras, sendo que esta última opção predomina sobre a primeira. Para o Professor Pedro Ramos³, economista da UNICAMP, “O alto custo das terras, provocado pela própria expansão do plantio de cana, faz com que as usinas e os grandes fornecedores prefiram arrendar terras em vez de comprá-las.” (Folha de São Paulo, 29/04/2007). No caso de arrendamento, a usina paga o equivalente a certa quantidade, determinada no contrato, e medida em toneladas por alqueires.

São vários os impactos causados por esse “boom” da cana-de-açúcar no território brasileiro, dentre esses aspectos o que mais tem sido pontuado, especificamente por cientistas sociais é o adensamento das migrações sazonais, sobretudo de trabalhadores da região Nordeste que migram para trabalhar no corte de cana nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Aliado à temática da mobilidade dos trabalhadores, outro tema que tem sido analisado pelos pesquisadores são as condições de trabalho nos espaços dos canaviais. Eles têm identificado alto grau de exploração da força de trabalho, através da alta produtividade exigida pelas usinas no corte manual de cana. Na década de 1980, as usinas exigiam que o trabalhador cortasse em média cinco (05) a oito (08) toneladas de cana, por dia; em 1990 esta média sobe para oito (08) a nove (09) toneladas/dia, passando para 10t/dia em 2000 e para doze (12) a quinze (15) toneladas/dia, em 2004.

Outro tema que tem sido objeto das pesquisas é a forma de pagamento adotada pelas empresas canavieiras, isto é, o salário por produção, que tem contribuído para que o trabalhador busque não apenas atingir, mas mesmo ultrapassar continuamente a meta

³ Entrevista concedida a Folha de São Paulo e divulgada no portal Açúcar-Ético. Disponível in: <http://www.sucre-ethique.org/Cortadores-de-cana-tem-vida-util.html>.

de produtividade “imposta” pelas usinas. Isso tem sinalizado um desgaste de energia, por parte do trabalhador, análogo ao de um atleta corredor fundista (Alves, 2007), com o agravante de que o trabalhador cortador de cana-de-açúcar não recebe os mesmos cuidados, muito menos tem o mesmo preparo físico de um atleta. Nesse sentido, as condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar têm impactado os seus corpos e mentes, marcando-os com o signo do adoecimento, da exclusão social e, não raramente, da morte. (Menezes e Silva, 2010; Novaes, 2007, Silva, 2010).

É importante frisarmos que tais condições de trabalho têm sido continuamente explicitadas e denunciadas por pesquisadores, movimentos pastorais e sociais, bem como pelo Ministério Público e Delegacias do trabalho. A ação desses atores tem dado visibilidade à “sujeira” e ao “sabor amargo” que têm marcado tanto o etanol quanto o açúcar produzido a partir da cana-de-açúcar. Isso contribuiu, inclusive, para a sensibilização da opinião pública internacional e, conseqüentemente, do mercado consumidor de etanol e de açúcar brasileiro, que, por sua vez, passou a cobrar atitudes dos produtores nacionais no sentido da produção de etanol e açúcar éticos, isto é, sem manchas advindas de condições de trabalho degradante que desrespeitam a dignidade humana ou da degradação do meio ambiente.

2. O Processo de Mecanização

Ora, é no bojo desse processo que a busca/construção de uma imagem “ecologicamente correta”, por parte de várias empresas produtoras de açúcar e etanol, ganha sentido. Com efeito, trata-se de uma busca por competitividade – num espaço atualmente marcado pela competição interna entre as unidades produtoras -, visando escoar mais facilmente seus produtos no mercado internacional.

Nessa busca, as empresas canavieiras tem se engajado em duas estratégias principais e inter-relacionadas: o fim da queima da cana e do corte manual. Com o fim da queima da cana,

busca-se resolver a degradação ambiental causada pelas atividades do setor, que polui não apenas o ar, mas, também, o discurso do etanol enquanto combustível limpo. Com o fim do corte manual de cana, objetiva-se acabar ou, ao menos, amenizar a degradação do trabalhador e evitar casos extremos como doenças que inutilizam o trabalhador ou chegam a causar-lhe a morte. As duas estratégias deverão ser realizadas via mecanização da colheita da cana-de-açúcar. Vejamos mais detidamente cada uma das estratégias aqui anunciadas.

Atualmente a queima da cana ainda é uma realidade nos canaviais brasileiros, pois, o corte manual é precedido pela queima da planta, haja vista que o rendimento com o corte da cana queimada é, aproximadamente, três vezes maior do que o realizado sem a queima da cana. No entanto, de acordo com Roseiro e Takayanagui (2004 p. 80),

Este processo acaba interferindo diretamente na saúde da população, pois a combustão da palha da cana-de-açúcar libera poluentes e o principal dano é o prejuízo à qualidade do ar, e, conseqüentemente, da saúde, pela excessiva emissão de monóxido de carbono e ozônio, trazendo, também, danos ao solo, às plantas naturais e cultivadas, à fauna e à população.

E, continuam os citados autores,

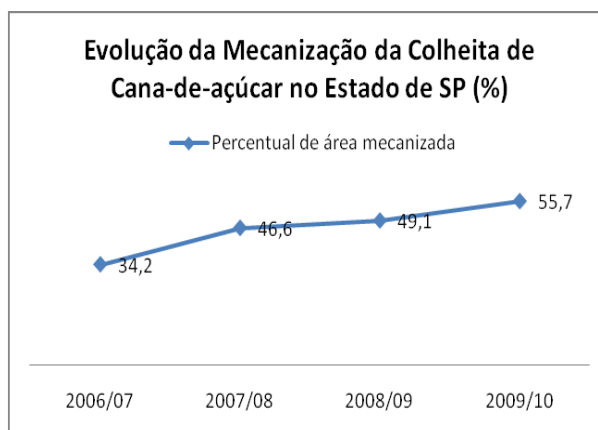
Freqüentemente, as queimadas da cana-de-açúcar matam animais e plantas promovendo o desequilíbrio ecológico, invadem áreas de nascentes circundadas por vegetação ciliar, atingem acidentalmente ou não as áreas de preservação permanente, destruindo florestas inteiras, sujam casas, causam cortes de fornecimento de energia elétrica e impedem a visibilidade em estradas provocando acidentes (Roseiro e Takayanagui, 2004 p. 80).

No Estado de São Paulo, a Lei Estadual n. 11. 241-2007 estabelece o fim da prática da queima de cana-de-açúcar, naquele

estado, para o ano de 2021 (áreas com declividade menor que 12%) e 2031 (áreas com declividade maior que 12%). No entanto, naquele mesmo ano [2007], foi firmado um protocolo, pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento e a União da Indústria de Cana-de-açúcar – UNICA, denominado de *Protocolo Agroindustrial*, o qual prevê a antecipação do fim das queimadas para 2014 (áreas mecanizáveis) e para 2017 em áreas não mecanizáveis.

Como já frisado, o fim da queima de cana-de-açúcar só é economicamente possível diante da possibilidade de mecanização da colheita, pois do contrário, isto é, considerando a permanência do corte manual, não haveria como garantir, sem a queima, os mesmos níveis de produtividade alcançados pelo setor. Assim falar em fim das queimadas no âmbito dos canaviais, implica em anunciar o aumento da mecanização da atividade de colheita da cana-de-açúcar, o que de fato já vem ocorrendo, conforme

Gráfico 01 – Evolução da Mecanização no Estado de São Paulo



Fonte dos dados: Estimação de Aguiar, Rudorff e Silva (2010)

podemos perceber, a partir do gráfico 01, que mostra que mais da metade da colheita de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo já é realizada de forma mecânica.

A rapidez com que a mecanização avança, pelo menos em território paulista, leva alguns pesquisadores à identificação de um “novo ciclo de modernização” na agricultura canavieira, baseada na expansão acelerada das colheitadeiras de cana. A modernização, no entanto, não é nova, pois a história da agricultura canavieira é acompanhada nas transformações na base tecnológica, nos processos produtivos e nas relações de trabalho.

Como lembra Alves (2007), durante a década de 1960, o Estado brasileiro impôs ao Complexo Agroindustrial Canavieiro – CAI um processo de modernização “visando atender à necessidade de crescimento das exportações” (p. 25). Todavia este mesmo pesquisador nos alerta para o fato de que naquele momento, a mecanização não avançou igualmente em todas as fases da produção e processamento da cana-de-açúcar, tendo sido mais intensa na preparação do solo e em partes do plantio⁴. Assim, tratou-se de um processo de semi-mecanização. Quanto a fase da colheita, esta também passou por uma mecanização apenas parcial, que atingiu, sobretudo, a atividade de carregamento e transporte, deixando, todavia, intacta, a fase do corte ou, nas palavras de Alves, da “colheita propriamente dita, que é retirar a cana do solo e prepará-la para o carregamento” (Alves, 2007: p. 25).

Na década de 1990, o CAI canavieiro viveu o período da desregulamentação, com a saída parcial do Estado, houve um acirramento da concorrência interna e, conseqüentemente, uma busca por baixar os custos de produção, por parte das unidades produtivas. Ora, nesse momento a estratégia de mecanização volta a ser acionada por parte das empresas do setor, como forma de

⁴ Segundo Alves (2007: p. 25) o plantio envolve (1) o transporte das mudas até o eito, (2) a abertura dos sulcos ou valas, (3) a colocação das plantas nesses sulcos/valas, (4) o fechamento dos mesmos e (5) a adubação. No momento considerado, 1960, todas as fases do plantio, menos a terceira (colocação da planta, nos sulcos ou valas) foram mecanizadas.

reduzir os custos de produção. Aliado a este fator há que considerar, também, o papel e o peso da greve de Guariba, ocorrida em 1984, quando “os trabalhadores do setor sucroalcooleiro, espontaneamente, levantaram-se contra as precárias condições de vida a que eram submetidos, em um regime que poderia ser considerado de semi-escravidão (Vettorassi, 2007: p. 21). Ao crescimento do nível de organização e do poder de barganha dos trabalhadores, os empresários do CAI canavieiro responderam com a introdução da mecanização, sobretudo na fase do plantio e do corte de cana-de-açúcar, com o objetivo de baixar os custos de produção e pressionar os trabalhadores, visando quebrar-lhes a resistência.

2.1. Os impactos da mecanização da colheita sobre os trabalhadores:

Como entender a expansão da mecanização do corte de cana que tem se intensificado na década de 2000. Nossa hipótese é que a mecanização pode ser entendida a partir da orquestração de uma série de fatores, dentre os quais merece destaque a intensificação da tecnologia, o discurso ambiental e aumento nos custos do trabalho manual. Vejamos.

2.1.1. A intensificação da tecnologia:

Baccarin e Gebara realçam que até a metade da década de 1990, a mecanização da colheita de cana-de-açúcar não atingiu um patamar significativo. Para os autores, este fato não significa a existência, no período, de uma preocupação, por parte dos empresários do setor canavieiro, com a preservação dos empregos dos cortadores de cana. Ocorre que a adoção da colheita mecânica não apenas demanda uma série de modificações na planta produtiva, como o custo da colheitadeira ainda era relativamente alto. Nas palavras dos autores:

A adoção da colheitamecânica exige uma série de adaptações, como a maior extensão dos talhões de cana e o uso de cultivares mais adaptadas ao processo. Deve-se também levar em conta que o custo de uma colhedora e do comboio mecânico a ela associado alcança valor relativamente alto, de cerca R\$ 2,0 milhões (Baccarin e Gebara⁵).

No entanto, conforme Arnaldo Antônio Bortoletto, presidente do Sindicato Rural Patronal de Piracicaba, “a tecnologia tem avançado rápido, já temos colheitadeiras com sensores que permitem melhor aproveitamento da cana. Em alguns anos isso [a dificuldade do corte mecanizado em terrenos muito acidentados], já estará resolvido”⁶. O que também é confirmado por Edison Ustulin⁷, presidente da Comissão Nacional de Cana de Açúcar da FAESP [Federação da Agricultura do Estado de São Paulo], para quem, o avanço da tecnologia deve se refletir na diminuição do preço das máquinas, contribuindo para adensar ainda mais o processo de mecanização. Embora reconheça que a tecnologia tem avançado, Ustulin chama a atenção para a necessidade de avanços nas pesquisas, objetivando tornar ainda maior o aproveitamento da cana colhida pelas máquinas, “aumentar o potencial de colheita em área de declive, além de diminuir o desperdício com restos de cana”.

Pelo exposto, podemos concluir que, embora novos modelos de colheitadeiras sejam colocados constantemente no mercado, há sinais de que o preço e a manutenção dessas máquinas sejam, ainda, muito altos, o que tem levado, ao menos, algumas empresas

⁵ BACCARIN, José Giacomo e GEBARA, José Jorge. *Intensificação do Ritmo e Redução de Postos de Trabalhos Trabalhadores Canavieiros no Estado de São Paulo, Brasil*. Disponível in: www.fcav.unesp.br/baccarin/Artigo%2012%20ALAST.doc. Acesso em 14 de Novembro de 2010.

⁶ Entrevista concedida ao jornal eletrônico CAPITALNEWS. Disponível in: http://www.capitalnews.com.br/ver_not.php?id=64631&ed=Agroneg%C3%B3cio&cat=Not%C3%ADcias. Acesso em 14 de Novembro de 2010.

⁷ Idem, Ibidem.

a permanecerem com o corte manual, como explica este gerente de recursos humanos de uma usina localizada na região de Catanduva:

A empresa prefere o corte manual, ele mais rentável, ele fica um pouco mais caro, mas você ganha em produção. A safra com máquina fica mais barato, mas o corte manual é mais produtivo. Por quê? A cana acaba o terreno, se você cortar cana com máquina e demorar muito para chover, no próximo ano a produção cai bastante, uma planta de cana, ela é pra seis anos, em média, tem uns que chega a seis, a quatro, tem até sete, hoje... Com a máquina não é possível com a mesma planta você cortar cinco anos (Agemiro, Departamento de Recursos Humanos) [entrevista realizada por Marcelo Saturnino da Silva em Março de 2010 e transcrita pelo mesmo]

Em conversa com um dos fiscais gerais desta mesma usina, ficamos sabendo que os custos da máquina colheitadeira também ainda é um empecilho para a empresa. Vejamos:

Pesquisador: Tem muita máquina já, Edivalto?

Fiscal: Tem, tem bastante... O projeto é para 2017 se tudo máquina... Só que a usina aqui tem uma visão que enquanto puder cortar queimada, ele vai cortar porque uma máquina é um absurdo... Um milhão de reais uma máquina... A peça mais barata dela é duzentos reais...

Pesquisador: Quebra muito?

Fiscal: Quebra... Oh, ela não precisa quebrar nada, a manutenção dela mensal, se ela não quebrar nada... Nós tá fazendo um curso lá, o cara tava falando... É onze mil por mês, ela dá, só de manutenção, sem quebrar nada... Se você quebrar um pino de centro dela, tem um pino que gira o elevador, ele custa seis mil reais... [Entrevista realizada por Marcelo Saturnino da Silva, em 16 de Julho de 2009 e transcrita pelo mesmo].

2.1.2. O discurso ambiental:

Outro elemento que vem contribuindo para o atual processo de mecanização do setor canavieiro tem sido o discurso ambientalista, sobretudo quando tal discurso impregna práticas de atores sociais diversos, tais como o mercado consumidor nacional e internacional; os órgãos reguladores e parcelas da sociedade civil organizada, cujo resultado tem sido a pauta do fim das queimadas na agenda do Estado.

A demanda, por parte *do mercado consumidor, sobretudo no nível internacional*, por um combustível (etanol) realmente limpo torna-se a cada dia mais incompatível com as imagens de cidades poluídas e de populações sofrendo com os efeitos das queimadas de canaviais, além dos riscos aos quais trabalhadores do corte manual são expostos devido à fuligem da cana. Além de que, a colheita manual, nos moldes em que vem sendo realizada, representa a degradação do trabalho humano e fonte de adoecimento e mesmo de morte dos trabalhadores. Dessa forma, conforme expressam Baccarin e Gebara,

Particularmente, há um interesse adicional na substituição da colheita manual, que é precedida da queimada do canavial, pela colheita mecânica de cana sem queimar, que é, justamente, a pretensão de se reforçar, especialmente no mercado internacional, a imagem positiva do etanol como um combustível renovável e menos poluidor do que os derivados do petróleo⁸.

E, nas palavras de Alves,

As exportações de álcool brasileiro, para se expandirem, dependem de o CAI [Complexo Agroindustrial

⁸ BACCARIN, José Giacomo e GEBARA, José Jorge. *Intensificação do Ritmo e Redução de Postos de Trabalho dos Trabalhadores Canavieiros no Estado de São Paulo, Brasil*. Disponível in: www.fcav.unesp.br/baccarin/artigo%2012%20ALAST.doc. Acesso em 14 de Novembro de 2010.

Canavieiro] demonstrar para os importadores internacionais que a produção desse 'biocombustível' não agride o meio ambiente nem degrada as condições de trabalho dos trabalhadores, porque a parcela de trabalhadores mais atingida pelas péssimas condições de trabalho deixará de existir: os cortadores de cana (Alves, 2009: p. 155).

2.1.3. O aumento nos custos do trabalho manual

Este aumento tem sua origem, por um lado, nas novas exigências legais para a contratação da força de trabalho, por parte das usinas, como consequência da atuação da sociedade civil organizada e do ministério público que dessa forma, tem contribuído para a observância da legislação trabalhista por parte do patronato do setor canavieiro.

Fazem parte desse processo as inúmeras ações que os trabalhadores do setor canavieiro têm levado à justiça do trabalho, visando cobrar os direitos desrespeitados durante o período da safra. Em trabalho recente, Silva e Ribeiro (2010: p. 24) fazem referência "ao grande número de processos trabalhistas movidos contra as empresas, visando ao respeito do cumprimento das normas trabalhistas". Esses mesmos autores chamam atenção para o fato de que as audiências públicas e "as inúmeras fiscalizações feitas pelo Ministério Público nos canaviais, são indicadores do aumento do poder dos trabalhadores", concluindo que "à medida que aumenta a força dos trabalhadores no campo social e a dos agentes do campo jurídico que defendem seus interesses (promotores e juízes), impõem-se novas barreiras à força voraz dos capitais do chamado agro-negócio do açúcar e do álcool".

A título de hipótese sugerimos que a mecanização do corte de cana-de-açúcar deve ser vista/lida também como uma resposta do patronato do setor canavieiro à essas exigências da sociedade civil e dos trabalhadores, como bem enfatizado pelo presidente senhor Fioravanti Mazzo, presidente do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Novo Horizonte – SP,

os trabalhadores vão dando trabalho, as leis vão ficando mais exigentes, as empresas optam pelas máquinas... Os trabalhadores não são mais moderados, eles são bem mais expertos, estão mais escolarizados, ele então cobra mais, atuam mais, tudo isso encarece a empresa, que passa a preferir as máquinas.

Nesse sentido, sugerimos que a orquestração desses fatores tem favorecido a intensificação da mecanização da colheita de cana-de-açúcar, trazendo para a pauta das discussões os impactos desse processo e, conseqüentemente, para o destino da importante quantidade de trabalhadores migrantes que têm encontrado no trabalho de cortar cana uma estratégia de reprodução de seu grupo familiar e de concretização de seus projetos pessoais.

O debate sobre o impacto da mecanização da colheita de cana no cotidiano dos trabalhadores rurais assalariados do setor tem recebido ênfases diversas. Assim, alguns observadores e pesquisadores têm realçado que a mecanização, não obstante seu impacto negativo traz também a possibilidade de humanização do trabalho. Teses como esta são ilustradas com exemplos de ex-trabalhadores manuais que “migraram” para a função de operadores de máquinas colheitadeiras e para os quais tal mudança representou mais qualidade de vida. São casos como o de dona Isaura, apresentado por Fernanda Yoneya, no site “Estadão.com.br”,

Vaidosa, a ex-cortadora de cana Isaura de Freitas Souza resume bem o que mudou desde que deixou o corte no canavial para se tornar operadora de colhedora de cana-de-açúcar. “Engordei 13 quilos em cinco meses. O trabalho no corte era uma academia; hoje, subo só a escadinha da máquina”, compara, rindo. Isaura, que cortou cana por 21 anos, foi uma das primeiras operadoras, vindas do corte, na Usina Costa Pinto, do Grupo Cosan, em Piracicaba (SP). Para chegar à atual função, Isaura fez 440 horas de curso. Teve aulas sobre colheita de qualidade, segurança no trabalho, mecânica

e até preservação ambiental e acompanhou a colheita da safra⁹.

Ao operar a máquina, o trabalhador estaria mecanicamente “liberto” de todas as mazelas do corte manual. Seu trabalho já não se realizaria a céu aberto e em contato direto com o sol forte, cana queimada e fuligem, o que lhe propiciaria um ambiente de trabalho salubre. Além disso, ao livrar-se do facão, o trabalhador se livraria, igualmente, dos movimentos contínuos e acelerados que o corte manual demanda, evitando, assim, a exaustão e o desgaste físico - transferido para o desgaste do maquinário. Do mesmo modo, haveria também uma diminuição do envelhecimento precoce e as várias formas de doenças (dores de coluna, acidentes de trabalho causado pelo uso do facão etc.).

A pesquisa realizada pela enfermeira Fernanda Ludmilla Rossi Rocha (2007) na região de Ribeirão Preto, revela que permanecendo “a maior parte do tempo dentro das cabines das máquinas, os operadores estão menos susceptíveis aos riscos ocupacionais decorrente da exposição à radiação solar, calor, poeira, fuligem e resíduos agrotóxicos” (Rocha, 2007: p. 110). Neste sentido, tais trabalhadores correm menos riscos de “serem acometidos por doenças respiratórias e cutâneas relacionadas ao corte manual da cana” (Rocha, 2007: p. 110). No entanto, continua a autora,

O conjunto de movimentos realizados no comando das colhedadeiras e o fato de permanecerem sentados durante toda a jornada de trabalho, não realizarem pausas regulares e estarem impossibilitados de realizar atividades de alongamentos ou extensão dos membros e tronco com frequência devido às reduzidas medidas das cabines das colhedadeiras, expõem os operadores ao risco de serem acometidos principalmente por lombalgias e cervicalgias (Rocha, 2007: 110-111)

⁹ YONEYA, Fernanda. Em vez do facão, palm top e computador. Disponível in: <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,em-vez-do-facao-palm-top-e-computador,447114,0.htm>.

A autora chama atenção, ainda, para outros riscos aos quais os operadores das colheitadeiras estariam expostos: “acidentes envolvendo animais peçonhentos no momento em que saem da cabine para realizar a manutenção das máquinas ou outras atividades” (p. 111); incêndios provocados pelo superaquecimento do motor das colheitadeiras etc. No entanto, a maior incidência de adoecimentos, por parte dos operadores das colheitadeiras, está relacionada, ainda segundo Rocha, “as cargas psíquicas decorrentes do trabalho, já que sua atividade exige demasiado esforço mental” (2007: p. 111), sobretudo, devido ao alto grau de atenção e concentração constante que o trabalho exige e que predispõe os operadores à distúrbios psicológicos, além de contribuir para acidentes de trabalho, a exemplo de tombamentos, ocasionados em razão da diminuição da atenção e concentração do trabalhador (Rocha, 2007).

Além disso, os operadores estudados pela pesquisadora em destaque, alternavam os turnos de trabalho, trabalhando metade da safra no turno diurno e a outra metade no turno noturno. Para Rocha, esta alternância de turnos predisporia os trabalhadores “a apresentarem alterações no ritmo cardíaco e fadiga mental, aumentando os riscos de ocorrência de estresses, sofrimento psíquico, envelhecimento precoce, distúrbios no padrão do sono e problemas cardiovasculares e gastrintestinais” (2007: 112).

Outro fator considerado por Rocha é a exposição dos operadores das colheitadeiras “a ruídos e vibrações ininterruptas, provenientes do movimento e funcionamento das máquinas”, sem a presença de protetores auriculares, o que, segundo ela, potencializaria “os efeitos psicológicos negativos do corte mecanizado” (2007: p. 112).

Também Scopinho chama a atenção para o fato de que as novas tecnologias não têm representado uma diminuição da penosidade, insalubridade e periculosidade do trabalho, mas exatamente o contrário. Em suas palavras:

a introdução da colhedeira mecânica no corte da cana-de-açúcar não diminui as cargas de trabalho do tipo físico, químico e mecânico existentes no ambiente de trabalho e ainda acentua a presença de elementos que configuram as cargas do tipo fisiológico e psíquico, porque intensificam o ritmo de trabalho. Por exemplo, as jornadas de trabalho dos operadores de máquinas agrícolas variam de 12 até 24 horas, durante a safra. O trabalho no corte mecanizado da cana é organizado em turnos de 8 ou 12 horas e, na época do revezamento, a jornada estende-se até 24 horas de trabalho, com pequenas pausas para descanso e para fazer as refeições no próprio local de trabalho (Scopinho, 2000: p. 97).

Embora nossas pesquisas tenham como foco o trabalho manual, por ocasião das visitas de campo aos canaviais paulistas, muitas vezes entramos em contato com operadores de máquinas colheitadeiras cujos relatos atestam o que Rocha vem colocando. Assim é que no ano de 2007, encontramos com Aparecida, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Novo Horizonte. Não conseguimos saber sua idade, dadas as condições de nosso encontro. Ela estava esperando uma audiência para assinar a rescisão do contrato, com a empresa na qual trabalhava. Tivemos a oportunidade de trocar poucas palavras, pois logo que iniciamos a conversa, a audiência teve início e a trabalhadora precisou adentrar na sala onde a mesma ocorreria. No entanto, embora breve, a conversa foi reveladora. Segundo Aparecida, há três anos que ela trabalhava como operadora de colhedeira numa das usinas do município. Disse-nos que não estava mais suportando e frisou várias vezes que a atividade era muito, muito estressante. Falou-nos da necessidade de atenção que a operação da máquina exige, realçando que qualquer descuido poderia ser causa de acidentes.

Se a utilização da colhedeira não implica em humanização do trabalho para os seus operadores, também não tem contribuído para amenização do trabalho para os trabalhadores que atuam

no corte manual, conforme explica Novaes, para quem o processo de modernização das usinas de cana-de-açúcar, não gerou benefícios para os trabalhadores, uma vez que,

Tendo essa tecnologia, as usinas passam a exigir desse trabalhador uma alta produtividade em seu trabalho. Os departamentos de relações humanas começam a trabalhar novas formas de gestão, organização do trabalho na perspectiva de aumentar a produtividade desse trabalho. Os resultados são fantásticos nesse sentido. Há dez, ou quinze anos, a média de cana cortada era de seis ou sete toneladas por trabalhador por dia. Hoje se contratam trabalhadores que cortam, no mínimo, dez toneladas de cana por dia. Intensificou-se o ritmo, a jornada de trabalho, então para que o trabalhador seja competitivo com a máquina, a referência dele passou a ser a máquina. Ele tem que cortar tão eficientemente quanto a máquina, e por um salário cada vez menor. Aí temos um processo contraditório, no qual aparece a inovação tecnológica e, ao mesmo tempo, a piora nas condições de trabalho¹⁰.

Ainda em 2008, convivendo com um grupo de migrantes paraibanos que cortavam cana no interior do Estado de São Paulo, pudemos presenciar a agonia e o desespero dos trabalhadores. Não raramente, ao retornarem do eito, eles chegavam irritados com o fato de terem passado o dia trabalhando na diária, cortando cana crua [na palha], como eles diziam, “para as máquinas”. Tratava-se de cortar cana nos locais declinados, onde as máquinas não alcançavam e/ou de abrir caminho, corredores, para a passagem das máquinas. Trabalhando “na diária”, os trabalhadores percebiam dezenove reais (R\$ 19,00) por dia, muito

¹⁰ Entrevista concedida ao site. “IHU On line”.Disponível in: <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158344143.77pdf.pdf>.

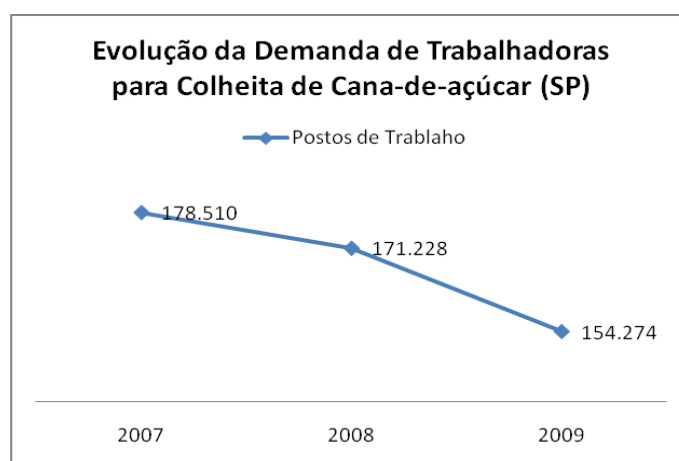
aquém do que poderiam conseguir se trabalhassem por produção, cortando cana queimada. Havia também o fato de que cortando cana crua, na palha, eles estavam se expondo bem mais aos riscos decorrentes de acidentes com animais peçonhentos.

Dessa forma, com a introdução das máquinas e considerando a diversidade dos terrenos de uma mesma empresa, os terrenos mais declinados, são deixados para os trabalhadores manuais, enquanto os mais planos ficam para as máquinas. Mas não são apenas os terrenos, nos relatos dos trabalhadores manuais são constantes as reclamações de que, com as máquinas, além dos piores terrenos, os trabalhadores têm ficado com as piores variedades de cana., como relata Claudionor (Paraibano, cortador de cana): *Pra você ver, nós só corta cana caída, e a máquina cana em pé, porque se cortar cana em pé o pião vai produzir muito, tira a cana boa, que fica para a máquina e a cana ruim fica para mão de obra humana.* [entrevista realizada em 16 de Julho de 2008, por Marcelo Saturnino e transcrita pelo mesmo] Sentimento este também compartilhado por Honda (Paraibano, cortador de cana): *“Em São Paulo a cana é mais dura e mais pesada, a cana boa eles deixam para as máquinas. Cana em pé, só quem corta é a máquina”.* [entrevista realizada em 16 de Julho de 2008, por Marcelo Saturnino e transcrita pelo mesmo]

O trabalhador fica com a cana pior, tendo que trabalhar na cana na palha, o que não rende muito. (Leonildo, paraibano, cortador de cana); [entrevista realizada em 19 de Julho de 2008, por Marcelo Saturnino e transcrita pelo mesmo]

Mas o maior impacto do trabalho morto [as máquinas] sobre o trabalho vivo, está relacionado à possibilidade de extinção ou no mínimo de extrema diminuição do corte manual de cana-de-açúcar. Dessa forma, a colheita manual de cana-de-açúcar viveria atualmente uma morte anunciada pela evolução descrente da demanda de trabalhadores para o corte, por parte das empresas canavieiras, conforme sinaliza o gráfico 02.

Gráfico 02 – Evolução da demanda de trabalhadores para a colheita manual de cana-de-açúcar (SP)



Dados: TEM (Ministério do Trabalho e Emprego)

Como podemos perceber a curva do gráfico 02 é inversamente proporcional a do gráfico 01, o que é lógico, pois quanto mais elevada a mecanização da colheita de cana-de-açúcar, menos trabalhadores as empresas demandarão para o corte manual. Algumas observações são aqui pertinentes de serem feitas:

Primeiro, é necessário considerar, como foi ressaltado acima que o corte mecanizado não é possível em terrenos de declive, e que isso necessitará de trabalho manual, como nos informa Adilson, encarregado pela frente do corte da cana-de-açúcar de uma Usina localizada no município de Santa Bárbara D'Oeste – São Paulo: *"os gerentes da usina querem aumentar o corte mecanizado todos os anos, mas os terrenos não ajudam, têm que entender que uns 40% das terras do grupo é terreno ruim, que máquina não entra, e ali vão precisar de gente do norte para cortar"* (Adilson, cearense, encarregado – entrevista realizada por Maciel Cover, em outubro de 2010).

Migrações

Dessa forma, mesmo considerando a mecanização atual da colheita de cana-de-açúcar, ainda assim, as empresas terão necessidade do trabalho manual mesmo que sua função seja reduzida à abertura de caminhos para as máquinas, como nos revela o senhor Agemiro, responsável pelo setor de Recursos Humanos de uma usina localizada na região de Catanduva.

Pesquisador: A tendência com a máquina é diminuir o número de trabalhadores?

Agemiro: Com a máquina vai diminuir um pouco, mas também tem o problema da expansão da usina de..., que a usina de... já foi projetada pra ser aumentada. Só que é o negócio, também se não tivesse a mecanização, não tinha hoje o pessoal suficiente para cortar cana, se não tiver mecanização, o numero de trabalhadores disponível não dão conta de cortar manual... Eu acho que ainda vai demorar e ainda vai precisar de muita gente, porque mesmo onde as máquinas cortam, nós ainda usaremos turmas para cortar as curvas. Não chega a 100% de mecanização e mesmo quando chega, a gente ainda vai usar o trabalhador.. [entrevista realizada por Marcelo Saturnino, em Janeiro de 2010 e transcrita pelo mesmo]

A segunda observação é sobre o processo de expansão atualmente vivido pelas unidades produtivas que tem contribuído para amenizar a tendência de queda na demanda por trabalhadores para o corte manual, isto é, não fosse a expansão das atuais unidades produtivas e o surgimento de novas unidades, concomitantemente a manutenção do atual nível de mecanização, a demanda por trabalhadores para o corte manual estaria sujeita a uma queda ainda mais drástica.

3. Considerações Finais:

Não podemos fugir do fato de que a mecanização da colheita de cana, dado o contexto atual, é um processo irreversível, muito

menos fazermos qualquer tipo de apologia ao corte manual, pois ele representa desgaste intenso e afronta à dignidade da força de trabalho. É mesmo bom que as máquinas “libertem” o trabalho vivo de um trabalho tão degradante. Por outro lado, faz-se necessário colocar a questão sobre os rumos deste contingente de trabalhadores que atualmente tem encontrado na colheita de cana uma estratégia de reprodução de seu grupo familiar e de concretização de seus projetos pessoais de autonomia. Com a mecanização, para onde vai este exército de trabalhadores? Que opções se delineiam em seus horizontes?

Mesmo considerando que, por um lado, a introdução da mecanização acaba com algumas funções, mas cria novos postos de trabalho, por outro, não podemos perder de vista o fato que dificilmente o número dos novos postos de trabalho será suficiente para alocação dos novos desempregados, como bem sinaliza Pedro Ramos, para quem:

Os empregos diretos, mantidos e/ou gerados por essa ocupação qualificada na lavoura, mais os que estão sendo criados pela constituição de novas usinas e destilarias, dificilmente serão suficientes para compensar a menor utilização de trabalho na lavoura canavieira em decorrência daquela mecanização, mesmo em face dos ritmos estimados de crescimentos das produções envolvidas (cana, açúcar e álcool). (Ramos, 2008: p. 323)

Há que considerar também que a alocação dos trabalhadores manuais em novos postos de trabalho demandará novos níveis de escolaridade. Nesse sentido, são pertinentes as palavras de Abreu *et. al.* (2009: p. 10), para quem:

É difícil se prever como será realocada toda a Mao de obra – se dentro do próprio setor sucroalcooleiro, em outras atividades agropecuárias ou em outros setores econômicos. *Presume-se que uma parcela não seja realocada no setor sucroalcooleiro e mesmo em outros setores, em razão do baixo nível de instrução dessa classe trabalhadora, com o conseqüente aumento do desemprego.* Especialistas do IEA vêem também essa dificuldade de retorno ao mercado de trabalho dos cortadores

de cana. Segundo os pesquisadores, antes da reinserção, é necessário que os trabalhadores passem por três fases importantes: motivação do indivíduo para que entenda seu papel no contexto da economia brasileira e a importância de mudar de emprego; requalificação desse trabalhador: muitos devem até mesmo ser alfabetizados; e, por último, o acesso a cursos profissionalizantes para que possam exercer novas funções. (*grifos colocados*)

Durante o ano de 2007, quando residimos com um grupo de migrantes cortadores de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, tomamos conhecimento de vários cursos oferecidos em vários municípios de destino desta força de trabalho, por iniciativa de sindicatos, usinas e do SENAR, no entanto, além da exigência de escolaridade, havia outros empecilhos para a participação dos migrantes: os cursos eram realizados durante o período da safra, alguns mesmo durante o horário de trabalho. Mesmo considerando a possibilidade de um curso noturno, grande parte dos cortadores de cana não se sente motivada a participar de alguma atividade formativa após um dia de trabalho exaustivo no corte de cana. Isso nos faz colocar a hipótese de que tais cursos e, conseqüentemente, essas oportunidades de trabalho terminam sendo apropriadas, em sua maior parte, pelos trabalhadores nativos.

Numa conversa informal com quatro jovens trabalhadores migrantes, cortadores de cana, no município de Novo Horizonte, o tema das máquinas surgiu espontaneamente:

Pesquisador – Por que você acha que o corte de cana, só vai existir até 2014?

Jovem 4 – Porque depois só dá máquina aí...

Pesquisador – E aí, vocês vão fazer o quê?

Jovem 3 – Ai a gente tem que procurar outros meio né.

Pesquisador – Quais são os outros meio que vocês tem?

Jovem – Procurar outro emprego lá [referência a região de origem]

Pesquisador – Lá tem o que, qual opção que tem lá pra vocês?

Jovem – É plantar roça, plantar feijão e milho. (risos) só isso mesmo tem lá.

Jovem 1 – Agricultura familiar.

Jovem 2 – *Se Deus der um inverno tudo bem...* [Entrevista realizada por Marcelo Saturnino em 19 de Julho de 2010 e transcrita pelo mesmo].

A volta ao lugar de origem, para muitos, revela a falta de opção, de outros horizontes possíveis não vislumbrados. Aí, na origem, as opções continuam as mesmas: a agricultura familiar alternada com outros trabalhos informais: ajudante de pedreiro, descarregador, como a fala deste trabalhador deixa transparecer:

Oxe, viver a gente vive, se fosse assim, gato não vivia, não dá um prego e vive mais bem que o cabra, não paga aluguel, não paga nada, e vive mais bem que o cabra... O cabra muda pra outro serviço, mas pra quem é acostumado a só cortar cana, vai sofrer muito, pra quem ta na usina tá bom, e pra quem não ta... Se eu não cortar cana, vou trabalhar em Domingo [comerciante], descarregando cimento, milho, tá bom demais, eu não nasci cortando cana. Agora ruim é para os fiscais que não sabem fazer outra coisa, eu não, eu já fiz de tudo nesta vida.... (Hermínio, 24 anos, migrante paraibano, cortador de cana). [Entrevista realizada por Marcelo Saturnino, em 18 de Julho de 2010 e transcrita pelo mesmo].

Pelo exposto, podemos perceber que com a intensificação da mecanização há uma tendência de aumento da informalidade, tanto na região canavieira quanto nos municípios de origem dos migrantes. Alguns trabalhadores, especialmente os jovens com maiores níveis de escolaridade poderão ser alocados tanto no próprio setor, quanto em outros setores da economia, inclusive, no mercado de trabalho urbano na cidade de São Paulo, Sorocaba e outros locais de destino; uma pequena parcela continuará cortando cana-de-açúcar, recebendo menores salários, já que a

tendência é que o pagamento seja na diária; e se expondo a riscos de acidentes de trabalho, especificamente, os relacionados a picadas de animais peçonhentos.

Os impactos não serão sentidos, apenas, pelos trabalhadores migrantes, mas deverão atingir, também, a dinâmica de seus municípios de origem. Neste sentido é urgente que grupos e organizações, além da sociedade civil e da esfera governamental, dessas localidades comecem a pensar em como se organizarão para receber de volta esta parcela de sua população, o que equivale a pensar as políticas públicas de emprego e renda a nível local.

Uma das possíveis saídas para que os trabalhadores sejam inseridos nas economias das localidades de origem é resolver a questão agrária, que inclusive é um dos vetores que ocasiona os processos de migração sazonal. É necessário que a reforma agrária volte à pauta atual. É de longa data a constatação de que a migração sazonal é uma saída econômica das famílias camponesas do nordeste, devido a alta concentração fundiária e, portanto, não acesso dos agricultores à terra.

Alves (2009) elenca propostas de políticas que compensem a eliminação de postos de trabalho ocasionados pela mecanização no estado de São Paulo. A proposta do autor passa fundamentalmente por uma política de reforma agrária nas áreas de cana onde não será possível adentrar com as máquinas, devido à declividade; associadas a políticas de capacitação e estímulo a produção familiar de alimentos.

Em relação às áreas de origem dos trabalhadores migrantes, cremos que esta proposta seja viável. Políticas de distribuição de terras, associadas ao apoio a agricultura familiar são questões fundamentais para gerar oportunidades de trabalho e renda para as famílias que necessitam destes postos de trabalho, agora eliminados pela mecanização.

Cabe destacar que o mesmo estado brasileiro que investe polpidos recursos no agronegócio canavieiro, estimulando inclusive a mecanização e conseqüentemente a eliminação dos postos de trabalho, tem a responsabilidade de arcar com as conseqüências dessa mecanização para com os trabalhadores migrantes.

No que tange a políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, é necessário que os órgãos públicos repensem a maneira de como distribuir os recursos, visto que boa parte dos recursos do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) são distribuídos nos três estados do Sul. (BIONDI, 2008).

Mas o estado brasileiro não é único responsável por estes trabalhadores que estão sendo afetados pela eliminação de seus postos de trabalho. Como prevê a Constituição Federal, em seu Artigo 7º, Inciso XXVII – é direito dos trabalhadores terem proteção em face da automação, na forma da lei.

Os donos das usinas, beneficiários em alto grau da mecanização das lavouras, também, tem responsabilidade pela eliminação dos postos de trabalho, e, portanto, seria muito proveitoso se parte dos lucros dessas usinas fossem para um fundo que auxilia-se os trabalhadores até arranjam um novo trabalho.

Referências:

- ABREU, Dirce de; MORAES, Luiz Antônio; NASCIMENTO, Ednalva Neves; OLIVEIRA, Rita Aparecida de. Impacto social da mecanização da colheita de cana-de-açúcar. Rev Bras Med Trab. São Paulo • Vols. 4, 5 e 6 • Número Especial • Julho de 2009, Disponível in: http://www.sucreethique.org/IMG/pdf/Impacto_social_da_mecanizacao_da_colheita_de_cana-de-acucar.pdf.
- AGUIAR, D. A.; RUDORFF, B. F. T.; SILVA, W. F. Monitoramento do modo de colheita da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo – ano safra 2009/2010. São José dos Campos: INPE/MCT, 2010. 154p. (Relatório técnico 16685-RPQ/851).
- ALVES, Francisco. Políticas Públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana crua: indo direto ao ponto. **RURIS**, Volume 3, n. 1. Campinas/SP, 2009.
- _____. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e

- Piauí para o corte de cana em São Paulo. In: Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). J. R. Novaes e F. Alves (orgs.) São Carlos EdUFSCAR, 2007.
- BACCARIN, José Giacomo e GEBARA, José Jorge. *Intensificação do Ritmo e Redução de Postos de Trabalhos Trabalhadores Canavieiros no Estado de São Paulo, Brasil*. Disponível in: www.fcav.unesp.br/baccarin/Artigo%2012%20ALAST.doc. Acesso em 14 de Novembro de 2010.
- BIONDI, Antonio. RS, PR e SC recebem 43% dos R\$ 13 bi para produção familiar. Disponível via internet em <http://www.reporterbrasil.org.br/agrocombustiveis/exibe.php?id=23> Acesso dia 15 de dezembro de 2010.
- BRASIL, Constituição Federal do Brasil. Disponível via internet em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm Acesso dia 14 de dezembro de 2010.
- GONÇALVES, Daniel Bertoli. Considerações sobre a expansão recente da lavoura canavieira no Brasil. Rev.. Informações econômicas, SP, v. 39, Out, 2009. Disponível in: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/IE/2009/tec7-1009b.pdf>.
- MENEZES, Marilda Aparecida de & SILVA, Marcelo Saturnino da. A cana judia de nós! Impactos da migração e da atividade de cortar cana sobre a saúde dos trabalhadores migrantes nordestinos. Texto apresentado no VIII Congresso da ALASRU, Porto de Galinhas, 2010. (mimeo).
- NOVAES, J.R.P. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais. In: Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). J. R. Novaes e F. Alves (orgs.) São Carlos EdUFSCAR, 2007.
- _____. O paradoxo no mundo do trabalho. IHU On line. Disponível in: <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/>

edicoes/1158344143.77pdf.pdf.

- RAMOS, Pedro. O trabalho na lavoura canavieira paulista: evolução recente, situação atual e perspectivas. In: BUAINAIN, Antônio Márcio e DEDECCA, Cláudio Salvador (Coordenadores) MIRANDA, Carlos e TIBÚRCIO, Breno (Organizadores da Série). Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira. Brasília: IICA, 2008. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.9), Disponível in: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/32/Serie%20DRS%20vol%209%20-%20Emprego%20e%20Trabalho%20na%20Agricultura%20Brasileira.pdf>.
- ROCHA. Fernanda Ludmila. A análise dos fatores de risco do corte manual e mecanizado da cana-de-açúcar no Brasil segundo referencial da Promoção da Saúde. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2007. (Tese de Doutorado) (mimeo).
- ROSEIRO, Maria Nazareth¹ & TAKAYANAGUI, Ângela Maria Magosso. Meio ambiente e poluição atmosférica: o caso da cana-de-açúcar. In: Rev. Saúde. Vol. 30 (1-2): 76-83, 2004. Disponível in: <http://w3.ufsm.br/revistasauade/2004/30%281-2%2976-83,%202004.pdf>.
- SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Qualidade total, saúde e trabalho: uma análise em empresas sucroalcooleiras paulistas. In: RAC, v. 4, n. 1, Jan./Abr. 2000: 93-112. Disponível in: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v4n1/v4n1a06.pdf>.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes & RIBEIRO, Jadir Damião. Violação dos direitos e formas de resistência nos canaviais paulistas. Texto apresentado no VIII Congresso da ALASRU, Porto de Galinhas, 2010. (mimeo).
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. In: J. R. Novaes e F. Alves (orgs.) Migrantes: trabalho e trabalhadores

no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos, EduFSCAR, 2007.

SORIMA NETO, João e NEVES, Maria Laura. A Revolução da cana. Revista Época, Rio de Janeiro, no 388, 24 de outubro de 2005.

VETTORASSI, Andréa. Partindo para a cidade garantida e proibida. In: J. R. Novaes e F. Alves (orgs.) Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos, EduFSCAR, 2007.

UMA FONTE PARA O ESTUDO DA MIGRAÇÃO E DO MIGRANTE: OS REGISTROS DOS EVENTOS VITAIS¹

*Maria Silvia C.B.Bassanezi**

A fixação dos primeiros colonizadores portugueses em terras brasileiras, no início do século XVI, foi o primeiro momento da imigração internacional em direção ao Brasil, um movimento populacional que perdura até hoje. Esse movimento não foi uniforme. Conheceu períodos de maior ou menor intensidade de fluxos, envolveu pessoas oriundas de diferentes lugares e distintas condições socioeconômicas em deslocamentos forçados, subsidiados ou espontâneos.

Em escala bem menor, pessoas deixaram o Brasil em direção a outras paragens, sendo que o movimento emigratório avolumou-se a partir das últimas décadas do século XX. Paralelamente, um movimento interno da população, também

* Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP), bolsista PQ/CNPq e pesquisadora do Projeto Temático/FAPESP *Observatório das Migrações em São Paulo (Fases e faces do fenômeno migratório no Estado de São Paulo)*, coordenado por Rosana Baeninger e desenvolvido junto a esse núcleo.

¹ Um texto mais amplo sobre o uso dos registros paroquial e civil de batismo/nascimento, casamento e óbito na pesquisa histórica foi escrito pela autora e publicado (BASSANEZI, M. S. Os eventos vitais na reconstituição da história. In PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de (orgs.) *O Historidor e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 141-172). O presente texto retoma esse tema visando principalmente o uso desse corpo documental para os estudos migratórios.

com diferentes intensidades, motivações e direções variadas, ocupou e transformou o espaço brasileiro ao longo de mais de quinhentos anos.

Nas últimas décadas do século XX e nesse século XXI, os movimentos migratórios intensos abrem cada vez mais espaço na agenda dos estudiosos e das autoridades governamentais. Ao mesmo tempo, as migrações dos séculos anteriores e primeira metade do século XX, chamadas “históricas”, continuam a interessar os estudiosos, que, agora, perseguem novos temas e buscam novas fontes e metodologias em suas análises e, dessa forma, ampliam o conhecimento contribuindo, inclusive, para o entendimento dos movimentos populacionais contemporâneos.

Assim, relacionar os movimentos populacionais do passado com os mais recentes passa a ser inevitável. Pesquisas têm mostrado que a mitologia sobre a migração do passado e a percepção que muitas pessoas têm hoje dessa migração marca profundamente como a nova migração é vista. Além disso, estudos comparativos passado/presente têm ajudado a evitar que aspectos particulares da migração atual sejam super ou subvalorizados se considerados por si só; eles apontam diferenças e também as muitas similaridades e continuidades entre os movimentos. Tais estudos contribuem, inclusive, do ponto de vista teórico, avaliando, por exemplo, se conceitos e modelos elaborados à luz da migração atual são únicos do momento atual ou podem ser também do passado. Enfim, as comparações permitem ver o que é realmente novo e o que não é nos movimentos populacionais mais recentes (FONER, 2000).

Entre as fontes de informações mais ricas para o estudo comparativo dos migrantes e das migrações dos séculos anteriores com as mais atuais estão o registro paroquial e civil, de batismo/nascimento, casamento e óbito – são os chamados registros vitais. Este texto busca mostrar as potencialidades e dificuldades no trabalho com tal conjunto documental para o entendimento dos fluxos migratórios, internacionais e internos, do passado e do presente.

É fato que em tais registros — elaborados e conservados pela Igreja Católica, por algumas das Igrejas Reformistas e pelo Registro Civil de Pessoas Naturais — a migração e o migrante nacional ou estrangeiro, enquanto tais, não constituem o objeto direto de sua produção. No entanto, seus dados podem ser recuperados através desses registros, porque, entre as informações presentes nesses documentos, encontram-se a *nacionalidade e/ou naturalidade* das pessoas envolvidas e o *local onde residem*, no momento em que ocorreu o evento. Como se sabe, em princípio, todos os nascimentos, casamentos e falecimentos ocorridos em um determinado local se encontram registrados nesses documentos. Mesmo que, em certos momentos e localidades, uma parcela de nascimentos, casamentos e óbitos por algum motivo não tenham sido anotados, pode-se dizer que tais registros constituem-se em fontes democráticas, pois de fato incluem todos os setores da sociedade: homens e mulheres, ricos e pobres, brancos, negros e índios, filhos legítimos e ilegítimos, crianças expostas ou enjeitadas, escravos e libertos (antes de 1888, no Brasil), muitos deles migrantes (BASSANEZI, 2009).

O registro paroquial

O registro paroquial de batismo, casamento e óbito — originalmente utilizados pelos demógrafos historiadores para calcular as tendências históricas da reprodução humana, construir medidas de fecundidade, nupcialidade, mortalidade e observar o crescimento populacional e a formação das famílias — têm se mostrado importantes também para o conhecimento de outros aspectos da história social e cultural. A história da família, da mulher, da escravidão, das mentalidades avançou muito com a utilização desse corpo documental.

Nos estudos de caráter mais demográfico, e em particular da migração, esses registros produzidos pela Igreja, particularmente, têm um peso muito grande, pois guardam informações de uma época em que não existia o Registro Civil —

em que não havia a separação entre Estado e Igreja – ou seja, o Brasil do início da colonização portuguesa à Proclamação da República. São úteis também para os estudos históricos de períodos em que os censos regionais e nacionais são poucos, trazem muitas lacunas ou não são confiáveis. Mas eles podem ser utilizados para período posterior dependendo do que se quer conhecer, como, por exemplo, persistência ou mudança nas práticas religiosas, culturais que os migrantes trouxeram ou adquiriram no novo local de moradia.

De acordo com as normas estabelecidas pela Igreja Católica Romana, na ata de batismo devem constar: a data do evento, nome completo do batizando, nome dos pais, filiação legítima ou ilegítima, local de residência dos pais ou responsáveis, o nome de pelo menos um padrinho (melhor dois), a assinatura do sacerdote. Vários outros aspectos considerados importantes e dignos de menção também podem ser encontrados em tais registros: se a criança foi concebida dentro ou fora de um casamento formal, se os pais são conhecidos ou não, se batizada em casa, por estar em perigo de morte; além desses, informações como a condição social dos pais e, mais raramente, a naturalidade dos pais e nomes dos avós maternos e paternos.

O registro paroquial de casamento, por sua vez, deve conter: a data do casamento, o nome de cada cônjuge e sua filiação, residência, naturalidade e a assinatura do sacerdote. No caso de casamento de viúvo ou viúva, a declaração de viuvez do cônjuge, com o nome do(a) primeiro(a) esposo(a); se os cônjuges estavam incursos nos impedimentos “graves” ou “leves” determinados pelo Código Canônico da Igreja Católica. Com o tempo, foram assinalados também: o local de realização do casamento, a idade dos cônjuges, a condição social dos nubentes, os nomes das testemunhas acompanhados de alguma característica das mesmas, como, por exemplo, o estado civil e o título. Em se tratando de nubentes escravos, esses registros anotam o nome do proprietário e os relativos a imigrantes trazem a nacionalidade e, muitas vezes, a paróquia de origem dos mesmos. No caso de filhos de imigrantes nascidos no Brasil, no registro de casamento pode ser encontrada

a nacionalidade dos pais dos nubentes. Quando os cônjuges pertencem às categorias sociais e econômicas mais elevadas as anotações são mais completas, incluem os nomes de avós maternos e paternos de cada cônjuge, a paróquia e as dioceses de nascimento e moradia e, além do vigário e das testemunhas, outras pessoas presentes assinam o registro.

Registro paroquial de casamento

Aos vinte e três dias de dezembro de mil novecentos e vinte, na Igreja de São José da Vila Industrial perante o [ilegível] Nicolau Vam Roogem e das testemunhas Francisco Molina e Vicente de Moraes canonicamente proclamado e não constando impedimento algum receberam em matrimônio Demenso Canteiro e Vicentina Bobbo. Elle solteiro, hespanhol, natural de Valencia, filho de Julião canteiro e Adela Luiza Alonso. Ella solteira, brasileira, natural de Araras de 19 annos filha de João Bobbo e Maria de Moraes. Ambos residentes neste Curato. [assinatura do padre]

Os registros de óbito são mais simples e as normas não tão rigorosas. Eles anotam a data do falecimento, o nome do morto, seu estado civil. No caso de solteiros, os pais são nomeados, ou o fato de ter sido “exposto” ou ser filho “natural”. Para os falecidos(as) casados(as) e viúvos(as) trazem o nome do esposo(a). Em muitas paróquias assinalam-se a naturalidade do morto, a nacionalidade em se tratando de estrangeiro, sua idade, a atividade ocupacional ou profissão exercida, a causa da morte e se o morto deixa testamento. Sendo escravo, o nome do proprietário vem também registrado. Em várias paróquias, as condições do enterramento vêm por vezes mencionadas: tipo e cor da mortalha ou do caixão (século XIX), local do enterramento, algum detalhe cerimonial. Depois da implantação do registro civil, o registro paroquial de óbito foi perdendo sua importância e com o tempo deixou de feito.

Registro paroquial de óbito

Aos três de Fevereiro de mil oitocentos e cinquenta e três falleceo com todos os sacramentos José Custódio Leite [Ilegível] natural de Parnahyba de quarenta anos de idade casado com Barbara Paes de Barros envolto em habito preto e capa branca jaz no cemitério [Assinatura do vigário]

No decorrer do tempo, a legislação eclesiástica foi acrescentando novas informações ou suprimindo outras anteriormente existentes. No entanto, a abrangência das informações presentes nos registros de batismo, casamento e óbito, em que se pesem as normas estabelecidas, estiveram sempre na dependência do zelo do vigário em anotá-las, ampliá-las ou suprimi-las (MARCÍLIO, 2004 e 2008; BASSANEZI, 2009). *Registro Civil*.

Embora as origens do registro civil no Brasil datem da primeira metade do século XIX e na segunda metade desse século houvesse um esforço para regulamentá-lo, foi somente com a Proclamação da República que ele passou, definitivamente, a ser implantado. Assim mesmo, nos anos iniciais da República, demorou muito para que a população fosse conscientizada da necessidade de registro civil e os registros realizados pela Igreja continuaram a ter efeito legal ainda por algum tempo. No decorrer do século XX uma série de decretos e leis trouxe novas modificações jurídicas em termos de registro civil, mas sem alterações significativas no quadro das informações exigidas para o registro dos eventos vitais.

As informações contidas nas atas do registro civil de *nascimento* podem ser agrupadas em: – *dados do registro*: número, data e local; *dados sobre o nascido*: nome e prenome, data do nascimento, lugar do nascimento (geográfico e funcional), sexo, natureza do parto (gêmeos ou não), filiação (legítima ou ilegítima), cor (depois de 1928), nasceu vivo ou nasceu morto, morreu no ato ou logo depois do parto; *dados sobre os pais*: nome, naturalidade,

profissão, residência, local do casamento, idade da mãe no momento do parto (pós 1974); *outros dados*: ordem de filiação de outros irmãos de mesmo prenome, nome de avós materno e paterno, nome, prenome, profissão e residência das testemunhas.

Registro civil de nascimento

Aos nove de Dezembro de mil novecentos e cinco, nesta cidade, em meu cartório, compareceu David Jose Antonio declarando que a dous do corrente mez as nove horas da noite, na fazenda Cascata nasceu a creança de cor parda do sexo masculino que terá o nome de Sebastião, filho legítimo dele declarante, aministrador agrícola e de Emilia Maria dos Santos, brasileiros naturaes esta deste Estado e aquelle do Rio de Janeiro, casados nesta cidade e residentes na referida fazenda, avós paternos Jose Antonio e Clemencia e maternos Bento da Cunha e AnnaMaria dos Santos. Nada mais declarou. Oque para constar lavrei este ato que lido, assignam João da Rocha Campos, a rogo do declarante por não saber escrever e testemunhas. Eu escrivão e official [seguem as assinaturas]

Registro civil de nascimento de filho de estrangeiros

Aos treze de Dezembro de mil novecentos e cinco nesta Cidade em meu cartório compareceu Narde Fiori Giovanne, declarando que a onze do corrente mez as cinco horas da manhã, no bairro da Guanabara, casa número oito da rua Raphael Sampaio, nasceu a creança do sexo feminino que lido digo que terá o nome de Amelia, filha legitima do declarante, negociante, e de Henriqueta Pintor, esta hespanhola e italiano aquelle, casados nesta Cidade e residentes na referida casa, avos paternos Jorge Narde e Lucia Guarnieri e maternos Antonio Pintor e Rosalia Meirelles. Nada mais declarando que para constar lavrei este ato declarou digo ato que lido assigno com o declarante e testemunhas. Eu escrivão e official [seguem as assinaturas]

Nos registros de **casamento**, encontram-se basicamente: *dados do registro*: número, data e local; *dados dos cônjuges*: nome, filiação (legítima ou ilegítima), idade, naturalidade, residência, profissão; *dados sobre os pais*: nome e às vezes a data de nascimento, profissão, domicílio e residência; *dados das testemunhas*: nome, idade, profissão, residência e assinatura; “assinatura a rogo” de testemunha, quando um, ou os dois cônjuges não sabiam ler e escrever; *o regime de casamento* (se ou não com comunhão de bens) e *outros dados*: se for o caso, os filhos tidos antes do casamento, seus nomes e idades; se forem parentes, o grau de parentesco; se viúvo o nome do cônjuge falecido.

Nos registros de **óbitos** as informações também podem ser agrupadas em: *dados do registro*: número, data e local; *dados sobre o óbito*: nome e prenome, data do falecimento, lugar do falecimento (geográfico e funcional), sexo, idade, cor (depois de 1928), estado civil, profissão, naturalidade, domicílio ou residência do morto; *dados sobre os pais*: nome e prenome naturalidade, profissão, residência; *dados sobre os filhos*: nome e prenome, idade; *outros dados*: tipo de morte, causa da morte, lugar do sepultamento, nome do cônjuge e cartório do casamento, se deixou bens ou herdeiros menores e interditos (depois de 1928) (ALTMAN e FERREIRA, 1979; HARKETT, 1996; BASSANEZI, 2009).

Registro civil de casamento

Aos vinte e três dias de Abril de mil nove centos e quatro nesta cidade de Campinas, districto de Santa Cruz, em a sala do cartório de Paz a rua Sacramento as oito horas da manhã, perante o juiz de casamento Doutor João de Assis Lopes Martins, comigo escrivão e official seu argo adiante nomeado e satisfeitas as exigências legais ao auto receberam-se em matrimonio segundo o regimen comum os contraentes Marsan Giovanni e Baldin Giovanna aquele com vinte e dois annos de idade, natural de Venesia, colono agrícola e esta com vinte annos, natural de Trevizo, ambos italianos solteiros e residentes neste districto, sendo filhos legítimos de Marsan Nicola e Morigno Santa e a segunda de Baldin Fillipo e Bellato Rosa, estes e aquelles residentes neste districto. Testemunharam perante o act o Stradiatto Giuseppe com trinta anos de idade, sapateiro e [ilegível] Gaitto com vinte e sete anos de idade, negociante e [ilegível] Vincenzo com vinte e oito anos de idade, colono agrícola todos residentes neste districto. Em firmeza do que eu Manoel Carlos de Toledo Leite escrivão e official lavrei este acto que vai por todos assignados fazendo a rogo da contraente que não sabe escrever a ultima testemunha mencionada depois de lido e achado conforme [seguem as assinaturas]

Registro civil de óbito

Aos treze de abril de mil oitocentos e noventa e seis, nesta cidade de Campinas, districto da Conceição, em cartório compareceu José Felix e exhibindo atestado do Dr Thomaz Alves Filho declarou: - que a quatro do corrente mez, às quatro horas da manhã falleceo de febre amarela Luiza Joaquina italiana, casada com cessenta e oito anos de idade e foi sepultada no cemiterio publico. E para constar faço este termo.[segue assinatura]

As potencialidades da fonte

Como o leitor atento pode observar esses registros são propícios a múltiplas leituras pela riqueza de informações e pelas muitas possibilidades de pesquisa que oferecem, não só de uma perspectiva demográfica, mas também sociocultural. Muitas pesquisas já realizadas no Brasil, que utilizaram tais registros, confirmam esta afirmação².

² Pesquisas realizadas que se valeram dos registros dos eventos vitais: ANDREAZZA, M. L. *Paraíso das delícias: estudo de um grupo ucraniano*. Curitiba, 1996. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. BALHANA, A. P. *Famílias Coloniais: fecundidade e descendência*. Curitiba: UFPr/SCHLA/Departamento de História, 1977. (Tese apresentada ao Concurso para Professor Titular de História da América). BACELLAR, C. de A. P. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 1997. BACELLAR, C. de A. P. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001. BASSANEZI, M.S.C.B. *Considerações sobre os estudos do celibato e da idade ao casar no passado brasileiro*. *Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Belo Horizonte: ABEP, 1994. BASSANEZI, M.S.C.B. *O casamento na colônia no tempo do café*. *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Belo Horizonte, ABEP, 1988. BASSANEZI, M.S.C.B. *Famílias em movimento: São Paulo (Brasil) 1890-1930* (no prelo). BOTELHO, T. R. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, 1994, Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. BRÜGGER, S. M. J. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007. BURMESTER, A.M. *Population de Curitiba au XVIIIe. Siècle*. Tese (doutorado), Universidade de Montreal, 1981. COSTA, I. Del N.; GUTIÉRREZ, H. *Notas sobre casamentos de escravos em São Paulo e no Paraná (1830)*. *História: questões e debates*, Curitiba, v. 5, n. 9, p. 313-321, dez.1984. CUNHA, M. F. *Fogos e escravos da Franca do Imperador no século XIX*. Campinas, 2005. Dissertação(Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas/

Eles se prestam tanto às análises de caráter qualitativo como quantitativo; análises em nível micro ou macro e, em sendo uma fonte nominativa (pois trazem nomes das pessoas) se prestam a cruzamentos entre si e com outras fontes nominativas ou não. Devido à sua abrangência temporal, os registros ajudam no entendimento dos processos demográficos, sociais e culturais, das permanências e mudanças, das tendências seguidas no decorrer do tempo pela migração e pelos migrantes. Possibilitam a reconstituição de famílias, das redes sociais estabelecidas (uma

UNICAMP. CUNHA, M. F. *Demografia e família escrava*. Franca- SP, século XIX. Campinas, 2009. Tese (Doutorado). FARIA, S. C. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. GUTIERREZ, H. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, 1897. HAMEISTER, M. D. *Para dar calor à nova povoação: estudos sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)*. Rio de Janeiro, 2006 Tese (doutorado em História Social). IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro. KÜHN, F. Rio Grande do Sul Colonial: população e sociedade na segunda metade do século XVIII. In *II Seminário de História Quantitativa e Serial*. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2001. MACHADO, C. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. MARCÍLIO, M. L. *A cidade de São Paulo. Povoamento e População 1750-1850*, São Paulo: Pioneira, 1974. MARCÍLIO, M.L. *Caiçara: terra e população*. São Paulo: Paulinas; Cedhal, 1986. NADALIN, S.O. *Une paroisse germanique au Brésil: La Communauté Évangélique Luthérienne à Curitiba entre 1866 et 1969*. Paris, França, 1978. Tese (Doutorado) – École des Hautes Études em Sciences Sociales; NADALIN, S.O. “João, Hans, Johann, Joahannes: dialética dos nomes de batismo numa comunidade imigrante”. *Revista História Unisinos*. São Leopoldo, 2007. ROCHA, C. M. *Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas/UNICAMP, 2004. SCOTT, A. S. V. *Família, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. Guimarães: NEPS; Universidade do Minho, 1999. TEIXEIRA, P. *A formação das famílias livres e o processo migratório: Campinas (1774-1850)*. São Paulo, 2005. Tese de doutorado – Departamento de História, USP/FFLCH.

vez que eles trazem também o nome dos pais, avós, padrinhos, testemunhas, oficiantes, pessoas que assinam “a rogo” pelos que não sabem ler ou escrever) e de outros aspectos que marcam as vidas dessas pessoas e grupos, por exemplo, hierarquias sociais, práticas religiosas.

Através desses registros, é possível recompor uma parcela do mundo da infância, da família, da mulher, do trabalhador migrante; conhecer vários aspectos relativos ao casamento (endogamia ou exogamia, idade ao casar), ao óbito (idade ao falecer, causa morte, se com ou sem assistência médica) entre os migrantes e os relativos ao nascimento, casamento e óbito de seus filhos na terra hospedeira. Com eles é possível recompor as características do movimento migratório em termos de volume, sexo, idade, nacionalidade, naturalidade, estado conjugal, filiação legítima e ilegítima, ocupação, condição social, instrução (alfabetizado, analfabeto); verificar a existência de certos padrões específicos de comportamento demográfico ou sociocultural entre os imigrantes, com relação à ilegitimidade, ao compadrio, às escolhas matrimoniais, à mortalidade. A partir de tais registros pode ser visualizada com bastante clareza a movimentação espacial das populações, assim como a sazonalidade dos eventos vitais, as taxas de natalidade, nupcialidade, mortalidade, que refletem costumes, tradições, mentalidade religiosa, atividades econômicas, condições climáticas, sanitárias e biológicas. Mais ainda, permitem conhecer aspectos diversos da vida do migrante vis a vis aos nativos da terra hospedeira e àqueles que permaneceram na terra de origem.

O trabalho com essa fonte

A bem sucedida experiência dos historiadores que trabalharam com os registros paroquiais em estudos de Demografia Histórica e História Social, a partir de meados do século XX — quando Louis Henry demonstrou as potencialidades desses documentos para os estudos demográficos, criando uma metodologia para a coleta e análise das informações contidas nos

registros paroquiais franceses — animam novas pesquisas com este corpo documental e também com o registro civil³.

A coleta e o manejo das informações contidas nesse corpo documental exigem um dispêndio de tempo grande, atenção e paciência do pesquisador, exige um trabalho de equipe. A primeira fase de levantamento, análise crítica, transcrição dos dados, que precede a análise propriamente dita, é lenta e árdua. No entanto, vale à pena a empreitada, pelas inúmeras possibilidades que abre para pesquisas que têm como tema a migração.

A exploração desses documentos lança mão de metodologias, técnicas e determinados cuidados preconizados por Henry e, posteriormente, ampliados por outros estudiosos tanto da demografia, como de outras áreas do conhecimento.

Primeiramente é preciso trabalho prévio para descobrir onde se acham os livros da paróquia ou em que cartório do registro civil ou arquivo, da localidade privilegiada pelo estudo, se eles existem. Localizado o corpo documental, é preciso verificar se a coleção abrange todo o período a estudar, se está bem conservada, se não faltam muitos registros e se os que se encontram manuscritos são legíveis. Assim, é preciso fazer uma análise crítica rigorosa da documentação existente, de seus dados, em bases científicas e utilizar metodologias adequadas para evitar comprometer a pesquisa e seus resultados, em função de eventuais

³ A metodologia, criada por Henry, inclui levantamento anônimo e nominativo dos dados, e, neste caso, também um posterior cruzamento dessas informações nominativas em uma *ficha de família*, possibilitando a *reconstituição de família*. Essa metodologia está minuciosamente descrita em um manual publicado na França, em co-autoria com Michel Fleury, e em outro, já traduzido para o português, sobre técnicas de análise demográfica. FLEURY M.; HENRY, L. *Nouveau Manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*. Paris: INED, 1985. HENRY, L. *Técnicas de análise em Demografia Histórica*. Tradução de Altiva P. Balhana e Jayme A. Cardoso. Curitiba: UFPr, 1977.

lacunas ou conclusões apressadas e equivocadas. Ter noções de estatística, de informática, capacidade de construir e “ler” tabelas e porcentagens e conhecer determinados programas de computador (conforme as questões de cada pesquisa) são fundamentais. No caso da pesquisa não trabalhar com o *universo*, mas com uma *amostra*, esta deve ser selecionada com todo rigor estatístico, cujas regras o pesquisador deve obedecer.

Nas últimas décadas, os avanços tecnológicos atrelados aos trabalhos individuais e, sobretudo, os de equipe e aos recursos disponíveis nas universidades e centros de pesquisa (scanner, máquinas fotográficas digitais, máquinas digitalizadoras, micro computadores e softwares diversos) vêm animando os pesquisadores a explorar os registros vitais para o conhecimento dos processos migratórios e da vida sociocultural dos migrantes. Esses avanços permitem tratar com novo fôlego e mais rapidamente a informação massiva contida nesse volumoso corpo documental. O uso da informática possibilita fazer cruzamentos antes quase impossíveis, possibilita a realização de cálculos e análises de tendências e processos com maior precisão em menor espaço de tempo. Possibilita ampliar a representatividade dos eventos analisados e dar às análises uma base documental maior.

O sucesso do trabalho com os registros dos eventos vitais, certamente não pode prescindir do cruzamento com outras fontes que trazem elementos para o conhecimento da migração e do conhecimento já produzido sobre esse tema. O sucesso será muito maior se contar com uma equipe multidisciplinar.

As pedras no meio do caminho

Em que se pesem todas as opções temáticas que essas fontes apresentam para os estudos da migração e dos migrantes e dos avanços da informática que possibilitam trabalhar com maior volume de dados e mais rapidamente, o estudioso que se aventura ao trabalho com as mesmas encontra “pedras no meio do caminho” às quais precisa estar alerta.

O acesso a essas fontes nem sempre é fácil, depende de autorização e em muitos casos também da boa vontade de seus responsáveis⁴.

É preciso não esquecer a possibilidade de existência de subnumeração dos eventos vitais. Crianças nasciam e/ou morriam, por exemplo, sem que houvesse algum registro de sua existência, assim como muitos adultos não legalizavam suas uniões ou não tiveram sua morte anotada. No que diz respeito aos registros paroquiais, o limite também está no fato de congregarem apenas a população católica ou de outra Igreja que adotou sistema semelhante para registrar os eventos vitais de seus seguidores, como, por exemplo, a Igreja Luterana.

É preciso estar alerta para os respectivos desdobramentos territoriais das freguesias, distritos e municípios e de alterações dos nomes das localidades. É muito comum na história brasileira municípios se desmembrarem, criando novos municípios, outros desaparecem e entre esses últimos vários serem recriados. É preciso evitar que a realidade reconstruída através dos registros não apresente vieses vinculados a esses aspectos e também aos próprios documentos que sobreviveram e que estão disponíveis à pesquisa.

Como até décadas mais recentes esses registros eram manuscritos, muitos deles são de difícil leitura. Por outro lado, observa-se que no Brasil como em Portugal, a adoção dos

⁴ A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (mórmons) microfilmou os registros das paróquias e dos cartórios de uma parcela ponderável de localidades brasileiras, o que, de modo geral, abrange o período que vai da criação das respectivas freguesias ou paróquias à década de 1930. Cópias desses microfilmes foram entregues aos responsáveis pelos livros e, dessa forma, é possível que muitas paróquias, acervos das dioceses, cartórios ou arquivos históricos guardem estes microfilmes e possam disponibilizá-los para os pesquisadores interessados. O site para buscar informações sobre microfilmes é: http://www.familysearch.org/Eng/Library/fhlcatalog/supermainframeset.asp?display=localitysearch&columns=*,0,0. O site para buscar informações sobre famílias (bases de dados já digitadas) é: <http://search.labs.familysearch.org/recordsearch/#p=0>.

sobrenomes, ou nome de família, não seguiu uma única regra de transmissão e em se tratando de estrangeiros não portugueses, o “aportuguesamento” do nome ou a grafia errada também que dificulta o cruzamento de informações nominativas. Também, não se pode esquecer que esses documentos expressam muitas vezes a subjetividade das pessoas que coletam ou prestam as informações, da importância que elas dão às mesmas. Para solucionar tais questões muitas vezes é preciso contar com a ajuda de um paleógrafo, de um linguista, de um conhecedor da história local e de se recorrer ao cruzamento de informações em outros registros ou em outras fontes nominativas para obter a informação correta.

Ainda é preciso assinalar que os registros de batismo/nascimento, casamento e óbito são mais propícios aos estudos sobre imigração e imigrante, sobre aqueles que “entram” em uma dada localidade, do que sobre os que emigram, os que “partem”, embora seja possível captá-los em parte com técnicas e metodologias específicas e sofisticadas da demografia ou da matemática e estatística.

Por fim, a massa volumosa de registros de um dado local e a lentidão com que se processa esse trabalho de levantamento e transcrição das informações, mesmo com todos os recursos de informática disponíveis, acaba por restringir a pesquisa a espaços de análise menores.

Um desafio

No campo das migrações internas no Brasil uma das lacunas observadas é a quase ausência de pesquisas mais profundas sobre os movimentos migratórios ocorridos no Brasil antes de meados do século XX. Isso é lamentável, *em vista das potencialidades desse tipo de análise abre, para a própria compreensão dos processos econômicos, sociais e políticos que forjaram a atual nação brasileira* (MARTINE, 1990, p. 16). Passadas quase duas décadas dessa constatação de Martine, muito pouco se avançou sobre esta temática.

Agora, na passagem da primeira para a segunda década do século XXI, o NEPO — através do Projeto Temático FAPESP,

*Observatório das Migrações em São Paulo (Fases e faces do fenômeno migratório no Estado de São Paulo)*⁵ — colocou-se, entre outros, o desafio de buscar nos registros paroquial e civil dos eventos vitais indicações que possam preencher aquela lacuna. Dessa forma, procura-se ampliar o conhecimento sobre a migração interna em direção ao Estado de São Paulo, sobre a intensa mobilidade espacial que se deu no interior território paulista nesse período, e, paralelamente, trazer novos ingredientes ao conhecimento da imigração internacional que se dirigiu a esse estado naquele período sobre a qual se conhece um pouco mais.

Em favor do uso dos registros dos eventos vitais nos estudos migratórios, é preciso destacar que as estatísticas existentes (censos, anuários, boletins, relatórios), que trazem informações para o Estado de São Paulo, são um pouco mais pródigas com relação à imigração internacional e parcimoniosas quando tratam da imigração oriunda em outros estados brasileiros, o que significa conhecer fragmentos da migração interprovincial/estadual. Além disso, nada informam sobre a intensa mobilidade espacial de nativos e estrangeiros dentro do território paulista, no século XIX e primeiras décadas do século XX, em virtude da expansão da agricultura de exportação, da rede ferroviária, do processo de urbanização e industrialização que se verifica no período. Nesse sentido, os registros dos eventos vitais que contém a nacionalidade, naturalidade e local de residência, juntamente com outras informações importantes (sexo, idade, estado conjugal, ocupação etc.) dos personagens envolvidos nesses eventos podem trazer uma grande contribuição para a compreensão desses processos migratórios, não só de caráter quantitativo, mas também qualitativo.

A pesquisa que vem sendo desenvolvida no NEPO, com a participação de pesquisadores e alunos da UNICAMP, UNESP e

⁵ O Projeto Temático *Observatório das Migrações em São Paulo (Fases e faces do fenômeno migratório no Estado de São Paulo)* conta com uma série de Estudos Temáticos que se agrupam em duas Linhas Temáticas: I. *Migrações internas e internacionais na formação social paulista: uma perspectiva histórica*; II *Migrações internas e internacionais contemporâneas em São Paulo*.

UFSCar, que tem como fonte básica os registros dos eventos vitais, privilegiou os municípios de Campinas e São Carlos. Estes municípios foram escolhidos devido a fatores que tornam a pesquisa viável e com maior chance de sucesso: os registros paroquial e civil de batismo/nascimento, casamento e óbito de Campinas encontram-se disponíveis à pesquisa em forma de microfilme, nos arquivos da UNICAMP (AEL e CMU), os registros paroquiais de São Carlos encontram-se na Cúria Diocesana local e na Fundação Pró-Memória de São Carlos as habilitações de casamento do registro civil; por outro lado, já existe de uma bibliografia ampla sobre a história desses municípios e os pesquisadores envolvidos já desenvolveram outros trabalhos que privilegiaram esses municípios e, portanto, são conhecedores do contexto histórico dos mesmos. Além disso, o referido projeto temático abarca outras pesquisas que focalizam aspectos da migração contemporânea nacional e/ou estrangeira focando esses municípios e o Estado como um todo, possibilitando comparações passado/presente.

No momento, esta pesquisa encontra-se em fase bastante adiantada de digitalização dos fotogramas dos microfilmes e da organização de um banco com as cópias dos originais dos registros. Iniciou-se a montagem de um banco de dados informatizado com as informações contidas nos registros, com o uso do *software* SPSS.

A análise dos dados priorizará num primeiro momento o conhecimento das características do movimento migratório nesses municípios — procedente do próprio território paulista, de outras províncias/estados do país e de outros países — em termos de volume, sexo, idade, nacionalidade, naturalidade, estado conjugal, filiação legítima e ilegítima, ocupação, condição social, instrução (alfabetizado, analfabeto); conhecimento das taxas de natalidade, nupcialidade, mortalidade, da existência de padrões específicos de comportamento demográfico entre os migrantes, como, por exemplo, em relação às escolhas matrimoniais, à mortalidade, à sazonalidade dos eventos, buscando também conhecer seus condicionantes e suas implicações. Sempre que possível, a pesquisa

buscará comparar com os padrões demográficos observados pelos migrantes com aqueles verificados entre os nativos da terra hospedeira e/ou aqueles que permaneceram na terra de origem.

A pesquisa não deve parar por aí. O banco de dados tem uma riqueza de informações e abre-se a outros estudos, demográficos e socioculturais. No futuro este banco estará disponível a outros pesquisadores; novas pesquisas e parcerias serão bem-vindas.

Referências

- ALTMANN, A.M; FEREEIRA, C.E. de C. – Evolução do censo demográfico e registro civil como fontes de dados para análise da fecundidade e mortalidade no Brasil. *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 160, 339-454, out/dez. 1979.
- BASSANEZI, M.S.C.B. Os eventos vitais na reconstituição da história. In PINSKY, C.B. e LUCA, T. R. de *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 141-172.
- FONER, N. *From Ellis Island to JFK: New York's two great waves of immigration*. New Haven and London: University Press; New York: Russell Sage Foundation, 2000.
- HAKKERT, R. *Fontes de dados demográficos*. Belo Horizonte: ABEP, 1996.
- MARCÍLIO, M.L. Os registros Paroquiais e a História do Brasil. *Varia História*, n. 31, jan.2004.
- _____. Registros Paroquiais como fontes seriais que escondem realidades sociais inusitadas. In SCOTT, A. S.V.; FLECK, E.C.D. (Org.) *A Corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo (RS): Oikos; Editora Unisinos, 2008.
- MARTINE, G. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In NADALIN, S.O.; MARCÍLIO, M.L.; BALHANA, A.P. (orgs.) *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo; FSEADE, 1990, p. 16-24.

**O STATUS EPISTEMOLÓGICO DA CONCEPÇÃO
TELEOLÓGICA DO MUNDO NA *IDEIA DE UMA
HISTÓRIA UNIVERSAL DE UM PONTO DE VISTA
COSMOPOLITA DE KANT***

*Ricardo Machado Santos**

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir o texto *Ideia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita* de Kant, argumentando a favor de que a concepção de progresso histórico presente nesta obra seja entendida como uma ideia regulativa, servindo para orientar a atividade humana, isto é, defender-se-á que podemos conceber, já neste texto, sem incorrer num uso dialético da razão, uma teleologia que nos permita vislumbrar um horizonte para a execução de princípios práticos.

Palavras-chave: teleologia, princípios regulativos, história.

Abstract: The aim of this paper is to discuss the text *Idea for a Universal History from a cosmopolitan point of view* of Kant, arguing that the conception of historical progress in this present work is understood as a regulative idea, serving to guide human activity, that is, it will be argued that we can conceive, already in this work, without incurring a dialectical use of reason, a teleology that allows us to envision a horizon for the implementation of practical principles.

Keywords: teleology, regulative principle, history.

* Mestrando em Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP.

Introdução

No texto *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*¹, Kant adota uma concepção teleológica da natureza, isto é, a concepção segundo a qual ela “atua” segundo fins. A adoção de tal perspectiva por parte do filósofo, neste texto de 1784, tem sido um dos pontos mais problemáticos e mais discutidos no que diz respeito ao seu pensamento sobre a história.

Há uma extensa bibliografia sobre essa questão, vale dizer, a questão do “status epistemológico” de sua filosofia da história, do “lugar sistemático da filosofia da história de Kant no todo do seu projeto crítico-transcendental” (Hamm, 2005, p. 67). Estava Kant em condições de elaborar uma teleologia regulativa no início da década de 80 ou tal só foi possível no seu pensamento mais maduro, especialmente com o lançamento da KU? Estaria o próprio Kant caindo num uso dialético da ideia transcendental teológica, ao atribuir a esta natureza/providência determinadas propriedades, como por exemplo, uma vontade e uma causalidade em relação ao mundo sensível, quando poderíamos apenas admitir semelhante ideia de forma problemática, como não impossível de ser pensada? Como podemos pensar, de forma não dogmática, uma concepção de história que se baseia na noção de um propósito e de um plano oculto da natureza? E ainda tal teleologia é elaborada num propósito especulativo ou prático?

Nas várias respostas dadas pelos comentadores, vemos que estes tomam posições bastante matizadas: Yovel (Cf. 1980, p. 154-157), por exemplo, acredita ser este um “deslize” metafísico de Kant; autores como Beck (Cf. 1988, p. 413-414) e Mulholland (Cf. 1987, p. 39) acreditam, cada um a seu modo, que tal concepção não contradiz a KrV e tem um propósito especulativo; Lebrun

¹ A partir daqui serão utilizadas, de acordo com os títulos originais em alemão, as seguintes abreviaturas das obras de Kant: IaG – *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*; KU – *Crítica da faculdade de julgar*; KrV – *Crítica da razão pura*; RGV – *A religião dentro dos limites da simples razão*; SF – *O Conflito das faculdades*; Prol – *Prolegômenos a toda metafísica futura*.

(Cf. 1986, p. 92) a apresenta como algo equivalente a um *postulado* da razão prática; Lindstedt (Cf. 1999, p. 129-147) vai mais além e afirma que a ideia de um progresso histórico é efetivamente um postulado da razão; Guyer (Cf. 2000, p. 425-433) sugere que a concepção de história de Kant deva ser pensada mais como um ideal regulativo da razão e não como um postulado.

Discutiremos, então, baseados nos textos de Kant e levando em conta alguns argumentos levantados pelos comentadores acima, a possibilidade de se atribuir propósitos à natureza e de se pensar a história como uma teoria para a justificação ou garantia de determinados fins políticos e morais, e desta forma estabelecer o status sistemático ou epistemológico da concepção de história presente na IaG.

Contudo, em primeiro lugar, temos de circunscrever o alcance de nossa investigação: o que se tem aqui em vista é uma tentativa de pensar a teleologia tal como exposta na IaG no horizonte da filosofia crítica. É até certo ponto evidente que a possibilidade de uma teleologia (e, portanto sua filosofia da história) na filosofia kantiana ganha outra luz a partir do lançamento da KU; da mesma forma sabemos que a ideia de progresso e mesmo a relação entre moralidade e história pode ser pensada de forma distinta da IaG, sobretudo em alguns textos da década de 90 (como por exemplo a RGV e o SF). Tentaremos, pois, investigar a possibilidade de pensarmos criticamente a concepção de história exposta na IaG, apoiados nos textos do início da década de 80.

1 – O Status Epistemológico da concepção de história da IaG

Yovel, como já dissemos anteriormente, defende haver no pensamento de Kant uma linha evolutiva; neste sentido ele intitula um dos tópicos do seu trabalho como “Da teleologia dogmática à crítica”, entendendo que essa teleologia dogmática encontra-se na IaG, pois neste texto Kant

[...] parece cometer o maior erro dogmático. Ele atribui a natureza como tal um plano teleológico oculto, pelo qual a totalidade da história empírica é explicada e predita; mas isto permanece em aberto conflito com a *Crítica da Razão Pura*, a qual admite apenas princípios mecânicos na natureza. De acordo com a *Crítica*, nossa lógica sintética, a qual constitui a estrutura ontológica das entidades naturais, inclui apenas a categoria de causalidade, excluindo a categoria de propósito. Usando esta categoria em explicações cognitivas, transgride-se os limites da razão e se cai em uma transcendente especulação. Parece, em consequência, que a *Idéia* [IaG] comete o erro que a *Crítica* proíbe. (Yovel, 1980, p. 154-155).²

Tendo em vista tal posição de Yovel, cumpre inicialmente analisar o seguinte ponto: na KrV, de fato, Kant admite unicamente princípios mecânicos em relação à natureza? Ou podemos pensar de alguma forma, em consonância com a primeira *Crítica*, a natureza teleologicamente? Se realmente Yovel estiver correto suas conclusões de que a IaG “pertence ainda ao pensamento pré-crítico de Kant” e de que neste texto encontramos “vestígios de seu pensamento dogmático” estarão corretas.

Se levássemos em conta apenas o que Kant expõe na *Analítica transcendental*, onde de fato defende-se que a natureza tem de ser pensada somente mecanicamente, Yovel estaria coberto de razão.

² “The *Idea* [IaG] seems to commit a major dogmatic error. It ascribe to nature as such a hidden teleological plan, by which the totality of empirical history is to be explained and predicted; but this stands in open conflict with the *Critique of Pure Reason*, which admits only of mechanistic principles in nature. According to the *Critique*, our synthetic logic, which constitutes the ontological structure of natural entities, includes only the category of causality, excluding the category of purpose. Using this category in cognitive explanations transgresses the boundaries of critical reason and lapses in to transcendent speculation. It seems, therefore, that the *Idea* commits precisely the error that the *Critique* forbids.”

Contudo, no *Apêndice à Dialética Transcendental*³, Kant apresenta uma posição diferente.

Durante toda *Dialética Transcendental* Kant procura confirmar a sua posição segundo a qual todo o conhecimento deve limitar-se ao âmbito da experiência possível. Vale dizer, só podemos conhecer dos objetos aquilo que é dado numa experiência possível, dado que as intuições puras da sensibilidade e os conceitos puros do entendimento não têm, nem podem ter, segundo Kant, outro uso senão o de tornar possível a experiência. E malgrado não podermos considerar nossa experiência como o único modo possível de conhecimento, isto é, que as nossas intuições puras sejam as únicas possíveis, fora dos limites da experiência não podemos dar nenhum conceito definido das coisas. Dito de outro modo, só conhecemos o fenômeno, as coisas como são em si permanecem com caráter meramente problemático.

Contudo, assinala Kant, não conseguimos nunca deixar de procurar esta realidade numênica. Isto porque a razão busca a totalidade das condições, e unicamente o *incondicionado* torna possível essa totalidade do condicionado (Kant, 1980, p. 190/B 379)⁴.

A nossa curiosidade acerca do transcendente direciona-se basicamente a três espécies de questões: a psicológica; as cosmológicas; e a questão teológica. Que correspondem às três ideias transcendentais:

Ora, todos os conceitos puros em geral têm a ver com a unidade sintética e os conceitos da razão pura (ideias transcendentais), por sua vez, com a unidade incondicionada de todas as condições em geral. Consequentemente, todas as ideias transcendentais podem reduzir-se a *três classes*, cuja *primeira* contém

³ Doravante *Apêndice*.

⁴ A Edição B corresponde à segunda edição original da KrV de 1787, o número em seguida corresponde à sua paginação original. Da mesma forma, nas demais obras de Kant citadas aqui, "A" ou "B" representará respectivamente a primeira ou a segunda edição original da obra.

a *unidade absoluta* (incondicionada) *do sujeito pensante*, a segunda, a *unidade absoluta da série das condições do fenômeno*, a terceira, a *unidade absoluta da condição de todos os objetos do pensamento em geral*. (Kant, 1980, p. 195/ B 390).

Neste sentido, mostra Kant que, não obstante tendermos a especular sobre estas três ideias, pois só assim a razão encontra satisfação, nunca podemos ter um conceito determinado do objeto das mesmas, pois são meros entes de entendimento e desta forma: a) se os pensarmos por meio de simples conceitos, estes não fariam nenhum sentido, seriam vazios, pois não se refeririam a nada de determinado; e b) se por outro lado os pensarmos por meio de propriedades derivadas do mundo sensível, eles deixariam de ser entes de entendimento e passariam a ser pensados como objetos fenomênicos, o que seria absurdo. Portanto todas as tentativas até então feitas pela metafísica são dialéticas, transcendentais. E é justamente uma crítica aos erros e ilusões até então cometidos pela razão, ao tentar especular sobre essas ideias transcendentais, que Kant procura fazer na *Dialética*.

Já no *Apêndice*, Kant procura mostrar que as ideias transcendentais podem ter um uso imanente à experiência, ou seja, embora as ideias transcendentais possam ter um uso transcendente (que é combatido por Kant amplamente na *Dialética Transcendental*) devemos supor que assim como as categorias “dirigem todo o uso do entendimento na experiência”, as ideias transcendentais devem determinar “segundo princípios o uso do entendimento na totalidade da experiência” (p. 190/ B 378). Pois tais ideias “[...] não são inventadas arbitrariamente, mas propostas pela natureza da razão mesma, relacionando-se por isso ao uso total do entendimento” (p. 192/ B 384).

Neste sentido, argumenta Kant

Tudo o que se funda na natureza das nossas forças tem que ser adequado a um fim e concordar com o correto uso dessas forças [...]. Portanto, tudo faz crer

que as ideias transcendentais tenham a sua utilidade e, por conseguinte um uso imanente, se bem que possa ter uma aplicação transcendente e também por isso ser enganosas quando a sua significação é ignorada e elas são tomados por conceitos das coisas reais. (Kant, 1980, p. 319/ B 670-671).

Isto é, Kant parte do pressuposto segundo o qual, não podemos considerar as ideias transcendentais em si como transcendentais, pois uma vez que elas são dadas pela natureza da nossa razão, e sendo absurdo supor que este tribunal supremo que é a razão contenha erros e ilusões originários, não são as ideias, *mas o seu uso* que deve ser considerado transcendente ou imanente.

Qual, no entanto, seria este uso imanente das ideias da razão? Como o entendimento por si só não é capaz de dar uma unidade sistemática aos seus conhecimentos, e como a razão não se reporta diretamente aos objetos, Kant procurará defender que o uso imanente da razão em relação à experiência é o de *orientar* o entendimento conferindo a maior unidade possível dos seus conhecimentos. A função da razão seria a de proporcionar uma unidade por meio da qual se possa dar a máxima unidade e a máxima extensão ao sistema dos conhecimentos do entendimento.

Para isso, além das ideias transcendentais, a razão dispõe da ideia de uma unidade sistemática, pela qual concebemos os conhecimentos do entendimento como um todo sistemático:

Se temos presentes os conhecimentos do nosso entendimento em todo o seu âmbito, então descobrimos que aquilo de que a razão dispõe de modo totalmente peculiar, e que procura realizar, é o *sistemático* do conhecimento, isto é, sua interconexão a partir de um princípio. Esta unidade da razão pressupõe sempre uma ideia, a saber, da forma de um todo do conhecimento que precede o conhecimento determinado das partes e contém as condições para determinar a priori o lugar de cada parte e a sua relação

com as demais. Tal ideia postula por isso uma unidade completa do conhecimento do entendimento; graças a essa unidade, o conhecimento não se torna simplesmente um agregado contingente, mas um sistema interconectado segundo leis necessárias. (Kant, 1980, p. 320/ B 673).

Ou seja, a razão busca por meio da ideia de uma unidade sistemática, conceber os conhecimentos do entendimento como um todo ordenado e não apenas como simples agregado contingente. Este todo ordenado deve ser pensado como anterior às partes de modo que se possa melhor compreender tais partes, não as pensando apenas como conhecimentos isolados, mas como partes de um todo, isto é, como estando em conexão com um *sistema* do conhecimento.

Cabe agora compreendermos como se relacionam neste processo as ideias transcendentais com a ideia de uma unidade sistemática. Certamente as três ideias transcendentais não podem ser representadas como princípios constitutivos de ampliação do nosso conhecimento, mas antes apenas como “princípios regulativos da unidade sistemática do múltiplo do conhecimento empírico em geral, que deste modo é mais consolidado e retificado do que aconteceria, sem tais ideias, mediante o simples uso dos princípios do entendimento” (Kant, 1980, p. 331/ B 700).

Ademais, tais ideias, como todas as outras ideias, não têm nem podem ter um objeto que se lhes corresponda na experiência, contudo, afirma Kant, elas podem servir como um *analogon* a um esquema da sensibilidade, de modo a conduzir todas as regras empíricas à unidade sistemática e ampliar deste modo o conhecimento da experiência. Vale dizer, sem esquemas da sensibilidade as ações do entendimento tornam-se indeterminadas; todavia, mesmo não se podendo buscar na sensibilidade um esquema para a total unidade sistemática, há que ser buscado algo análogo a tal esquema (Kant, 1980: p. 329/ B 693), e tais são as ideias transcendentais.

Kant nos dá um exemplo ilustrativo:

Assim digo que o conceito de uma inteligência suprema é uma simples ideia, isto é, que a sua realidade objetiva não deve consistir no fato dele precisamente se referir a um objeto (pois com esta significação não poderíamos justificar a sua validade objetiva), mas que é só um esquema ordenado segundo as condições da máxima unidade da razão e relativo ao conceito de uma coisa em geral, servindo somente para manter a máxima unidade sistemática no uso empírico da nossa razão na medida em que o objeto da nossa razão é por assim dizer derivado do objeto fictício dessa ideia enquanto seu fundamento ou sua causa. Em tal caso, diz-se por exemplo, que as coisas do mundo têm que ser consideradas *como se* obtivessem sua existência de uma inteligência suprema. Deste modo, a ideia é propriamente só um conceito heurístico e não um conceito ostensivo e indica não como um objeto é constituído, mas como sob sua direção nós devemos *procurar* a sua constituição e a conexão dos objetos da experiência em geral. (Kant, 1980, p. 331/ B 698- 699).

Destarte, os entes aos quais as ideias transcendentais se referem, não são admitidos em si mesmos; sua realidade é admitida tão somente como esquemas do princípio regulativo da unidade sistemática de todo conhecimento, servindo apenas como análogos a coisas reais e não efetivamente como coisas reais, isto é, não como coisas em si mesmas.

É a partir disto que Kant considera legítima a perspectiva pela qual se considera o mundo teleologicamente, pois

A mais alta unidade formal, que repousa unicamente sobre conceitos da razão é a unidade das coisas conforme a um fim; e o interesse especulativo da razão torna necessário encarar toda ordem do mundo como se brotasse da intenção de uma razão mais

elevada que todas. Um tal princípio abre perspectivas totalmente novas a nossa razão aplicada ao campo da experiência, ou seja, de conectar as coisas do mundo segundo leis teleológicas e deste modo alcançar a sua máxima unidade sistemática. (Kant, 1980, p. 338/ B 714-715).

Kant, portanto não hesita em considerar, ainda que como um princípio heurístico, regulador, o mundo como produto de uma “sábia intenção”, e fala até de uma “sabedoria e providência da natureza” (p. 344/ B 729).

Esse exame, ainda que pouco detalhado, mostra que ao contrário do que defende Yovel, Kant admite sim na KrV, uma concepção de natureza ademais da meramente mecânica da Analítica. E parece difícil também, dado o esforço e rigor de Kant em fundamentar um tal uso das ideias transcendentais (lembramos que ele tinha como objetivo mostrar que a razão não contém erros e ilusões originários e portanto que ela contemple também um uso imanente à experiência para tais ideias além de tornar possível a realidade da ideia de unidade sistemática dos conhecimentos do entendimento), defender que isso seja meramente um deslize pré-crítico ou metafísico.

Podemos, no entanto nos perguntar se unicamente a partir do que Kant expõe no *Apêndice* podemos fundamentar a IaG, ou melhor se esta pode ser deduzida daquele. Há que se notar que, no *Apêndice*, nosso filósofo acentua várias vezes que a admissão daquela perspectiva teleológica se dá apenas com um propósito teórico-especulativo.

Semelhante interpretação assume Mulholland que entende que na IaG Kant se propõe um “especulativo estudo da história que justifica nossa esperança de que as inclinações naturais dos seres humanos compelirão os indivíduos a produzir repúblicas” (1987, p. 39) e também Beck (tal como nos descreve Lindsedt) que defende que as noções encontradas na IaG “funcionam como conceitos regulativos para o aperfeiçoamento da razão especulativa em geral e, especificamente, para o melhoramento do estudo da

história” de modo que no texto de 1784, Kant estabelece “conceitos sobre a progressão teleológica da história pelos quais se permite melhor compreender eventos empíricos pela colocação deles em uma correta estrutura para o acabamento de um completo sistema do pensamento” (Lindstedt, 1999, p. 134).

2 – A IaG pensada com um propósito prático

Tais concepções são bem plausíveis, sobretudo considerando o que vimos no *Apêndice*. Não obstante, entre a KrV (1781) e a IaG (1784) encontram-se os Prol (1783).

Nos Prol, mais precisamente na *Conclusão da determinação dos limites da razão pura*, Kant, assim como no *Apêndice*, procura mostrar como seria possível uma utilização das ideias transcendentais sem que se caia no erro e na ilusão. E, da mesma forma que no referido tópico da KrV, Kant assinala que embora diante das especulações sobre as realidades transcendentais nunca alcancemos um conhecimento seguro, não conseguimos nunca deixar de especular sobre elas, pois “a experiência nunca satisfaz totalmente a razão” (Kant, 1986a, p. 147/ A 169), ademais existe no homem como que uma disposição natural para conceitos transcendentais e juízos metafísicos (p. 158/ A 183- 184). Assim, o filósofo procura indicar qual é e como pode se dar um uso adequado de semelhante disposição.

Kant propõe então, que não tentemos conhecer as propriedades da ideia de sujeito, de mundo, ou de um ser supremo tomados em si mesmos, mesmo porque são meras ideias e, portanto não possuem correlatos na experiência, mas antes que pensemos tão somente a *relação* de tais entes com o mundo dos sentidos, conectando-os pela razão (p. 152/ A 175). Para explicar melhor como isto se daria ele propõe que pensemos, a título de exemplo, o conceito de um ente supremo, ou seja, a ideia teológica. Este ponto será de fundamental importância para a nossa investigação, pois entendo que pensando tal relação (de um ente supremo com o mundo sensível, e sem atribuir ao primeiro nada em si mesmo) é que podemos pensar uma natureza teleológica

com determinados propósitos em relação ao gênero humano, e isto com uma finalidade prática.

Pois bem, Kant opõe um conceito deísta a um teísta de ente supremo; o primeiro seria um conceito puro da razão “o qual representa apenas uma coisa que contém toda a realidade, sem poder determinar nenhuma delas” (p. 151/ A 175). O segundo (o conceito teísta), pelo contrário, é uma determinação mais precisa deste conceito, portanto, com qualidades empíricas, isto é, o conceito representa um conceito antropomórfico de divindade, o que implica que ele vai além do permitido por uma razão crítica, visto que, entendido dessa forma, tal conceito visa atribuir qualidades positivas (empíricas) ao que só podemos conhecer negativamente.

Todavia, segundo Kant, podemos admitir uma espécie particular de antropomorfismo: se confinarmos nosso juízo relativamente à relação que pode ter um ente supremo com o mundo sensível, permanecemos dentro dos limites do nosso conhecimento; pois não lhe atribuímos nenhuma qualidade em si mesmo, mas somente à sua relação com o mundo, sem no entanto cair em um antropomorfismo dogmático, mas simbólico “que de fato só diz respeito à linguagem e não ao próprio objeto” (p. 152/ A 175). Na sequência, diz Kant:

Quando digo: somos obrigados a ver o mundo como se ele fosse a obra de um entendimento e de uma vontade suprema, não digo na realidade mais do que: assim como um relógio, um navio, um regimento, se referem ao relojoeiro, ao construtor ao comandante, assim o mundo sensível (ou tudo que constitui o fundamento deste complexo de fenômenos) refere-se ao desconhecido, que através disso conheço não pelo que é em si mesmo, mas o que é para mim, a saber, em relação ao mundo, do qual sou parte. (Kant, 1986a, p. 152/ A 175).

O que ele quer dizer é que considerar o mundo de tal forma, possuindo tal relação com um ente supremo, se por um lado não

diz nada sobre semelhante ente em si, por outro nos permite pensar o mundo segundo um fim; do mesmo modo que um navio é feito por seu construtor com o fim de navegar (o que me possibilita ter uma melhor compreensão das partes com o todo), eu posso pensar o mundo como feito com determinados fins racionais.

No § 58 Kant acrescenta:

Um conhecimento desta espécie o é *por analogia*, que não é, como comumente se entende, uma semelhança imperfeita entre duas coisas, mas significa uma semelhança perfeita de duas relações entre duas coisas completamente dessemelhantes. Por meio desta analogia resta-nos um conceito do ente supremo suficientemente determinado *para nós*, embora tenhamos que deixar de lado tudo que poderia *determiná-lo* absolutamente *em si mesmo*; pois nós o determinamos relativamente ao mundo e a nós, e não necessitamos mais do que isto. (Kant, 1986a, p. 152/ A 176).

Em suma, uma pressuposição de tal relação de um ente supremo com o mundo, isto é, o conhecimento simbólico analógico da divindade é, para Kant, uma “metafísica segundo a sua possibilidade subjetiva” (p. 158/ A 183), ou seja, na medida em que é usada pelo sujeito, não para pensar Deus, mas por meio dele pensar o mundo, para que se possa ter um maior uso de nossa razão.

É neste sentido que Kant dirá ter encontrado uma finalidade adequada àquela nossa disposição natural para a metafísica, vale dizer, se o uso das ideias transcendentais não nos permite uma ampliação do nosso conhecimento especulativo, pelo menos servem para “dar às ideias morais, espaço fora do campo da especulação” (p. 160/ A 186). Ou seja, esta metafísica subjetiva,

tem por objeto o conhecimento prático, e não só o especulativo, como sugere o *Apêndice à Dialética Transcendental*.

Em síntese, esta metafísica subjetiva visa, portanto, dar um campo maior para “[...] princípios práticos que, sem encontrar diante de si um tal espaço para a sua necessária expectativa e esperança, não podem se estender à universalidade, da qual a razão necessita para o seu fim moral.” (p. 159/ A 184- 185).

Destarte, isto é, tendo Kant nos Prol mostrado a possibilidade de uma teleologia com um caráter claramente regulativo, voltada para o campo prático, ou seja, uma teleologia que nos permita pensar não apenas uma unidade sistemática em vista da qual possamos fazer um maior uso empírico de nossa razão, como Kant propõe no *Apêndice*, mas uma teleologia que nos permita vislumbrar um horizonte para a execução de princípios práticos, podemos melhor compreender o que Kant pretende na IaG, ou seja, podemos pensar os princípios estabelecidos lá como voltados para o domínio prático.

Fica clara, portanto, a ligação entre a IaG e os Prol, pois neste último Kant mostra que a nossa disposição natural para a metafísica nos conduz a formular, de forma legítima, uma teoria, que nos dê a necessária esperança, para podermos atuar no campo prático, dando solidez ao nossos princípios. E malgrado, Kant no texto de 1783 esteja talvez se referindo propriamente à moral, os elementos fornecidos por Kant nos permitem pensar uma história filosófica, tal como ele expõe na IaG.

Considerações finais

A proposta de Kant na IaG é, de acordo com o que vimos até aqui, não somente estabelecer princípios político-jurídicos ou de dar esperança de uma paz entre as nações, mas antes de dar garantias ou permitir a esperança de os indivíduos se colocarem como agentes históricos (ou como ficará claro nos textos posteriores), de cumprirem os seus deveres históricos (isto é, em relação ao gênero humano) sejam eles morais ou políticos.

Ou seja, o que Kant quer mostrar é que podemos pensar a história da humanidade “como se” ela fosse o desenvolvimento de um plano oculto da natureza para instituir uma constituição civil perfeita, na qual o homem pudesse desenvolver plenamente suas disposições naturais; e isto não com um propósito teórico, mas com um propósito prático. É na busca de garantias para tal desenvolvimento que se enquadra a concepção de história da IaG, e embora tais garantias fornecidas pela natureza só possam ser pensadas como princípios regulativos, como uma fé racional, já servem de reforço às nossas máximas de trabalhar em prol das gerações futuras dando solidez aos princípios práticos, na medida que nos incentiva a agir. De tal forma, segundo Kant, devemos assumir em nossas máximas o progresso do gênero humano rumo às constituições ideais que garantam o desenvolvimento completo e apropriado das nossas disposições como estando em curso.

A concepção de história da IaG, portanto, como uma concepção regulativa do desenvolvimento histórico serve tanto para a) orientar os indivíduos nas suas condutas, como um modelo b) como também para dar uma perspectiva consoladora do futuro, o que por si só já justifica o trabalho do filósofo ao encetar tal teoria (cf. nona proposição, A 407).

É importante acentuarmos estes dois aspectos da função da IaG citados acima: a) uma história tal como concebida na IaG pode orientar a conduta dos indivíduos na medida em que, enquanto fio condutor da história humana, indica um caminho a seguir, isto é, o estabelecimento de uma constituição perfeitamente justa, permitindo o pleno desenvolvimento das nossas disposições naturais, e que com o tempo pode vir a se constituir em um todo moral. Nesse sentido, tal modelo indica um dever para os indivíduos, o dever de trabalhar para a execução deste fim. Assim, podemos compreender com mais precisão o que Kant nos Prol quis significar quando afirmou que aquele uso imanente da idéia de teológica, ou seja, concebendo o mundo “como se” estivesse sob a direção dos desígnios de uma Providência ou Natureza, poderia contribuir para execução de princípios práticos. Pois como afirma Kant na segunda proposição, sobre o desenvolvimento pleno das disposições naturais do gênero humano

[...] este momento precisa ser ao menos na idéia dos homens, o objetivo de seus esforços, pois senão as disposições naturais em grande parte teriam de ser vistas como inúteis e sem finalidade – o que aboliria todos os princípios práticos – e com isso a natureza, cuja sabedoria no julgar precisa antes servir como princípio para todas as outras formações, tornar-se-ia suspeita, apenas no homens de ser um jogo infantil. (IaG: A 389).

b) Pode-se considerar a concepção de progresso histórico presente na IaG, como uma perspectiva consoladora, um incentivo ao indivíduo na tentativa de executar aqueles ideais (constituição perfeitamente justa e o desenvolvimento das disposições naturais do gênero humano), uma vez que, como Kant deixa claro na oitava proposição:

[...] a natureza humana não se mostra indiferente frente à mais longínqua época que nossa espécie deve alcançar, desde que ela possa ser esperada com segurança. Principalmente no nosso caso não deve ocorrer a indiferença, já que parece que podemos, por meio da nossa própria disposição racional, acelerar o advento de uma era tão feliz para os nossos descendentes. Graças a isso, o mais leve sinal de sua aproximação torna-se muito importante para nós. (IaG: A 404- 405).

Esta passagem de Kant (assim como as duas últimas proposições da IaG na sua integridade), é fundamental para percebermos este aspecto dos princípios ali estabelecidos: o gênero humano não se mostra indiferente quanto ao destino da espécie, e portanto, o mais leve sinal lhe serve de incentivo. Neste sentido, Kant apresenta essa história filosófica como um “quiliasmo filosófico” (IaG: 404)). Da mesma forma, na nona proposição, Kant afirma que a consideração da história segundo o já mencionado fio condutor pode servir não só para esclarecer o confuso jogo das coisas humanas ou para predizer algo na arte da política, mas sobretudo para nos abrir uma “perspectiva consoladora do futuro”, pela qual podemos esperar que o nosso trabalho não será vão (IaG: A 409).

Referências

- GUYER, p. 2000. "Nature, freedom and happiness: The third proposition of Kant's. Idea for a Universal History". In: *Freedom, law and happiness*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HAMM, C. 2005. "Sobre a sistematizabilidade da filosofia da história em Kant". In: *Veritas*; Porto Alegre: v. 50, n. 1, p. 67-88.
- LINDSTEDT, D. 1999. "Kant: Progress in Universal History as a Postulate of Practical Reason". In. *Kant-studien* 90 (2), p. 129-147.
- KANT, I. 1999. (RGV): *A Religião dentro dos limites da simples razão*. Trad. Ciro Mioranza. São Paulo: Editora Escala.
- _____. 1980. (KrV): *Crítica da razão pura*. Coleção Os Pensadores. Trad. Valério Rohden e Udo Balduur Moosburger. São Paulo: Abril Cultural.
- _____. 1986b. (IaG): *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Org. Ricardo Ribeiro Terra. Trad. Ricardo Ribeiro Terra e Rodrigo Naves. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. 1993. (SF): *O Conflito das faculdades*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70.
- _____. 1986a. (Prol): *Prolegômenos a toda metafísica futura*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70.
- LEBRUN, G. 1986. "Uma escatologia para a moral". In: *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, Org. por Ricardo Terra, Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Brasiliense. p. 75-101.
- MULHOLLAND, L. 1987. "Kant on War and International Justice". In. *Kant-studien* 78 (3), p. 25-41.
- YOVEL, Y. 1980. *Kant and the philosophy of history*. New Jersey, Princeton University Press.

WEBER VERSUS HABERMAS: A PERSPECTIVA PRIVILEGIADA DO DIREITO NATURAL

*Leonardo Jorge da Hora Pereira**

Resumo

Neste artigo trataremos de um tema já longamente debatido na literatura sobre teoria social, a saber, o embate entre as diferentes concepções de modernidade e de racionalização de dois grandes teóricos, Max Weber e Jürgen Habermas. No entanto, com toda a limitação de um texto desta natureza, gostaríamos de realizar esta empreitada a partir de um prisma um tanto quanto incomum. Tentaremos compreender as principais diferenças entre os diagnósticos dos dois autores a partir do modo pelo qual ambos enxergavam as modernas doutrinas jusnaturalistas.

Palavras-chave: Habermas; Weber; teoria social; direito natural; modernidade.

Abstract

In this article we will deal with a subject already extensively debated on social theory, namely, the opposition between the different conceptions of modernity and rationalization of two great theoreticians, Max Weber and Jürgen Habermas. However, with all the limitations imposed by the nature of this text, we would like to accomplish this task under a somewhat uncommon perspective. We aim to understand the main differences between the diagnostic of these two authors as a development from the way by which each one understands the modern jusnaturalistic doctrines.

Key-Words: Habermas; Weber; social theory; natural right; modernity.

* Mestrando em Filosofia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP.

Racionalização em Weber

De acordo com Weber, a racionalização apresenta-se em dois níveis. O primeiro é de caráter histórico-cultural, e diz respeito à diferenciação entre linhas de ação, que caracteriza a modernidade. Esse primeiro nível oferece a condição para o segundo, que remete ao interior de cada linha de ação, no plano da constituição de sua lógica intrínseca, da legalidade própria de cada qual (COHN, 2003, p. 234).

Mas o que significa de fato esta racionalização, que ocorre no interior de cada “sub-sistema” ou esfera social? A racionalização nada mais é do que o processo que confere significado à diferenciação de linhas de ação; isto é, a racionalização fornece a legalidade própria de cada esfera, os seus fins e objetivos precisos e *específicos*. Nessa perspectiva, o “desencantamento do mundo” pode ser lido enquanto um aumento gradativo da *nitidez* de significados antes mesclados e indistintos. Se no mundo tradicional, “encantado”, a ação orientada pela magia se mistura à orientada pelo saber técnico, a arte se mescla à religião e esta à ciência, e os interesses de natureza política são legitimados por ideias de cunho religioso e/ou moral, o desencantamento do mundo traz justamente uma espécie de depuração dos significados atribuídos pelos agentes sociais às suas ações, que seriam despojados de suas múltiplas conotações de toda ordem, tendendo, no limite, para denotações unívocas. Essas puras denotações constituem os típicos significados aptos a se oferecerem à ação racional.

A partir da denotação pura, tem-se a possibilidade de agir de modo mais metódico, eficaz, direto e simples naquilo que concerne à escolha dos meios para a obtenção de um certo fim. Assim, essa clareza quanto aos objetivos a serem perseguidos em cada esfera permite a previsão e o cálculo, isto é, a ação *racional* (COHN, 2003, p. 238).

Mas como esta “decantação” de sentido se tornou possível? Ora, se antes o conteúdo ético proveniente de fundamentos religiosos organizava as relações que o indivíduo mantinha com as diferentes ordens de vida, de sorte que havia uma *unidade*

de sentido no mundo, como então foi possível um “estouro” dessa razão substancial e consequentemente a liberação dos potenciais racionalizantes das diferentes esferas culturais. Entre outros fatores, temos de imaginar uma religião (já que nas sociedades tradicionais, a “doação” de sentido ao mundo tem fundamentos fortemente religiosos) que mantenha uma *afinidade eletiva* com essa (i) eliminação do conteúdo ético das relações sociais (despersonalização) e facilite (ii) o contato do indivíduo com as lógicas internas de cada esfera (racionalismo de domínio de mundo) (Cf. SOUZA 1997, p. 68). Tal religião foi o protestantismo; a religião que preparou o terreno para o fim das religiões como *medium* por excelência da integração social (Cf. COLLIOT-THÉLÈNE 1992, p. 172).

De um ponto de vista mais estrutural, Weber descreve esse processo de secularização como um descolamento crescente das esferas sociais em relação à religião. Isto está descrito na consideração intermediária dos seus Ensaios sobre Sociologia da Religião, traduzido com o título de *Rejeições Religiosas do Mundo e suas direções*. Neste ponto, as esferas desenvolveram a tal ponto suas racionalizações internas que acabam por constituir as suas respectivas legalidades próprias, o que gera fragmentação e tensões, primeiramente entre cada uma e a esfera religiosa: “a racionalização e sublimação conscientes das relações do homem em relação às diferentes esferas de posseção dos bens, posseção interior e exterior, religiosa e mundana, conduz a esse resultado: tomar consciência das regularidades legais internas próprias às diferentes esferas, e as deixar com isso entrar em relações de tensão mútua que permaneciam escondidos pela inocência original da relação com o mundo exterior” (WEBER *apud* COLLIOT-THÉLÈNE 1992, p. 152). Neste texto, Weber descreve como sucessivamente as esferas da economia e política (forças racionais) e também da arte e do erotismo (forças irracionais) entram em conflito com o universalismo ético religioso, outrora doador de sentido estrutural das sociedades das grandes religiões de salvação, para por fim descrever o apogeu destas tensões, que se dá entre a esfera religiosa e a científica.

Com a autonomização das esferas culturais de valor, chegamos finalmente ao diagnóstico weberiano do *politeísmo dos valores*. Na medida em que cada esfera passa a impor sua lógica própria, o indivíduo se vê cruzado por diferentes (e muitas vezes conflitantes) linhas de ação. O processo societário de estabilização de sentido se desagrega. Uma mesma coisa pode ser vista como boa e feia, falsa e bela, má e verdadeira. Ocorre o que vai se chamar mais tarde de *descentramento* das estruturas de consciência, de sorte que os padrões de interpretação e julgamento do mundo se diversificam e se fundamentam de acordo com os seus próprios critérios. Isto significa que a substancialidade de matriz religiosa que outrora enraizava os sujeitos em contextos sociais aparentemente não-problemáticos foi fundamentalmente perdida. Agora o homem moderno, dada a falta de referenciais universais, experimenta um fenômeno que Weber chama de *perda de sentido*, o qual se verifica no âmbito da personalidade através das experiências de *crise de identidade* e no âmbito institucional uma crise e *mudança do padrão de legitimação*.

Isso não significa que a religião e a ética tornaram-se impossíveis na modernidade, mas apenas que o homem moderno também se encontra submetido a normas exteriores provenientes de estruturas racionais objetivas (economia e política), as quais são a princípio estranhas (e independentes) a considerações éticas e religiosas. A adesão a um sistema de normas éticas *in foro conscientiae* deixa de ter um correlato institucional imediato; por isso, para Weber, a época moderna era a época do individualismo moral. O lado positivo deste processo é que as noções de autonomia e de liberdade da subjetividade passam a ter lugar, na medida em que o encanto do universalismo e da unidade de sentido se quebrou e percebeu-se que os valores éticos superiores podem ser *escolhidos* e não mais impostos por um sistema moral fechado. Importante a salientar que para Weber tal escolha não era passível de determinação racional, mas era algo do âmbito estritamente passional. O fardo da nossa época, justamente por causa deste aspecto de escolha arbitrária e irracional dos valores, é o que ele descreve metaforicamente como “conflito entre deuses e

demônios”. A política, nessa perspectiva, é compreendida a partir de um ponto de vista essencialmente agonístico. Como sugere Schluchter, o único modo que Weber concebe de se evitar um decisionismo desenfreado se daria por meio de uma racionalidade procedural de análise de valores, em que, com a ajuda da ciência, se avalia os meios e principalmente as consequências destas tomadas de posição últimas (cf. SCHLUCHTER 2000, p. 42-3) e, com a ajuda de mecanismos institucionais de regulação de disputas (tal como o direito), tal luta se realiza por meios pacíficos. Daí a ideia de uma ética da responsabilidade, que combinaria paixão e razão numa equação balanceada. No entanto, jamais tal racionalidade procedural seria capaz de gerar alguma espécie de consenso intersubjetivo.

Vimos que o processo geral de racionalização conduz a uma autonomização das esferas culturais de valor e, conseqüentemente, ao desenvolvimento da suas respectivas lógicas intrínsecas. Naquilo que concerne às “esferas racionais”, entre as quais contamos a economia, a política e a ciência/técnica, foi indicado que um racionalismo de domínio do mundo passa a crescentemente predominar. Tal racionalismo pode ser ainda identificado com os princípios da *calculabilidade* e da *previsibilidade*. Tendo em vista que a esfera jurídica também desponta como uma “força racionalizante”, como esta crescente predominância do racionalismo de domínio do mundo se verifica neste campo específico?

Weber e sua Sociologia do Direito

Grosso modo, o que está em jogo na *Sociologia do Direito* de Weber é como a dialética entre racionalização formal (ou procedimental) e racionalização substantiva (ou material) se apresenta ao longo da história, principalmente naquilo que diz respeito ao surgimento do direito ocidental moderno. É importante ressaltar que todo direito possui estes dois aspectos. Simplificadamente, a terminologia weberiana parece sugerir que “formal” se refere à forma legal e “material” ao conteúdo legal

das leis. Assim, “se o critério procedimental (*procedural*) é enfatizado, estamos interessados em como as decisões são tomadas; se o critério substantivo é enfatizado, estamos interessados no conteúdo das decisões. No primeiro caso uma decisão é legitimada pelo seu procedimento, no segundo pelo seu conteúdo” (SCHLUCHTER 1985, p. 88). Isso significa que em cada versão histórica particular do direito, um ou outro aspecto pode ter prevalência sobre o outro naquilo que diz respeito à base de sua legitimação.

Além desta divisão, que diz respeito à relação entre forma e conteúdo, existe outra, que distingue o nível de racionalidade da lei. Assim, tanto o aspecto procedimental quanto o substantivo da lei podem ser racionalizados. No primeiro caso, temos procedimentos irracionais de feitura e aplicação da lei quando se aplicam meios que não podem ser controlados pelo intelecto¹. No segundo, são substantivamente irracionais as decisões que são influenciadas por fatores concretos de casos particulares e não por normas abstratas passíveis de generalização.

A racionalização legal deve contemplar, desse modo, os dois componentes, sendo que, de acordo com Weber, a racionalização formal acaba prevalecendo. Por outro lado, tal como ocorre com as outras esferas sociais, a tendência da racionalização do campo jurídico só se realiza plenamente na medida em que ela constitui a sua *legalidade própria*, tornando o direito *autônomo* (ainda que não livre de influências externas) em relação a outras esferas, notadamente às da religião e da ética. Mas do ponto de vista histórico, como se dá esta racionalização legal e em que ela consiste?

Weber e o Direito Natural moderno

Weber identifica no *Code Civil* alguns elementos que não pertencem mais ao direito sacro e, no entanto, não se deixam reduzir a um estrito formalismo jurídico. Tais elementos, via de

¹ Por exemplo, o recurso ritualístico aos oráculos.

regra acompanhados de uma “teatralidade epigramática”, se aproximam da formulação do tipo daquelas dos “direitos do homem e do cidadão” contidas nas constituições francesa e norte-americana. Mais especificamente, trata-se de certos axiomas sobre o conteúdo de preceitos jurídicos sob a forma de postulados cuja pretensão é a de normatizar a legitimidade do próprio direito, tal como uma espécie de “direito do direito” (Cf. WEBER 1969, p. 640). Segundo Weber, o conteúdo de tais máximas ou postulados constituem o *direito natural*. No entanto, ele salienta que, do ponto de vista sociológico, as ideias referentes a este tipo específico de direito são tomadas em consideração no âmbito de um ordenamento jurídico e racional positivo apenas enquanto delas derivam consequências práticas para a conduta do criador do direito, isto é, enquanto exercem algum tipo de influência sobre a vida prática do direito. De fato, isso ocorreu de maneira especial no início da época moderna.

Weber define o direito natural como:

O conjunto de normas vigentes preeminentemente frente ao direito positivo e com independência dele, que não deve sua dignidade a um estabelecimento arbitrário, mas pelo contrário, legitimam a força obrigatória deste. Quer dizer, o conjunto de normas que valem não em virtude de provir de um legislador legítimo [que seria a legitimação pelo procedimento], senão em virtude de qualidade puramente imanentes: forma específica e única consequente da legitimidade de um direito que possa permanecer quando se suprimem as revelações religiosas e a sacralidade autoritária da tradição e de seus portadores (WEBER 1969: 640).

Duas observações devem ser feitas a respeito desta definição weberiana de direito natural. A primeira é que o direito natural é um fenômeno típico do processo de secularização (cf. PIERUCCI 2000, p. 138), mas que remete também à *materialidade* típica do direito religioso. Dito de outro modo, o direito natural é um misto

de racionalidade formal e racionalidade substantiva ou material, uma vez que consegue combinar, de um lado, clareza, precisão conceitual, rigor dedutivo, lógica formal, sistematicidade e abstração com, de outro, uma apreciação do direito e das normas que ainda encerra *valor*. Isto é, o direito natural ainda mantém a pretensão de legitimar concepções substantivas de bem e de justiça, só que lançando mão de artifícios que pretendem realizar uma autofundamentação da razão. Surgida já num mundo em processo de desencantamento e dessacralização (em particular da esfera jurídica), a doutrina do direito natural ainda acredita ser possível legitimar axiologicamente determinadas normas.

Por outro lado, em virtude mesmo do seu caráter pós-tradicional, o direito natural é a forma específica de legitimidade do ordenamento jurídico que emerge após um processo revolucionário. Por isso, entre os diversos fatores responsáveis pelo seu advento no limiar da era moderna, se encontra a conexão com os interesses da burguesia revolucionária.

Dado que as explicações weberianas são habitualmente pluri-causais, além de reconhecer o teor de verdade da concepção materialista da história neste caso específico, ele identifica no conceito de natureza surgido no Renascimento e na noção antiga, arraigada principalmente na Inglaterra, dos direitos racionais que possui o membro de um povo em virtude de suas nascerça (*birthright*), direitos estes que antes eram vinculados apenas a certas camadas sociais e que posteriormente foram universalizados para todo cidadão inglês. Aliás, essa tendência à universalização, que culmina com os direitos do homem e do cidadão, deve-se, segundo Weber, à influência de elementos religiosos (notadamente anabatistas) e sobretudo ao racionalismo ilustrado dos séculos XVII e XVIII (Cf. WEBER 1969, p. 641).

Por outro lado, a legitimação jusnaturalista do direito positivo pode tomar direções diversas, podendo estar mais vinculada a condições formais ou a condições materiais. O tipo mais puro do direito natural formal é aquele que surgiu através das chamadas “teoria do pacto”, especialmente em sua forma individualista. Segundo essa formulação do direito natural, todo

direito legítimo repousa em um estatuto, e este estatuto se apóia, em ultima instância, em um convênio racional da vontade. Seja na forma de um contrato real primitivo de indivíduos livres, que regula para o futuro a forma de criação do novo direito estatuído. Ou então, em sentido ideal, estabelece-se que será legítimo aquele direito cujo conteúdo não contradiga o conceito de uma ordem conforme a razão, estatuído através de um acordo livre. Os assim denominados “direitos de liberdade” são o elemento essencial deste direito natural, principalmente a liberdade contratual (Cf. WEBER 1969, p. 642).

Para Weber, entre os elementos essenciais do direito natural racionalista figura o princípio de que se tem a livre disposição sobre a propriedade adquirida em virtude do contrato originário, o que implica o princípio da livre competência. A barreira formal da liberdade contratual impede o ataque aos direitos de liberdade, o que inclui a impossibilidade de submissão a uma “escravidão política” e a não violação do direito de livre disposição sobre as possessões privadas e força de trabalho.

Como se trata de direito natural, esse formalismo tem os seus limites. Os critérios materiais de julgamento do que é ou não é legítimo repousam assim nas noções de *natureza* e de *razão*. Estes dois conceitos são os grandes pressupostos substantivos desta concepção de direito. Assim, o racional (e legítimo) é derivado da ordem eterna da natureza e da lógica, que são mesclados entre si (Cf. WEBER 1969, p. 643).

Além de sua versão formal, o direito natural também se apresentou sob um caráter mais material. Historicamente, aliás, este foi posterior ao primeiro, sendo que o momento decisivo de passagem de um para o outro se deu com as teorias socialistas sobre a exclusiva legitimidade da aquisição em virtude do trabalho próprio (Cf. *idem*, *ibidem*). Pois com isso, não apenas se combate a aquisição gratuita por direito hereditário ou monopólio concedido, mas também o princípio formal (procedimental) da liberdade contratual e da fundamental legitimidade de todos os direitos adquiridos por contrato, já que toda apropriação de bens passa a ser julgada de um ponto de vista puramente material,

isto é, em função da quantidade de trabalho que existe na causa da aquisição. Assim, a legitimidade de um direito adquirido não vincula mais a considerações jurídico-formais, mas econômico-materiais da forma de aquisição.

Se ao direito natural formal Weber conecta o interesse da classe burguesa², ele não deixa de relacionar o direito natural material aos interesses do campesinato proletarizado: “O dogma da não suscetibilidade de apropriação da terra, enquanto nada foi produzido com o seu trabalho, quer dizer, o protesto contra a supressão da comunidade do solo, corresponde à situação de classes dos camponeses proletarizados cujo espaço restrito de alimentação os constrange a submeter-se ao jugo dos monopolizadores do solo...” (WEBER 1969, p. 644).

Weber reconhece que a doutrina do direito natural como um todo exerceu uma influência bastante considerável sobre a criação e a aplicação do direito nas sociedades modernas. Do ponto de vista formal, ele desempenhou inclusive um importante papel no fortalecimento da inclinação para o direito logicamente abstrato e, sobretudo, do poder da lógica no pensamento jurídico. Do ponto de vista material, sua influência não teve a mesma força, mas foi em todo caso importante.

No entanto, segundo o diagnóstico weberiano, as doutrinas do direito natural entram em franca decadência a partir do século XIX. Sua explicação para isso é, mais uma vez, plural. Nas últimas décadas do século mencionado, a maioria dos intelectuais adotaram um “ceticismo positivista e relativista-evolucionista” que destruiu a raiz mesma da ideia de um direito natural em geral, fundado num racionalismo *universalista*. Ademais,

Além da influência deste radicalismo antimetafísico, a esperança escatológica das massas buscou apoio nas profecias,

² “A liberdade contratual e todas as disposições sobre a propriedade legítima derivadas daquela constituíam evidentemente o direito natural dos interessados no mercado, bem como na apropriação definitiva dos meios de produção” (WEBER 1969, p. 644)

em vez de buscá-lo em postulados. No terrenos das teorias jurídicas revolucionárias a doutrina do direito natural foi destruída pela dogmática evolucionista do marxismo. Pelo lado da ciência oficial foi em parte aniquilada pelas esquemas comtianos de evolução, em parte pelas teorias orgânicas historicistas sobre o desenvolvimento. O mesmo efeito teve o ingrediente da *Realpolitik* que o tratamento do direito público assumiu, além do peso da moderna política de poder (WEBER 1969, p. 646).

Diante deste quadro de desencantamento geral das vias jurídicas, Weber conclui que:

Em parte devido ao racionalismo jurídico, em parte pelo ceticismo do moderno intelectualismo em geral, a axiomática jusnaturalista caiu atualmente em um grande descrédito. *Em todo caso, perdeu a capacidade de ser fundamento de um direito.* Comparadas com a robusta fé no caráter positivo de revelação religiosa de uma norma jurídica, ou na inviolável santidade de uma tradição secular, *as normas obtidas por abstração, incluídas as mais convincentes, tem a este respeito uma estrutura demasiado sutil.* Como consequência disso, o positivismo jurídico avança de uma maneira irresistível (idem, ibidem. O grifo é nosso).

A consequência disso é que a possibilidade de se atribuir ao direito como tal, em virtude de suas qualidades imanentes, uma dignidade *supraempírica*, isto é, um valor legitimado em bases universalistas, foi aniquilada: “Atualmente colocou-se [o direito] a nu, de maneira demasiado patente na grande maioria dos casos, e precisamente em muitas de suas determinações mais importantes, como *produto e meio técnico de um compromisso de interesses*” (WEBER 1969, p. 647, o grifo é nosso).

Racionalização em Habermas

Grosso modo, podemos entender a estratégia habermasiana como um empreendimento sistemático que visa a reabilitar a

inescapável dimensão *consensual* que é requerida por todo e qualquer ordenamento político. Se de um lado temos uma tradição de pensamento na modernidade que concebe a política, em última análise, a partir do paradigma do conflito, a tradição a qual Habermas parece se filiar sustenta que o consenso em torno de normas e valores considerados legítimos é a base a partir da qual as relações conflitivas e de poder podem emergir. Na medida em que a instância consensual é vista como precedente, Habermas vai poder depositar normativamente os seus prognósticos de emancipação justamente numa *evolução* das capacidades prático-morais e discursivas que os homens modernos dispõem para a realização de um novo consenso. Este, uma vez que será obtido a partir de um novo nível de justificação da norma, possibilitará uma tematização crítico-democrática dos fundamentos da sociedade e uma potencial mudança nas instituições sociais, de sorte a tornar a regulação do acesso aos bens sociais (materiais e ideais) mais equitativa.

Assim, o grande desafio é ancorar esta suposta evolução no âmbito prático-consensual em uma teoria sociológica da modernidade. Dado que Habermas considera a teoria da racionalização de Weber ainda como a melhor abordagem do processo de modernização social, ele vai se deter criticamente nesta última. A questão é que Habermas não pode aceitar sem mais o diagnóstico weberiano da dialética da racionalização e da modernidade, pois este último não parece conceber qualquer tipo de racionalização que tenha trazido efeitos “positivos” ou emancipatórios para a instância da regulação normativa. Pelo contrário, Weber concebe que onde houve complexificação social e diferenciação sistêmica, criou-se mais papelada, especialização, divisão do trabalho e, com isso, as massas tornaram-se mais “dóceis” e a servidão se tornou mais e mais inelutável. Por isso, Habermas terá de identificar algum déficit no diagnóstico de tempo weberiano.

No segundo capítulo da *Teoria da Ação Comunicativa*, Habermas faz uma análise sistemática da teoria weberiana da racionalização. Lá, após percorrer a sociologia de Weber, ele

identifica dois problemas centrais, que no fundo estão intimamente vinculados. Primeiro, Weber concebeu a racionalização de forma *seletiva*, pois não explicitou todas as estruturas de racionalidade que surgiram no bojo do desencantamento das visões de mundo religiosas, mas tão-somente a racionalidade estratégico-instrumental. Segundo, Weber não analisou adequadamente a questão da *legitimidade* nas sociedades modernas, justamente porque ele não considerou suficientemente a dimensão consensual que é pressuposta por toda a dominação política.

O problema básico de Weber é então que, embora ele conceba o processo de autonomização das esferas e o descentramento das visões de mundo, apenas um tipo de racionalidade acaba imperando *formalmente* em todas as ordens autônomas da vida (talvez com exceção da esfera da arte), ainda que cada uma resguarde, do ponto de vista do *conteúdo*, a sua legalidade própria.

Assim, para que possa encontrar uma saída teoricamente *positiva* para os dilemas da modernidade, o que Habermas procura fazer é portanto estabelecer um conceito complexo de racionalidade e, *a fortiori*, um conceito complexo de racionalização e de modernidade. Desse modo, ao nível da modernização cultural das esferas de valor, ele vai conceber não apenas um ou dois, mas três complexos de racionalidade como resultado do processo de desencantamento das visões de mundo religiosas. São eles: (i) cognitivo-instrumental, (ii) prático-normativo e (iii) prático-estético.

Mas, de acordo com Habermas, esta linha de questionamento, mais complexa, é autorizada pela própria abordagem weberiana em *dois níveis* (ideias e interesses). Se partirmos da visão que as modernas estruturas de consciência condensam aquelas três formas básicas de racionalidade, então podemos pensar a racionalização societal *estruturalmente possível* como uma combinação das correspondentes ideias (nos domínios da ciência e tecnologia, lei e moralidade, e arte e erotismo) com determinados interesses. Para este sociólogo, este modelo deveria nos permitir estabelecer um padrão *não-seletivo* para a racionalização societal.

Em uma racionalização não-seletiva, as esferas culturais de valor têm de estar a tal ponto *balanceadas*, uma vez institucionalizadas, que as ordens de vida correspondentes sejam suficientemente autônomas para evitar a sua subordinação a leis intrínsecas, a ordens de vida que lhe são heterogêneas. Já um padrão seletivo ocorre quando um dos três componentes constitutivos da tradição cultural não é suficientemente trabalhado, ou quando algum deles é insuficientemente institucionalizado, ou ainda quando uma esfera predomina a tal ponto que sujeita as outras a uma forma de racionalidade que lhes é estranha.

Entre padrões seletivos e não-seletivos, percebemos que Habermas possui como tese de fundo a ideia de que as sociedades, em certo sentido, “aprendem”, e que este saber disponível ao nível cultural é utilizado, ou melhor, apropriado e institucionalizado em função dos interesses materiais e ideais que estão em jogo.

O ponto forte da crítica de Habermas a Weber reside, então, na fixação deste em torno da questão da tensão entre a religião e as outras esferas, de sorte que ele não foi capaz de conceber, para o complexo de racionalidade prático-moral, uma ética não-ancorada na religião, secularizada, no mesmo nível da moderna ciência e da arte autônoma. A nosso ver, esta crítica e este realce ao caráter inacabado da racionalização ética têm como horizonte a busca de novos potenciais de conflito e emancipação, e parece integrar parte da solução habermasiana à “colonização do mundo” da vida³.

Em um segundo movimento, Habermas argumenta que a lei moderna desempenhou um papel semelhante àquele da ética protestante para a institucionalização da racionalidade instrumental. Sem regulação legal, os subsistemas de ação instrumental não poderiam se estabilizar. Assim, ele vai buscar justamente na racionalização da lei o ponto de passagem *inacabado* e não-religioso da racionalidade prático-moral do nível cultural para o nível societal.

³ Isto é, somente com o desenvolvimento do potencial desta racionalidade prático-moral, ou então, só levando a cabo esta outra face (ainda não

Se Habermas aceita que no mundo moderno o Estado burocratizado e o mercado capitalista são dominados pela racionalidade teleológica ou instrumental, ele não parece conceder, ao contrário de Weber, que a lei que regula as relações políticas e econômicas também seja exclusivamente considerada a partir deste ponto de vista.

Segundo Habermas, quando as ações instrumentais, baseadas no auto-interesse, se institucionalizam tanto na esfera econômica quanto na estatal, uma regulação normativa de caráter pós-tradicional passa a ser requerida. Isso porque a legitimidade não é mais pré-dada por tradições metafísico-religiosas⁴.

Na sua Sociologia da Lei, Weber define o caráter pós-tradicional da lei a partir de três aspectos estruturais: a *positividade*, o *legalismo* e a *formalidade*. Embora reconheça tais características da lei moderna, Habermas afirma que o problema fundamental é na verdade o de explicar como essa estrutura do sistema legal foi possível. Isto é, o fato que a lei moderna é funcional para a institucionalização da ação racional de caráter meios-fins não explica as propriedades estruturais em virtude das quais ela pode cumprir estas funções.

Habermas tenta explicar tais estruturas nos termos de uma incorporação das estruturas pós-tradicionais de consciência moral⁵. Isto é, a falha de Weber foi a de olhar a racionalização da lei exclusivamente do ponto de vista da racionalidade cognitivo-instrumental (relações objetificantes em termos de Sujeito-Objeto), negligenciando o fato de que a lei pertence evidentemente ao âmbito prático-normativo (relações normativas em termos de Sujeito-Sujeito).

desenvolvida) da racionalização, se poderá fazer frente à dominação tecnocrática e burocratizada, que se mantém a custa de uma despolitização das massas.

⁴ Cf. HABERMAS 1984, p. 254-5.

⁵ Cf. HABERMAS, op. cit., p. 260.

O direito natural visto à luz da teoria social habermasiana

É no contexto de sua estratégia de mostrar a parcialidade do diagnóstico weberiano da racionalização jurídica, que as doutrinas jusnaturalistas adquirem importância para o argumento de Habermas. Para ele, a positivação, a legalização e a formalização da lei significam que a validade desta não pode mais se basear na autoridade pré-dada de tradições morais ou religiosas, mas requer uma fundamentação *autônoma*. A consciência prática só pode satisfazer essa demanda ao nível pós-convencional. E nisso reside o elemento essencial: na medida em que a lei moderna perde os seus antigos “fundamentos últimos”, de caráter religioso e moral, e deve legitimar-se autonomamente, é aqui que primeiro emerge a ideia de que normas legais são *em princípio* abertas a crítica e necessitam de justificação (que deve ser racional por causa do processo de descentramento das concepções de mundo)⁶. A partir deste momento surgem elementos de caráter pós-tradicional, tais como a distinção entre normas e princípios de ação, a noção de acordo racional acerca de regras que obrigam normativamente, o *insight* em torno da conexão entre universalidade e justificabilidade de normas legais, o conceito de sujeito legal abstrato com competências gerais, entre outros. Segundo Habermas, tais conceitos pós-tradicionais de lei e moralidade são *primeiro* desenvolvidos e sistematizados nas modernas teorias da lei natural. Aí, as normas são justificadas por indivíduos associados contratualmente que são em princípio *livres e iguais*⁷. Assim, o consenso tradicional é substituído aqui por uma validade baseada em um *consenso racional* (Cf. HABERMAS 1984, p. 262).

Assim, embora Weber enfatize estes três aspectos estruturais da lei moderna, ele negligencia o momento da necessidade de uma

⁶ It is here that there first emerges the Idea that legal norms are in principle open to criticism and in need of justification” (HABERMAS 1984, p. 260).

⁷ Por causa do desencantamento das visões de mundo religiosas e do descentramento da compreensão de mundo, o novo consenso deve partir da perspectiva hipotética de associados que são em princípio livres e iguais (cf. *idem*, p. 257).

justificação racional; ele exclui do conceito de lei moderna precisamente as concepções de justificação racional que surgem com as modernas teorias da lei natural no século XVII (cf. idem, ibidem).

Nas palavras de Habermas: “A lei natural racional, em suas diferentes versões de Hobbes e Locke, passando por Rousseau e Kant, até Hegel, pode ser entendida como um quadro teórico que busca fundamentar constituições organizadas legalmente para o Estado e para a sociedade” (HABERMAS 1984, p. 263). Ademais, segundo ele, em termos de racionalização ética, a lei natural racional é um passo adiante em relação à ética protestante, que ainda está ancorada na religião.

Alguém pode certamente levantar a objeção que o conceito de direitos naturais ainda tem fortes conotações metafísicas nos séculos XVII e XVIII. Entretanto, Habermas sublinha que, com o modelo de um contrato através do qual todos os associados legais, após pesar os seus respectivos interesses racionalmente, regulam a sua vida comum como associados livres e iguais, os teóricos da lei natural racional foram os primeiros a cumprir com a demanda de uma fundamental procedural da lei, isto é, de uma justificação por princípios cuja validade pode ser *criticada* (cf. HABERMAS 1984, p. 264). Nesse quadro, “natureza” e “razão” não requerem tanto conteúdos metafísicos particulares, mas antes elas circunscrevem as condições formais dentro das quais um acordo deve ser satisfeito caso ele queira ter força legitimadora, isto é, queira ser racional.

Assim, na leitura habermasiana, as doutrinas que fundam a lei natural em bases contratuais são uma primeira configuração daquilo que ele chama de *racionalização prático-moral* na instância consensual da legitimação política. É a partir daqui que ele pretende ancorar uma normatividade que aponte um potencial emancipatório. Isto constitui um ponto chave para mostrar que, mesmo num sistema de dominação legal baseada na racionalidade instrumental, já está presente esta outra face da racionalização. Isso não significa, entretanto, que já seja possível se extrair emancipação a partir daquele estágio de desenvolvimento histórico. Do contrário, a modernidade não seria um projeto

inacabado, mas um fato. Em todo caso, o mais importante a destacar aqui é que, embora o Estado moderno e o mercado capitalista possam significar um tipo de dominação pós-tradicional mais eficiente e sutil (como bem mostra Weber), este sistema de dominação precisa se legitimar, e esta legitimação precisa também ser racional e pós-tradicional, não no sentido cognitivo-instrumental, mas agora no âmbito prático-moral.

Na medida em que a incorporação institucional das estruturas de racionalidade (*ideias*) estocadas em nível cultural fica a cargo da dinâmica dos *interesses*, Habermas vê em movimentos sociais históricos como o movimento operário e o movimento feminista, tentativas de levar adiante este processo de racionalização ética via tematização e crítica da legitimidade do princípio organizacional da sociedade. É interessante notar que trata-se não mais de uma racionalização formal, mas substantiva, pois tal crítica se dá através da reivindicação de certos valores tidos como racionais e universais, como “dignidade humana” e “justiça”⁸.

Em outro texto, ainda na mesma linha argumentativa, Habermas afirma que, se fundamentos últimos não mais podem ser encarados como plausíveis, a época moderna se caracteriza por apresentar um *nível de justificação* no qual as próprias condições formais de justificação obtêm força legitimadora. Assim, os próprios procedimentos e pressuposições do acordo racional se tornam princípios. Segundo ele, “em teorias contratuais, de Hobbes e Locke até John Rawls, a ficção do estado de natureza ou de uma posição original *também* tem o sentido de especificar as condições sob as quais um acordo expressará o interesse comum de todos os concernidos – e nesta medida pode contar como racional” (Cf. HABERMAS 1979, p. 184)⁹.

⁸ Cf. idem, p. 268.

⁹ E ainda: “From Hobbes to Rousseau and Kant the leading ideas of rational agreement and self-determination were explicated to the extent that questions of justice and public welfare were stripped of all ontological connotations. This controversy dealt implicitly with the depreciation of a level of justification dependent on world views” (idem, p. 192).

Weber x Habermas

A partir da comparação entre as leituras de Weber e de Habermas acerca das doutrinas jusnaturalistas e do desenvolvimento do direito moderno, fica claro que, enquanto Weber se esforça para ver nestas últimas concepções os resquícios metafísicos e substantivos de uma consideração do direito que se encontra a meio caminho do processo de racionalização formal, Habermas procura salientar a riqueza do conteúdo normativo do procedimento contratualista de justificação *racional*. Racional aqui no sentido prático-moral e não meramente formal. Olhando para um mesmo fenômeno, Weber vê o *fim* de um padrão de legitimação baseado na consideração axiológica (ou metaempírica) do direito; Habermas enxerga o *início* de um padrão de legitimação reflexivo e autenticamente racional. De Weber a Habermas, o que justifica uma tal diferença na avaliação do “grau de modernidade” do direito natural?

Talvez a diferença se encontre nos seus respectivos diagnósticos gerais da modernidade. Ambos concordam quanto ao fato de que a modernidade compreende a si mesma como momento de ruptura com todo fundamento teológico-religioso dos vínculos sociais. Há uma articulação central entre racionalização dos vínculos sócio-políticos e crítica aos fundamentos religiosos do poder que parece indissociável da própria produção da consciência da modernidade. Tal racionalização se realiza por meio da autonomização das esferas culturais de valor; o que do ponto de vista do sujeito, pode ser visto como um processo de descentramento das estruturas de consciência. No entanto, para Weber, tais esferas possuem uma legalidade própria que torna qualquer tentativa de unificação e hierarquização inviável. Ora, na medida em que a unidade do sentido do mundo se encontra dissolvida, qualquer programa filosófico que ainda busque formular critérios de validade mínimos para a ação e normas, que ainda desenvolva conceitos de legitimação racional que transcendam meros contextos empíricos, está fadado ao fracasso.

Por outro lado, Habermas direciona os seus esforços justamente para pensar a possibilidade de uma racionalidade dos fins no contexto de sociedades modernas. Por isso, ele sustenta uma noção de modernidade compreendida como momento que está necessariamente às voltas com o problema da sua *autocertificação*¹⁰, isto devido, entre outras coisas, ao fato de nada lhe aparecer como substancialmente fundamentado em um poder capaz de unificar as várias esferas de valores sociais. Ela não poderia mais procurar em outras épocas, ou em explicações mítico-religiosas de mundo, os critérios para a racionalização e para a produção do sentido de suas esferas de valores. Ela deve criar e fundamentar suas normas a partir de si mesma.

Weber provavelmente concordaria com a ideia de que os sentidos têm de ser produzidos. No entanto, ele relega tal produção para o domínio do *irracional* e do *particular*, ao passo que Habermas quer conceber formas, *procedimentos racionais* e *universais*, de garantia de justiça na escolha de fins, sentidos, valores e normas. Para tanto, Habermas precisa, em certo sentido, retomar as preocupações do jovem Hegel acerca das condições de possibilidade de uma comunidade ética no mundo moderno – sem apelar evidentemente para vínculos de solidariedade passadistas – a fim de pensar as noções de *liberdade* e *justiça* em sentido enfático nas condições capitalistas.

Por isso, Habermas enxergou nas modernas doutrinas jusnaturalistas um conteúdo normativo fundamental: elas fazem do princípio de *consenso racional* a base da obrigação política do indivíduo (Cf. BENHABIB 1986, p. 30). A *autocertificação* da política é então compreendida como um contrato consensual entre indivíduos autônomos e portadores de direitos.

A questão básica que se abre a partir desta investigação é a de saber qual dos dois diagnósticos é o mais adequado para se compreender o projeto moderno em toda a sua complexidade. O que envolve saber também como se dá a relação atual entre facticidade e validade. Isto é, se ainda podemos falar de uma

¹⁰ Cf. Habermas credita a Hegel a primeira formulação deste problema (Cf. HABERMAS 2002, p. 24).

legitimação racional-universal dos fins e das normas na contemporaneidade. Mas tal problemática deve ser tratada num outro lugar, na medida em que escapa dos propósitos deste relatório e das nossas capacidades atuais.

Referências

- BENHAHIB, Seyla. *Critique, Norm and Utopia: A Study of the Foundations of Critical Theory*. New York: Columbia University Press, 1986.
- COHN, Gabriel. *Crítica e Resignação: Max Weber e a Teoria Social*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- COLLIOT-THÉLÈNE, Cathérine. *Le Désenchantement de l'État: De Hegel à Max Weber*. Paris: Les éditions de Minuit, 1992.
- HABERMAS, Jürgen. *Communication and the Evolution of Society*. Boston: Beacon Press, 1979.
- _____. *The Theory of Communicative Action: reason and the rationalization of society*, v. 1. Tradução de Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1984.
- _____. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Tradução de Luiz Sérgio Repa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. "Secularização em Max Weber" in *A Atualidade de Max Weber*. Jessé Souza (org.). Brasília: Editora UNB, 2000.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. *The Rise of Western Rationalism*. Tradução de G. Roth. Los Angeles: University of California Press, 1985.
- _____. "Politeísmo dos Valores" in *A Atualidade de Max Weber*. Jessé Souza (org.). Brasília: Editora UNB, 2000.
- SOUZA, Jessé. *Patologias da Modernidade: Um diálogo entre Habermas e Weber*. São Paulo: Annablume, 1997.
- WEBER, Max. *Economía y Sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*. Vol. 1. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.

APONTAMENTOS CRÍTICOS ÀS TEORIAS DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE CLASSE: *VIDAS SECAS* E OS MUITOS “FABIANOS”

Era bruto, sim senhor, nunca havia aprendido, não sabia explicar-se.
Estava preso por isso? Como era? Então mete-se um homem na cadeia porque ele não sabe falar direito? Que mal fazia a brutalidade dele? Vivia trabalhando como um escravo. Desentupia o bebedouro, consertava as cercas, curava os animais – aproveitara um casco de fazenda sem valor. Tudo em ordem, podiam ver. Tinha culpa de ser bruto?
Quem tinha culpa?
Vidas Secas

Francini Hirata*
Pedro Henrique de Moraes Cícero**

Resumo: Partindo da problematização das Teorias dos Novos Movimentos Sociais agregada às contribuições de *Vidas Secas*, romance clássico da literatura brasileira publicado por Graciliano Ramos em 1938, este artigo pretende resgatar a importância do marxismo para a análise dos movimentos sociais. Diferentemente do apregoaço por essa teoria, a idéia é demonstrar que há barreiras materiais para a construção e dispersão dos valores culturais, uma vez que a classe social limita e determina o potencial cultural para a mobilização baseada na linguagem, no discurso e nas identidades.

Palavras-chave: Teoria dos Novos Movimentos Sociais, *Vidas Secas*, cultura e classes sociais.

Abstract: Through the questioning of the “New Social Movements Theory” and the contributions of *Barren Lives*, classic romance of Brazilian literature published by Graciliano Ramos in 1938, this article aims to rescue the importance of Marxism for the analysis of social movements. Unlike proclaimed by this theory, the idea is to show that there are material barriers to the construction and spread of cultural values, as the social class limits and determines the cultural potential for mobilization based on language, the discourse and identities.

Key-words: The New Social Movements Theory, *Barren Lives*, Culture, and Social classes.

* Mestre em Ciência Política pela UNICAMP .

** Mestre em Ciência Política. Doutorando em Ciência Política pela UNICAMP.

Teorias dos Novos Movimentos Sociais e a crítica ao paradigma marxista

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS) tomou corpo entre os cientistas sociais europeus a partir da década de 1960. Através de um quadro conceitual destinado a combater a perspectiva teórica marxista, sobretudo a centralidade da luta de classes, caracteriza-se pela formulação de esquemas interpretativos que enfatizam os elementos culturais em detrimento de conceitos clássicos – em particular o de classe social¹ – para melhor compreender as novas formas de ação coletiva que rapidamente se disseminavam pelo continente naquela época. Foram as *ondas de protestos*, mobilizações que supostamente flexibilizaram o pressuposto marxista segundo o qual a luta social se origina e se desenvolve apoiada em motivações essencialmente de natureza econômica (de classe).

De fato, os principais movimentos sociais da época (em especial o Movimento Estudantil e o Movimento Feminista) assumiram um caráter transclassista, ou seja, abarcaram em suas fileiras cidadãos oriundos das mais diferentes classes sociais. As lutas por eles empreendidas vislumbravam muito mais do que a igualdade formal de oportunidades e de bens materiais. Buscavam

¹ Apoiamo-nos no conceito de classe sintetizado por Galvão: “Em primeiro lugar, descartamos os conceitos de classe que se circunscrevem à renda e/ou dimensão ocupacional. Em segundo lugar, a nosso ver, a posição de classe não pode ser considerada como mero reflexo da posição econômica. Mas se entendemos que não há uma relação mecânica entre posição no processo produtivo e posição de classe, isso não significa que não haja nenhuma relação entre ambas: consideramos que a localização no processo produtivo circunscreve um campo de interesses, que vai ser construído na luta de classes” (Galvão, 2008, p. 14). A esta definição, agregase a de Sallum (2005, p. 40), ao considerar que as classes sociais “*não são atores coletivos, mas fixam balizas, por sua posição relativa nos planos material e cultural, à sociabilidade cotidiana, aos movimentos sociais, aos grupos de pressão e às coletividades moldadas por aparelhos institucionais*”.

ir além, pois concebiam o conceito de “modo de produção” de forma mais ampla do que no marxismo clássico, uma vez que acentuavam o fato da origem do poder da classe dominante ser baseada não mais no domínio sobre os meios de produção, mas sim no monopólio sobre a informação e na produção do conhecimento.

Por conseguinte, o *locus* dos conflitos sociais migrara das relações laborais para as culturais. Assim, a tática de dominação também se modificara, não mais representando algo que se dá em relação a grupos e/ou classes sociais, mas sim sobre o indivíduo. De acordo com autores como Touraine (1989; 1999) e Laclau (1986)², tais modificações anunciaram a necessidade de fazer com que a teoria social se adequasse às novidades impostas pela instalação desse novo momento histórico, denominado de modo geral “Sociedade Pós- Industrial”.

Foi Alain Touraine quem mais se ocupou em apontar as singularidades da “nova era”. Em linhas gerais, sustentou que a transição entre um tipo societário e outro se deu a partir do momento em que os investimentos, ao invés de produzirem bens materiais, passaram a produzir bens simbólicos os quais modificaram os valores, as necessidades e as representações. Nesse sentido, Touraine buscou assinalar a diferença entre a sociedade industrial, cuja principal inovação foi ter transformado os meios

² Cabe aqui ressaltar que, apesar de serem comumente apresentados como autores importantes na consolidação das chamadas “Teorias dos Novos Movimentos Sociais”, as obras dos pensadores citados contém especificidades importantes. Em que pese partilharem pressupostos teóricos centrais (especialmente a centralidade analítica do conceito “cultura”), Touraine e Laclau preocupam-se, cada um a sua maneira, com uma temática distinta no desenvolver de suas obras. Contudo, por não ser esta a temática central do presente artigo, tais singularidades não poderão ser aqui desenvolvidas, ao mesmo tempo em que os dois autores e a três obras citadas dão sustentação aos argumentos aqui apresentados.

de produção, e a sociedade pós-industrial que tem como foco a transformação dos fins da produção, ou seja, a intervenção das forças sociais sobre si mesmas. A cultura, e não mais o domínio dos meios de produção, transforma-se no principal elemento de disputa entre os diferentes agrupamentos sociais.

Os pensadores dos NMS consideram que o marxismo trata a ação coletiva apenas no nível das estruturas, da ação das classes sociais, focando suas análises exclusivamente nas macro-determinações. Tal opção lhes impõe intransponíveis restrições quanto à análise dos aspectos eminentemente individuais da vida social. A desmedida ênfase no campo econômico, por conseguinte, os impede de analisar as relações políticas e culturais.

Nesse sentido, a opção de priorizar o proletariado como o ator social capaz de levar a cabo as transformações sociais revela-se um grave erro cujas raízes remontam a esse desvio teórico. Ao restringir a luta social a apenas uma categoria de indivíduos, o paradigma marxista não consegue abarcar a multiplicidade dos grupos e dos interesses que se entrelaçam na sociedade contemporânea. As palavras de Souza Santos (2005, p. 177) sintetizam tal polêmica:

A maior novidade dos NMS é que constituem tanto uma crítica à regulação social capitalista, como uma crítica à emancipação social socialista, como foi definida pelo marxismo. Através da identificação das novas formas de opressão que ultrapassam as relações de produção e sequer são específicas delas, como a guerra, a poluição, o machismo, o racismo e o produtivismo; e da defesa de um novo paradigma social, mais baseado na cultura e na qualidade de vida do que na riqueza e no bem estar material, os NMS denunciam, com uma radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade. Tais excessos atingem não só o modo como se trabalha e se produz, mas também o modo como se descansa e se vive; a pobreza e as assimetrias das relações sociais são a outra face da alienação e do desequilíbrio interior dos indivíduos;

e, finalmente, essas formas de opressão não atingem especificamente nenhuma classe social e sim grupos sociais transclassistas ou até mesmo a sociedade como um todo.

Portanto, para a abordagem dos NMS, na sociedade pós-industrial os sujeitos providos de capacidade revolucionária são os atores sociais agrupados num coletivo difuso e não hierarquizado, cujo principal elemento aglutinador diz respeito à construção de identidades, advindas da solidariedade partilhada entre os agentes, sendo que, nas palavras de Laclau e Mouffe (Galvão, 2008, p. 10), a identidade é vista como “um complexo de práticas discursivas”.

Como consequência, passa-se a enfatizar a necessidade de levar a análise ao campo cultural, deslocando, através das novas identidades sociais, o conflito de classes para o conflito de idéias. Dessa maneira, os teóricos dos NMS acabam por superdimensionar o campo de abrangência do conceito de cultura, tornando-o, assim, superficial. Este fato pode ser ilustrado pelo trecho abaixo, no qual Touraine (1999, p. 69) classifica como “fenômenos eminentemente culturais” lutas políticas bastante distintas:

O que surpreende, desde o início dos anos 80 [na França], é que os movimentos que tocaram com mais força a opinião pública, por seu conteúdo, e não só por seu contexto, foram geralmente movimentos formados para a defesa de direitos culturais. Por isso, começarei por evocar o movimento dos beurs (segunda geração de imigrantes árabes, na França) e a ação dos militantes anti-racistas, depois os movimentos de homossexuais associados à luta contra a AIDS. Dentre os movimentos dos “sem” [os sem-casa, os desempregados e os sem-documentos], o dos sem-documentos é evidentemente, e de longe, o que teve maior importância.

Somando-se a essa característica, as análises dos atores sociais efetuadas pelos teóricos dos NMS “ênfaticam a identidade coletiva criada por grupos e não a identidade social criada por estruturas sociais que preconfiguram certas características dos indivíduos” (Gohn, 2007, p. 123) de forma a “negar o papel das determinações e dos processos objetivos, destacando o primado da subjetividade dos indivíduos e o papel dos agentes sociais em suas lutas cotidianas (Gohn, 2007, p. 134).

Vidas Secas e a crítica às teorias dos novos movimentos sociais

Um dos objetivos deste artigo, que se propõe a problematizar aspectos centrais das teorias dos NMS sem, porém, dar conta de toda sua complexidade, é apontar os limites da utilização do conceito “cultura” como eixo exclusivo e primordial para a transformação social. Pretendemos deixar clara a preponderância da questão de classe como fator determinante para o entendimento dos elementos culturais que, segundo as teorias dos NMS, são a principal chave para tornar possível a reversão da dominação típica da sociedade pós-industrial.

A idéia é demonstrar que há barreiras materiais para a construção e dispersão dos valores culturais, uma vez que a posição de classe limita e determina o potencial cultural para a mobilização baseada na linguagem, no discurso e nas identidades.

A classe social importa porque, de um lado, determina e condiciona a fala, podendo inclusive expropriá-la e, de outro, porque evidencia que não basta falar para se fazer ouvir, sendo que esta relação não é de nenhum modo mecânica ou automática. A exploração do trabalho, o domínio burguês sobre o aparelho de Estado e, por conseguinte, a dominação cultural tornam o domínio de uma classe sobre a outra um fenômeno que extrapola a utilização da linguagem como forma de se estabelecer o consenso.

As bases de tal debate expressam-se no disputado e, por conseguinte, polissêmico conceito de cultura, que assumiu inicialmente dois eixos opostos: no primeiro deles, denota o

domínio estético, em particular, o domínio da arte e da literatura e as relações entre ambas. No outro extremo estão os usos antropológicos do termo para denotar “todo o modo de vida” de uma sociedade.

A concepção marxista de cultura, por sua vez, estabelece um outro foco: desenvolver uma explicação materialista das relações entre as idéias e os aspectos e condições da práxis humana (Bottomore, 2001, p. 93-94). Nesse sentido, no interior do debate marxista, o pensador britânico Raymond Williams (1958, p. 4) contribui com uma definição pertinente para o desenvolvimento argumentativo do presente ensaio:

Usamos a palavra cultura nesses dois sentidos: para designar todo um modo de vida – os significados comuns; e para designar as artes e o aprendizado – os processos especiais de descoberta e esforço criativo. Alguns escritores usam essa palavra para um ou para outro sentido, mas insisto nos dois e na importância de sua conjunção³.

Ou seja, “trata-se, em outras palavras, de uma ‘cultura’ no sentido mais forte do termo, uma cultura que tem que ser vista como a vivência da dominação e da subordinação de certas classes sociais” (Williams apud Cevasco, 2008 p. 115). É, portanto, uma concepção segundo a qual a cultura está inextricavelmente ligada à organização social, regida pela economia. Para Williams, a cultura, “longe de ser marginal ou subsidiária, é constitutiva do processo social” (Cevasco, 2008, p. 112). Afasta-se, assim, o idealismo de se pensar que somente a luta cultural será capaz de efetuar essa mudança.

³ Tradução livre da passagem: “We use the word culture in these two senses: to mean a whole way of life – the common meanings; to mean arts and learning – the special processes of discovery and creative efforts. Some writers reserve the word for one or other of these senses; I insist on both, and on the significance of their conjunction” (Williams, 1958, p. 4).

Neste sentido, mostraram-se bastante reveladoras as contribuições oriundas do romance *Vidas Secas*, um dos principais expoentes do Modernismo brasileiro. Este movimento literário, agregado ao desenvolvimento da economia capitalista em nosso país, gerou, entre as décadas de 20 e 30 do século passado, grande efervescência cultural. Esta, por sua vez, trouxe consigo um momento de intenso questionamento sobre a realidade social brasileira, tendo o movimento modernista logrado combinar elementos estéticos (ligado às modificações operadas na linguagem) aos elementos ideológicos (diretamente atada ao pensamento, à visão de mundo).

De acordo com Lafetá (2000, p. 31), há predominância do projeto ideológico no Modernismo a partir dos anos 30, onde a “incorporação crítica e problematizada da realidade social brasileira representa um enriquecimento adicional e completa – pela ampliação dos horizontes de nossa literatura – a revolução na linguagem”.

Nesse romance clássico da literatura brasileira, cujo drama é o “entrosamento da dor humana na tortura da paisagem” (Candido, 2006, p. 66), a denúncia da história de uma família de retirantes nordestinos deixa o cenário da seca e da miséria do sertão para representar, guardadas suas especificidades e singularidades, a condição de existência de muitos “Fabianos” ao redor do mundo: “Fabiano é um esmagado, pelos homens e pela natureza” (Candido, 2006, p. 63).

Dessa maneira, conforme expressa Candido (2006, p. 92) “o personagem está ligado à situação que o define, onde problemas vividos e magistralmente propostos, o amparam e lhe dão realidade”.

Graciliano Ramos usou um discurso especial, que não é monólogo interior e não é também intromissão narrativa por meio de um discurso indireto simples. Ele trabalhou como uma espécie de procurador do personagem, que está legalmente presente, mas ao mesmo tempo ausente. O narrador não quer identificar-se ao personagem, e por isso há na sua

voz uma certa objetividade de relator. Mas quer fazer as vezes do personagem, de modo que, sem perder a própria identidade, sugere a dele. Resulta uma realidade honesta, sem subterfúgios nem ilusionismo, mas que funciona como realidade possível (Candido, 2006, p. 150).

Marcado por relações de dominação e poder, o enredo de *Vidas Secas* remete às condições de miséria que adquirem a forma de economia de palavras e de subordinação, de tal forma a estabelecer fatores os quais determinam e condicionam as possibilidades e impossibilidades que conformam a existência humana: “Caminhando, [Fabiano] movia-se como uma coisa, para bem dizer não se diferenciava muito da bolandeira de seu Tomás” (Ramos, 2005, p. 15). Sendo assim, “Fabiano é em si mesmo um vaqueiro nordestino, mas na leitura projeta-se como um símbolo de todos aqueles cujas condições de vida e de submissão à ordem sejam análogas às suas” (Bastos, 1998, p. 100).

Por isso, os problemas, contradições e dramas expostos no romance não podem ser considerados como características exclusivas do nordeste brasileiro⁴. Evoca-se, aqui, a célebre frase: o sertão é o mundo.

⁴ Todavia, faz-se importante enfatizar a particularidade da inserção do nordeste no contexto do capitalismo brasileiro, que assume características específicas no que diz respeito às relações de dominação e exploração. Brunacci (2008, p. 95) é precisa ao afirmar que *Vidas Secas* é um “romance da seca, mas não exclusivamente. Nele, a seca como tragédia que se abate sobre o sertanejo é uma condição natural, cujas conseqüências se repetem porque se repetem indefinidamente as condições sociais. Ou porque se repete, geração após geração, uma tradição de mando que perpetua essas condições sociais: a condição colonial, que se reproduz e persiste no interior do projeto modernizador. Então não se trata apenas de um romance da seca, mas de uma narrativa da colonização, que o processo de modernização não logrou superar”.

Em *Vidas Secas*, Graciliano Ramos leva ao máximo a sua costumeira contenção verbal, elaborando uma expressão reduzida à elipse, ao monossílabo, aos sintagmas mínimos, para exprimir o sufocamento humano do vaqueiro confinado aos níveis mínimos de sobrevivência (Candido, 1989, p. 161).

Em uma contundente passagem da obra, onde a família, mais uma vez, é obrigada a fugir da seca, fica claro que a mudança de lugar não significa, necessariamente, transformações em suas condições de vida:

Que iriam fazer? Retardaram-se, temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, sinha Vitória e os dois meninos (Ramos, 2005, p. 128).

Neste sentido, corrobora o comentário de Bosi (1975, p. 452):

Daí parecer precária, se não falsa, a nota de regionalismo que se costuma dar a obras em tudo universais como *São Bernardo* e *Vidas Secas*. Nelas, a paisagem capta-se menos por descrições miúdas que por uma série de “tomadas cortantes”; e a natureza interessa ao romancista só enquanto propõe o momento da realidade hostil a que a personagem responderá como lutador em *São Bernardo*, retirante em *Vidas Secas*.

O sertão é o mundo no sentido em que a opressão nele encontrada tem caráter universal, não tendo como causas somente aspectos geográficos como a seca e os mandacarus: “Fabiano e os seus são seres espoliados não só de teto e alimento, mas também de linguagem” (Camilo, 1995, p. 424). Desse modo, “Graciliano Ramos é um negador pertinaz dos valores da sociedade e das

normas decorrentes. [...] Em *Vidas Secas*, [estas normas] constituem o aparelho de opressão do pobre” (Candido, 2006, p. 86).

E há também algo de universal no “silêncio” dessa família, o grito dramático da injustiça social: “A injustiça social atravessa como grito a cortina de silêncio destas páginas de realismo crítico, faz-se a voz dos personagens emudecidos” (Felinto, 2005, p. 134). A palavra, a fala, o discurso, a conversa e seus temas são condicionados estruturalmente pela realidade social na qual eles se inserem, tendo relação com determinantes históricos, econômicos, políticos, ideológicos e sócio-culturais: “Em horas de maluqueira Fabiano desejava imitá-lo [Tomás]: dizia palavras difíceis, truncando tudo, e convencia-se de que melhorava. Tolice. Via-se perfeitamente que um sujeito como ele não tinha nascido para falar certo” (Ramos, 2005, p. 22).

O que determina a condição social da família de Fabiano? Não é exclusivamente a seca nordestina, como nos chama a atenção Coutinho: “só aparentemente o nomadismo de Fabiano decorre de um fenômeno natural, da seca: ele se liga, em primeira instância, ao fato de não ser Fabiano um proprietário, o que o impede de vincular-se definitivamente à terra” (Coutinho, 1967, p. 173). A sua condição de miséria e opressão decorre, entre outros fatores, da grande propriedade e da mão-de-obra barata ou escrava. É, de modo geral, o capital enquanto relação social que gera e aprofunda a miséria: “Aos devaneios do retirante, aos sonhos de uma vida liberta do ciclo infernal da seca, Graciliano contrapõe a certeza do sem-saída, historicamente fundamentada” (Camilo, 1995, p. 425). Ou ainda:

Trata-se de um “regionalismo problemático” que não mais se atém ao mero descritivismo de paisagens e costumes rurais. Com ele, ganham escala nacional os dramas específicos das áreas onde melhor se configura a situação de atraso (Camilo, 1995, p. 416).

A interface com as teorias dos NMS demonstra que, na verdade, o regionalismo aparece com maior vigor na obra dos

pensadores europeus. O fato de não haver muitos “Fabianos” nos cafés franceses da década de 1960 é extremamente relevante. A idéia de cultura, entretanto, não pode ser lançada sem levar em conta o contexto material no qual está inserida, especialmente quando se trata de um contexto sócio-econômico tal como o latino-americano.

Além da questão da (falta de) universalidade, é importante salientar que o romance nos possibilita apontar outros limites da argumentação proposta pelas teorias dos NMS. Uma delas refere-se às preocupações concernentes ao diálogo e, conseqüentemente, às determinantes materiais que cerceiam a capacidade de se fazer entender, ouvir e respeitar:

Destituídos dos direitos básicos de terra, pão e trabalho, amargando uma clausura imposta pela estrutura fundiária que os obriga a vagar sozinhos por longas distâncias, parando aqui e acolá, durante as tréguas da seca, para cuidar de uma propriedade alheia, as personagens desenvolvem uma estratégia de autodefesa pelo silêncio (Brunacci, 2008, p. 104).

Diferentemente do apregoado pelo paradigma das teorias dos NMS, a fala não deve ser encarada apenas enquanto simples elemento da cultura, livre de determinações de classe. Pelo contrário. No romance, a cultura e, por conseguinte, os constrangimentos ligados a fala, são fatores que trazem à tona a diferenciação entre classes. Neste sentido, torna-se pertinente a crítica de Sallum (2005, p. 23) ao chamar a atenção para a natureza teórica dos problemas desta literatura, já que “subestimam a relevância da cultura não apenas na *articulação* entre classe e ação coletiva, mas na *conformação* mesma dos dois termos”. Ilustra Graciliano:

[Fabiano] Ouvira falar em juro e em prazos. Isto lhe dera uma impressão bastante penosa: sempre que os homens sabidos lhe diziam palavras difíceis, ele saía logrado. Sobressaltava-se escutando-as. Evidentemente só serviam para encobrir ladroeiras.

Mas eram bonitas. Às vezes decorava algumas e empregava-as fora do propósito. Depois esquecia-as. Para que um pobre da laia dele usar conversa de gente rica? [...] Se ele soubesse falar como Sinha Terta, procuraria serviço noutra fazenda, haveria de arranjar-se. Não sabia. Nas horas de aperto dava para gaguejar, embaraçava-se como um menino, cocava os cotovelos, aperreado. Por isso esfolavam-no. Safados. (Ramos, 2005, p. 97).

As teorias dos NMS partem do pressuposto, algumas vezes implícito, de que o consenso estabelece-se exclusivamente a partir do diálogo. Entretanto, deve-se levar em conta que a construção de consensos a partir do diálogo implica que se considerem, de um lado, as limitações impostas à capacidade de falar e de se expressar e, de outro, os diferentes e opostos interesses em disputa.

Estes dois fatores que, na prática, dificultam o consenso são condicionados pelas diferentes posições de classe dos agentes, bem como pelas diferentes determinações estruturais advindas destas posições: a capacidade de falar e de se fazer entender, a racionalidade, a escolaridade, o conhecimento, a cultura de forma geral⁵:

Se [Fabiano] aprendesse qualquer coisa, necessitaria aprender mais, e nunca ficaria satisfeito. Lembrou-se de seu Tomás da bolandeira. Dos homens do sertão o mais arrasado era seu Tomás da bolandeira. Por quê? Só se era porque lia demais. Ele, Fabiano, muitas

⁵ É necessário ressaltar, de antemão, que o fato da cultura expressar-se de maneiras variadas não implica, necessariamente, em uma concepção elitista das relações sociais. Tal afirmação se faz necessária na medida em que uma leitura inadvertida sobre o tema pode inferir uma visão equivocadamente depreciativa de Fabiano e sua família. A ausência das condições materiais necessárias para desenvolver partes importantes da sociabilidade, em especial a fala, não pode ensejar, absolutamente, o preconceito e a inferiorização da camada social representada pelos personagens de *Vidas Secas*.

vezes dissera: – “Seu Tomás, vossemecê não regula. Para que tanto papel? Quando a desgraça chegar, seu Tomás se estrepa, igualzinho aos outros.” Pois viera a seca, e o pobre do velho, tão bom e tão lido, perdera tudo, andava por aí, mole (Ramos, 2005, p. 22).

A impossibilidade de expressar e reivindicar seus interesses, ainda que se deva considerar os limites culturais, verifica-se principalmente através da dominação de classe propriamente dita:

O gado aumentava, o serviço ia bem, mas o proprietário descompunha o vaqueiro. Natural. Descompunha porque podia descompor, e Fabiano ouvia as descomposturas com o chapéu de couro debaixo do braço, desculpava-se e prometia emendar-se. Mentalmente jurava não emendar nada, porque estava tudo em ordem, e o amo só queria mostrar autoridade, gritar que era dono. Quem tinha dúvida? (Ramos, 2005, p. 23)

No que concerne a capacidade de falar, bem como a capacidade de se comunicar, o problema não se resume aos fatores que as determinam, mas também à relação estabelecida com o outro pólo do diálogo. Neste sentido, mesmo que o indivíduo saiba falar perfeitamente, não há garantias de que seja, de fato, compreendido/atendido. Esta é uma prova de que há inúmeras relações de poder externas ao diálogo que influem no estabelecimento de determinado consenso. Por este motivo, ao criticar os teóricos dos NMS, afirma Gohn (2007, p. 134) que há “grande dose de voluntarismo. Ao negar o poder das estruturas macro da sociedade e na sociedade, procura reavivar as forças que se considera existam dentro dos indivíduos”.

Assim, se levarmos em conta que, no Brasil, grande parte dos conflitos gira em torno de questões como a grande propriedade rural ou urbana, que opõem diferentes interesses, e se considerarmos também a especificidade das relações de dominação que, no caso em particular da região nordeste apresentam formas

ainda mais dramáticas, torna-se difícil defender que a luta política seja uma luta essencialmente discursiva, podendo o diálogo resolver conflitos e estabelecer consensos.

E, pensando bem, ele [Fabiano] não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. Vermelho, queimado, tinha os olhos azuis, a barba e os cabelos ruivos; mas como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra (Ramos, 2005, p. 18).

É notório que o romance em questão estabelece relações entre a fala e o poder, ou seja, enfatiza que a capacidade de dominação está ligada à capacidade de dominar as palavras e à capacidade de se fazer entender, as quais, por sua vez, dependem do conhecimento das palavras. E a questão de classe aparece enquanto dominação/opressão, trazida através do poder e da linguagem⁶, isto é, dos limites impostos pelas diferenças de classe à capacidade e possibilidade de se expressar e, a partir disso, fazer valer seus interesses e vontades. Por esse motivo, conforme aponta Cevasco (2008, p. 113): “é importante falar em forças produtivas em relação à cultura porque isso ajuda a ver que a cultura opera ativamente nas sociedades e está longe de ser um domínio separado, uma espécie de instância autônoma de valores humanos – como quer a tradição idealista”. Conseqüentemente, infere-se que as palavras não significam nada por si mesmas, já que estão

⁶ A linguagem é entendida aqui enquanto toda e qualquer forma de expressão, comunicação ou diálogo, seja ela corporal, gestual ou até mesmo o silêncio: “O único vivente que o compreendia [a Fabiano] era a mulher. Nem precisava falar: bastavam os gestos” (Ramos, 2005, p. 98). Além disso, a linguagem é entendida também como elemento estrutural do conhecimento e da cultura, como portadora de materialidade. É o “problema da linguagem como algo inseparável do teor das mensagens” (Candido, 2000, p. 8).

implicadas em disputas de poder, de modo que delas não pode ser apartada a posição de classe que ocupam os que falam.

Passar a vida inteira assim no toco, entregando o que era dele de mão beijada! Estava direito aquilo? Trabalhar como negro e nunca arranjar carta de alforria! O patrão zangou-se, repeliu a insolência, achou bom que o vaqueiro fosse procurar serviço noutra fazenda. Aí Fabiano baixou a pancada e amunhecou [...] Se havia dito palavra à-toa, pedia desculpa. Era bruto, não fora ensinado (Ramos, 2005, p. 94).

Além da relação de poder que, independentemente do discurso, está ligada à posição que ocupam os que falam, há ainda outro fator que é importante considerarmos: a luta de classes presente no próprio discurso. Desse modo, Graciliano consegue demonstrar, na relação escritor letrado/personagem iletrado, o conteúdo de classe não só da condição de vida de Fabiano, como também da sua linguagem, sendo que “a mudez de Fabiano é a forma radicalizada de questionamento da linguagem e também da literatura” (Bastos, 1998, p. 49).

Para Bastos (2009), o que ocorre é uma negociação (ou dialogismo) entre escritor e personagem, no que diz respeito à sua presença e ao seu papel nas obras ao invadir o discurso do escritor:

Chamo negociação o resultado do confronto entre o personagem e o narrador (ou escritor). A força que terá o personagem de fazer com que a obra se conforme aos seus interesses dependerá de sua presença e visibilidade na vida real. Esta não é uma relação mecânica, é claro. Os párias, os desclassificados, os vaqueiros, os jagunços, os migrantes, os pobres e explorados de todas as espécies estarão presentes nas obras com maior ou menor força conforme o escritor puder fazer ver o outro de classe (Bastos, 2008a, p. 304).

Neste sentido, há em Graciliano um tipo de problematização em que os conflitos de linguagem mostram-se como representação dos conflitos de classe (Brunacci, 2008).

Dialogismo é, ao contrário do que apregoam os multiculturalistas, antagonismo. Dialógica é a luta de classes. Dialógico é o conflito de interesses. Assim, para que haja alteridade é preciso que alguém (individual e/o coletivamente) se constitua como outro, vale dizer: tenha voz para gritar e ser ouvido e presença atuante para fazer valer seus interesses (Bastos, 2008, p. 12).

Dessa forma, os críticos literários chamam a atenção, ao considerarem o compartilhamento do discurso entre narrador (escritor) e personagem, para a não neutralidade do narrador e para o posicionamento de classe do escritor, que desloca “o ponto de vista da narração para a perspectiva da classe e da linguagem do dominado” (Brunacci, 2008, p. 181). Assim, a relação entre narrador (escritor) e personagem em *Vidas Secas* “é uma representação do poder de representação” (Bastos, 2008b, p. 67).

Para os personagens, na sua relação com o mundo natural, as palavras deveriam funcionar como meios de ocupar o mundo. Delas eles esperariam que lhes franqueassem o mundo, mas o mundo é cada vez mais inóspito. Fabiano desconfia delas, mastiga-as e na maioria das vezes engole-as sem as proferir [...] Nas palavras, escassas ou virtuosísticas, está o limite dos personagens, e o dos escritores também (Bastos, 2009, p. 6).

Mesmo que essa família de retirantes em particular possua recursos lingüísticos para além da fala (como o grito e o gesto) sua posição de classe limita a capacidade de expressão e comunicação. Estes fatores, porém, não dão razão às análises que retratam Fabiano como um indivíduo “sem cultura”, tendo em vista que a noção de cultura como um modo de vida, adotada e

desenvolvida por Williams, vislumbra tal conceito como “algo comum a toda a sociedade, que inclui, além das grandes obras (...), os significados e valores que organizam a vida comum” (Cevasco, 2008, p. 110).

Ao mesmo tempo, a escassa quantidade diálogos não deve ser entendida como uma ausência de racionalidade ou de clareza da condição social na qual Fabiano e sua família estão inseridos. Tal afirmação pode ser verificada através da capacidade dos personagens de sobreviver em um ambiente tão hostil, em completa desarmonia com os demais homens, mas em sintonia com a natureza:

[Fabiano] vivia longe dos homens, só se dava bem com os animais. Os seus pés duros quebravam espinhos e não sentia a quentura da terra. Montado, confundia-se com o cavalo, grudava-se nele. E falava uma linguagem cantada, monossilábica e gutural, que o companheiro entendia [...] Às vezes, utilizava nas relações com as pessoas a mesma língua com que se dirigia aos brutos – exclamações, onomatopéias. Na verdade falava pouco. Admirava as palavras compridas e difíceis da gente da cidade, tentava reproduzir algumas, em vão, mas sabia que elas eram inúteis e talvez perigosas (Ramos, 2005, p. 20).

Quando não há conexão entre a linguagem e a materialidade de uma época, a análise da primeira acaba se tornando superficial, pois as contradições sociais que conformam as condições de vida também conformam sua capacidade de comunicação.

O ataque às maneiras de dizer se identifica ao ataque às maneiras de ver (ser, conhecer) de uma época; se é na (e pela) linguagem que os homens externam sua visão de mundo (justificando, explicitando, desvelando, simbolizando, ou encobrendo suas relações reais com a natureza e a sociedade) investir contra o falar de um tempo será investir contra o ser desse tempo (Lafetá, 2000, p. 20).

Ou seja, entender a luta política ou a mobilização social fundamentalmente enquanto luta discursiva, ao mesmo tempo em que esvazia o poder explicativo da classe social, restringe o entendimento da complexidade dos problemas sociais.

Considerações Finais

Para Touraine (Gohn, 2008), cada um deve lutar pelo direito a viver conforme seus desejos, suas necessidades e sua cultura. Entretanto, a questão é saber se efetivamente é possível alcançar um consenso em termos de desejo, de forma que o direito ao desejo de um não signifique a privação do desejo de outro. Parece-nos que em uma sociedade de classes, a realização do desejo/interesse de um é necessariamente a expropriação do desejo/interesse de tantos outros.

Na situação social dos muitos “Fabianos”, dominação política, exploração econômica e cultura não estão dissociadas. Pelo contrário. Se há exploração do trabalho, há dominação, quer esta seja política, quer seja cultural. Entretanto, os teóricos dos NMS não analisam as causas da miséria, muito menos vislumbram possibilidades para a sua eliminação. A idéia central por eles levantada, diz respeito à exclusão e à diferença. Em nosso juízo, deveriam apontar a exploração e a desigualdade.

Nesse sentido, entre as implicações geradas pela aceitação das teses dos NMS depreende-se, entre outras, a acomodação aos limites estruturais do capitalismo, a pretensão de remediar os custos sociais para garantir a continuidade da sociedade burguesa e a eliminação do ódio contra a burguesia (Coelho, 2005). Além disso, tais autores tendem a superestimar o caráter inovador das formas da prática política em construção, já que se recusam a pensar a problemática da exploração e dominação de classe (Coelho, 2005, p. 18).

É importante destacar que os pontos levantados durante o presente ensaio não compartilham com uma visão etapista do desenvolvimento social. Ou seja, a intenção da argumentação não é sugerir que o debate sobre a cultura deva ser preterido/

subjugado pelos assuntos referentes às dimensões materiais relacionadas ao conflito de classes na sociedade ou que só se deva tratar da cultura quando os problemas relacionados à divisão capital/trabalho estiveram solucionados. Longe disso. O principal objetivo perseguido neste texto é demonstrar a reciprocidade e interdependência desses dois campos. Assim, ao contrário do pretendido pelos teóricos dos NMS, a idéia é afirmar que as questões relativas às classes sociais e à cultura são indissociáveis no contexto do capitalismo e, por isso, devem estar sempre conjugadas.

Se afastarmos a luta de classes da análise da realidade social e também dos movimentos sociais, ou se não nomearmos a luta enquanto luta de classes, o problema esvazia-se de conteúdo e a luta perde capacidade combativa: “livres dos nomes, as coisas ficavam distantes, misteriosas” (Ramos, 2005, p. 82).

A transformação social, assim, parece afastar-se do horizonte da luta social: “Não por acaso a perspectiva de superação do capitalismo desaparece do horizonte das lutas sociais. Expressões como “transformação social” ou “mudança” passam a designar arranjos novos no interior da ordem do capital” (Coelho, 2005, p. 15).

Referências

- BASTOS, Hermenegildo. *Memórias do cárcere, literatura e testemunho*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998.
- _____. Prefácio. In: Brunacci, Maria Izabel. *Graciliano Ramos: um escritor personagem*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2008, p. 11-13.
- _____. Um antagonismo fecundo: Guimarães Rosa e Graciliano Ramos. *Revista da Anpoll*, v. 24. 2, p. 295-309, 2008a.
- _____. As artes da ameaça: um percurso de Vidas Secas a Meu Tio o Iauaretê, p. 01-8, 2009. Disponível em:

<http://www.apropucsp.org.br/apropuc/index.php/revista-cultura-critica/41-edicao-no08/550-as-artes-da-ameaca-um-percurso-em-vidas-secas-e-meu-tio-o-iauaete>.

- _____. Formação y representación. Anuario del Colegio de Estudios latinoamericanos. México: Facultad de Filosofía y Letras/ UNAM, 2008b, v. 2, p. 67-74. disponível em: http://ru.ffyl.unam.mx:8080/jspui/bitstream/10391/583/1/08_bastos.pdf.
- BOSI, Alfredo. "Tendências contemporâneas". In: _____. *História concisa da literatura brasileira*. 2ª ed. São Paulo, Cultrix, 1975, p. 427-546.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRUNACCI, Maria. *Graciliano Ramos: um escritor personagem*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2008.
- CAMILO, Vagner. "Graciliano Ramos". In: Pizarro, Ana (org.), *América Latina – palavra, literatura e cultura*. São Paulo, Memorial; Campinas, Unicamp, 1995, 3v, p. 413-428.
- CANDIDO, Antonio. "Literatura e subdesenvolvimento". In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1989, p. 140-162.
- _____. "Prefácio". In: Lafetá, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. 2ª ed. São Paulo, Editora 34, 2000, p. 7-14.
- _____. *Ficção e confissão – ensaios sobre Graciliano Ramos*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Ouro sobre azul, 2006.
- CEVASCO, Maria. *Dez lições sobre estudos culturais*. 2ª ed. São Paulo, Boitempo Editorial, 2008.
- COELHO, Eurelino. "As novas faces do socialismo burguês: sobre uma categoria do Manifesto de 1848, os novos movimentos sociais e seus intelectuais". *Cadernos Cemarx*, 2005, n. 2, v.2, p. 9-20.

- COUTINHO, Carlos Nelson. "Graciliano Ramos". In: _____. *Literatura e humanismo – ensaios de crítica marxista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967, p. 139-190.
- FELINTO, Marilene. "Posfácio". In: Ramos, Graciliano. *Vidas secas*. 97ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2005, p. 129-139.
- GALVÃO, Andréia. "O marxismo importa na análise dos movimentos sociais?" 32º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, 27 de outubro a 30 de outubro de 2008.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais - paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2007.
- _____. "A contribuição de Alain Touraine para a produção do conhecimento na sociologia urbana: sujeitos coletivos e multiculturalidade". In: _____. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo, Edições Loyola, 2008, p. 91-128.
- LACLAU, Ernesto. "Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 2, v. 1, 1986, p. 41-47.
- LAFETÁ, João. *1930: a crítica e o modernismo*. 2ª ed. São Paulo, Editora 34, 2000.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 97ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2005.
- SALLUM Jr, Brasília. "Classes, cultura e ação coletiva". *Lua Nova*, n. 65, 2005.
- SOUZA Santos, Boaventura. Os novos movimentos sociais. In: Leher, Roberto; SETUBAL, Mariana (Org). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.
- TOURAINÉ, Alain. "Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos". *Lua Nova*, n. 17, 1989.

_____. "Novos movimentos sociais?" In: _____. *Como sair do liberalismo?* São Paulo, Edusc, 1999, p. 65-101.

WILLIAMS, Raymond. *Culture is Ordinary*, 1958.

(Consultado *online* em 09 de dezembro de 2010. O artigo encontra-se disponível em: <http://artsites.ucsc.edu/faculty/Gustafson/FILM%20162.W10/readings/Williams.Ordinary.pdf>).

BIOÉTICA, EDUCACIÓN FÍSICA Y DEPORTE: CRÍTICA A LAS EPISTEMES QUE ESCINDEN AL HOMBRE Y AL SABER

*Fabio Zoboli**
*Eduardo Francisco Freyre Roach***
*Adolfo Ramos Lamar****

Resumen: Las Epistemes que escinden al hombre en cuerpo y alma, a los saberes, y los valores, promueven actividades de Educación Física y Deporte, que comprometen las expectativas Beneficiencia, No Maleficiencia, Autonomía y Justicia, que se sugieren en la Bioética. Revertir esta situación, favorecida por el *status quo* capitalista neoliberal globalizado, implica la asunción de enfoques epistemológicos de la corporalidad humana y su actividad motriz, en sus dimensiones sociales, culturales, étnico-raciales, de género, políticas, y ética. El trabajo aborda de forma crítica la concepción médico-biológica cartesiana de la Educación Física y del Deporte y las tensiones existentes entre bioética, educación física y actividad deportiva.

Palavras-Clave: Bioética. Educación Física. Deportes. Epistemes. Dualismo. Epistemología. Corporalidad.

Abstract: Sport has interests in “bioethics”. The sport is losing ground to the enchantments of the scientific development and the capitalist economy of global market. The dual epistemes of physical education and a sport threat the bioethic expectations of beneficent, not malevolence, autonomy and justice. The phenomenologist-hermeneutic philosophical traditions, critical-dialectic, poststructuralists, and the complexity thoughts offer a epistemological and critical

* Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Professor do Departamento de Educação Física do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

** Professor da Universidade Agrária da Habana/Cuba. Pós-doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas/SP – UNICAMP e Doutor em Filosofia pela Universidade de Moscou, Rússia.

*** Pós-doutor em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau/SC – FURB.

perspective of dual epistemes and defend a applied bioethic to education and sciences of the sport. This scientific work discusses critically the medical-biological Cartesian view of Physical Education and Sports and the tensions between ethics, physical education and sports.

Keywords: Bioethic. Body Education. Sport.

¿Bioética aplicada a la educación física y al deporte?

El término de “Bioética” fue concebido por Renssenlaer Potter, aunque, según Engel (2004) se le atribuye también a Fritz Jahr. En sus escritos, Potter (1971, 1998, 2005) se refiere a la bioética como un escenario de articulación entre las ciencias naturales, las sociales, la interdisciplinariedad, los valores (humildad, humanismo, y responsabilidad), y la interculturalidad, con el fin de potenciar los beneficios y revertir los perjuicios a la salud, al medio ambiente, y a la sobrevivencia, que emanan de los avances en las ciencias y tecnologías. Desde este punto de vista, la Bioética de Potter posee una connotación no sólo axiológica (relativa a los valores), sino también epistemológica (relativa a los saberes).

Los problemas bioéticos de la investigación biomédica con seres humanos y de la atención médica a la salud, durante gran tiempo, han estado acaparando gran atención. A esa “medicalización de Bioética”, se le oponen hoy en día perspectivas teóricas que invitan a no perder de vista el sentido global que Potter le imprimió.

También están cobrando auge las perspectivas que se oponen a la monopolización del enfoque utilitarista, pragmático y neoliberal, que introdujo en la Bioética los principios de “Beneficiencia”, “Autonomía”, y “Justicia”, pero interpretados a la luz de la relación contractual y mercantil (proveedor-cliente) entre las personas, entendida como criterio moral supremo para la toma de decisiones en actividades que impactan los sobre la vida. Esta tradición filosófica postula que las personas, independientemente de sus diferencias, pueden tomar decisiones autónomas, auxiliándose por igual de principios morales abstractos.

La Educación Física y el Deporte son contextos donde se impone un análisis bioético, teniendo en consideración que, al

igual que en la medicina, la investigación biológica y psicológica con seres humanos, la agricultura, y otros campos, se suscitan preocupaciones bioéticas. El trabajo aborda de forma crítica la concepción médico-biológica cartesiana de la Educación Física y del Deporte y las tensiones existentes entre bioética, educación física y actividad deportiva.

En este trabajo se fundamenta que la atención adecuada de esas preocupaciones implica la subversión de las *epistemes*, que escinden al ser humano en cuerpo y alma, a los conocimientos, y los valores, las ciencias y la ética.

La educación física y el deporte: sus beneficios, pero también sus riesgos

El principio de la beneficencia alude a la expectativa ética de promover el bien a la vida, mediante intervenciones que mejoren la salud y el bienestar. Este principio incluye también, el principio de no maleficencia (no dañar), inspirado en la Código de Ética de Hipócrates, y al que Beuchamp y Childress (2002) le atribuyen un status relativamente independiente. En el sentido utilitarista, pragmático, y neoliberal, el principio de beneficencia tiene como condición fundamental para su aplicación casuística el cálculo de costos y beneficios de los actos.

Como muy bien se conoce, la teoría y la práctica de la educación física, el deporte, la cultura física terapéutica, y la recreación surgieron en función de la motivación por el cuidado del cuerpo y de los ejercicios físicos, su rendimiento, maximización u optimización. Se tratan de actos de intervención deliberada que influyen en la morfología de los diferentes sistemas del cuerpo humano: cardiovascular, respiratorio, renal, óseo, muscular, nervioso, endocrino, etc, donde como sabemos acontecen procesos físicos, químicos, mecánicos y energéticos.

En este sentido, no es difícil darse cuenta que la educación física y el deporte se acompañan no sólo de beneficios, sino también de riesgos para la salud, el bienestar y la calidad de la vida, asociados a la implementación de prácticas inadecuadas

de ejercitación física y de competición. Sin embargo, este análisis de la Educación Física y el Deporte desde el prisma de la expectativa de la beneficiencia y no maleficiencia, sería incompleto si se redujera solo a la dimensión de la “corporiedad motriz” del ser humano, o la salud, entendida en sentido biológico estrecho.

No se pierda de vista que la Educación Física y los Deportes, a través de la historia, responden también a determinados ideales de salud y educación, política, cultural y moral de los individuos. Por lo tanto, en el direccionamiento de estas actividades se inscriben intencionalidades que van más allá de las estructuras y dinámicas biológicas, como los incentivos asociados a la reputación, la autoestima, la imagen estética, y el desempeño de las personas, ya sea como miembro de una familia, ciudadano, estudiante, trabajador intelectual o manual, soldado, e inclusive como agitador político o religioso o amante sexual.

Las mismas se encuadran, a su vez, en un contexto socioeconómico, cultural y político determinado, encarnan en instituciones, y en prácticas. Por ejemplo, prácticas riesgosas en función del narcisismo estético corporal, se asocian a determinados ideales sobre la belleza humana introducidos por la ideología del consumismo y el hedonismo. Lo mismo pudiéramos decir, en el caso en que las políticas públicas y privadas priorizan los efectos económicos, políticos, simbólicos y militares del deporte y la educación física, y, por lo tanto, incentivan el afán de consumo, placer lúdico, y de records.

Merece también que se hable de cómo los sistemas de publicidad y organizaciones políticas y económicas del deporte participan en la reproducción de este enfoque, haciendo énfasis en los triunfos del deporte (Betti, 2005), y ocultando las patologías anatómicas y fisiológicas que sufren los atletas. ¿Si realmente interesara la salud, por qué se ocultan los riesgos del deporte? ¿Llegará el día en que en la premiación de los equipos y de los países se tome en cuenta no sólo el triunfo deportivo, sino también la cantidad de lesiones que sufrieron, tanto los atletas que clasificaron, como los que se quedaron por el camino? ¿Qué responsabilidad ética asume un sistema deportivo con quienes

por razones de salud o edad no pueden continuar practicando deporte y requieren de servicios que garanticen su “desentrenamiento”?

No obstante, un análisis bioético, que esté atrapado en las redes del cartesianismo y el positivismo, y que, además sucumbe al principialismo utilitarista, que enfatiza en las relaciones de contrato mercantil entre las personas, al dar prevalencia al análisis costo y beneficios de las acciones, se inclina hacia los parámetros susceptibles de medición y calculo mediante números, estadísticas, y dinero.

El respeto a la autonomía y el consentimiento informado de las personas

El respeto a la autonomía se refiere a la participación activa de las personas en la toma de decisiones sobre las actividades que podrían beneficiar o perjudicar la calidad de su vida. Este principio presupone que se suministre a las personas información sobre su condición corporal, psíquica o ambiental, que se le solicite su consentimiento en los actos que recaen en esa condición, la protección de su privacidad, el anonimato, y su libertad de elección.

Este es un asunto de preferencia por autores que trabajan en el campo de la bioética aplicada a la educación física y el deporte. Por ejemplo, Botelho (2004), reporta que entre las 89 memorias de licenciatura en Educación Física (curso 1997-2002) de la Universidad del Estado de Río De Janeiro (UERJ), solo tres mencionaban el término de consentimiento, al menos solo una lo anexó; solamente se encontró una investigación con otros procedimientos éticos; y ninguna se sometió al Comité del Etica en la Investigación.

Similar resultado reportan Beck, De Almeida y Saldanha (2006) en su investigación realizada en la Universidad Federal de Santa Catarina. Detectan que la producción científica aumentó entre el 200 y el 2004 en un 78 %, pero con el sesgo de la ausencia de la aplicación de principios bioéticos. Los autores alegan que

2 artículos hacen mención de la garantía del anonimato, 5 se refieren a la solicitud del consentimiento informado, y muy pocos fueron sometidos a los Comités de Ética para la investigación científica.

Se viola la autonomía también cuando no se toman en cuenta la identidad psicológica, étnica, racial, de género, y clasista de las personas que realizan ejercicios físicos bajo una determinada orientación técnica. Considérese que las actividades de educación física no son neutrales a los estereotipos y estigmas sociales, y, por lo tanto, ya sea de forma explícita o sutil, pudieran tributar al perpetuamiento de discursos y prácticas discriminatorias. El trabajo de Brandao (2003) contiene un llamado de atención en este sentido.

Puede ocurrir también que se pasen por alto las preferencias, el derecho, las expectativas, las prioridades y la capacidad de tomar decisiones de los deportistas. Es el caso de cuando se viola su derecho humano a la autodeterminación, y no se le da participación activa en el entrenamiento, y peor aun cuando no se le dicen los riesgos del entrenamiento o de la competencia deportiva.

La educación física y el deporte corren este riesgo sobre todo cuando a las personas implicadas no se les suministra la suficiente educación, los datos, las informaciones y los conocimientos, que le podrían permitir una verdadera participación efectiva en la toma de decisiones que entrañan beneficios o perjuicios para su salud.

Sin embargo, esta cuestión debe ir mas allá de la violación del consentimiento informado, pues la autonomía no es un asunto tan simple que se resuelva en ese plano. Basta decir, que ese consentimiento puede ser manipulado para instrumentar un tipo de práctica deportiva, bajo determinados intereses, y aprovechando que los sujetos implicados y tomados como objetos o mercancías no están en condiciones de emitirlo adecuadamente.

Las sociedades y las culturas instituyen una determinada moral. Por eso, la expectativa bioética que atañe a la autonomía es una cuestión que se dirime por las representaciones morales

que pautan la evaluación social del comportamiento de las personas como sujetos y seres sociales. La bioética se torna un asunto que entraña compromisos, acciones y opciones de competencia individual, comprendida a partir de su multiplicidad en la unidad de su condición de individuo, persona o sujeto autónomo.

A nuestro modo de ver, este principio bioético de la autonomía, aplicado a la educación física y a los deportes, debería implicar la responsabilidad no solo de todos los miembros de la sociedad con respecto al bienestar de las personas que realizan ejercicios físicos, sino también de ellas mismas, en cuanto a que las correcciones de las perturbaciones corporales autoinflingidas por negligencia, terminan siendo una carga para la familia y la sociedad.

Por eso Sérgio (2003 p. 31) tiene razón en decir lo siguiente:

Será por acaso que muitos dos praticantes do desporto altamente competitivo findam suas carreiras com moléstias que os vão acompanhar para o resto de suas vidas? ... A preservação da saúde é um dos aspectos que o atleta deve a si mesmo e aos seus adversários

Esta reflexión relevante que nos hace este autor alude a que la cultura deportiva, como sistema colectivo de conocimiento y de conducta, debe estimular y fomentar en los actores sociales del deporte, el respeto por los otros y por sí mismo. Esta es una responsabilidad ética que se destina no sólo a entrenadores físicos y deportivos, sino también, como dijimos, a los deportistas y atletas, los científicos técnicos en educación física y deportes, a las familias y amistades, así como a los periodistas, los políticos del deporte, y al público de los espectáculos deportivos en general y en particular del deporte escolar.

Se tienen muchos testimonios archiconocidos sobre atletas que dando muestra de valentía y coraje, y que por ello son vistos como héroes, han sucumbido al dolor y la muerte. Podríamos

ilustrar esta situación trayendo a colación las siguientes interrogantes que nos ofrece Sérgio (2003, p. 12):

Não é o atleta de alta competição um trabalhador que vende ao clube a que pertence sua força de trabalho? Não é ele também humilhado e ofendido quando põe em risco a sua saúde, através de anestésias locais, que escondem, por poucas horas, lesões ósseas e musculares, de alguma gravidade?

Como es lógico, el éxito o el sacrificio suelen ocultar la “mala práctica” que ha cometido el atleta, en el ejercicio inadecuado de su autonomía, con anuencia de su entrenador, y peor aun del médico deportivo, y hasta del público que asiste al espectáculo deportivo.

Observese entonces que el principio de autonomía va más allá del asunto del privatismo moral, para abarcar dimensiones colectivas y sociales.

El acceso justo a los beneficios de la educación física y el deporte

Esta así llamada “trinidad bioética” se corona con el principio de la justicia que significa el acceso equitativo de todas las personas a los factores que se ofrecen para mejorar su vida. Según este principio es inaceptable todo tipo de discriminación, sea social, económica, cultural, racial, etaria o de género.

Cuando se discute la problemática de la justicia en el deporte, por lo general se trae a colación el fenómeno del “doping” o dopaje, es decir, la ingestión de drogas que al actuar sobre el metabolismo del atleta, a corto plazo hacen aumentar el rendimiento físico (Palacios, 1979), pero a mediado y largo plazo, desencadenan patologías agudas y crónicas. Con el doping se echa por tierra también el principio ético deportivo ancestral de la competencia leal y la simetría de posiciones y de oportunidades. Pero el análisis bioético en el deporte ha de ir más allá de estos límites.

Merece que se haga referencia a los casos en que los beneficios que reportan las actividades físicas y deportivas no se distribuyen de forma equitativa, es decir, que su acceso es injusto. Podríamos

preguntarnos en que medida se promueve de forma desmedida fondos para el deporte "elite" de alto rendimiento, desatendiéndose la educación física o el deporte no profesional, amateur o masivo.

Vale la pena preguntarnos, si existe un orden equitativo de acceso a la educación física de calidad y de avanzada, a los deportes, a las instalaciones deportivas, a la recreación física, las actividades físicas de tiempo libre y placer, a la medicina deportiva, a los beneficios de las investigaciones e innovaciones en el campo de las ciencias de la educación física y de los deportes.

Interrogantes como estas se impone formularlas con relación a la política de educación física o deportiva nacional e internacional, e inclusive también cuando se trate de una determinada institución que presta servicios de este tipo o en el caso de las diferentes modalidades de deportes.

Esferas donde pueden darse injusticias son también la práctica de la selección de los atletas a razón de comportamientos favoritistas, elitistas o nepotistas. Lo mismo pudiéramos también decir en el caso de las competencias deportivas donde se cometen injusticias que benefician a unos y perjudican a otros, es decir, que se viola el principio ancestral de la rivalidad deportiva amistosa, pero también justa.

Entonces, la justicia no puede reducirse a la distribución equitativa de beneficios entre iguales, sino que implicaría traer a colación otros valores como la solidaridad, la caridad, la fraternidad, la amistad, el altruismo, la cooperación, y el sentido de humanidad.

La episteme de la escisión del hombre y del conocimiento: sus implicaciones bioéticas en la educación física y el deporte

Más allá también de las buenas o malas intenciones, así como de las improntas de la economía de mercado globalizada y del desarrollo científico-tecnológico, se nos presenta un tipo de "episteme" que reduce al hombre a su dimensión biológica, que lo escinde en cuerpo y alma, y que lo enajena del conocimiento. Se

trata de una episteme que, materializándose en el ámbito de la educación física y el deporte, potencia actos bioéticamente insostenibles.

En este contexto se visualizan otras escisiones referentes al saber: conocimientos-valores, ciencias naturales-ciencias sociales, explicación-comprensión, datos o análisis cualitativos-datos o análisis cuantitativos, conocimientos científicos-conocimientos no científicos, etc.

Este pensamiento dualista ha acompañado, por no decir que sigue acompañando, a las ciencias de la educación física y las ciencias del deporte, las cuales, en la búsqueda de sus bases conceptuales y epistemológicas, han participado de las ansias humanas de dominación de la naturaleza y la corporalidad. No hay más que tener en cuenta la tendencia exacerbada y aun vigente en nuestros días, de fundamentación médico-biológica de estas ciencias.

La episteme de la escisión mente-cuerpo, que ha tenido repercusión en la educación y el deporte ancla sus raíces históricas en el llamado dualismo cartesiano entre *res cogitans* e *res extensa*, cuya evolución entronca con la epistemología positivista proyectada hacia el aseguramiento y la legitimación de la educación física y el deporte en la Biología, la Cinesiología, la Anatomofisiología, y otras ciencias biológicas y médicas a fines. Esta concepción sustenta a una educación física y a un deporte biologizantes. Obrando de esta forma, la educación física y el deporte deshumanizan el sujeto, cuando en realidad lo humano es tal precisamente por poseer una dimensión compleja, tensionada constante y simbólicamente, a fin de (re)organizarse en su condición de sujeto histórico.

En términos de Sergio (2003), la educación física y el deporte, al fundarse en la episteme de la escisión mente-cuerpo, solamente visualizan el aumento de la velocidad, de la resistencia, de la fuerza y la potencia del cuerpo. Este autor filósofo lusitano agrega en su reflexión que esta perspectiva está muy lejos de la promoción de la salud, porque le está faltando un trabajo al nivel de la complejidad, que se estructure de acuerdo con un ego

pensado y puesto al lado del ego multipensante, es decir, centrado más en la facticidad cuantitativa, menos en su realidad cualitativa.

Esta episteme es promovida también por el Positivismo, donde se postula la biologización de la educación física y el deporte, sobre la base de su coacción de la subjetividad en el hombre, dado obviamente a que esta se escapa de sus patrones o criterios de racionalidad científica. Es por eso que en las ciencias de la educación física y las ciencias del deporte se realizan una descomunal cantidad de estudios que reducen al hombre a aquello que es susceptible de observación, medición, experimentación y control, desconsiderándose con ello las dimensiones históricas y culturales de lo humano. Por consiguiente, un punto de vista reflexivo y crítico sobre esta dicotomía eclesiástica que escinden el ser humano en cuerpo y mente, consistiría en el rescate del cuerpo como aquella realidad que ha sucumbido a la esclavización o dosilización tecnológica.

Sin embargo la alternativa a esta episteme no consiste en una reivindicación del cuerpo en detrimento de la mente, sino de un nuevo entendimiento que dimensiones a uno u otro en los marcos de lo que se ha hecho llamar la corporalidad, como la instancia básica para pensar en las cuestiones bioéticas, que como ya se ha visto, suscitan la educación física y los deportes. Se trata de un giro radical respecto a las especulaciones intelectualistas sobre la determinación del ser del cuerpo. En este sentido, la educación física y el deporte en la actualidad están demandando una resignificación bioética por el respeto a la condición del cuerpo humano en la unidad de su ser que le es propia.

Entonces, el desafío tampoco consiste en unir lo que fue separado, sino más bien en pasar a cuestionar aquellas determinantes intelectuales que han incidido en el olvido de la unidad humana y de si corporalidad.

Merece la pena pensar en lo que Alves in Bruhns (1986, p. 41), cuando al referirse a la educación física y sus modos de tratamiento del cuerpo, escribe:

Quanto a mim, valorizo o sono tranquilo, coisa que nunca se celebrou nas Olimpíadas, mas que deveria ser um dos grandes direitos universais dos seres humanos. Poucas pessoas, neste mundo, irão jamais correr os 100 metros rasos, porém todos têm que dormir... Mas não me consta que coisas relativas ao dormir bem se encontrem nos currículos da Educação Física. Talvez porque não se considere que o corpo dormindo seja corpo.

Las epistemes que escinden el hombre en cuerpo y mente, y también a los conocimientos en naturales y sociales, en científicos y no científicos, se articulan con aquella otra episteme aun vigente que sugiere el entendimiento del cuerpo como una maquina, la “taylorización” o la producción en serie de cuerpos en el campo de la educación física y los deportes. En términos de Partisans (1988, p. 27): “El robot del deporte está a punto de nacer”. Esto significa que se elige la técnica que resulta más eficaz y rentable, pero a costa de tratar al cuerpo sólo desde un ángulo instrumental, reduciéndolo a la categoría de artefacto mecánico que obedece a las leyes de la cinemática y de la gravedad. La maximización de las potencialidades del cuerpo sobrepasa su optimización ilimitada, lo cual hace evidente la presencia de una voluntad o ímpetu de poder sobre los cuerpos. Con ello también en la educación física y en el deporte los engranajes del “hombre máquina” permanecen bien reguladas a los engranajes de la ciencia, la tecnología y el poder, articuladas a las instituciones y las costumbres, y que hacen girar la industria, el mercado y el dinero, tributando así a la lógica del capital.

El método mecanicista y racionalista sugerido por la episteme positivista ofrece la “columna vertebral” no solo para la educación física y los deportes, sino también para otras áreas como la medicina. De ahí que en todas estas áreas emerge un conjunto de procedimientos ascéticos para el control de las mentes y los cuerpos, articulados a una estructura tecnológica. Ese conjunto disciplinar y necesario esta ligado a toda una estructura tecnológica y científica que se encuentra imbricada a la lógica de la economía de mercado globalizada y en función del capital.

Podemos afirmar que de cierto modo, el deporte actual – visualizado desde la episteme del hombre-máquina – está repleto de

*ciborgues*¹, es decir, que produce máquinas atléticas, fabricadas y subjetivadas, magníficos seres orgánicos criados en laboratorios que pueden ser también considerados criaturas o engendros de la ciencia y del capitalismo. Esto no es más que una fusión tensada, intercedida por una lucha de significados que transitan entre el poder, el placer y la tecnología. En este sentido citemos a Kunzru (in Silva, 2000, p. 26):

Vencer os Jogos Olímpicos na era do ciborgue não tem a ver simplesmente com correr mais rápido. Tem a ver com a interação entre medicina, dieta, práticas de treinamento, vestimentas e fabricação de equipamentos, visualização e controle de tempo. Tem a ver com a ciborguização de atletas por meio de drogas para melhorar a performance. Com drogas ou sem drogas, o treinamento e a tecnologia fazem do atleta olímpico um nó em uma rede tecnocultural internacional tão “artificial” quanto o super corredor Ben Johnson no ponto máximo de consumo de esteróides.

Es decir, de un lado el organismo – carne y subjetividad – que de vez en vez se artificializan, por otro lado la maquina, como una amontonamiento de engranajes, simuladores de características humanas.

Las epistemes alternativas y su entronque con la bioética

Estudios realizados por Chávez (2005), Silva (2006), y Gamboa (2007), constatan como hoy en día predominan filosofías que arremeten contra las epistemes dualistas, que como vimos coartan el camino para una bioética de la educación física y el deporte, y también para las pretensiones de identidad epistemológica de la propia bioética. Es el caso de la epistemología de la educación física que se sustenta en los

¹ El término de ciborgue deriva de *cyborg*, abreviatura de “*cybernetic organism*”. *Kybernetes*, que em griego antiguo alude al “hombre que dirige”.

abordajes fenomenológico-hermenéutico, crítico-dialéctico, sestructuralistas, y los inspirados en la teoría de la complejidad. También se cuenta con investigaciones sobre las cuestiones de ética que suscitan la educación y el deporte (Benghi y Zoboli, 2004 y Silva y Zoboli, 2006), cuando caen bajo la trampa de las epistemes dualistas.

Conceptos propuestos por la tradición filosófica fenomenológico-hermenéutica como “intencionalidad de la conciencia” y “mundo de la vida” (Husserl), “ser-en-el-mundo” (Heidegger), y “corporalidad” (Merleau-Ponty), encierran toda subversión de las epistemes dualistas, biologists y mecanicistas sobre el hombre, su cuerpo, el conocimiento y las ciencias, así como de la relación sujeto-objeto, el hombre y el mundo. Esta tradición sugiere que en la configuración de las ciencias de la educación física y los deportes, se exploren las vivencias, las experiencias, las emociones, las significaciones subjetivas o sentidos subjetivos individuales, y valores, compartidos intersubjetivamente por las personas que hacen ejercicios y hacen deporte. Se busca entonces una objetividad no pautada absolutamente por las magnitudes cuantitativas en que se expresan los fenómenos humanos, sino que toma en consideración la implicación de las subjetividades. La corporalidad humana se enfoca como totalidad u unidad mente-cuerpo, la mente no queda reducida a su dimensión racional y el cuerpo no queda reducido a sus dimensiones biológicas y mecánicas (Freyre, 2007).

Por su parte, la filosofía o Teoría Crítica del Jürgen Habermas, denuncia la racionalidad instrumental y burocrática que se esconde tras el cientificismo cartesiano y positivista. Como alternativa se sugiere una educación física pautada no por un interés empírico-analítico, sino más bien crítico-dialéctico, centrado no sólo en la intersubjetividad “dialógica” y argumentativa de los sentidos (incluyendo el axiológico y ético) que los practicantes del deporte atribuyen y negocian en su praxis física o deportiva, sino también, al desmantelamiento de las relaciones de dominación y de poder que potencian, que al fin y

al cabo, ponen en riesgo las expectativas bioéticas. Esta filosofía crítica, que articula puntos de vistas de Marx y de Freud, exige el entendimiento de una corporalidad enredada en la praxis social de los sujetos, donde tanto la mente como el cuerpo quedan a merced de la totalidad social. Desde este punto la educación física y el deporte escaparían de la estrechez en que las epistemes dualistas amenazan con encerrarlas (Chávez, 2005).

Esta conexión que existe entre las epistemes dualistas, biológicas, científicas y mecanicistas, y los juegos de poder que objetivan y subjetivizan a los individuos, es también criticada por el Post-estructuralismo. El gesto desconstruccionista que propone Jacques Derridá no es más que una reacción contra un pensamiento que el llama dialectizante y que consiste en el establecimiento de relaciones de binariedad, contraste, oposición y jerarquía entre los términos, por ejemplo, entre cuerpo y alma. En cuanto a Michel Foucault merece destacarse que la conceptualización de las epistemes dualistas, ha de entenderse en asociación al afán de docilización del cuerpo, inscrita en los sus juegos de saber y poder, en función del mecanismo de reproducción económica del capital (Zoboli, 2003).

La epistemología de la educación que se desprende de la Teoría de la Complejidad (Polanco, 2006) propuesta por autores como Edgar Morin, apunta hacia una concepción integradora de la corporalidad humana que la libera de las trampas reduccionistas, dualistas, anatómicas o atomizantes, parcelarias, y simplificantes del cartesianismo y el positivismo. Al respecto en su *Los siete saberes necesarios para la educación del futuro* plantea:

El ser humano es a la vez físico, biológico, síquico, cultural, social, histórico. Es esta unidad compleja de la naturaleza humana la que está completamente desintegrada en la educación a través de las disciplinas y que imposibilita aprender lo que significa ser humano. Hay que restaurarla de tal manera que cada uno desde donde esté tome conocimiento y conciencia al mismo tiempo de su identidad compleja

y de su identidad común a todos los demás humanos
(Morin, 1999:19).

La perspectiva de la Educación Corporal confluyen con las anteriores perspectivas epistemológicas, en la medida que:

... excede el cerco disciplinar de la Educación Física y puede promoverse, por ejemplo, para la educación del autogobierno de las emociones violentas, la internalización de una sexualidad planificada y responsable, el cuidado del propio cuerpo o la promoción de regímenes alimenticios preventivos de la salud...Nos invita a revisar los contenidos tradicionales de la Educación Física —deporte, juego, gimnasia, natación y vida en la naturaleza—y exceder los tratamientos instrumentales de meras actividades físicas evaluación de su relevancia y significatividad social (Cachorro, 2008: 74-76).

Esto significa tomar en cuenta los elementos estructurales y las aristas subjetivas, sociales, políticas, y culturales, que se inscriben en la corporalidad.

Y lo mismo vale para la Bioética, que en la connotación global que le imprimiera Potter – versus versión medicalista inspirada en la tradición utilitarista y pragmática – implica integrar el mundo del hombre, su saber, desear y conocer, abordar ese mundo a partir de un prisma interdisciplinar, que articule conocimientos y valores, en una dimensión participativa, es decir, que involucre a toda la sociedad (Delgado, 2002). En este sentido, de la episteme bioética se infiere un posicionamiento crítico respecto a los sesgos que acompañan a las epistemes que escinden al hombre, a los saberes, y valores.

Concluyendo

Si bien los principios de Beneficiencia, Autonomía, y Justicia expresan verdaderas preocupaciones éticas que suscitan los actos

de intervención en la vida, bajo el prisma de las epistemes dualistas, y también del principialismo utilitarista y neoliberal, el énfasis recae en una relación instrumental, contractual, mercantil, y monetaria, desde donde se valoran las expectativas bioéticas.

Las epistemes alternativas, en la medida que ponen en entredicho a las epistemes dualistas, sugieren otro escenario de teorización de las cuestiones bioéticas que suscita la Educación Física y el Deporte, donde se toman las expectativas bioéticas (no reducidos a los que postula el principialismo utilitarista, pragmático y neoliberal) a la luz de un entendimiento de la corporeidad en relación con el contexto de significados subjetivos e intersubjetivos, la totalidad social compleja, y las relaciones de dominio y poder.

Asumir las epistemes alternativas (incluyendo la que emana de la misma Bioética) en el enfoque bioético de la Educación Física y el Deporte implica comprender y tratar el cuerpo de las personas, pero en función de las mismas, y entendidas como sujetos, no como objetos susceptible de manipulación instrumental. Entonces sería mejor hablar no del cuerpo *per se*, sino de las personas que tienen cuerpo, es decir, de corporalidad.

Por eso, con independencia de las controversias que existen sobre las diferencias entre Educación Física y Deporte, ciencias del deporte y ciencias de la educación física consideramos que el deporte tiene que ver con la incidencia en las potencialidades corporales de las personas, consideradas como deportistas o atletas, pero en todas las aristas que la conforman, y en relación a su historicidad y cotidianidad. Lo mismo para las personas que se involucran en otras actividades físicas.

Colocar el análisis bioético de la Educación Física y el Deporte en la perspectiva de estas epistemes alternativas implica subvertir la reducción de la beneficencia a las estrechas nociones de costos y beneficios en sentido objetivista, biológico-reduccionista, cuantitativista, estadístico, y monetario.

Significa también entender la autonomía no en sentido privatista u egocéntrico, sino en una perspectiva intersubjetiva,

dialógica, intercultural, y política. A fin de cuentas, se saber perfectamente que es posible manipular el criterios de las personas, ya sea ocultándole información, o suministrarle demasiada, o no acorde a su capacidad de apreciación y ponderación de las circunstancias.

Y, por último, se exigiría un enfoque donde la discusión sobre la justicia conlleve al reemplazamiento crítico de las relaciones que inscribe la corporalidad humana en relaciones asimétricas y dispositivos de poder o dominio. La justicia despojada del enfoque utilitarista, neoliberal y contractualista (el igual que el enfoque paternalista que se deriva de la episteme dualista cartesiana y positivista), involucra otras dimensiones de la justicia y moralidad en su conjunto, como por ejemplo, la globalización de la solidaridad y la ayuda altruista que hoy se requiere para erradicar las desigualdades sociales en materia de salud pública, alimentación, seguridad social, y de educación física y deporte.

Referência

- ACOSTA S. J. R. *Bioética para la sustentabilidad*. Publicaciones Acuario, Centro Félix Varela, La Habana, 2002.
- ALVES, R. *O corpo e as palavras*. In: BRUHNS, Heloísa Turini. (org.) *Conversando sobre o corpo*. p. 17-42. Campinas, SP: Papirus, 1986.
- BECK D. C. C, de Almeida Gomes Marcius, y Saldanha Diniz Maria. *Bioética em pesquisa na Educação Física*. *Revista Digital - Buenos Aires - Año 11 - N° 96 - Mayo de 2006*. In: <http://www.efdeportes.com/efd96/bioetica.htm> Acesso em 11 setembro de 2010.
- BENGHI R. y ZOBOLI F. *Educação Física e promoção humana*. Acadêmica, Blumenau-SC, 2004.
- BETTI, M. *A janela de vidro: esporte, televisão e educação física*. Papirus: Campinas, 2005.

- BEAUCHAMP, Tom L.; CHILDRESS, James F. *Princípios de ética biomédica*. São Paulo: Loyola, 2002.
- BRANDÃO, Claudio. *Bioética na educação física*. Maceió: Edições Catavento, 2003. BRANDÃO, Claudio. *Bioética na educação física: discriminação em uma escola pública do Distrito Federal*. 2002. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação).
- BOTELHO, Rafael Guimarães. Bioética no contexto das pesquisas científicas brasileiras em educação física e ciências do desporto. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, v. 4, n. 2, p. 127-128, set. 2004. Suplemento.
- CACHORRO Gabriel. *Ideas para pensar la Educación Física*. *Revista Educación física y deporte*, n. 27-2, 65-75, 2008, *Funámbulos Editores*.
- CHAVES M. *A produção do conhecimento em educação física nos estados do nordeste (Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe, 1982-2004)*. Salvador, 2005. Relatório de Pós-doutorado, Universidade Federal da Bahia.
- DÍAS J. M. Bioética e Educação Física. Documento CONFED/ CREF. www.confef.org Acessado em 30 out/2005.
- ENGEL, E-M. *O desafio das biotécnicas para a ética e a Antropologia*. *Veritas* 2004; 50(2):205-228. <http://www.ufrgs.br/bioetica/bioet27.htm>. Acesso em 12 de janeiro de 2010.
- FREYRE R. E. F. *A abordagem fenomenológico-hermenêutica na produção de teses de doutorado em educação no estado de São Paulo*. Relatório de Pós-doutorado, UNICAMP, 2007.
- GAMBOA S. S. A. Epistemologia da Educação Física: as inter-relações necessárias. 2007 (Inédito).
- KUNZRU, H. "Você é um ciborgue": Um encontro com Donna Haraway. In SILVA, Tomaz Tadeu. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. pp. 19-37. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MORIN EDGAR. *Los siete saberes necesarios para la educación del futuro*. Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. París, 1999.

PALACIOS, S. M. *Doping y dopaje: una guía para médicos y entrenadores*. Buenos Aires, 1979.

PARTISANS, J. *Deporte, cultura y represión*. Barcelona, Editorial Gustavo Gil, 1988.

POLANCO B., Yanet. *La Epistemología de la complejidad como recurso para la educación*. Revista Ciencias de la Educación Crítica. Año 6, Vol. 1, N. 27, Valencia, Enero-Junio 2006, p. 179-188.

POTTER R. *Bioética Puente, Bioética Global y Bioética Profunda*. 1998
In: <http://165.158.1.110/spanish/hdp/PRB/pot.htm>. Acesso em 14 de junho de 2010.

_____. *Deep and global Bioética for a livable third millennium*. In: The Scientist (12/1/9, Jan. 2005).

_____. *Bioethics, bridge to the future*. Prentice Hall: New York, 1971.

SÉRGIO, M. *Algumas teses sobre o desporto*. 2 ed. Lisboa – Portugal: compendium, 2003.

SILVA A. N. M. y F. Z. *Educação e Ética: Historicidade, práxis e processos formativos*. Blumenau/SC: Edifurb, 2006.

SILVA de S. R. V. *Pesquisa em educação física: determinações históricas e implicações epistemológicas*. Tese (doutorado) 2006. UNICAMP.

ZAMORA RAMÍREZ MONICA. *Aproximación a una concepción bioética del deporte*. In: <http://www.cbioetica.org/revista/53/531417.pdf>. Acesso em 11 setembro de 2010.

ZOBOLI ELCP. *Bioética e Atenção Básica: um estudo de ética descritiva com enfermeiros e médicos do Programa Saúde da Família*. Tese de

Doutorado, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo 2003.

UNESP: DE INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL A EMPRESA COMERCIAL?

Adriano Moreira*

Resumo:

O objetivo deste estudo é analisar o processo de reestruturação da UNESP, uma das três universidades públicas paulistas. Trata-se de pesquisa documental. A coleta dos dados ocorreu em fontes primárias, com destaque para: as *Diretrizes para o desenvolvimento do Plano Institucional da UNESP* (2007); e o *Plano de Desenvolvimento Institucional da UNESP* (2008a). Ao final do trabalho consideramos que: o processo de reestruturação da UNESP visa subordinar a universidade aos interesses do setor produtivo; a UNESP tem buscado ampliar o acesso a seus cursos sem o necessário aporte de investimentos públicos em educação.

Palavras-chave: UNESP. Universidade Pública. Ensino Superior. Inovações. Educação Escolar.

Abstract: The aim of this study is to analyze the process of restructuring UNESP, one of three public universities in São Paulo. This is documentary research. Data collection occurred in primary sources, with emphasis on: Guidelines for the development of UNESP Institutional Plan (2007) and the Institutional Development Plan of UNESP (2008). At the end of the work we consider that the process of restructuring UNESP seeks to subordinate the interests of the university productive sector; UNESP has sought to expand access to their courses without the necessary contribution of public investment in education.

Key-words: UNESP. Public University. Higher Education. Innovations. School Education.

* Mestre em educação escolar pela Unesp/Araraquara.

1. Um breve olhar sobre a UNESP

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) foi criada em 1976 a partir da integração de 13 institutos isolados de ensino superior existentes no Estado de São Paulo com a Faculdade de Música “Maestro Julião”, de São Bernardo dos Campos (SÃO PAULO, 1976). Posteriormente outras dez unidades seriam instituídas através da instalação de novos *campi*, de desdobramentos dos existentes e de novas incorporações (UNESP, 2008a).

A criação da UNESP acabaria atendendo a diversos dispositivos previstos pela Lei n. 5.540/68 (Lei da Reforma Universitária), tais como: a organização do ensino superior em universidades; a indissociabilidade entre ensino e pesquisa; a substituição das cátedras por departamentos; a instituição do vestibular classificatório; e a oferta de cursos profissionais de curta duração.

Em 2002 a universidade passa por nova expansão, sendo criadas mais oito Unidades Diferenciadas, depois transformadas em *Campi* Experimentais, nas cidades de Dracena, Itapeva, Ourinhos, Rosana, Registro, São Vicente, Sorocaba e Tupã (UNESP, 2008a), num processo polêmico e questionado pela comunidade acadêmica à época.

Portanto, a UNESP possui um caráter *multicampi*, abrangendo atualmente 32 unidades universitárias, espalhadas em 23 municípios paulistas, sendo a segunda maior universidade pública brasileira em número de alunos e, por este mesmo critério, a nona maior do país, contando, em 2006, com 33.472 alunos matriculados nos 119 cursos de graduação existentes e mais 9.849 alunos matriculados nos 186 cursos de mestrado e doutorado, mais especificamente, 6.284 alunos nos 106 cursos de mestrado e 3.565 nos 80 cursos de doutorado. A universidade possui ainda 3.507 docentes ativos, dos quais 2.886 em regime de dedicação exclusiva (RDIDP) e 10.350 servidores técnicos administrativos (UNESP, 2007a).

Entre os anos de 1995 e 2006 houve um crescimento de aproximadamente 71% no número de alunos matriculados nos

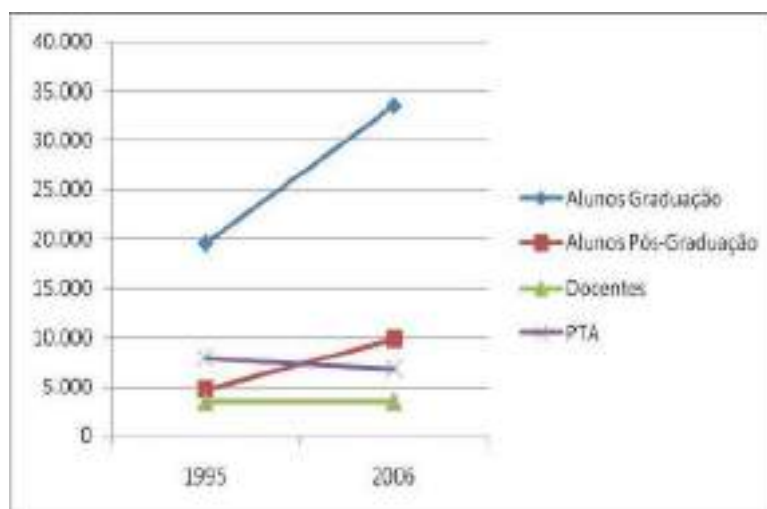
curso de graduação da universidade. Em relação à pós-graduação o aumento foi de 106%, sendo que o número de alunos matriculados nos cursos de mestrado evoluiu 85% e nos cursos de doutorado 158%. Verifica-se uma evolução também no tocante ao número de cursos, tanto nos de graduação, como nos de pós-graduação, em ambos os casos em torno de 49%. Em face desta expressiva expansão de vagas proporcionada pela instituição, o número de docentes ativos no mesmo período manteve-se praticamente inalterado, com um aumento irrisório de 0,2%. Já o quadro de docentes contratados em RDIDP foi reduzido em 12%, enquanto o de Pessoal Técnico-Administrativo em 13,5%.

Tabela 1– Número de cursos, de alunos de graduação e de pós-graduação, de docentes ativos e de pessoal técnico-administrativo existentes na UNESP nos anos de 1995 e 2006.

	1995	2006
Estudantes na graduação	19.618	33.472
Estudantes na pós-graduação	4.777	9.849
Mestrado	3.395	6.284
Doutorado	1.382	3.565
Docentes (Ativos)	3.497	3.507
RDIDP	3.281	2.886
Pessoal Técnico-Administrativo (Ativos)	7.918	6.843
Curso de Graduação	80	119
Cursos de Pós-Graduação	125	186
Mestrado	71	106
Doutorado	54	80

Fonte: Anuário Estatístico da UNESP 2007.

**Graduação e de pós-graduação, de docentes ativos e de
pessoal técnico-administrativo (PTA) existentes
na UNESP nos anos de 1995 e 2006.**



Se considerarmos que o aumento no número de estudantes e de cursos eleva também as atribuições docentes, além de demandar mais serviços (orientação a trabalhos de graduação e de atendimentos individualizados, bem como a orientação de pesquisa na graduação e na pós-graduação; o número de aulas a serem proferidas na graduação e na pós-graduação; as demandas em bibliotecas, laboratórios, etc.), a estagnação no número de professores e a redução no número de docentes em RDIDP, somados à redução no número de pessoal técnico-administrativo, representam uma provável queda na qualidade do ensino e da pesquisa desenvolvidos pela universidade. Isto coloca em questão a tendência observada na política educacional dos governos de Fernando Henrique Cardoso (reforma administrativa dos anos de 1990) e de Luiz Inácio Lula da Silva (Plano de Desenvolvimento da Educação) de expandir o acesso ao ensino superior a partir da otimização dos recursos existentes e não do incremento aos recursos públicos destinados às universidades.

Quanto à sua organização administrativa, a UNESP possui uma estrutura geral, que abarca todas as suas unidades universitárias, e uma estrutura interna de cada uma destas unidades. Estas estruturas são formadas por comissões e órgãos colegiados compostos basicamente por docentes, que ocupam 70% dos assentos nestes espaços de poder. Os processos de escolha dos dirigentes universitários também seguem esta norma, ou seja, os votos docentes têm peso de 70% em relação às demais categorias (UNESP, 2008b).

1.1 O movimento de reestruturação institucional da UNESP

a) A UNESP e a comercialização do conhecimento: a questão das patentes;

Em setembro de 2006 é publicada a Portaria UNESP nº 424. Considerando, dentre outras coisas, que é necessário fixar critérios para a participação dos pesquisadores nos proventos obtidos com a transferência de tecnologia, com inovação tecnológica e com o licenciamento de patentes; que o registro da propriedade industrial representa um patrimônio inestimável e que **“a comercialização de patentes se constitui numa potencial fonte de recursos adicionais para a universidade”** (UNESP, 2006, preâmbulo, destaque nosso); tal instrumento almeja incentivar os pedidos de patentes por parte dos pesquisadores universitários, inclusive ofertando-lhes recompensas pecuniárias.

A FAPESP define patente como “todo invento original em nível internacional, que seja útil e apresente potencial para comercialização”¹. O patenteamento pode ser feito em um ou mais países e assegura aos titulares da patente o direito de produção e exploração comercial do produto patenteado.

¹ Disponível em: <<http://www.fapesp.br/materia/2496/papi-nuplitec/o-que-sao-patentes-.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2009.

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), órgão do Governo Federal responsável pelo patenteamento no Brasil, ressalta tratar-se “de um título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado pelo Estado aos inventores, autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre criação”. O objetivo da patente é proteger “os novos produtos” de “competidores” que possam vir a copiar e vender estes produtos a preços mais baixos, constituindo um “valioso e imprescindível instrumento para que a invenção e a criação industrializável se torne um investimento rentável”².

A patente configura, pois, um instrumento que propicia, num primeiro momento, a transformação do conhecimento em bem econômico e, em seguida, a apropriação, pelo detentor deste bem, da riqueza que por ele for gerada (CORRÊA; GOMES, 2007).

O patenteamento implica sigilo, ou seja, o processo de produção do conhecimento deve ser mantido em absoluto segredo até a publicação da solicitação do depósito de patente, como evidência o relato de um docente da Universidade Federal Fluminense:

[...] para exemplificar, citou o caso de um pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz que publicou o resultado [de sua pesquisa], pois não via nenhum problema nisso, ou seja, de que publicando ele [se] tornaria público. Na época, o escritório de transferência de tecnologia estava negociando a venda da patente e, diante do ocorrido, a empresa interessada em comprar desistiu justamente pelo fato de ter sido publicado (CORRÊA; GOMES, 2007, sem paginação).

No mesmo sentido a FAPESP ressalta que:

IMPORTANTE: O invento não deverá ser divulgado antes do pedido de patente dar entrada no Instituto

² Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/patente/pastaoquee>>. Acesso em: 11 mar. 2009.

Nacional de Propriedade Industrial (INPI), pois a partir de qualquer divulgação – escrita, oral ou até por *defesa de tese* –, as possibilidades de obtenção de patente ficam reduzidas praticamente ao Brasil e Estados Unidos, e somente até 12 meses após tal divulgação. Após 12 meses da data de divulgação perde-se qualquer direito à obtenção da patente³ (FAPESP, 2009, sem paginação, destaque nosso).

Oliveira (2002, p. 29) afirma que “hoje em dia as patentes podem ser compradas, vendidas, ou alugadas (mediante o pagamento de *royalties*) e não há dúvidas de que elas funcionam como mercadoria”. Destarte, o patenteamento transforma o conhecimento em mercadoria e lhe impõe as regras de mercado, sendo um instrumento profundamente comprometido com a lógica capitalista. A propósito, como destaca Oliveira (2002, p. 28), a mercadoria “é a raiz de tudo o que há de nefasto no capitalismo – a alienação dos trabalhadores, o empobrecimento das relações humanas, o fetichismo da mercadoria etc”.

Isto posto, vale indagar: 1) o caráter público de uma universidade não requer o ato de dar publicidade ao conhecimento produzido, seja por meio de comunicações em congressos ou congêneres, seja pela publicação de artigos em revistas científicas ou através de defesas públicas de teses e dissertações? Se a resposta a esta indagação for sim, o sigilo que envolve o patenteamento não seria incongruente com o espírito acadêmico de uma universidade pública? 2) o conhecimento produzido por uma universidade pública não se torna um bem público, isto é, não passa a pertencer à sociedade, que então poderá acessá-lo gratuitamente? Se considerarmos que sim, o patenteamento do conhecimento e sua apropriação pela universidade não representa uma forma de privatização do saber e da própria universidade? 3) a obtenção de recursos por meio da comercialização do conhecimento não impelirá os pesquisadores a optarem pelo

³ Disponível em: <<http://www.fapesp.br/materia/2496/papi-nuplitec/o-que-sao-patentes-.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2009.

desenvolvimento de projetos com potencial comercial? Isto não acarretará a subordinação da universidade ao mercado, o que viola a autonomia universitária? Aliás, uma universidade sem autonomia, que transforma o trabalho humano em mercadoria e o comercializa visando lucro não estaria muito próxima de se converter numa mera empresa comercial?

b) O Núcleo de Inovação Tecnológica da UNESP;

Menos de um ano após a publicação da citada Portaria é concretizada outra ação visando à transformação do conhecimento em mercadoria e sua comercialização; referimo-nos à criação do Núcleo de Inovação Tecnológica da UNESP (NIT).

Sob o argumento de que é estratégico para o desenvolvimento econômico e social do país que a UNESP se empenhe na transformação do conhecimento científico, técnico e tecnológico em inovação, ao NIT é atribuída a missão de gerir a política de proteção e inovação das criações intelectuais de titularidade da universidade.

Para tanto, tal órgão deve buscar o estreitamento da relação entre universidade e o setor produtivo, atuando na implantação de parques tecnológicos e incubadoras de empresas e no fortalecimento de empresas de base tecnológica. O NIT também deve oferecer cooperação técnica para o desenvolvimento de pesquisa ou contratos de transferências de tecnologia e/ou licenciamento, no Brasil e no exterior (UNESP, 2007b).

Integrado ao Gabinete do Reitor e vinculado administrativamente à Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (FUNDUNESP), o NIT, aparentemente, escapa ao controle da comunidade acadêmica, já que: não há em sua composição representantes de todos os segmentos universitários; seus membros são indicados pelo Reitor, exercendo funções de confiança, ou seja, não há qualquer consulta à comunidade acadêmica.

Em síntese, o NIT deverá concretizar a fusão – tão estimulada pelo Estado brasileiro como essencial ao crescimento

econômico do país – entre a universidade e o setor produtivo. Ele conduzirá o processo de patenteamento e comercialização do conhecimento produzido na UNESP e as relações desta com o mercado e com os órgãos públicos e privados.

c) O Plano de Desenvolvimento Institucional da UNESP.

Em 2007 é apresentado à comunidade acadêmica da universidade um documento intitulado *Diretrizes para o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNESP* (2007), no qual são discutidos diversos aspectos para a reestruturação, valendo destacar:

Missão Institucional

De acordo com o documento alguns princípios centrais devem guiar a definição da missão institucional da UNESP, são eles: os anseios da sociedade como um todo; a inserção da universidade na sociedade; o caráter público da universidade; as necessidades dos avanços sociais no sentido de reduzir desigualdades; e a necessidade de transformar o conhecimento produzido em riqueza – o que remete ao patenteamento do conhecimento.

Definida a missão institucional da UNESP, ela deverá integrar todos os documentos da universidade e nortear todas as demais diretrizes, portanto, todas as tomadas de decisões futuras. A princípio, pode-se considerar que a definição desta missão institucional não compete à comunidade acadêmica, mas aos colegiados centrais.

Política de Graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão

O documento sustenta que as diretrizes para a graduação, para a pós-graduação, para a pesquisa e para a extensão devem estar estreitamente vinculadas com a missão institucional da universidade.

Para a graduação são indicadas três diretrizes: 1) a não repetição de cursos, pois isto estaria imputando à UNESP um perfil local/regional e impondo-lhe a necessidade de duplicar ou triplicar recursos para um mesmo fim; 2) a adoção de inovações didático-pedagógicas, pois nesta área “nada de moderno, nada de novo”, estaria acontecendo, persistindo o “ultrapassado” modelo da sala de aula, com “aulas expositivas que remontam 3 ou 4 horas”, com o estudo de textos clássicos, grade curricular fixa e disciplinas optativas e obrigatórias; e 3) o desenvolvimento do empreendedorismo entre os alunos, uma vez que a universidade não estaria estimulando esta capacidade de forma satisfatória, principalmente em relação aos alunos egressos.

Para efetivar esta política o documento propõe debater: a manutenção ou não dos atuais cursos repetidos; a manutenção ou não de textos clássicos e aulas teóricas nos cursos de graduação; a redução da carga horária dos cursos de graduação e a introdução da interdisciplinariedade e da multidisciplinariedade; a criação de cursos destinados ao treinamento docente em técnicas que facilitem o estímulo ao empreendedorismo; e o incentivo às empresas juniores (UNESP, 2007, sem paginação).

Diante da introdução destes temas parece-nos oportuno indagar: é possível formar pessoas e profissionais críticos em cursos desprovidos de aprofundamento teórico? É possível desenvolver uma formação de qualidade sem recorrer aos textos que guardam conhecimentos que sobreviveram ao tempo, ou seja, os textos clássicos? Como incorporar séculos de conhecimento produzido pelo homem sem recorrer a aulas teóricas e expositivas, isto é, sem recorrer ao professor, entendido como aquele que detém um maior conhecimento sobre aquilo que o estudante pretende conhecer? A universidade, visando à formação integral dos estudantes, não deveria estimular o desenvolvimento de valores como o da solidariedade e o da justiça em detrimento de valores como o empreendedorismo, que remete à competitividade, à subjugação do forte pelo fraco, à destruição do meio ambiente?

Para a pós-graduação está colocada a questão de se manter ou não cursos duplicados e com notas baixas na avaliação da CAPES. Também há referência ao fato de muitos docentes contratados em regime de dedicação exclusiva estarem fora dos programas de pós-graduação existentes e de muitos docentes se dedicarem a cursos de especialização e não aos cursos *stricto sensu*. Especificamente em relação à pesquisa, além de enfatizar a idéia de transformar conhecimento em mercadoria, o documento apresenta como ações necessárias o estímulo à captação de recursos externos e a construção de uma nova relação entre o regime de trabalho e a produção do conhecimento.

Para as atividades de extensão a proposta é definir como será efetivado o envolvimento de alunos, professores e pesquisadores e a relação entre os projetos que proporcionam “atividades inerentes ao avanço do conhecimento” e “empresas ou entidades que venham a usufruir do conhecimento” (UNESP, 2007, sem paginação).

Avaliação

A intenção é associar a avaliação à missão institucional da universidade, sendo que ela não deverá se deter em “questões meio, como a infra-estrutura necessária para a melhoria da qualidade do ensino” (UNESP, 2007, sem paginação). Assim, provavelmente, a avaliação deverá desempenhar uma função de controle, ou seja, apontar se as atividades didático-pedagógicas e a pesquisa estão em conformidade com as diretrizes centrais da instituição. Portanto, a avaliação não teria finalidade educativa (orientar e reorientar o trabalho acadêmico), mas assegurar o cumprimento das normas gerais da universidade.

Política de Contratação de Pessoal Docente

A diretriz para a contratação docente consiste, basicamente, em buscar pessoas com perfil acadêmico compatível com a missão da universidade, quer dizer, pessoas com pré-disposição para se

engajarem aos propósitos maiores da instituição. Em outros termos, seriam desejáveis apenas aqueles que se conciliarem com os objetivos e interesses dos grupos que controlam a instituição. Esta diretriz parece desrespeitar o princípio constitucional do pluralismo de idéias, que deveria permear todo o funcionamento da universidade e, cuja ausência, remete a cerceamentos ideológicos.

Expansão Institucional e Políticas de Captação de Recursos

Sobre a expansão institucional o documento discute se o mais indicado seria o aumento do número de cursos ou o aumento do número de vagas, com tendência à segunda opção.

Quanto à captação de recursos, o documento, partindo da premissa de que através da dotação orçamentária existente não é possível sustentar o desenvolvimento científico da universidade, propõe desenvolver uma “política agressiva” de captação de recursos junto ao setor privado e às agências de fomento nacionais e internacionais.

Ensino à Distância

Argumentando que o crescimento demográfico impõe a necessidade de ampliar o ensino para um número maior de jovens, a universidade se encontraria diante de uma difícil decisão: elevar a relação professor-aluno ou adotar as novas tecnologias de informação. Algumas questões contidas no documento explicitam que a opção a ser adotada deve ser a EAD: “é possível disponibilizar todo o conteúdo eletronicamente para o aluno e cobrar desempenho adequado para esse fim?”; “como todo conhecimento disponível na Internet deve ser encarado para a formação dos alunos dentro da Universidade?” (UNESP, 2007, sem paginação).

Com base nestas diretrizes é apresentado, em maio de 2008, o *Plano de Desenvolvimento Institucional da UNESP* (PDI), sobre o qual passaremos à análise.

Grosso modo, o PDI apresenta desafios que deverão ser enfrentados pela UNESP nos próximos anos. Sob o discurso de

que a universidade enfrenta dificuldades para assimilar as mudanças ocorridas (nas últimas décadas) nos sistemas de produção e nos meios de comunicação, e que deve contribuir para a consolidação de um parque tecnológico capaz de conferir maior competitividade às empresas nacionais, o PDI acena com a limitação da autonomia universitária, principalmente a de pesquisa, colocando em relevo a concepção de universidade como instituição subordinada ao mercado e destinada à busca do crescimento econômico do país:

O mercado cria necessidades próprias que não coincidem exatamente com a autonomia desejada nos processos de pesquisa. Como conciliar a autonomia universitária de poder decidir o que e como pesquisar com as pressões utilitaristas do mercado ou da sociedade que, em suma, é quem financia uma universidade pública? Deve a universidade dirigir sua pesquisa visando à consolidação de um parque tecnológico num país em desenvolvimento como é o Brasil? Deve a universidade apoiar as empresas para torná-las mais competitivas, contribuindo, assim, com o crescimento do país? (UNESP, 2008a, p. 13, destaque nosso)

É interessante notar que a estrutura textual das questões citadas acima oferta um caráter positivo à idéia da universidade se subordinar ao mercado, passando uma mensagem implícita de que: enquanto uma instituição financiada pela sociedade, em um país em desenvolvimento (e, portanto, com enormes carências), a finalidade legítima da universidade somente pode ser a geração de conhecimento para as empresas nacionais, que mais competitivas, possibilitarão o crescimento econômico; isto justifica, nas condições atuais do mundo trabalho, a supressão de alguns entraves, como a autonomia universitária.

Além de ser apontada como um empecilho ao progresso econômico do país, a autonomia universitária é concebida pelo documento como uma barreira à construção de uma sociedade mais justa e igualitária e ao progresso do conhecimento:

Como a universidade poderá contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária? Partindo-se do princípio que deve haver um equilíbrio entre educação e o avanço do conhecimento, como se deve desenvolver tal ação sem romper com o princípio básico da autonomia? (UNESP, 2008a, p. 13)

Enfim, o maior desafio da UNESP nos próximos anos, segundo o PDI, parece ser sua conversão numa instituição heterônoma, voltada às demandas do setor produtivo.

A proposta de PDI da UNESP relaciona o crescimento econômico ao bem estar social, como algo que beneficia toda a sociedade, e que assim, deve ser buscado a qualquer custo. Entretanto, o que está em tela é o crescimento econômico da sociedade como um todo ou unicamente o das empresas capitalistas? Este crescimento beneficiaria a todos ou especialmente as elites?

Tomando como base um texto de John Kenneth Galbraith, denominado *O novo Estado Industrial*, podemos considerar que quando uma empresa aumenta sua capacidade competitiva e eleva sua condição econômica os trabalhadores possivelmente sofrem perdas. Segundo a lógica empresarial apontada pelo autor é provável que uma empresa, ao aumentar seus ganhos, empregue-os em tecnologia, e não na elevação de salários, na geração de melhores condições de trabalho ou no aumento de empregos, que ao contrário, fatalmente serão reduzidos em decorrência da automação do processo produtivo.

Marx (2004, p. 25), contudo, aponta que o trabalhador não ganha, necessariamente, quando o capitalista aumenta seus ganhos, mas necessariamente perde quando estes ganhos são reduzidos:

[...] se a riqueza da sociedade estiver em declínio, então o trabalhador sofre ao máximo, pois: ainda que a classe trabalhadora não possa ganhar tanto quanto a [classe] dos proprietários na situação prospera da sociedade, nenhuma sofre tão cruelmente com o seu declínio como a classe dos trabalhadores.

Ainda assim o autor assevera que “o trabalho – não apenas nas condições atuais, mas também na medida em que, em geral, sua finalidade é a mera ampliação da riqueza – é pernicioso, funesto” (MARX, 2004, p. 29-30).

Portanto, se o crescimento econômico, na ordem capitalista, não pode ser entendido como um processo destinado a melhorar as condições de vida do conjunto da sociedade, a desaceleração da economia ou a recessão traz prejuízos talvez ainda mais danosos aos trabalhadores, como a perda de emprego e a redução de salários.

A própria história recente do Brasil releva períodos em que um grande crescimento econômico coincidiu com o aumento da pobreza e da desigualdade social. Estamos nos referindo ao chamado “milagre brasileiro”:

Como entender que, num período de rápido crescimento econômico, a miséria estivesse matando mais crianças? [...] É certo que no período do “milagre” houve, no Brasil, crescimento econômico acompanhado por aumento na desigualdade da distribuição da renda. Mas, mesmo nesse caso, não é correto dizer que o crescimento tenha sido a “causa” do aumento da desigualdade. [...] Bonelli & Ramos (1993) apontam para uma associação negativa entre crescimento econômico e desigualdade no Brasil no período de 1977 a 1986. Eles concluem que o crescimento pode ser uma arma para combater tanto a pobreza como a desigualdade, pois, além de elevar a renda geral, pode estar associado ao crescimento da fração da renda total recebida pelos estratos mais pobres [...]. Assim, mesmo considerando-se apenas a experiência brasileira nos últimos 40 anos, há exemplos de períodos de crescimento seja com redução, seja com aumento da desigualdade (HOFFMANN, 2001, 70-1, destaque nosso).

Sendo passíveis de discussão as causas, os efeitos e conseqüências que acompanham o crescimento econômico, quem

melhor para refletir, analisar criticamente e explicar estes fenômenos do que a universidade pública? A quem interessa que a universidade abra mão deste papel é se dedique exclusivamente ao fomento da atividade econômica? Certamente não são os grupos mais desfavorecidos, os marginalizados e os excluídos, precisamente os mais afetados pelo ordenamento econômico atual.

A partir desta concepção de universidade, caracterizada como um “braço” científico e tecnológico das empresas sediadas no país, o documento cita outros desafios pontuais que a UNESP deve superar: 1) eliminar o excesso de burocracia da universidade; 2) a busca pela projeção internacional da UNESP e a excelência na pesquisa, que envolvem a integração de todos os docentes em regime de dedicação exclusiva às estruturas de pesquisa existentes e a ampliação do financiamento das pesquisas; e 3) inovar o ensino universitário, o que envolve a EAD e a ampliação do acesso sem a elevação de gastos.

Eliminar o excesso de burocracia da universidade

A UNESP, em virtude de seu caráter *multicampi*, possui estrutura administrativa local e central, e deste modo, haveria na instituição um excessivo número de órgãos duplicados, internos e paralelos, comissões multiplicadas, além de um grande número de departamentos, considerados burocráticos e corporativos.

Para eliminar este “excesso de burocracia” o PDI aponta como necessário o fortalecimento do “papel dos Colegiados Centrais como formuladores de políticas acadêmicas e administrativas” em detrimento das unidades universitárias (UNESP, 2008a, p. 30).

Assim, os Colegiados Centrais poderiam estabelecer diretrizes gerais capazes de desencadear um desenvolvimento harmônico para a instituição e impedir que as decisões privilegiem os interesses locais/regionais em lugar dos interesses institucionais.

Em poucas palavras, para o PDI, a desburocratização da universidade corresponde a uma maior concentração do poder em sua estrutura administrativa central.

A busca pela projeção internacional da UNESP e a excelência na pesquisa

Alguns fatores são apontados como empecilhos à projeção internacional da UNESP e à aquisição de excelência na pesquisa: o fato de grande parte dos docentes contratados em RDIDP não se dedicarem à pesquisa, isto é, aos programas de pesquisa existentes; a baixa qualidade de muitos cursos de mestrado e doutorado; e a insuficiência de recursos.

Partindo da idéia de que a “geração de conhecimento é um dos pontos relevantes dentro da sociedade” e que cabe à universidade esse importante papel, o PDI aponta, inicialmente, que o regime de trabalho ideal para a produção de pesquisa é o RDIDP. Contudo, logo em seguida isto é relativizado, sob a alegação de que a relação entre tal regime e a produção de pesquisa deve ser submetida a constantes análises e avaliações, tendo em vista que “cerca de 50% dos docentes em RDIDP da UNESP não estão vinculados a nenhum programa de pós-graduação” (UNESP, 2008a, p. 16) – o PDI não indica a fonte deste dado.

Deste modo, considerando não ser possível desenvolver pesquisa fora do sistema de pós-graduação, o desafio estaria em fazer com que estes docentes passem a integrar os programas existentes:

É possível ocorrer pesquisa afastada do sistema de pós-graduação, já que esse sistema, por estar em constante avaliação, garante a manutenção de uma pesquisa de qualidade, fazendo circular seus resultados? Como a universidade deve incentivar essa grande massa de docentes a se integrar ao sistema? (UNESP, 2008a, p. 16)

Faltam-nos dados para avaliar a não participação destes docentes junto aos programas de pós-graduação existentes. Sabemos, no entanto, que os programas de pós-graduação, não apenas da UNESP, mas de todas as universidades brasileiras, estão subordinados à CAPES e que esta tem contribuído, sobremaneira, para a subordinação destes cursos e programas aos imperativos

do mercado (DUARTE, 2006). Deste modo, a não vinculação de inúmeros docentes aos programas de pós-graduação da UNESP poderia ser entendida como uma forma de resistência contra os rumos que estes programas vêm seguindo?

Além disso, a busca pela vinculação de todos os docentes aos programas de pós-graduação instituídos não seria uma medida voltada à concretização da limitação da autonomia de pesquisa na UNESP? Quer dizer, a inexistência de pesquisa livre do campo de influência da CAPES não poderia tornar mais fácil a concretização do objetivo de submeter a UNESP às demandas do mercado?

Ainda em relação aos programas de pós-graduação, o PDI coloca como um empecilho à projeção internacional da UNESP e à busca pela excelência na pesquisa, o fato de que apenas uma pequena parte dos programas existentes tem atingido níveis de excelência internacionais. Sobre isso, o documento aponta que:

É produtivo manter inúmeros programas que praticamente se repetem sem, no entanto, projetarem a Universidade sequer no contexto nacional, com níveis de excelência que estariam mais de acordo com seu porte e com as energias despendidas? Mesmo considerando-se a UNESP como uma universidade regional, em se tratando de pesquisa e de produção de conhecimento, há um patamar mínimo de produtividade e de projeção internacional necessário para que a excelência seja conseguida (UNESP, 2008a, p. 16).

Nestes termos, o desafio estaria em fechar os cursos duplicados e mal avaliados, como já indicava as *Diretrizes para o Desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional da UNESP*, e impor aos demais padrões de produtividade, baseados, aparentemente, em dados quantitativos: quantidade de pedidos de patente; número de artigos publicados em revistas internacionais; número de orientandos, número de participação em congressos etc.

Esta preocupação com a projeção internacional da UNESP, sobre a qual os programas de pós-graduação e, conseqüentemente a pesquisa, deveriam se ocupar é uma preocupação legítima, pertinente e relevante ou está apenas associada à concepção de universidade-empresa, que disputa recursos no mercado e que deste modo carece de uma imagem de sucesso? Diante do grave cenário mundial que se projeta para os próximos anos, é disso que a universidade deve se ocupar?

De acordo com um documento publicado em 2007 pelo Painel Internacional sobre Mudança no Clima (IPCC), intitulado *Mudança do Clima 2007: impactos, adaptação e vulnerabilidade – Contribuição do Grupo de Trabalho II ao Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima*, nas próximas décadas grande parte da população mundial, sobretudo os mais pobres, será afetada pelo aumento da fome e da miséria, pela falta de água potável, pelo aumento de doenças etc.

Estes fenômenos serão conseqüências das mudanças climáticas, desencadeadas pelo aquecimento global, por sua vez decorrente da emissão de gases de efeito estufa, emitidos, principalmente, pela queima de combustíveis fósseis (IPCC, 2007).

Destaca-se que o Relatório afirma ser “muito provável” (90 a 99%) a responsabilidade humana pelo fenômeno do aquecimento global. Nesse sentido, parece razoável inferir, embora isso não esteja explicitado no texto do documento, que não é a mera ação humana em seus hábitos individuais – depósito de lixo em local inapropriado, banhos prolongados etc. – a maior responsável pelos problemas ambientais, mas sim a forma pela qual o capital produz e se apropria dos produtos, ou seja, o sistema capitalista vigente, que em nome do “progresso”, do crescimento econômico, tem dizimado os recursos naturais existentes e colocado em risco a manutenção da vida no planeta, inclusive a humana.

Ao buscar impor metas baseadas em elementos mercadológicos (aumento de produtividade, projeção internacional, que remete ao campo do *marketing*) aos programas de pós-graduação, o PDI da UNESP não apenas se mostra alheio

aos problemas que afligem a humanidade, mas poderá fazer com que a universidade, ao se lançar ao estímulo da atividade econômica, acabe contribuindo para o aprofundamento destes problemas.

Por fim, quanto à insuficiência de recursos para o desenvolvimento científico, o desafio estaria em ampliar as fontes de financiamento da universidade. Para isso, o PDI sugere que a UNESP busque apoio junto às agências de fomento, tanto nacionais como internacionais, para “complementar o que a universidade, devido a suas restrições orçamentárias, não consegue abarcar”.

A inovação do ensino universitário

Sob as premissas de que é necessário incorporar novos “instrumentos capazes de produzir um processo de ensino-aprendizagem mais rápido e eficiente”, e que diante dos recursos técnicos disponíveis “não se pode manter o modelo centenário, tanto pedagógico quanto de infra-estrutura, da sala de aula”, o maior desafio para a inovação do ensino na universidade, segundo o PDI, estaria, primeiramente, em vencer o “conservadorismo da comunidade acadêmica em relação ao ensino à distância” e, posteriormente, dotar a universidade de “infra-estrutura necessária para a incorporação das novas técnicas, principalmente com a utilização da *internet* ou da videoconferência, na prática pedagógica cotidiana” (UNESP, 2008a, p. 17).

Portanto, a proposta de inovação para os cursos de graduação é excluir a sala de aula – e provavelmente eliminar os estudos teóricos e os textos clássicos, como sugeria as *Diretrizes para o desenvolvimento do PDI da UNESP* –, e com isso a relação direta, dialógica e muitas vezes dialética, entre os alunos e entre estes e os docentes. O ensino à distância responderia também a outro desafio: ampliar a oferta de vagas com os recursos disponíveis, “*aproveitando a infra-estrutura existente, sem duplicar gastos para um mesmo fim, uma vez que não há previsão de expansão do orçamento*” (UNESP, 2008a, p. 15, destaque nosso).

2. Considerações finais

Com base nos documentos analisados concluímos que a UNESP tem buscado ampliar o acesso ao ensino superior sem a elevação dos investimentos públicos em educação. Para tanto, são consideradas medidas como o ensino à distância na formação inicial e a redução da carga horária e o abreviamento teórico dos cursos de graduação.

A este conjunto de medidas tem se dado a denominação de “inovação didático-pedagógica”, entretanto, no nosso entender, uma nomenclatura mais precisa ao que está sendo proposto seria formação rarefeita, aligeirada e a baixo custo.

Também é importante destacar que tais documentos vinculam a universidade ao crescimento econômico do país, subordinando-a às demandas do setor produtivo. As medidas apontadas para efetivar esta política são: o estreitamento da relação da universidade com empresas e com órgãos públicos e privados; o estímulo ao surgimento de empresas; o incentivo à produção de conhecimento com potencial industrializável; e a comercialização do conhecimento.

A estas medidas tem sido atribuída a denominação de “política de inovação e transferência de tecnologia para a sociedade”. Na nossa avaliação, contudo, o emprego terminológico mais correto seria política de privatização da universidade pública.

Evidencia-se ainda que a reestruturação institucional da UNESP viola sua autonomia universitária, estando alicerçada no fortalecimento dos órgãos colegiados centrais da universidade e no enquadramento docente, que envolve: mudanças nos processos de provimento dos cargos universitários, de modo a permitir a seleção de profissionais identificados com as diretrizes traçadas pelos órgãos centrais da instituição; o fechamento de cursos e programas não ajustados ao “sistema”, isto é, considerados improdutivos; e a retribuição pecuniária, como no caso dos pesquisadores que solicitarem patentes de seus inventos e criações.

Referências

- BRASIL. *Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências. Disponível em: <<http://wwwt.senado.gov.br/servlets>>. Acesso em: 15 dez. 2004.
- CORRÊA, Fátima Carvalho; GOMES, Sandra Lúcia Rebel. *A patente na universidade: sigilo, transparência e direito à informação*. Salvador, 2007. Disponível em: Acesso em:
- DUARTE, Newton. A pesquisa e a formação de intelectuais críticos na pós-graduação em educação. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 89-110, jan/jun. 2006.
- GALBRAITH, John Kenneth. *O novo Estado industrial*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983. 298p.
- HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição da renda e crescimento econômico*. Estudos Avançados, USP – São Paulo, v. 15, n. 41, p. 67-76, 2001.
- IPCC. *Mudança do Clima 2007: impactos, adaptação e vulnerabilidade*. Contribuição do Grupo de Trabalho II ao Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. 2007. Tradução: Anexandra de Ávila Ribeiro. Genebra, Suíça.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. 175p.
- OLIVEIRA, Marcos, Barbosa de. A Ciência que queremos e a mercantilização da universidade. In: LOUREIRO, Isabel; DEL-PASSO, Maria Cândida (Orgs). *Tempos de greve na universidade pública*. Marília: UNESP Marília Publicações, 2001, p. 17-41.
- SÃO PAULO. Lei n. 952, de 30 de janeiro de 1976. Cria a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e dá outras providências. Disponível em: <www.fmb.unesp.br/financas/docs/Lei_Estadual_952.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA [UNESP]. *Estatuto da FUNDUNESP*. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.fundunesp.unesp.br/estatuto.php>>. Acesso em 10 abr. 2009.

_____. *Portaria UNESP n. 424, de 29 de setembro de 2006*. Estabelece regras para a transferência de tecnologia e registro de propriedade industrial no âmbito da UNESP. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://madona.reitoria.unesp.br/CGIBIN/om_isapi.dll?clientID=825473&softpage=default42>. Acesso em: 10 jan. 2009.

_____. *Diretrizes para o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNESP*. São Paulo, 2007? Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/pdi/>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

_____. *Anuário Estatístico da UNESP 2007*. São Paulo, 2007a. Disponível em: <http://unesp.br/aplo/int_conteudo_sem_img.php?conteudo=100>. Acesso em: 27 fev. 2009.

_____. *Resolução UNESP n. 44, de 20 de julho de 2007*. Dispõe sobre a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica da UNESP. São Paulo, 2007b. Disponível em: <http://madona.reitoria.unesp.br/CGIBIN/om_isapi.dll?clientID=825473&softpage=default42>. Acesso em: 10 jan. 2009.

_____. *Ofício Circular 002/2007-RUNESP*. São Paulo, 2007c. Disponível em: <<https://www.unesp.br/pautas/index.php?sessao=240>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

_____. *Portaria UNESP de 2 de março de 2007*. São Paulo, 2007d. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/pdi/>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional*. São Paulo, 2008a. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/pdi/>>. Acesso em 10 jan. 2009.

_____. *Estatuto da UNESP*. São Paulo, 2008b. Disponível em: <http://www.unesp.br/index_portal.php>. Acesso em: 10 jan. 2009.

PORQUE A JUSTIÇA É IMPORTANTE PARA A NOSSA SAÚDE*¹

por Norman Daniels²

Justiça e desigualdades em saúde

Nós aprendemos ao longo dos últimos 150 anos que as chances individuais de vida e morte estão dadas de acordo com a classe social: quanto melhor o nível econômico e educacional de uma pessoa, mais longa e mais saudável será sua vida³.

¹ Este artigo é um resumo de um artigo mais longo publicado com o mesmo título em *Daedalus*, 1999; 128 (4), 15 – 52. Eu omiti as seções pelas quais meus co-autores foram responsáveis e que fornecem base empírica e as implicações políticas a respeito dos achados sobre os determinantes sociais da saúde, aqui me concentro nas questões filosóficas desenvolvidas no artigo citado.

* O artigo aqui traduzido foi publicado em: Publication Series – 2002 of Regional Program on Bioethics. Under the title: *Interfaces of Bioethics and the Social Science*. It contains the documents elaborated by the members of the International Bioethics Advisory Committee of PAHO, that was established in the first official meeting held on October 2-3, 2001 in Buenos Aires, Argentina.

² Mary B. Saltonstall Professor; Professor de Ética e Saúde Populacional da Escola de Saúde Pública de Havard.

³ Villerme LR. Tableau de l'État Physique et Moral des Ouvriers, vol. 2, Paris: Renourard; 1840. Localizado em: Link BG, Northridge ME, Phelan JC, Ganz ML. Epidemiologia Social e suas causas fundamentais: sobre a realização de diagnósticos de câncer considerando o status sócio-econômico. *Milbank Quartely* 1998; 76(3): 375-402. Na maioria da vezes entendemos doenças e deficiências como alterações no funcionamento normal de um organismo, e também entendemos saúde e funcionamento normal como equivalentes.

Este padrão permanece mesmo quando o acesso à serviços de saúde é garantido – um fato bastante surpreendente para aqueles que consideram que ter condições financeiras que garantam o acesso a serviços médicos é o primeiro determinante do status de saúde. De fato, evidências recentes sugerem que quanto mais profunda a desigualdade econômica existente em uma sociedade, maior é o gradiente de desigualdade em saúde. Como resultado, os grupos de renda mediana em uma sociedade desigual terão piores condições de saúde do que grupos semelhantes, ou ainda, em piores situações de renda, em uma sociedade com maior índice de igualdade. Óbvio, não podemos inferir *causa* de *correlação*, mas existem hipóteses plausíveis, que nos permitem relacionar desigualdade social com saúde e, mesmo que sejam necessárias mais pesquisas para esclarecermos exatamente tais mecanismos, não é desarrazoado falar aqui de determinantes da saúde (1).

Nós precisamos responder uma pergunta básica sobre justiça distributiva: quando uma desigualdade em condições de saúde entre diferentes grupos sócio-econômicos é injusta?⁴

Uma abordagem da justiça poderá nos ajudar a determinar quais desigualdades em saúde são injustas e quais são aceitáveis. Muitos, apesar de não terem problemas decorrentes de alguma desigualdade estão, particularmente, envolvidos em problemas causados por desigualdades em saúde. Estes acreditam que desigualdades sócio-econômicas, que poderiam ser consideradas justas em outros contextos, tornam-se injustas quando contribuem para desigualdades em saúde. É injusta toda desigualdade em saúde causada por uma distribuição desigual de bens sociais? Se existisse um gradiente de saúde considerado irreduzível, independentemente do grupo sócio-econômico, a existência destas desigualdades seria injusta?

⁴ Para evitar uma complexidade adicional, neste artigo nos concentraremos em desigualdades de classe ou sócio-econômicas, considerando que muitos de nossos pontos também generalizam para desigualdades de raça e gênero.

Por outro lado, será que algumas desigualdades em saúde não são resultado de padrões aceitáveis? Talvez, elas sejam apenas um resultado indesejável de desigualdades que, de outras maneiras, funcionam a favor dos mais desfavorecidos. Por exemplo, é comum afirmar que permitir a existência de desigualdades é uma forma de incentivar o trabalho, e portanto, de estimular o crescimento que irá, conseqüentemente, beneficiar os grupos mais pobres. Para quem estes padrões devem ser aceitáveis caso sejam considerados justos? Eles são aceitáveis somente por serem parte de uma estratégia maior, cuja finalidade é tornar o arranjo social mais justo? O que exatamente importa para nossos julgamentos a respeito da justiça no como determinados arranjos sociais causam desigualdades em saúde?

Estas são questões difíceis. Infelizmente, elas têm sido praticamente ignoradas pela bioética, bem como pela ética e pela filosofia política de maneira mais geral. A bioética tem focado em novos medicamentos exóticos e em como eles podem afetar nossas vidas, bem como, tem dedicado considerável atenção para a relação entre o médico e o paciente e em como mudanças no sistema de saúde podem afetá-la. Entretanto, não tem olhado para cima, desde o oferecimento de serviços médicos até o papel dos sistemas de saúde ao propiciarem melhores condições de saúde para a população. E, tem se ocupado menos ainda, de discutir como os arranjos sociais determinam a realização da saúde nas sociedades (2 - 4).

Esta omissão é curiosa, já que considerações sobre equidade em saúde e seus determinantes sociais surgiram como relevantes questões de políticas públicas em muitos países europeus nas últimas duas décadas (3). A Organização Mundial da Saúde (OMS) tem dedicado uma crescente atenção para as desigualdades no "status de saúde" e na discussão de políticas voltadas para mitigá-las. E existem também, iniciativas voltadas para a produção de pesquisas, como as da "Global Health Equity Initiative", da Agência de Desenvolvimento Internacional Sueca e da Fundação Rockefeller.

A falha da bioética em não voltar-se para os determinantes sociais da saúde de uma população não é uma falha filosófica, muito menos uma simples cegueira da disciplina para com as ciências sociais ou para com a literatura sobre saúde pública. Ao contrário, por complexas razões, sociológicas, políticas e ideológicas, que podemos apenas mencionar aqui, pesquisadores na bioética, bem como o público de forma mais geral, concentram-se mais nos serviços médicos do que nas políticas intersetoriais de saúde pública e nos determinantes sociais da saúde. Encorajado por cientistas e pela mídia, o público é fascinado por cada nova descoberta biomédica – o que talvez seja um imperativo do mito de Prometeu – e é levado a acreditar que o nosso sucesso em melhorar a saúde da população deve-se, em grande parte, aos resultados de uma “ciência exótica”, foco que beneficia uma vasta gama dos interesses econômicos. Os incentivos econômicos à aqueles que trabalham na bioética provêm em sua maioria da medicina e de instituições que lidam com o fornecimento de serviços médicos.

A ideia de que a medicina científica é responsável por nossa saúde nos cega para a noção de que as desigualdades sócio-econômicas são a causa dos problemas de saúde da população. A ciência, nos disseram, pode nos salvar de nosso destino biológico, portanto, devemos focar na medicina e, se nos importamos com a justiça, em garantir igual acesso aos seus benefícios. Entretanto, enfrentar profundas desigualdades em uma sociedade divide, ao invés de unir, e ainda ameaça aqueles com maior poder, os que têm mais a perder. Na ausência de movimentos sociais bem organizados, capazes de enfrentar tais desigualdades, reclamar por saúde pública mostrando a necessidade por mudanças mais básicas – ao invés de juntar-se a forças existentes reclamando por mais e melhores serviços médicos – pode parecer utópico.

No que se segue, buscarei preencher esse vazio bioético trazendo algumas destas questões sobre justiça e desigualdades em saúde. Em razão das limitações de espaço, omitirei uma revisão da literatura empírica, contida na versão ampliada deste artigo,

irei brevemente apontar alguns achados empíricos pressupostos na discussão que se seguirá. A seguir, farei alguns breves esforços intuitivos na tentativa de responder, “Quando desigualdades em saúde são iniquidades?”, buscarei apresentar brevemente duas abordagens promissoras, em responder esta questão, que nos oferecem suporte a partir da teoria da ética. O trabalho de Sen sobre a liberdade positiva tem atraído considerável atenção, mas este ignora várias questões sistemáticas sobre justiça. A meu ver, mais promissora, é a abordagem Rawlsiana que desenvolverei, embora, ênfase desde o início, minha leitura de Rawls faz com que sua abordagem se aproxime consideravelmente da de Amartya Sen.

Minha hipótese é a de que, praticamente sem intenção, a teoria de Rawls nos oferece uma abordagem plausível a respeito de como distribuir justamente os determinantes sociais da saúde. Se eu estiver correto, esta inesperada aplicação a um novo problema denota uma frutífera capacidade de generalização da teoria, análoga a extensão do poder de uma teoria não moral, e nos permite pensar mais sistematicamente sobre as disciplinas da saúde pública, da medicina, das ciências sociais e da filosofia política.

Embora fortuito, o resultado desta surpresa não é somente agradável. A justiça como equidade foi formulada para especificar os termos de uma cooperação social que cidadãos livres e iguais podem aceitar como justos. Especificamente, ela assegura que pessoas com liberdades básicas iguais, incluindo a participação política, garantem uma igualdade de oportunidades mais robusta, e impõe limites à desigualdade. Juntos, estes princípios buscam garantir os “bens de cidadãos livres e iguais”, uma forma de igualitarismo que Rawls chamou de “igualdade democrática”(5)⁵. Um componente crucial da igualdade democrática é prover a todos as bases sociais do auto respeito e a convicção de que suas

⁵ Daniels N. Democratic Equality: Rawls’ Complex Egalitarianism. In: Freeman S, (ed.) The Cambridge Companion to Rawls, 2003.

possibilidades de vida são justas. Como nos mostra a literatura empírica, instituições em conformidade com tais princípios, focam em padrões e costumes cruciais, pois, para vários pesquisadores, estes padrões e costumes colaboram com a produção de desigualdades em saúde. Lógico, esta teoria não responde a todas as nossas perguntas sobre justiça e desigualdades em saúde, já que existem alguns pontos cruciais sobre os quais ela não se manifesta, mas, nos fornece um suporte considerável para tratarmos de questões essenciais.

Determinantes sociais da saúde: algumas descobertas básicas

A argumentação que se segue é base de quatro argumentos centrais da literatura a respeito dos determinantes sociais da saúde. Irei aqui apresentá-las brevemente e remeter o leitor para um artigo mais abrangente com citações que fornecem base para este resumo. Primeiro, o gradiente de saúde, que observamos, não é resultado de determinadas regras e leis do desenvolvimento econômico, mas influenciado por escolhas políticas. Estudos em várias nações mostram uma relação entre a renda per capita e mortalidade que desaparece após um pequeno aumento de \$ 6 – 8000, e mesmo entre os países mais pobres, bem como entre os mais ricos, há uma significativa variação nas condições de saúde da população dependendo de outras políticas públicas.

Segundo, os gradientes de renda e saúde não são apenas resultado da privação dos grupos mais pobres. Ao contrário, o gradiente de saúde pode ser observado em todo o espectro sócio-econômico da sociedade, tanto que a distância dentre os gradientes de renda e saúde são afetados pelo grau de desigualdade de uma sociedade. Terceiro, a renda relativa ou o status sócio-econômico é tão importante quanto, e talvez, até mais importante do que o nível absoluto de renda ao determinar o status de saúde, pelo menos, desde que as sociedades tenham passado por certo estágio. Considerando que o apoio inicial para a tese da renda relativa está baseada em estudos em nações da OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, este apoio vem sendo

questionado. A tese sobre a renda relativa apoia-se em estudos dentro dos EUA sobre a variação da desigualdade e a correlação entre as desigualdades tanto com as condições de saúde como com questões referentes a participação política, coesão social e investimento em capital humano. Quarto, há padrões sociais e psicossociais através dos quais a desigualdade produz efeitos sobre a saúde (e pouco apoio para uma “seleção em saúde”, o argumento de que o status de saúde determina a posição econômica) (1, p. 6-7) (6). Tais padrões podem ser amenizados por escolhas políticas específicas que deverão ser baseadas em considerações de justiça.

Como podemos integrar estas quatro teses que destacamos da literatura científica sobre determinantes sociais com nossa abordagem sobre a aceitabilidade moral de desigualdades em saúde? Historicamente, as fronteiras disciplinares têm constituído um obstáculo para o desenvolvimento de uma perspectiva integrada. As ciências sociais e a literatura sobre saúde pública clarearam nosso entendimento sobre as causas das desigualdades em saúde, mas não oferecem uma maneira de avaliarmos a justiça destas desigualdades e das desigualdades sócio-econômicas produzidas pelas primeiras. A filosofia tem produzido teorias voltadas para a avaliação de desigualdades sócio-econômicas, mas têm ignorado as desigualdades em saúde e suas causas. Para produzir uma abordagem integrada, nós provavelmente precisaremos dos recursos de uma teoria da justiça mais geral. Podemos vislumbrar melhor a necessidade de tal teoria se examinarmos primeiro as análises sobre iniquidades em saúde que vêm sendo desenvolvidas pelos estudos de políticas de saúde pública.

Desigualdades e Iniquidades em saúde

Quando uma desigualdade em saúde entre dois grupos é injusta?

Esta versão da questão inicialmente formulada sobre desigualdades em saúde e justiça tem sido o foco dos esforços

Europeus e da OMS, como citado anteriormente. Uma resposta inicial e útil a esta questão é, que tem influenciado nos programas da OMS, baseia-se no reclamo intuitivo de que desigualdades em saúde contam como iniquidades quando estas são evitáveis, desnecessárias e injustas (2,7,8). Se concordamos que é evitável, desnecessário e injusto, e se esta análise for correta, então podemos concordar sobre quais desigualdades são injustas.

A análise de Whitehead e Dahlgren é intencionalmente mais abrangente do que a nossa questão central a respeito das diferenças de status socioeconômico. Diferenças de idade, gênero, raça, etnia existem e incidem de modo diverso sobre o status de saúde, elas são independentes das diferenças socioeconômicas e geram questões distintas no que concerne a equidade ou justiça. Por exemplo: nós deveríamos compreender a menor expectativa de vida dos homens, em comparação com as mulheres, nos países desenvolvidos como iniquidade? Se isto está de algum modo pré determinado por uma diferença biológica que não sabemos como evitar ou reduzir, então, de acordo com esta análise trata-se de uma situação não evitável e, portanto, não é uma iniquidade. Esta controvérsia não é inútil: considerando o resultado, desde que a diferenciada expectativa de vida entre os gêneros em países desenvolvidos seja tomada como uma meta que poderá proporcionar uma diferente estimativa do grau de iniquidade que as mulheres enfrentam nos países desenvolvidos. De qualquer maneira, a análise da iniquidade até aqui é tão boa quanto o nosso entendimento do quê é evitável e desnecessário.

O mesmo argumento se aplica a julgamentos sobre justiça. O status de saúde, pior e mais vulnerável, de determinadas classes sociais ou grupos étnicos que leva ao consumo que de álcool é injusto? Nós poderemos ficar tentados a dizer que não é injusto, já que assumir comportamentos de risco ou evitá-los é uma escolha totalmente voluntária. Mas, se muitas pessoas de um mesmo grupo ou classe possuem um comportamento semelhante, então haverá também fatores em jogo que mostrarão o quão voluntário é este comportamento e qual responsabilidade devemos

realmente atribuir às pessoas que o assumem (9, 10). A análise ainda nos deixa com uma complexidade de julgamentos sobre a responsabilidade, e, como resultado, em uma situação de desacordo quanto a justiça (ou inevitabilidade).

Os pobres em muitos países sofrem com a falta de acesso à água limpa, saneamento básico, moradia adequada, educação básica, vacinação, pré natal e cuidados à maternidade. Como resultado, de todos ou alguns destes fatores, temos diferentes taxas de mortalidade infantil entre os grupos mais pobres e o mais ricos. Sendo que políticas sociais possam suprir os danos causados por condições de saúde na infância, essas desigualdades são evitáveis.

Estas desigualdades também são injustas? Muitos de nós imediatamente pensarão que são, talvez porque acreditamos que políticas que geram e mantêm a pobreza são injustas, e nós iremos também acreditar que políticas sociais que resultem em pobreza por não garantirem o acesso à determinantes da saúde são duplamente injustas. Lógico, libertarianos discordariam. Eles insistiriam que aquilo que é um mero infortúnio não é injusto; de acordo com este ponto de vista nós não temos nenhuma obrigação com a justiça, em oposição a caridade, de garantir aos pobres o que eles não têm. Muitos de nós estaríamos inclinados a rejeitar o argumento libertariano como injusto em si em razão de nosso dramático conflito entre nossas crenças sobre a pobreza e nossa obrigação social de garantir às pessoas bens que atendam a necessidades básicas.

Entretanto, o problema se torna mais complicado quando nos lembramos de um dos achados básicos da literatura sobre os determinantes sociais: nós não podemos eliminar desigualdades em saúde simplesmente eliminando a pobreza. Desigualdades em saúde persistem mesmo em sociedades que provêm aos mais pobres acesso a todos os determinantes da saúde citados anteriormente, e persistem como um gradiente da saúde por toda a hierarquia social, não somente entre os grupos mais pobres como entre aqueles acima destes.

Neste ponto, muitos de nós precisaremos rever nossas crenças acerca da justiça em permitir desigualdades

socioeconômicas. Ao menos que acreditemos que *todas* as desigualdades socioeconômicas (ou pelo menos aquelas que não pudermos escolher) são injustas – e poucos assumem este ponto de vista igualitário radical – então nós precisamos considerar com mais cuidado o problema criado pelo gradiente de saúde e pelo fato de este tornar-se cada vez maior sob um arranjo social desigual. Nossos julgamentos sobre justiça, para os quais, correta ou incorretamente, nós nos sentimos confiantes em apelar para rejeitar a posição libertariana, nos proporciona uma base menor para pensarmos uma questão que é mais abrangente como os determinantes sociais de desigualdade em saúde. Além do mais, nós podemos inclusive acreditar que algum grau de desigualdade socioeconômica não deva ser evitado, e seja inclusive necessário, e portanto, não injusto.

Justiça, liberdade positiva e capacidades

O filósofo e economista Amartya Sen é quem mais tem influenciado internacionalmente no debate sobre a teoria que nos serve de base para a discussão acerca da distribuição de saúde. Em uma série de trabalhos que datam desde os anos 1980, até o seu mais recente *Desenvolvimento como Liberdade* (2000), Sen tem argumentado que nossas preocupações sobre a igualdade precisam focar em um determinado espaço, que ele chama de distribuição de capacidade. As capacidades para fazer ou ser alguém, de que Sen fala, são uma outra maneira de descrever o que outros filósofos chamam de “liberdade positiva”, esta não se trata simplesmente de estar livre da interferência dos outros, mas do poder efetivo de fazer ou ser aquilo que desejamos. Em “*Desenvolvimento como Liberdade*”, Sen fornece um claro suporte para a primeira tese empírica resumida anteriormente, criticando políticas de desenvolvimento que priorizam um crescimento irrefreável em detrimento de uma igual distribuição de capacidades. Ele também argumenta que a liberdade política e investimento em capital humano através da educação e, outras medidas, fortalecem a liberdade positiva.

Por ser inovador e inspirador o trabalho de Sen não nos fornece uma estrutura sistematizada que nos permite responder as questões deixadas sem resposta por uma abordagem intuitiva tal como a que foi descrita na última sessão. Quando, por exemplo, devemos aceitar desigualdades em saúde – e em distribuição de capacidades – que resultam de uma distribuição desigual de fatores sociais controláveis que determinam a saúde da população? Se nossa meta é mais igualdade com liberdade positiva, então devemos lutar por mais igualdade em saúde, mas, e quando vamos alcançar um ponto no qual mais igualdade em saúde vier a um custo – de outros bens fundamentais – que consideramos inaceitável até mesmo do ponto de vista da justiça?

Uma proposta sobre como tornar mais abrangente, ou refinar, o foco do argumento de Sen é considerar que as capacidades são necessárias para o funcionamento de cidadãos livres e iguais (11). Concordo que focando desta maneira, temos uma considerável promessa para a abordagem de Sen, mas prefiro um caminho indireto, estabelecendo um ponto de intercessão com a teoria da justiça como equidade de John Rawls, e provendo argumentos que atendam a ideia de que esta abordagem, que fornece princípios que protegem as capacidades de cidadãos livres e iguais, converge com a abordagem de Sen (embora Sen ainda negue este ponto).

Justiça como Equidade e Desigualdades em saúde

Uma razão pela qual desenvolvemos teorias éticas gerais, incluindo teorias da justiça, é prover uma base sobre a qual resolver importantes disputas contidas nos questionamentos feitos a crenças morais ou instituições tais como as que levantamos aqui. Por exemplo, em Uma Teoria da Justiça, Rawls tentar conduzir nossa relativa concordância liberal acerca dos princípios que garantem certos direitos básicos à igualdade através da concordância em um princípio que limita as desigualdades socioeconômicas, questão sobre a qual os liberais têm uma

considerável discordância (12). Sua estratégia é mostrar que um contrato social que foi desenhado para ser justo com pessoas livres e iguais (“justiça como equidade – procedimental”) deverá não somente justificar a escolha dessas liberdades básicas iguais como também a escolha dos princípios que garantam a igualdade de oportunidades e limitem as desigualdades para aqueles que trabalham para tornar a situação daqueles que possuem o menor quinhão tão justa quanto for possível.

Meu argumento é que a abordagem de Rawls, pensada para desenvolver respostas a questões gerais sobre justiça social, acaba por prover princípios para uma justa distribuição dos determinantes sociais da saúde, o que inesperadamente também adiciona ao seu escopo e empodera a própria teoria. O poder extra da teoria é uma surpresa, já que Rawls deliberadamente evita falar em doença ou saúde em sua abordagem original. Para simplificar a construção de sua teoria, Rawls assume que seus contratantes teriam garantidas a plenitude de suas funções ao longo de suas vidas, ninguém adoeceria ou morreria prematuramente.

Esta idealização por si mesma nos fornece uma pista sobre como estender a teoria de Rawls ao mundo real, mundo da doença e da morte prematura. O objetivo da política pública de saúde e da medicina é manter as pessoas o mais próximo possível do ideal de um funcionamento normal, sob uma limitação razoável de recursos. (Recursos são necessariamente limitados considerando que manter a saúde não pode ser nossa única meta ou bem social). Desde que manter um funcionamento normal contribua, de maneira limitada, porém, significativa para proteger o leque de oportunidades acessível aos indivíduos, é plausível vermos o princípio garantidor da igualdade equitativa de oportunidades como apropriado para governar a distribuição de serviços de saúde, pensados de maneira mais abrangente, incluindo prevenção em saúde tanto quanto serviços médicos (13, 14). Esta maneira de estender a teoria de Rawls também sugere que o status de saúde deve ser incorporado, por seus efeitos sobre a oportunidade, no índice de bens primários, utilizado para avaliar o bem estar

dos contratantes e cidadãos. (Nós retornaremos a este ponto em breve.)

O que torna particularmente interessante examinar os determinantes da desigualdade em saúde a partir da perspectiva teórica de Rawls é que esta é ao mesmo tempo uma teoria de orientação igualitária e ao mesmo tempo justifica determinadas desigualdades que poderiam contribuir para a desigualdade em saúde. Mais, minha primeira extensão da teoria de Rawls liga a proteção da saúde com a proteção da igualdade de oportunidade, novamente estabelecendo o conflito interno em potencial. Para vermos se esta combinação de fatores não leva simplesmente a contradições dentro da teoria, ou a uma melhor compreensão do problema, precisamos examinar este item mais detalhadamente.

Como Rawls justifica as desigualdades sócio econômicas? Os contratantes livres e iguais não deveriam simplesmente insistir em uma distribuição estritamente igual de todos os bens sociais, como o fazem com a igualdade de liberdades básicas e com a igualdade de oportunidade?

A resposta de Rawls é que é irracional para os contratantes insistir na igualdade se esta os colocasse em pior posição. Especificamente, ele argumenta que os contratantes escolheriam seu Princípio da Diferença, que permite a desigualdade desde que esta aconteça em favorecimento, melhorando – o quanto for possível – as perspectivas de vida daqueles que se encontram nas posições mais desfavoráveis da escala de quinhões distributivos (6, 12, 15)⁶. O argumento do Princípio da Diferença aparenta sugerir que a desigualdade relativa é menos importante do que o bem-estar absoluto, sugestão que entra em conflito com outros

⁶ Uma discussão mais cuidadosa sobre o argumento do princípio da diferença em Rawls e a extensa literatura crítica que tem sido produzida estão para além dos limites deste artigo. Entretanto, é importante distinguir o argumento inicial de Rawls sobre o contrato social das muitas reformulações intuitivas e informais. Veja, 6, 12, 15 e Barry B. Theories of Justice. London: Harvester Wheatsheaf; 1989: 213-34.

aspectos da teoria de Rawls. Mas Rawls também insiste que a desigualdade permitida pelo Princípio da Diferença não enfraquecerá o valor da liberdade política e os requerimentos para a igualdade equitativa de oportunidades. A prioridade dada a estes outros princípios sobre o Princípio da Diferença também limita a inferência de que Rawls não tem preocupações sobre a desigualdade relativa. Especificamente, como veremos, estes princípios funcionam juntos para limitar a desigualdade e preservar a base social do auto respeito para todos.

Dois pontos ajudarão a evitar uma má interpretação do Princípio da Diferença e sua justificativa. Primeiro, este não é simplesmente um efeito cascata, mas sim requer máximo esforço para ajudar aqueles que estão nas posições mais desfavoráveis. O grupo dos mais desfavorecidos, seguidos dos próximos desfavorecidos e assim por diante (o que Rawls chamou de “chain connectedness”) (5, p81 ff) precisam ter suas vidas melhoradas o quanto for possível, e não somente que pequenas melhorias ocorram como sugere o efeito cascata. Ademais, este é muito mais igualitário que os princípios alternativos que procuram apenas assegurar aos mais desfavoráveis um mínimo “decente” ou “adequado”. Parte da razão para um princípio mais exigente, é que este poderá resultar em um senso de responsabilização mais fraco, bem como poderá diminuir a sensação de estar sendo injustamente posto de lado, ao menos para aqueles que estão nos grupos mais desfavorecidos, do que princípios que permitem uma desigualdade maior. Mais, pelo o quê temos aprendido a respeito dos determinantes sociais da saúde, a maior demanda do Princípio da Diferença poderá também produzir menos desigualdades em saúde do que qualquer outro princípio alternativo que permita desigualdades. Destruindo o gradiente de saúde os grupos de renda média também serão beneficiados e não somente os mais desfavorecidos. Desta maneira, seus benefícios são importantes também para além do nível no qual propiciamos condições aos mais desfavorecidos de serem auto-suficientes. Este ponto nos fornece uma resposta para aqueles que sugeriram que o Princípio da Diferença não tem apelo uma vez que demonstra que o princípio provém melhorias aos mais desfavorecidos (16, p. XXX).

Segundo, quando os contratantes avaliam o quanto os princípios que escolheram poderão melhorar suas condições, eles estão julgando seu bem estar a partir do índice de bens primários. (5, p. 62) (14, ch. 5) Os bens primários são pensados por Rawls como aquilo de que os cidadãos necessitam, incluindo liberdades, poderes, oportunidades, renda e riqueza, e as bases sociais do auto respeito. (Estas medidas objetivas de bem estar devem ser contrastadas com medidas de felicidade ou desejo de satisfação que são familiares as abordagens utilitaristas e do bem estar econômico). Em sua exposição do Princípio da Diferença, Rawls ilustra como este se aplica solicitando que consideremos apenas o simples caso da desigualdade de renda. Fazendo isso, ele assume que o nível de renda será correspondente com o nível dos demais bens sociais do índice.

Esta simplificação não pode nos enganar, pois, em casos cruciais, a correlação pode não ser obtida. Por exemplo, vamos supor que ter um controle democrático sobre o local de trabalho é crucial para a auto realização e para a auto estima⁷. Suponha que locais de trabalho hierarquizados são mais eficientes do que aqueles que são democráticos, e portanto, locais de trabalho hierarquizados terão mais recursos para redistribuir, o que significa uma renda maior para os trabalhadores mais desfavorecidos do que em locais democráticos. Aqui, o Princípio da Diferença não nos diz claramente se locais de trabalho hierarquizados têm desigualdades que devemos permitir já que os mais desfavorecidos estão em melhores condições em determinados fatores mas em piores condições em outros. Sem saber o peso dos itens do índice, não podemos usá-lo para dizer claramente quais desigualdades são permitidas. Quando estamos avaliando quais desigualdades de renda são permissíveis, perguntando qual delas melhorará ao máximo, possível, as condições do grupo mais desfavorecido, precisamos, que qualquer

⁷ Cohen, J. The Pareto Argument.

modo, analisar como os mais favorecidos estão tomando como referência *todo* o índice de bens primários e não, simplesmente, o resultado com relação à renda.

Este ponto é de particular importância para esta discussão. A extensão de Daniels da teoria de Rawls trata o status de saúde como um determinante do leque de oportunidades disponível para cada um. Desde que oportunidade esteja incluída no índice, os efeitos das desigualdades em saúde também estão, portanto, inclusos no índice.

Infelizmente, Rawls diz muito pouco sobre como os itens do índice devem ser considerados. Este é um dos pontos cruciais sobre os quais a teoria diz menos do que gostaríamos. Entretanto, nós temos alguma indicação sobre como esses bens primários devem ser disponibilizados uns perante os outros na sua construção. Este silêncio pertence não somente ao uso do índice na posição original no estabelecimento do contrato, mas também para seu uso por um legislativo tentando aplicar os princípios da justiça em um contexto no qual várias características específicas de uma sociedade são conhecidas. Retornaremos a este ponto em breve.

Nós agora podemos dizer mais diretamente porque a justiça, como descrita pelos princípios de Rawls, é importante para nossa saúde.

Para entender esta afirmação, vamos começar por um caso ideal, uma sociedade governada pelos princípios de Rawls que pretende alcançar uma “democracia igualitária”. Considere o que é necessário para a distribuição dos determinantes sociais da saúde. Em uma sociedade como esta, todos têm garantidas as mesmas liberdades básicas, incluindo a liberdade de participação política. Somam-se garantias institucionais que visam assegurar a todos, ricos e pobres, o preço ou o valor dos direitos de participação política. Sem essas garantias as capacidades básicas dos cidadãos não podem se desenvolver. O reconhecimento de que todos os cidadãos têm suas capacidades protegidas é de suma importância para proteger a auto estima, de acordo com Rawls.

Ao requerer apoio institucional aos direitos de participação política, Rawls rejeita o argumento de que a liberdade de discurso dos ricos é injustamente restringida ao limitar seus investimentos em suas próprias campanhas, uma limitação que a Suprema Corte julgou inconstitucional no caso de Buckley e Valeo (14). Além do mais, esta limitação não aprofunda a responsabilidade dos ricos em comparação com a dos outros. Desde que haja evidências de que a participação política em si é um determinante da saúde (veja acima), o ideal Rawlsiano assegura uma proteção institucional que se opõe aos efeitos das desigualdades econômicas na participação e portanto na saúde.

O ideal Rawlsiano de democracia igualitária também envolve a conformidade com o princípio que garante a igualdade equitativa de oportunidades. O princípio proíbe não somente as barreiras discriminatórias como também requer que medidas robustas sejam tomadas para mitigar os efeitos das desigualdades sócio-econômicas e de outras contingências sociais sobre a oportunidade. Soma-se a isso uma educação pública justa e universal, tais medidas poderiam ser incrementadas com a provisão de creches e intervenções na infância voltadas ao desenvolvimento de capacidades independentemente de suas condições familiares. Tais medidas se ajustam, ou vão além dos melhores modelos que temos visto na Europa voltados para a intervenção e educação na infância. Notamos também que a estratégica importância da educação na proteção da igualdade de oportunidades tem implicações em todos os níveis de formação, incluindo o acesso à universidade e à educação profissional.

O princípio da igualdade equitativa de oportunidades também requer uma saúde pública universal, ou que ao menos garanta à maioria o acesso aos serviços médicos e sociais voltados à proteção do funcionamento normal da espécie (13)(17, p. 41-44). Isto também fornece um parâmetro para se chegar a um acordo razoável quanto aos custos sociais de doenças incuráveis, como é exigido pelo *Americans with Disabilities Act*. (18) Porque o princípio objetiva promover um funcionamento normal

a todos como uma maneira de proteger a oportunidade de todos, ele objetiva de imediato melhorar a saúde da população e reduzir as desigualdades em saúde. Obviamente, este foco abrange da provisão de acesso universal à saúde à serviços de saúde completos, que incluam desde saúde pública, serviços primários de saúde, serviços médicos e sociais.

Para agir de forma justa em política de saúde, precisamos identificar através de quais fatores, e como, as desigualdades socioeconômicas (e outras) produzem diferentes realidades em saúde. Suponha que aprendamos, por exemplo, que determinados fatores estruturais e organizacionais do local de trabalho induzem ao stress e que a perda de controle tende a produzir desigualdades em saúde. Nós deveríamos então compreender a modificação destes fatores no local de trabalho, uma forma de mitigar os efeitos negativos na saúde, como uma exigência de saúde pública feita pela abordagem da igualdade de oportunidades; isto está, inclusive, de acordo com a exigência de redução de exposição à toxinas no ambiente de trabalho (13).

Finalmente, no ideal Rawlsiano de sociedade, o Princípio da Diferença impõe restrições significativas às desigualdades de renda e riqueza que são permitidas⁸. As desigualdades permitidas por este princípio (em conjunto com os princípios que garantem igualdade de oportunidade e o valor da participação política) são, provavelmente, mais restritas do que o observado em muitas de nossas sociedades industrializadas. E se for isso, as desigualdades que estiverem em conformidade com as exigências do Princípio da Diferença produzirão um gradiente de desigualdade em saúde menos profundo do que o observado em sistemas de bem estar mais extensos, como os do Norte Europeu.

Em suma, os princípios da justiça de Rawls regulam a distribuição dos principais determinantes sociais da saúde,

⁸ G. A. Cohen tem argumentado que uma interpretação estrita do Princípio da Diferença poderia permitir poucos incentivos a desigualdade, para uma abordagem mais permissiva, ver 6.

incluindo as bases sociais do auto respeito. Não há nada na teoria, ou em sua extensão feita por Daniels, que nos faria focar de maneira mais estreita em serviços médicos. Propriamente entendida, a justiça como equidade nos diz o quê a justiça requer da distribuição de todos os fatores controláveis determinantes da saúde.

Ainda estamos enfrentando um item teórico interessante. Mesmo que a distribuição Rawlsiana dos determinantes da saúde diminua o gradiente de saúde, mais do que o observado em muitos dos países desenvolvidos e igualitários, devemos ainda esperar por alguma desigualdade em saúde. Em parte, isto pode acontecer por não termos conhecimento suficiente de todos os fatores sociais casuais relevantes, ou, das intervenções que modicam os padrões. A questão teórica é se a teoria requer que reduzamos ainda mais essas desigualdades, embora permitidas e justificáveis, por causa das desigualdades em saúde que estas criam.

Não devemos reduzir estas desigualdades sócio-econômicas se fazê-lo provoca uma redução de produtividade até um ponto no qual não poderemos mais suportar as medidas que já são empregadas para a promoção da saúde e redução das desigualdades em saúde. Nosso compromisso em reduzir as desigualdades em saúde não pode requerer que tomemos medidas que piorem o status de saúde daqueles com status de saúde abaixo do ideal. Então a questão teórica se resume em: seria razoável e racional aos contratantes aceitar termos para os quais determinadas desigualdades em saúde são permitidas visando produzir outros benefícios, não voltados para a saúde, para aqueles com as piores perspectivas de saúde?

Nós sabemos que na vida real as pessoas rotineiramente trocam bens/fatores que garantem a saúde por outros benefícios. Isso acontece quando percorrem longas distâncias para garantirem um trabalho melhor, ou tiram férias em uma estação de esqui. Algumas dessas trocas fazem surgir questões de justiça. Por exemplo, quando é apropriado pagar um benefício social aos trabalhadores somente porque suas oportunidades foram

injustamente restringidas e quando isto é importante para que eles exerçam sua autonomia? (13) A restrição de muitas dessas trocas é normalmente vista por nós como injustificada; outras nós vimos como injustas.

Os contratantes de Rawls, entretanto, não podem realizar estas trocas com base em seus próprios valores. Eles não podem decidir se unir-se a um grupo de esquiadores aumentará os riscos para seus joelhos ou pescoços. Para tornar o contrato justo a todos os participantes e alcançar imparcialidade, Rawls impôs um fino “véu da ignorância” que os deixa cegos com relação ao conhecimento de si mesmos, incluindo suas opiniões acerca de uma boa vida. Ao contrário, eles devem julgar seu bem-estar tomando como referência o índice de bens primários (discutido acima) que já incluí uma medida acordada dos direitos, oportunidades, poderes, renda e bens, a das bases sociais do auto respeito. Quando Kenneth Arrow (19) revisou a teoria de Rawls pela primeira vez, argumentou que este índice era inadequado porque não nos diz como comparar o rico doente com o pobre saudável; Sen (20, 21) argumentou que o índice é insensível para com o modo como doenças, deficiências, ou outras variações pessoais podem gerar desigualdades de capacidade entre pessoas que têm os mesmos bens primários. Com a extensão da teoria de Rawls incluindo a saúde através da abordagem da igualdade de oportunidades, algumas das críticas de Arrow e Sen, são eliminadas (22). Mas, nossa questão teórica sobre desigualdades residuais de saúde nos lembra que a teoria diz pouco sobre a construção do índice para fornecer os elementos necessários para que elaboremos nossa resposta.

Um dos argumentos centrais de Rawls para destacar um princípio protegendo as liberdades básicas e lhe atribuir prioridade (léxica) sobre os demais princípios da justiça é que para ele, para que as pessoas atinjam um nível aceitável de bem estar é preciso que elas não abram mão da importância fundamental da liberdade e a troquem por outros bens(5). A realização de tal troca poderia lhes negar o direito a sustentar seus mais valiosos ideais, incluindo suas crenças religiosas, ou seja lá o que desejassem ser.

Podemos propor o mesmo argumento para trocas de saúde por outros bens?

Há alguma plausibilidade no argumento de que pessoas racionais não realizariam, de forma similar, trocas entre a saúde e outros bens. Perdas em saúde podem nos impedir de possuir o que mais valorizamos para nossas vidas. Por isso, não raro presenciamos pessoas que tiveram perdas em saúde desejarem trocar quase tudo, ou qualquer bem por saúde.

Se levarmos este argumento a sério, podemos concluir que deveria ter sido atribuído à oportunidade, incluindo os efeitos no status de saúde, um peso maior na construção do índice do que à renda.⁹ Tal peso pode significar que um crescimento absoluto na renda poderá justificar, de acordo com o princípio da diferença, um aumento da desigualdade relativa de renda, mas esta justificativa é falha porque os efeitos sobre a oportunidade são negativos. Embora a renda daqueles que se encontram em piores condições no último quinhão seja incrementada, eles não estão dentre os que possuem melhor condições sociais de acordo com o índice de bens primários, e então uma desigualdade mais profunda não é permitida. Rawls simplifica o enfoque que recai sobre a renda correlacionando-a com outros bens que falham nesse caso (como ele o fez com o exemplo hipotético sobre a democracia no ambiente de trabalho citado anteriormente).

De qualquer maneira, há também uma forte razão para pensarmos a prioridade dada à saúde e também à oportunidade, que não é assim tão óbvia quanto o argumento anterior sugere, especialmente quando a troca se coloca entre o risco a saúde e outros bens aos quais as pessoas atribuem um alto valor. A recusa em permitir qualquer troca (ex ante) entre bens que previnem os riscos saúde por outros bens, mesmo quando as condições de

⁹ Rawls sugere que, desde que a igualdade equitativa de oportunidades tem prioridade sobre o princípio da diferença, considerando o índice, podemos assumir que a oportunidade tem um maior peso. Ver (5, p. 93).

escolha são justas, pode parecer injustificavelmente paternalista, talvez, de uma maneira que a recusa de se permitir trocas entre as liberdades básicas não seja.

Proponho uma saída pragmática para esta questão, uma que tem um precedente em Rawls. A Igualdade Equitativa de Oportunidades, admite Rawls, é apenas aproximada, mesmo em um sistema ideal, justo, porque só podemos mitigar, e não eliminar, os efeitos da família e de outras contingências sociais (23). Por exemplo, somente se estivermos propensos a violar a respeitada liberdade parental é que poderemos intervir na vida familiar e resgatar as crianças dos valores parentais que interferem na igualdade de oportunidades. Similarmente, considere que damos à igualdade de oportunidades prioridade sobre o princípio da diferença, não poderemos alcançar completa igualdade em saúde se não conquistarmos, completamente, a igualdade de oportunidades. Até mesmo uma teoria ideal não produz justiça. A justiça nunca possui contornos bem definidos. Especificamente, se temos boas razões para achar que de acordo com os princípios da justiça a igualdade democrática enfraquece as desigualdades, então poderemos estar inclinados a pensar que já fizemos o suficiente para tornar as desigualdades em saúde justas para todos. As desigualdades residuais que surgem em conformidade com os princípios não são um compromisso idealmente requerido pela justiça, elas são aceitas como justas.

Até agora, nos perguntamos se questões teóricas podem ser respondidas, resolvidas, da perspectiva dos contratantes individuais. Ao contrário, suponha que a decisão acerca das trocas deva ser tomada por uma sociedade em seu estágio legislativo tal como colocado pelos princípios de Rawls. Como esses princípios requerem a efetividade da participação política de todos os grupos socioeconômicos, podemos supor que os grupos que são mais diretamente afetados pelas decisões acerca das trocas/negociações entre os bens tenham voz no processo de decisão. Desde que haja um gradiente residual de saúde, os grupos afetados pela negociação não são apenas aqueles que se encontram em pior

situação, mas aqueles que estão em uma situação mediana também. Um processo democrático que envolva deliberação acerca destas trocas e suas consequências será provavelmente o melhor que podemos fazer para solucionar as questões teóricas para as quais não temos resposta. (24)

Em contraste, quando o justo valor da participação política não é adequadamente garantido, e duvidamos que o seja na maioria de nossas sociedades democráticas – temos muito menos confiança quanto a justiça das trocas entre saúde e outros bens. É muito mais provável, sob as atuais condições, que aqueles que mais se beneficiam das desigualdades, que são os que estão em melhor condições, e que possuem maior poder político, influenciarão as decisões acerca das trocas de bens de acordo com seus próprios interesses. Ainda assim, o uso de um processo de decisão democrático em condições não-ideais pode ser a solução mais justa que podemos alcançar, mas seus resultados ainda estarão bem distantes daqueles que poderiam ser obtidos em um processo democrático justo em condições ideais.

Tenho focado na teoria rawlsiana porque esta fornece, mesmo que fortuitamente, uma abordagem madura sobre como distribuir os determinantes sociais da saúde. Outras teorias similares, incluindo algumas propostas recentes a respeito da “igual oportunidade para o bem estar ou vantagem” (10, 25, 26) não oferecem uma abordagem a partir da qual é possível pensar a distribuição dos determinantes sociais da saúde. Por um lado, a abordagem de Sen (21) sobre a importância de uma igual distribuição de capacidades – bem como a de Nussbaum, (27) que em parte advém da discussão de Sen – na realidade é muito mais próxima do conceito de igualdade de oportunidade e normalidade de funcionamento de Rawls e Daniels do que aparenta ser a primeira vista (22, 28). Anderson tem, de forma imaginativa, focado a discussão sobre capacidades ao pensar os bens que os cidadãos necessitam se desejam a igualdade democrática. O resultado é uma convergência com o entendimento de Rawls sobre a igualdade democrática, considerando que o que permite

a Rawls falar sobre a justa distribuição dos determinantes sociais da saúde advém diretamente de seus princípios, enquanto Anderson necessita intuitivamente recorrer a uma abordagem sobre as capacidades das quais os cidadãos necessitam.

Uma agenda para pesquisa em bioética

O tema deste encontro é a relação entre as ciências sociais e a bioética. Tenho argumentado que trabalhos em ética sobre a saúde da população devem integrar as considerações das ciências sociais sobre os determinantes da saúde. Se a saúde da população e sua distribuição é resultado de diferentes bens intersetoriais e sua distribuição, então, por exemplo, necessitamos modificar o rudimentar apelo ao “direito à serviços de saúde” entendendo que este apelo deva incluir o direito a uma apropriada distribuição de fatores sociais controláveis que afetam a saúde da população e sua distribuição. A bioética precisa apoiar-se na filosofia política e nas ciências sociais se se dispuser a esclarecer as crenças mais básicas que as pessoas possuem sobre a importância da saúde e seus direitos no que se refere a saúde.

Correndo o risco de ser muito sucinto e até mesmo opaco, proponho algumas questões que acredito que a bioética deva assumir. Propô-las irá exigir que estes expandam seu entendimento sobre os métodos das ciências sociais bem como os resultados e as ferramentas a respeito das trocas de bens na filosofia política.

1 – Como podemos resolver as demandas conflitantes por recursos entre o setor médico e os demais setores que impactam a saúde e sua distribuição? Minha opinião é a de que a saúde da população e os serviços médicos não são um problema do tipo ou uma coisa ou outra. Embora muitos cientistas sociais nos ensinem sobre a importância de políticas públicas de saúde intersetoriais e sobre os determinantes sociais da saúde, muitos ficarão doentes e necessitarão de serviços médicos. Recursos gastos em diversas formas de serviços médicos e sua justa distribuição

podem fazer menos pela população do que a alocação de outros bens que possamos vir a possuir, mesmo assim há uma forte razão moral para priorizarmos a garantia de que aqueles que estão doentes tenham acesso a esses serviços. Parte da importância dos serviços médicos pode ser explicada por nossa preocupação relativa ao agente que nos conecta com quem está doente. Neste ponto, a questão da alocação de recursos está conectada a importantes questões da teoria sobre a ética, por isso debates políticos acerca da identificação versus estatísticas de vítimas não podem ser conduzidos sem ir a fundo em questões apontadas primeiro pelas ciências sociais, incluindo as bases de nossos laços psicológicos, e segundo em recentes trabalhos da teoria ética. Quais ferramentas podem os bioéticos desenvolver para responder a problemas como a alocação de recursos, e até que ponto tais soluções variarão de país para país dependendo de sua riqueza e nível de desenvolvimento?

2 – Quais são os processos causais através dos quais os determinantes sociais da saúde agem e como compreendê-los com base em questões éticas levantadas por debates políticos na medicina e entre medicina e saúde pública? Algumas evidências empíricas nos Estados Unidos sugerem que há uma relação entre a desigualdade em participação política e a distribuição de saúde. Isto significa que os bioéticos precisam acompanhar os debates em torno das campanhas para financiamento e liberdade de expressão bem como os achados das ciências sociais sobre os obstáculos à participação popular? Bioéticos preocupados com as disparidades em saúde podem estar errados em focar sua atenção em questões de saúde, especialmente se o fizerem porque isto é o que melhor conhecem.

3 – Como os bioéticos poderão incluir considerações melhor fundamentadas sobre as disparidades em saúde em suas reflexões acerca de um leque mais abrangente de questões, incluindo aquelas sobre o setor médico e sobre a pesquisa em medicina?

4 – Como os bioéticos nos países mais desenvolvidos poderão basear-se na literatura das ciências sociais sobre a saúde da

população e sua distribuição em países desenvolvidos e no crescente trabalho em justiça global que pode orientar a discussão da bioética em torno da justiça internacional para saúde? As áreas específicas que já atraíram considerável atenção envolvem pesquisa internacional e política farmacêutica, mas o leque de opções é muito mais amplo e deve ser expandido para incluir: o impacto da globalização sobre as trocas e outras políticas que impactam a saúde da população e sua distribuição; a erosão em muitos países do sistema público de saúde em decorrência de privatizações ou outras reformas estruturais, e a relação entre política de desenvolvimento e os resultados em saúde.

Espero que nossa discussão possa colaborar para incluir na agenda de pesquisa elementos que mais cuidadosamente articulados sejam úteis para a OPAS (Organização Pan Americana de Saúde) e para a OMS (Organização Mundial da Saúde) de um modo geral.

Referências

1. Marmot M. *Social Causes of Social Inequalities in Health*. Harvard Center for Population and Development Studies, Working Paper Series 1999;01.
2. Dahlgren G, Whitehead M. *Policies and Strategies to Promote Social Equity in Health*. Stockholm: Institute of Future Studies; 1991.
3. Benzeval M, Judge K, Whitehead M, (eds.). *Tackling Inequalities in Health: An Agenda for Action*. London: King's Fund; 1995.
4. Marchand S, Wikler D, Landesman B. *Class, Health, and Justice*. *Milbank Quarterly* 1996; 76:449-468
5. Rawls J. *Theory of Justice*. Cambridge(MA): Belknap Press of Harvard University Press;1971. (sect 12-13)
6. Marmot M. *Social Differentials in Health Within and Between Populations*. *Daedalus* 1994; 123(4):197-216.
7. Whitehead M. The Concepts and Principles of Equity and Health. *International Journal of Health Services* 1992; 22:429-445.

8. Braveman P. *Monitoring Equity in Health: A Policy-oriented Approach in Low-and Middle-income Countries*. Geneva: World Health Organization; 1999.
9. Wikler D. *Persuasion and Coercion for Health: Issues in Government Efforts to Change Life Style*. *Milbank Quarterly* 1978; 56:303-338.
10. Roemer JE. *Equality of Opportunity*. Cambridge (MA):Harvard University Press; 1998.
11. Anderson E. What is the Point of Equality? *Ethics* 1999; 109(2):287-337.
12. Cohen J. Democratic Equality. *Ethics* 1989; 99:727-754.
13. Daniels N. *Just Health Care*. New York: Cambridge University Press; 1985.
14. Rawls J. *Political Liberalism*. New York: Columbia University Press; 1993.
15. Cohen GA. The Pareto Argument for Inequality. *Social Philosophy and Policy* 1995;12: 160-185.
16. Gutmann A, Thompson D. *Democratic Disagreement*. Cambridge: Harvard University Press; 1995.
17. Daniels N, Light DW, Caplan RL. *Benchmarks of Fairness for Health Care Reform*. New York: Oxford University Press; 1996.
18. Daniels N. Mental Disabilities, Equal Opportunity, and the ADA. In: Bonnie R, Monahan J, (eds.). *Mental Disorder, Work Disability and the Law*. Chicago: University of Chicago Press; 1996. p. 282-297.
19. Arrow K. Uncertainty and the Welfare Economics of Medical Care. *American Economic Review* 1963; 53:941-973.
20. Sen AK. Equality of What? In: McMurrin SM, (ed.). *Tanner Lectures on Human Values*, vol.1. Cambridge: Cambridge University Press; 1980.

21. Sen AK. *Inequality Reexamined*. Cambridge(MA): Harvard University Press; 1992.
22. Daniels N. Equality of What: Welfare, Resources, or Capabilities? *Philosophy and Phenomenological Research* 1990; 50:273-296.
23. Fishkin J. *Justice, Equal Opportunity, and the Family*. New Haven(CT): Yale University Press; 1983.
24. Daniels N, Sabin JE. Limits to Health Care: Fair Procedures, Democratic Deliberation, and the Legitimacy Problem for Insurers. *Philosophy and Public Affairs* 1997; 26:303-350.
25. Arneson RJ. Equality and Equal Opportunity for Welfare. *Philosophical Studies* 1988; 54:79-95.
26. Cohen GA. On The Currency of Egalitarian Justice. *Ethics* 1989; 99:906-944.
27. Nussbaum MC. *Women and Human Development*. Cambridge: Cambridge University Press; 2000.
28. Buchanan A, Daniels N, Wikler D, Brock DW. *From Chance to Choice: Genetics and Justice*. New York: Cambridge University Press; 2000.

Traduzido por Camila Gonçalves De Mario**
Revisado por Cesar Eduardo Duarte Elizi***

** Doutoranda em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.

*** Doutorando em Linguística Aplicada, Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP. Professor da FATEC Mogi-Mirim.

**TEIXEIRA, TATIANA. OS THINK
TANKS E SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA
EXTERNA DOS EUA, ED. REVAN, RJ. 2007**

**OS THINK TANKS NOS EUA E A INFLUÊNCIA
DOS NEOCONSERVADORES DURANTE O GOVERNO
GEORGE W. BUSH (2002 – 2008)**

*Ariel Finguerut**

O livro da jornalista Tatiana Teixeira, publicação de sua dissertação de mestrado em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense, consegue caminhar entre labirintos sinuosos das ciências sociais brasileiras e da dinâmica do poder na sociedade estadunidense sem ser laudatório e distante da tradição esquerdista.

Dividido em três capítulos densos e cheios de notas de rodapé – o que por sinal é um dos pontos fortes do livro, pois através delas é possível termos clareza de inúmeros conceitos e explicações que são didáticas e fundamentais para o leitor leigo – a autora propõe apresentar os *think tanks* (TT) como uma organização peculiar aos EUA, e mostra como eles se relacionaram com o poder e, mais especificamente, como aqueles dentro do recorte neoconservador foram influentes durante o mandato de George

* Doutorando do programa de pós – graduação em Ciência Política da Unicamp, bolsista FAPESP (julho 2010 – junho 2013). Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos sobre os EUA (INEU) e do Laboratório de Estudos da Ásia (LEA) da USP.

W. Bush (2002 – 2008). Definir o que é um TT, como ele funciona e o que ele almeja soa como caminhar sobre um campo minado de fácil propensão a leituras conspiratórias que associam os TT a idéia de um governo paralelo, secreto, que manipula governos e direciona Estados nacionais para os rumos almejados pelos senhores do capitalismo internacional. Longe disso, o trabalho de Tatiana mostra que os TT existem há pelo menos um século nos EUA, que assumem um perfil conforme cada momento histórico e faz, com base em uma literatura ampla, uma tipologia da atuação dos TT. Chama atenção o fato de que com a proliferação dos TT – seriam mais de 3500 no mundo todo (dos quais 60% nos EUA) – eles acabam concorrendo entre si e, ao mesmo tempo se apóiam mutuamente conforme seu recorte ideológico. Isso ocorre devido ao próprio modo de funcionamento dos TT que, para conseguirem chegar ao processo decisório precisam criar uma rede de interlocução e um bom *networking*, isto é, construir uma base comum entre pessoas e instituições através da qual podem conseguir mais influência, mais legitimidade, e mais qualidade em suas propostas e estratégias. O que parece uma contradição, unir a competição com a estratégia de associação em rede, está na base do funcionamento e do êxito dos TT. Nos termos da autora, os TT são: (...) agrupamentos privados que se dedicam a pensar e produzir idéias de fora da administração pública, congregando pensadores das mais diversas origens, em especial intelectuais do mundo acadêmico (2007, p.19).

Esta não é a única definição de TT que encontramos no livro, mas ela enfatiza outras duas características importantes deste objeto de estudo: a importância das idéias e dos intelectuais na sua estrutura e organização. Lidar e tentar provar que as idéias criam e alteram políticas públicas ou estratégias de âmbito nacional pode soar com um trabalho pouco palpável. Há sempre fortes indícios, algumas boas evidências, mas é difícil achar a “prova inquestionável”. Os TT querem ser influentes e buscam demonstrar credibilidade com a influência que já exerceram, mas entre as idéias em si e o centro do processo decisório há um longo caminho, com mudanças, inferências, interpretações, pressões.

Muitas vezes, a idéia perde seu significado pelo caminho, sobrando apenas o discurso. Outro ponto chave é pensarmos no papel dos intelectuais nesta história, já que nos TT o papel social dos intelectuais é ampliado e redimensionado.

Os primeiros TT surgiram nos moldes das Universidades americanas dos anos de 1930 e 40. Eles reuniam acadêmicos que buscavam produzir um determinado conhecimento que poderia influenciar a opinião pública e os formuladores de políticas, visando através de análises independentes auxiliarem a sociedade civil na pressão por mudanças. Através de seminários, artigos e debates, TTs como, por exemplo, o *Brookings Institute* (fundado em 1927) discutiam políticas e soluções para diversos problemas da nação, dos mais amplos aos mais específicos. Os intelectuais neste processo, contudo, ganham novos papéis. Com os TTs do tipo *advocacy thanks*, que surgem nos anos de 1960/70, onde o conhecimento acadêmico é valorizado mas a lógica organizacional sofre grande influência do mundo corporativo, o perfil ideológico muda num contexto de expansão de TT conservadores (anos de 1970) e num campo até então dominado pelos TT de perfil liberal. Ganham destaque TTs como o *Heritage Foundation* e o *Hoover Institute*. Estes TTs, além de produzirem idéias e refletir sobre problemas, buscavam uma nova dimensão para seus trabalhos e um novo *status* para sua produção. Passam a dar grande atenção para a mídia, criando novas revistas, investindo em novos meios de comunicação (tais como a internet) e, sobretudo, buscando uma forma mais agressiva para chegar ao processo decisório. Contavam para isso com um perfil de pesquisadores não mais somente de intelectuais *stricto sensu*, mas também de pesquisadores com a função de, entre outras coisas: ter uma escrita clara e objetiva, boa comunicação, experiência com o funcionamento e a estrutura burocrática do governo, além de estarem afinados com um determinado conjunto de idéias e dispostos a defendê-las.

Esta nova estrutura de funcionamento dos TTs e a nova atribuição dos intelectuais quanto às idéias e sua inserção na opinião pública é a chave da autora para discutir a influência dos neoconservadores durante o governo de George W. Bush. Neste

caso Tatiana relaciona os *neocons* às transformações políticas e culturais dos anos de 1960 e aos TTs conservadores que, em conjunto, passam de marginais nos anos 70 para o centro do poder no começo do século XXI. Com um plano de idéias definido e com uma estratégia de persuadir de forma difusa o processo decisório, os neoconservadores contam com muitos nomes em vários TTs dos quais Teixeira destaca o *Heritage Foudation* (de Paul Wolfowitz, entre outros), o *American Enterprise Institute* (de John Bolton) e o *Project for the New American Century* (de, Dick Cheney e outros republicanos).

Os *neocons* espalhados pelos TTs aproveitaram a excepcionalidade do 11/09/01 para avançar com suas crenças. Suas idéias moldaram o que ficou conhecido como a *Doutrina Bush*, e influenciaram o surgimento de novas instituições, tais como o *Homeland Security*. Para a autora, estas seriam as evidências mais claras da influência neoconservadora e sua pesquisa mostra uma trajetória possível para uma idéia, isto é, a necessidade, por exemplo, de uma nova secretaria voltada especificamente para a segurança doméstica e o combate ao terrorismo dentro do governo dos Estados Unidos. Outro exemplo é uma mudança na legislação, que passa a ser mais dura contra o terrorismo, uma idéia que pode ter nascido num determinado artigo, num seminário ou num depoimento dentro de algum TT e, pouco a pouco, ganhou força, convenceu pessoas, conquistou legitimidade, e se concretizou na criação de uma nova instituição e de uma nova legislação. Pode parecer um caminho abstrato mas, o trabalho de Teixeira deixa claro que a força dos EUA, e sobretudo o atual momento hegemônico das idéias conservadoras para o poder americano, foi construída por intelectuais e pesquisadores numa incansável batalha de idéias e por idéias.

**MOUFFE, CHANTAL. *EN TORNO A LO POLÍTICO*.
BUENOS AIRES: FONDO DE CULTURA ECONÓMICA. 2009**

**A TEORIA PÓS-MODERNA: *EN TORNO A LO
POLÍTICO* E NOVAS CONCEPÇÕES DE DEMOCRACIA**

*Bruno Vicente Lippe Pasquarelli**

Com o fim da União Soviética e o desmantelamento da esquerda, o neoliberalismo parecia reinar de modo incontestável como a ideologia dominante. Porém, nas últimas décadas, houve iniciativas dos chamados *pós-modernos* para repensar esse domínio neoliberal. E é a partir desse pressuposto que Chantal Mouffe (2009), em *En torno a lo político*, considera que a visão da democracia liberal se nega a reconhecer a dimensão antagônica constitutiva do político, criticando os defensores da forma consensual de democracia – em especial, Jürgen Habermas – e examinando as consequências da negação do antagonismo. Para Mouffe, o consenso racional colocou o pensamento democrático no caminho equivocado, pois no lugar de desenhar instituições que reconciliariam os interesses e valores em conflito, os teóricos democráticos deveriam promover a criação de uma esfera pública de luta agonista, onde se podem confrontar diferentes projetos políticos hegemônicos.

A incapacidade de perceber de modo político os problemas da sociedade é um dos grandes problemas da atualidade. E para Mouffe, tal incapacidade se deve, em grande medida, à hegemonia

* doutorando em Ciência Política pela UFSCAR; bolsista FAPESP.

do liberalismo e sua negação do antagonismo. O pensamento liberal é caracterizado pelo enfoque racional e individual, impedindo o reconhecimento da natureza das identidades coletivas.

Atualmente, existem dois paradigmas liberais principais: o *agregativo*, que concebe a política como o compromisso entre diferentes forças em conflito na sociedade; e o *deliberativo*, influenciado pelas análises de Jürgen Habermas (2003), que aspira vincular moralidade e política através da substituição da racionalidade instrumental pela comunicativa, criando no campo da política um consenso moral-racional mediante a livre discussão. Criticando o viés liberal de Habermas e influenciada pelas ideias de Schmitt (1998), Mouffe acredita que o desafio para a política democrática consiste no impedimento do surgimento do antagonismo mediante um modo diferente de estabelecer a relação nós/eles. O antagonismo não pode ser erradicado; deve ser transformado, possibilitando uma forma de oposição.

Para haver uma forma de oposição nós/eles compatível com a democracia pluralista, deve existir vínculo entre as partes em conflito, sem considerar os oponentes como inimigos a ser erradicados. Os oponentes não podem ser considerados estritamente como competidores ou se reconciliarem através da deliberação. Então, para sustentar a permanência da dimensão antagônica de conflito, deve-se considerar outra relação: o agonismo.

O agonismo estabelece uma relação nós/eles cujas partes em conflito reconhecem a legitimidade de seus oponentes, que se percebem como pertencentes à mesma associação política, compartilhando um espaço simbólico comum dentro do qual o conflito tem lugar. Por isso, o termo *adversário* é crucial para a política democrática, pois permite transformar antagonismo em agonismo. E na luta agonista o que está em jogo é a configuração das relações de poder em torno das quais se estrutura uma determinada sociedade: é uma luta entre projetos hegemônicos opostos que não podem reconciliar-se racionalmente.

De acordo com Mouffe, a maioria dos teóricos liberais se nega a admitir a dimensão antagônica da política e o papel de construção das identidades políticas. Mas uma democracia correta exige o enfrentamento entre posições democráticas legítimas, o que deve proporcionar formas de identificação coletivas. Nesse sentido, os antagonismos devem adquirir uma forma agonista, que não deve ser concebida em termos da oposição amigo/inimigo; e, se o consenso é necessário, também é essencial o dissenso.

Outro enfoque que procura eliminar a política adversarial é a teoria da modernização reflexiva de Beck (1997) e Giddens (1997). Com a globalização e os processos de individualização, as identidades coletivas foram solapadas e os partidos políticos perderam sua centralidade. A solução, então, seria a criação de fóruns cujos especialistas, políticos e cidadãos buscariam um consenso sobre os modos de estabelecer formas possíveis de cooperação mútua, e onde haveria a necessidade de uma confiança validada democraticamente através da transformação dos sistemas de especialistas em esferas públicas, nas quais os conflitos de interesse poderiam ser resolvidos mediante o diálogo público. O principal argumento de Beck e Giddens é que nas sociedades pós-tradicionais já não encontramos identidades coletivas construídas em termos de nós/eles, pois os partidos políticos perderam relevância. Por isso, o modelo adversarial de política se tornou obsoleto e descartável. E ao declarar o fim de tal modelo, o enfoque de Beck e Giddens excluiu a possibilidade do agonismo em conflitos políticos¹. No entanto, para Mouffe (2009), a noção de adversário é central para pensar a política democrática. E a diferença fundamental entre a perspectiva dialógica e a agonista é que o objetivo desta última é a profunda transformação das relações de poder existentes e o estabelecimento de uma nova

¹ Giddens (2002) vincula a tese da modernidade reflexiva à estratégia política com a política da Terceira Via, cujo objetivo é a criação de um novo estado democrático que atue em cooperação com a sociedade civil. No entanto, tal política ressalta a natureza não-conflitiva, eliminando a dimensão do antagonismo do político.

hegemonia. Sendo assim, a democracia requer a transformação das estruturas de poder existentes, distinguindo categorias de antagonismo (entre inimigos) e agonismo (entre adversários) e concebendo um consenso conflitual entre oponentes.

Uma das principais maneiras de demonstrar as consequências da não-existência de uma forma agonista de conflito é através do fortalecimento dos partidos populistas de direita e do terrorismo. Com relação ao populismo de direita, sua expansão ocorreu em circunstâncias nas quais as diferenças entre os partidos políticos tradicionais se tornaram muito menos significativas do que no passado. Como consequência da vitória do populismo de direita em alguns países europeus², a oposição nós/eles se construiu segundo as categorias morais de “bem” versus “mal”. Portanto, segundo Mouffe, os antagonismos políticos estão sendo formulados em termos de categorias morais. E quando os oponentes são definidos em termos não-políticos, não podem ser concebidos como adversários, mas como inimigos. Já no plano internacional, desde 2001 houve a multiplicação dos ataques terroristas. Com a exclusão da possibilidade da participação direta e formalizada no sistema internacional, diversos indivíduos e grupos vêm recorrendo à resistência cívica. Mais uma vez, o problema se encontra na negação da dimensão do político e na ideia de que o objetivo da política é estabelecer o consenso em um único modelo, impedindo a possibilidade de dissenso legítimo.

Sendo assim, o fim da ordem mundial bipolar não conduziu a um sistema mais harmonioso, mas a explosão de novos antagonismos. E como escapar desse círculo vicioso? Para Mouffe, é necessário romper com a convicção de que as sociedades ocidentais possuem o melhor regime e que têm a missão

² Na Áustria, por exemplo, o consenso no centro se estabeleceu pouco depois da Segunda Guerra Mundial mediante a criação de uma grande coalizão entre o conservador Partido do Povo (ÖVP) e o Partido Socialista (SPÖ). E com a vitória de Jorg Haider, vários países passaram a demonizar a extrema direita austríaca.

civilizadora de universalizá-lo³. E isso somente seria possível através da criação do modelo agonista de conflito, da negação do modelo cosmopolita e em favor de uma ordem multipolar.³

O modelo cosmopolita exerceu forte influência na universalização da democracia. De acordo com Held (1995), é necessário que a democracia se torne global, através da criação de instituições internacionais – tais como o direito – inseridas em comunidades de Estados. Mas a implementação da ordem cosmopolita resulta na imposição global do modelo democrático liberal. E crer na possibilidade do cosmopolitismo com cidadãos com os mesmos direitos e obrigações é uma ilusão perigosa, pois tais pressupostos se caracterizam pela negação do político. Dessa maneira, para Mouffe, é necessário uma ordem mundial multipolar⁴.

A política democrática não deve superar a discriminação nós/eles mediante o consenso, mas consiste em ativar uma confrontação democrática, onde a noção de antagonismo desempenha um papel central. Em linhas gerais, o antagonismo é a impossibilidade da constituição objetiva e necessária de uma totalidade discursiva, pois existe a presença de um discurso antagônico que impede essa constituição plena. Portanto, o ponto

³ Novamente, Mouffe critica Habermas, que busca estabelecer a natureza racional da democracia liberal e sua validade universal, sendo que toda oposição é considerada como um símbolo de irracionalidade e atraso moral.

⁴ O modelo cosmopolita exerceu forte influência na universalização da democracia. De acordo com Held (1995), é necessário que a democracia se torne global, através da criação de instituições internacionais – tais como o direito – inseridas em comunidades de Estados. Mas a implementação da ordem cosmopolita resulta na imposição global do modelo democrático liberal. E crer na possibilidade do cosmopolitismo com cidadãos com os mesmos direitos e obrigações é uma ilusão perigosa, pois tais pressupostos se caracterizam pela negação do político. Dessa maneira, para Mouffe, é necessário uma ordem mundial multipolar.

fundamental para o entendimento da relação antagônica é que ela ocorre entre um exterior constitutivo que ameaça a existência de um interior.

O projeto político de Mouffe defende a transformação das relações antagônicas em agônicas e a superação da relação entre inimigos para uma relação entre adversários, já que as relações de poder são constituintes da política. O ponto fundamental da noção de agonismo não é a competição ou a disputa, mas a existência de regras onde os adversários lutam a partir de um ponto comum, de modo que a disputa não ocorra com a finalidade de destruir o oponente, mas pela legitimidade de um discurso em detrimento de outro.

Referências:

- BECK, U. *The Reinvention of Politics: Rethinking Modernity in the Global Social Order*. Cambridge: Polity Press, 1997.
- GIDDENS, A. *Más Allá de La izquierda y La derecha*. Madrid: Cátedra, 1997.
- _____. *La tercera vía*. Madrid: Taurus, 2002.
- HABERMAS, J. 2003. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HELD, D. *Democracy and the Global Order*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- MOUFFE, C. 2009. *En torno a lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- SCHMITT, C. 1998. *El concepto de lo político*. Madrid: Alianza.

**SASSEN, SASKIA. SOCIOLOGIA
DA GLOBALIZAÇÃO. PORTO ALEGRE.
EDITORA ARTMED. 2010.**

POR UMA SOCIOLOGIA DA GLOBALIZAÇÃO

*Gisele Maria Ribeiro de Almeida**
*Lidiane M. Maciel***

Saskia Sassen é uma socióloga holandesa, atualmente professora da Universidade de Chicago, cujos trabalhos buscam analisar a dinâmica que reproduz a economia global e suas repercussões. Escreveu cerca de dez livros sobre essa temática, mas suas obras quase não foram traduzidas e editadas no Brasil. Exceção é o livro “As cidades na economia mundial” que foi lançado pela Studio Nobel em 1998 e agora em 2010, o seu penúltimo livro chamado “Sociologia da Globalização” foi publicado pela editora Artmed.

Segundo a autora, o livro “Sociologia da Globalização” foi “encomendado” por Jeffrey Alexander e objetiva contribuir para a compreensão do fenômeno da globalização e sua complexidade. Para dar conta desta tarefa, apresenta uma agenda de pesquisa e propõe caminhos analíticos para os estudos acerca da

* Doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
– Unicamp.

** Mestranda em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
– Unicamp.

globalização, particularmente no que tange ao campo disciplinar da sociologia.

O livro é de alguma forma uma compilação das ideias apresentadas em outras obras da autora, assim alguns capítulos podem parecer redundantes ao leitor que conhece sua obra. No entanto, a revisão de seus argumentos traz contribuições importantes para um olhar sociológico atento a certos fenômenos contemporâneos que na maior parte dos casos se apresentam como efêmeros demais para serem captados pelo conhecimento científico. O livro de Sassen se propõe a enfrentar esse desafio e sugere elementos a serem considerados por uma “sociologia da globalização”.

Além da introdução, bastante clara aos seus propósitos, a obra tem sete capítulos. No capítulo intitulado “Elementos para uma sociologia da globalização”, que abre a discussão, a autora apresenta críticas aos estudos sobre o global, seu argumento principal é que via de regra tais estudos incorporam noções equivocadas de lugar e de escala, por não reconhecer que a realidade da mundialização erigiu novos escalonamentos superpostos, de forma que falar em subnacional ou supranacional de maneira estanque não faz mais o menor sentido.

Portanto, para considerar a globalização de um ponto vista crítico, a autora insiste na importância de se considerar o papel de esferas tipicamente nacionais na formação do sistema global. As cidades globais são para Sassen a melhor evidência de que as escalas não têm mais hierarquias rígidas, isso porque estas cidades oferecem condições locais para o funcionamento de instituições de atuação e alcance global, como os mercados de capitais.

Assim, para a autora, no âmbito das Ciências Sociais, não reconhecer que o modelo das hierarquias escalares implodiu pode ser um entrave analítico nas pesquisas sobre a globalização, e uma das evidências deste problema seria demonstrada pela falta de uma postura mais crítica, capaz de historicizar a escala do nacional, e que normalmente tem resultado em uma percepção rígida desta dimensão e impedido uma compreensão adequada

deste processo global nas discussões elaboradas até o momento pela área disciplinar.

Avançando nesta perspectiva, Sassen discute em seguida o “lugar” do Estado no cenário da globalização e seu argumento central questiona o papel passivo que esse teria assumido na nova ordem mundializada. Ao contrário, para ela o Estado-Nação tem uma posição estratégica na globalização sendo, portanto, essencial que uma sociologia da globalização supere a visão analítica usual, que “enxerga” apenas o enfraquecimento deste frente aos processos globais.

O papel do Estado para a autora é primordial porque cabe a ele regulamentar a desregulamentar processos e prerrogativas. Desta forma, há um reposicionamento do Estado no campo de poder e a reconfiguração de sua atuação. Com isso, Sassen não ignora o funcionamento de uma geografia do poder, a força dos Estados não é homogênea, de forma que a orientação e a definição destas regulamentações e desregulamentações cabem aos mais poderosos.

As consequências disso para uma sociologia da globalização é que pela dinâmica do capitalismo global o dualismo entre Estado e Mercado deixa de existir, dado que as exigências do mercado são incorporadas pela institucionalidade estatal, temos então, como cita a autora “a formação de uma nova ordem institucional privada ligada a economia global” (p. 32)

Para Sassen, essa conjuntura econômica e institucional está localizada nas cidades globais, que se constituem em lugares estratégicos para a reprodução da economia global, o que significa a exigência de uma materialidade, que está sediada nesses espaços nacionais específicos. É importante frisar que isso ocorre porque a reprodução do capitalismo global é complexa e essa complexidade repercute em demandas materiais e locais dentro de uma “geografia estratégica” que engendra as cidades globais. Estas cidades revelam tanto o processo de desnacionalização quanto o enraizamento local e material da globalização, voltando ao seu argumento de que a globalização realiza uma ruptura com a usual hierarquia de escala.

Por isso, para a autora, as cidades globais e a rede que elas formam são pontos vitais na agenda de pesquisa de uma “sociologia da globalização”; isso porque é através das cidades globais e da rede que as conectam que a economia global é administrada e, portanto reproduzida. Segundo Sassen, as grandes cidades reconfiguram a nova ordem social e funcionam como uma “estrutura complexa” capaz de alinhar os processos atualmente denominados de transfronteiriços. Assim, ao discutir a cidade global, Saskia Sassen propõe a recuperação do “lugar” e suas “práticas sociais” pela sociologia da globalização.

O capítulo seguinte “A criação de migrações internacionais”, aborda as migrações internacionais como parte da dinâmica social desenvolvida nas cidades globais. A mão de obra imigrante é uma categoria transnacional importante na vida cotidiana da cidade global; um local no qual os imperativos globais que a atingem, acabam por transformá-la em “uma zona de fronteira para um novo tipo de relação” (p. 107).

As migrações internacionais já eram objeto de reflexão da autora em livro anterior. Em “*The Mobility of Labor and Capital: a Study in International Investment and Labor Flow*”¹ editado pela Universidade de Cambridge em 1988, Sassen demonstrou o equívoco das análises voltadas à compreensão do fenômeno migratório, que se mantêm limitadas aos condicionantes da origem (como superpopulação, pobreza e estagnação econômica) e por isso pensam o fenômeno das migrações internacionais por uma ótica nacional. Sua proposta é que a compreensão destes fluxos exige que se contemplem fatores internacionais. Ao mesmo tempo em que Sassen reconhece que estes fatores de expulsão possam gerar pressões migratórias, isso não levaria à migração em larga escala necessariamente. É preciso, como aponta, que hajam outros efeitos catalizadores da migração. No caso, estes efeitos resultam na formação de vínculos entre os países, como

¹ Há uma tradução para o espanhol. SASSEN, Saskia. La movilidad del trabajo y del capital. Madri: Ministério de Trabajo y Seguridad Social, 1993.

os investimentos estrangeiros e a presença de empresas multinacionais.

Opondo-se a uma visão econômica e unilateral explicativa do fenômeno, Sassen reconhece o peso das representações ideológicas e os impactos para a subjetividade dos imigrantes neste cenário², sejam elas criadas pelas conexões coloniais e neocoloniais, ou pela exposição diária a propaganda do mundo global que atingem diversas populações nos mais longínquos recantos. Ou seja, não necessariamente são os países mais pobres que tem ou terão emigrantes, como seria pela ótica teórica da “atração versus repulsão”, mas sim aqueles nos quais houve investimentos estrangeiros e nos quais a cultura ocidental teve mais proeminência, ou seja, a questão é “como a globalização encurta a distância material e subjetiva entre o país de origem e destino” (p. 114).

Neste livro, Sassen recoloca suas críticas em relação às abordagens clássicas que supervalorizam os fatores de expulsão na origem. Seu objetivo é demonstrar como e quando as migrações contemporâneas são influenciadas particularmente pela globalização, enfim quais os fluxos que realmente poderiam ser vistos como estimulados por ela, dado que as migrações internacionais já existiam antes da emergência do capitalismo global. Além da importância da variável “subjetividade do imigrante” anteriormente mencionada, a autora reconhece a singularidade que pode se manifestar em cada fluxo em particular; no entanto, metodologicamente sua sugestão é buscar as tendências gerais, capazes de revelar os efeitos da globalização econômica e cultural sobre estes deslocamentos humanos. Em outras palavras, a autora menciona por exemplo que há sem dúvida o peso da herança colonial em vários processos migratórios

² “Guests and aliens” é um livro de Sassen que saiu pela editora New Press de Nova York em 1999. Nesta obra, a autora apresenta um panorama histórico das migrações internacionais na Europa nos últimos dois séculos. Seu objetivo encontrar nesta reflexão elementos que podem municiar o debate norte-americano sobre o assunto.

destinados à Europa, mas sua ênfase está no reconhecimento das “novas” dinâmicas que conectam esses locais de origem e destino dos migrantes. Os elos de ligação podem de fato ser anteriores a esse processo, mas seu argumento é que diante da globalização acabam por ser reconfigurados ou mesmo restabelecidos. Aponta também a possibilidade da instauração de ligações totalmente novas, engendradas no interior da dinâmica global. A tarefa então é identificar como e porque isso acontece, em ambos os casos.

Nessa nova etapa migratória, o agenciamento e a exportação organizada de trabalhadores ganha importância na medida em que sustenta a reprodução do capital global, pela formação de uma classe de trabalhadores internacionais mal remunerados e que representa uma importante fonte de divisas para muitos países, geradas pelas remessas direcionadas as famílias que ficam. As redes que se formam seja no recrutamento legal de trabalhadores, seja no tráfico de pessoas, criam novas dinâmicas fundamentais porque viabilizam que a migração internacional se torne uma possibilidade real para muitos indivíduos que outrora não a vislumbrava como alternativa de sobrevivência. A “criação” das migrações internacionais estabeleceu, para além das velhas e novas conexões econômicas, novas formas de conexões e, sobretudo de dependência entre os países.

Assim, caminhando para última parte do livro, Sassen, apresenta a problemática das classes globais, que em alguma medida toca a temática das migrações internacionais. A autora buscou compreender a emergência destas classes pelo referencial sociológico e, na sua avaliação, o conceito de classes sociais não está perdendo significado heurístico. Ao contrário, pode estabelecer caminhos analíticos profícuos na discussão de como práticas e culturas específicas assumem relevância nos mecanismos de funcionamento da estrutura econômica mundializada.

Para a autora as classes ainda são entendidas enquanto forma de agregar grupos sociais, e devem ser pensadas a partir de critérios objetivos e subjetivos. Sassen identificou três classes globais: as elites transnacionais, as redes transnacionais formadas

por autoridades governamentais e a classe global de trabalhadores desfavorecidos e ativistas engajados em organizações da sociedade civil global. A hipótese da autora é que apesar da aparência, tais classes não são cosmopolitas, todas elas de uma forma ou de outra estão localizadas e informadas por contextos particulares, pelos governos nacionais ou ainda por microestruturas presentes no cotidiano. Em resumo, estas classes são reconhecidas como forças sociais emergentes com capacidade de influenciar a política governamental nacional. Mais uma vez, as questões que envolvem as escalas cruzadas e o enraizamento local são retomadas como inerentes à reprodução do capital global.

Frente às classes globais e sua posição intermediária entre o local e o global, Sassen também vislumbra a ação dos atores locais na política global, e dedica a penúltima parte do livro a esses atores, ao refletir sobre a presença deles nas esferas públicas nacionais e global. Apesar do aparente paradoxo, para a socióloga isso ocorre em função da maior permeabilidade da arena política internacional, que teria sido resultado dos efeitos da própria globalização e das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

A infraestrutura criada pelo capitalismo global deixa de funcionar apenas servindo à reprodução desta ordem global, para permitir que afluam atores e lutas engajados em questioná-la. Estes “atores globais” que emergem estão situados em localidades específicas, mas compõem redes sociais e esferas públicas de âmbito mundial. Como resultado, estes atores que são locais pelas lutas que travam e pelo espaço que os circundam acabam por integrar lutas e espaços transfronteiriços. Há um processo semelhante à constituição das cidades globais e da rede por elas criadas, no entanto cabe distinguir, de acordo com Sassen, que as novas práticas e técnicas políticas engendradas pelas TICs viabilizam a atuação de áreas periféricas, processo que pode impactar a geografia do poder estabelecida. A política local que a priori estaria enfraquecida no contexto da globalização pode, diante deste cenário, ser potencializada, assim como significados e imaginários globais podem aí se difundir e daí emergir.

O último capítulo dedica-se a “fechar” a discussão, pois apresenta uma reflexão sobre como estas “novas” formações globais se articulam aos desafios de uma agenda de pesquisa relativa ao campo da sociologia em particular, e que é afinal de contas a preocupação que norteou a obra. O cerne, a partir da qual se desenrola a argumentação da autora, é a noção de fronteira. Das fronteiras nacionais a contextualizadas, nas quais as demarcações geográficas simplificadoras dão lugar a “outras instituições e envolvem mais locais do que sugerem as representações comuns” (p. 179). Para Sassen, os processos de globalização foram responsáveis por criar novas fronteiras, redefini-las ou resignificá-las. Se até então o nacionalismo metodológico foi norteador das análises sobre geopolítica nos últimos séculos, a nova realidade impõe reformulações, na medida em que a noção de fronteira perde sua singularidade restrita ao Estado-Nação para abarcar novas formações, nas quais as fronteiras podem ser eliminadas como no caso do mercado de capitais, fortalecidas como no maior controle do fluxo de pessoas, ou ainda ampliadas como se verifica nos tratados e instituições internacionais.

Apreender os espaços virtuais e suas potencialidades enquanto práticas e culturas recolocam os desafios para o manejo de noções como fronteira, escala e lugar, ao mesmo tempo em que neste arranjo se define o objeto de uma sociologia de espaços digitais globais que colocam novos atores sociais na arena política da globalização.

Portanto, é trazendo à baila esse caleidoscópio que se forma pelo entrelaçamento destas complexas questões é que Sassen propõe uma agenda de pesquisa para uma sociologia da globalização. As temáticas por ela selecionadas foram gestadas pela dinâmica global desenhada nas últimas décadas. A contribuição teórica da autora para uma sociologia da globalização propõe uma leitura revisitada dos aspectos que ao seu ver compõem os desafios analíticos atuais como, por exemplo, a necessidade de rever a noção de hierarquia bem como do relacionamento que se estabelece entre as esferas hierárquicas

presentes. A recuperação do local e do nacional nas análises sobre o global situa-se como a dimensão que melhor exemplifica a proposta apresentada por Saskia Sassen neste livro, pois a partir deste novo entendimento do global é que para ela se revelam as perspectivas analíticas que podem de fato viabilizar um entendimento do fenômeno em questão.

ENTREVISTA: REVISITANDO O “CAMINHO DA CIDADE” COM EUNICE RIBEIRO DURHAM

*Lidiane M. Maciel**

Nesta edição da *Idéias* – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas –, que apresenta o dossiê “Migrações”, temos a honra de publicar uma entrevista realizada em fevereiro deste ano com a simpática Profa. Dra. Eunice Ribeiro Durham, antropóloga, dona de um extenso e brilhante currículo marcou positivamente a produção acadêmica brasileira com seus trabalhos sobre família, migração e movimentos sociais nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Atualmente, é pesquisadora e membro do Conselho do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (NUPPS). Nesta entrevista, Eunice Durham nos relewa um pouco dos bastidores de suas pesquisas e retoma alguns temas presentes em sua obra *“A caminho da cidade”*, publicado em 1984.

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Unicamp, atualmente desenvolve pesquisa sobre as migrações rurais no contexto do agronegócio no interior de São Paulo. Pesquisa vinculada ao Projeto Temático da FAPESP “Observatório das Migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno migratório no Estado de São Paulo” (NEPO/UNICAMP) coordenada pela Profa.Dra.Rosana Baeninger.

Agradeço a leitura atenciosa de Tatiana Barbarini que muito contribuiu para a edição e revisão dessa entrevista.

Lidiane Maciel: Em muitos trabalhos, aos quais a professora dedicou-se ao longo de sua carreira acadêmica, encontrarmos uma crítica aos trabalhos que separam pesquisas quantitativas de pesquisas qualitativas e, se tratando de migração, perguntamos: qual é a importância atribuída pela senhora à junção desses dois tipos de pesquisa para a análise desse fenômeno social?

Eunice Durham: Não só se tratando de migração, pois todas às vezes que se trabalha com uma categoria ampla de pessoa é necessário considerar as duas abordagens (aliás, mesmo se tratando de um grupo restrito, não é?). Mesmo uma abordagem quantitativa surge de uma pré-abordagem qualitativa, e na volta ao campo é aplicado o questionário estruturado, essa abordagem te dá uma base empírica mais forte, porque a simples interpretação do que é importante ou não, do que é repetitivo ou não, sofre muita interferência da subjetividade do pesquisador. Eu não tenho nada contra a subjetividade. Eu acho que ela é um instrumento válido de pesquisa, mas também esse contraponto é um controle necessário sobre as variáveis principais com as quais a gente tem que trabalhar. E como eu me lembro, no trabalho etnográfico tradicional da escola britânica, inicialmente eles fazem um recenseamento, pois você tem que contar a população com a qual vai trabalhar, fazer uma seleção, ver quais os elos, as famílias, os parentes, as outras formas de associação. Começamos sempre a pesquisa com o dado demográfico. A demografia é muito importante quando se trabalha com sociedades complexas.

Lidiane Maciel: Alguns pesquisadores consideram que muitas vezes os números são tomados de maneira alegórica. Tem-se certo fetichismo relacionado ao número ao tentar avaliar se o fenômeno é significativo ou não...

Eunice Durham: Quando o grupo é muito pequeno, se você não tem uma referência maior, qual é a representatividade disso? Se há um grupo que é muito maior, por exemplo, um grande número de pessoas mancas, bom, isso vai dar uma significância

ao grupo, mas para entender o grau de singularidade, você precisa saber alguns números, como o número de incidência dos defeitos anatômicos da população, por exemplo. Bem, se você descobrir se é 5 ou 75 por cento, saberá a peculiaridade do grupo. Mesmo quando eu estudava pequenos grupos, considerava que colocá-los dentro de uma visão demográfica maior era sempre necessário.

Lidiane Maciel: Considerando o modo como foi feito o trabalho que originou o livro “A caminho da cidade”, eu fiquei me perguntando quais eram os desafios da organização de uma pesquisa que pretendia integrar três momentos: o momento anterior à migração, o processo e a integração desses indivíduos no novo espaço...

Eunice Durham: A pesquisa foi feita com uma amostra, foi uma parte da pesquisa do Darcy Ribeiro, que sempre tinha umas idéias luminosas, nem sempre muito bem executadas, mas de qualquer forma ele tinha. Ele estava convencido da importância do processo de urbanização do país e da industrialização, então fez uma grande pesquisa interdisciplinar, eu fiquei com a parte antropológica, então tirei uma subamostra de migrantes rurais, a partir da qual realizei as entrevistas. Então, ela não é o grupo, um lugar, um pedaço, é resultante de trabalho quantitativo, onde não há relações espaciais e muitas poucas relações estabelecidas entre os indivíduos entrevistados. Não é muito usual essa abordagem, mas como eu tive que trabalhar dentro do projeto, e o material disponível era esse, o tipo interpretação foi bastante diversa, a unidade que eu tomei não era o migrante, mas o migrante dentro de seu grupo doméstico, de relação, no processo migratório, era esse o dado possível captar. Eu acho que não encontrei nenhum migrante isolado, todos tinham algum laço familiar, ou de amizade, de parentesco. Eu alarguei a unidade de análise do migrante para seu grupo doméstico e depois para um grupo maior.

Lidiane Maciel: Nesse momento, quais eram seus interlocutores, os intelectuais com os quais a professora mantinha diálogo?

Eunice Durham: A Ruth Cardoso e os antropólogos da escola britânica, e tinha minha experiência anterior com os migrantes italianos. Então eu utilizei pouco uma abordagem que focalizasse um grupo de relações: mesmo uma abordagem sobre o público do circo, você tem lá certo momento em que todos estavam reunidos, já meus migrantes nunca se reuniam, então eu faço um trabalho de redes, a partir de pontos isolados para saber como eles constroem relações, redes sociais, e o dado que era fundamental é que a migração se dá dentro de um mapa social e não puramente num mapa geográfico, algo que ninguém ainda havia dito. Depois se acostumou com essa ideia, mas acho que fui eu que defini essa ideia da migração ocorrendo dentro de um espaço geográfico socialmente demarcado. Há sempre uma relação pessoal que estabelece esse ponto de migração e de localização.

Lidiane Maciel: Quando a professora referencia as relações sociais, me vem à cabeça uma leitura que é feita do “A Caminho da Cidade” que o coloca ao lado dos estudos macroestruturais e econômicos sobre migrações, como o trabalho realizado pelo Paul Singer, principalmente naquele texto “Migrações: considerações teóricas sobre seu estudo”, publicado na coletânea organizada por Hélio Moura (1980)¹.

Eunice Durham: Numa análise economicista, você tem que trabalhar com outro instrumental teórico, aquele utilizado pelos economistas (e mesmo os sociólogos trabalharam com uma abordagem economicistas). Já a abordagem antropológica é outra coisa, eu tento defini-la como sendo a maneira como as pessoas vivem o processo, então não é simplesmente o mapa do processo, como abstração, mas é a experiência das pessoas que estão vivendo o processo. Assim, uma abordagem economista não cabe. Outro problema importante daquele tempo com que tive que me defrontar foi a influência do marxismo nas ciências sociais. Eu não estava trabalhando com classe, mas sim com uma população

¹ MOURA, Hélio A. Migrações Internas: Textos. Selecionados. Fortaleza BNB, 1988.

em geral pobre. Como isso não acontecia na maior parte dos estudos que eu fiz, não dava para adotar uma abordagem marxista, pois não era o proletariado. Eu estava trabalhando com migrantes, e eles eram uma porção de coisas: *Lumpen proletariado* de um lado, proletariados de outro, em diferentes momentos da vida eles arranjam emprego em fábricas e em outros recebiam o Fundo Salarial, abriam um pequeno negócio e, quando iam à falência, iam trabalhar com outra coisa. Há uma mobilidade dessa população, que vem do campo e tem certas características culturais, mas que em grande maioria viviam em uma situação de pobreza, de pouca escolaridade. Isso dá pobre, e não propriamente classe. Outros já tinham melhorado de vida, se inseriam na classe média, embora muito pouco. O pessoal que eu peguei dessa amostra era realmente muito pobre, mesmo sendo uma amostra muito bem definida, aleatória entre os bairros, o migrante rural que caía nessa amostra era pessoa desse tipo. Logo, nessa minha amostra, eu visualizava o processo de migração, que é um fenômeno que está ocorrendo em grande escala na população e está ligado ao processo de urbanização. Desse modo, os dados demográficos, de localização, de como se dava a migração, bem, não havia muitos dados sobre a migração do campo para cidade, mas havia dados sobre a região da qual vinham os migrantes: não eram necessariamente os migrantes rurais, mas vejo que parece ser a mesma coisa, há uma trança de vem e volta para cidade, então era um processo de migração que ocorria no Brasil inteiro, e que se concentra e era muito visível em São Paulo. Então, o tema era como os migrantes realizavam esse processo, como eles o vivenciavam, e como lhe davam significado, ou valor. Embora seja importante a caracterização econômica, em níveis de pobreza, os migrantes não eram camponeses e, em consequência, logo de início, a minha pesquisa não se incluía numa abordagem marxista, pois eles não eram operários, não eram revolucionários, não havia categoria de emprego que os definissem. Então, o economicismo vem da importância dos dados econômicos, o que eu mostro muito bem na investigação do que é “melhorar de vida” que significa também – mas não somente – uma melhoria econômica.

A categoria “melhoria de vida” que é a forma pelo qual o desejo e a escolha pela migração surgem é uma coisa que deve ser estudada dentro de seu significado.

Lidiane Maciel: É comum verificar que a noção de “melhorar de vida” esteja atrelada à questão do consumo, porém sabendo que essa noção não deve ser reduzida a essa ordem somente, como devemos analisar essa questão tão presente na fala dos migrantes?

Eunice Durham: Bem, o consumo é muito importante, a questão do “melhorar de vida” é a formulação no geral. Mas aí pode haver motivações mais detalhadas. Isso se dava, por exemplo, naquele outro trabalho em que analiso a questão da periferia², não em São Paulo, mas em outras cidades, por exemplo, encontrávamos as motivações direcionadas à saúde, à procura de um serviço público: é claro que há um fundamento econômico dentro de outro contexto, da existência ou não do serviço de saúde, ou o de educação, a escola para o filho, uma vez que a migração, principalmente da zona rural para cidade mais próxima, é muito marcada pelo objetivo de dar escola para os filhos.

Lidiane Maciel: A escola também representava a possibilidade de ascensão social geracional?

Eunice Durham: É, começa a existir a partir dessa época a ideia de que a escolarização é necessária, é claro que não aquela que leva o filho para universidade, mas que era necessária uma escolarização básica para melhorar de vida. Isso me parece uma consciência clara, ao passo que esses migrantes vinham de zonas de economia tradicional. E como eu já havia trabalhado como essa temática no Catulé³, fui percebendo que havia coisas muito

² DURHAM, Eunice. A sociedade vista da periferia. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, 1:84-99,

³ DURHAM, Eunice Ribeiro; Omar, Ribeiro Thomaz (Org.). A difusão do adventismo da promessa no catulé. In: A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia. Unicamp. 2004.

comuns na população. Então, o método da pesquisa envolvia a realização de entrevistas abertas com o roteiro e anotações sobre o que reaparecia constantemente. Isso me levou a fazer um capítulo sobre a família rural, na qual colocava, pela primeira vez nas análises, que a família rural não era a família patriarcal, pois aí era fácil perguntar e as respostas vinham com elementos muito comuns: isso que é, digamos, extraordinário e é o elo que permite fazer uma interpretação generalizada, o fato de existirem experiências comuns dentro de um processo que afeta uma população que tem, em grande parte, uma origem semelhante, embora de diferentes regiões do Brasil, com perspectivas limitadas, mas de certa forma ainda amplas de localização na cidade. Em termos de integração outra questão fundamental era o emprego, então o projeto de vida envolve a escolarização dos filhos, mas aí o elemento principal é a ocupação, então reconsidero o aspecto econômico.

Lidiane Maciel: Sobre a integração desse migrante na cidade, a professora ainda cita no livro “A caminho da cidade” a necessidade do abandono das antigas estruturas tradicionais de existência para a inserção nos novos espaços sociais (e considerando os estudos de migração que desenvolveram-se desde então, como os estudos do professor Odair da Cruz Paiva⁴ que, de modo interessante, coloca a recriação de certos espaços sociais, como Sertão em terras longínquas, no caso dos nordestinos em São Paulo), pergunto à professora se para além do abandono dessas perspectivas sociais tradicionais havia espaço para recriação?

Eunice Durham: É, eu não diria abandono, mas pontuo como transformação, pois muita coisa é utilizada no novo contexto, como as relações sociais e a manutenção frequente, não sempre com o lugar de origem, e isso é algo muito interessante porque a migração afeta o lugar de origem e não só a localização de destino.

⁴ PAIVA, Odair da Cruz. Caminhos cruzados: a migração para São Paulo e os dilemas da construção do Brasil moderno nos anos 1930/1950. Edusc. 2004.

Na minha opinião, há uma reutilização dos laços de vizinhança, parentesco e compadrio. O compadrio não é recriado da mesma forma na cidade, mas as relações de compadrio que eles trazem, essas sim são importantes. Então, ele vai desaparecendo como forma institucional de relações, vai perdendo importância, mas as relações de compadrio são muito importantes para os migrantes se localizarem. Por exemplo, a chegada: primeiramente, o migrante tem que achar o lugar para ficar. Você tem, certamente, migrantes que vêm “soltos”, mas esses não dava para pegar pela amostra, pois ela só me dava pessoas por residência. Os moradores de ruas, as pessoas que ficavam na estação e não tinham para onde ir, esse pessoal não dava para pegar. Então, essas eram as limitações da própria amostra. Quero dizer que os migrantes, quando chegam à cidade, têm um endereço à procurar. Porém, ainda tem que se virar para achá-lo, o que é um processo muito penoso de descobrir, perguntar, etc. E depois, há um processo de inserção. Na família que o recebe normalmente alguém vai ser o intermediário desse migrante, um irmão, por exemplo. Essa pessoa é quem dá explicações gerais a ele, às vezes vai junto, e diz “vai lá ‘na’ esquina, pega o ônibus número tal, desce no ponto tal, pede explicação ao condutor”, então é dessa maneira que vai mapeando as rotas na cidade. Essa reorganização do espaço é uma rota de movimentação que ocorre dentro da cidade, basicamente entre o local de acolhimento, e o local de trabalho e também do outros parentes, e depois desse processo o migrante vai estabelecendo outras relações: as relações entre a vizinhança, por exemplo, são importantíssimas, especialmente nesse período em que a condução é muito cara. Esse é um problema para o qual eu não chamei muito a atenção na época, mas é um impeditivo da movimentação, pois é caro e se você tem que tomar dois ônibus para ir à casa do seu irmão, vai visitá-lo poucas vezes. As pessoas vão raramente a um grande centro fazer compras devido às despesas com condução. As despesas para ida ao trabalho têm que ser asseguradas, as crianças têm as despesas para ir à escola também, mas geralmente vão a pé, mas fora isso o lazer ocorre dentro de um espaço mais local.

Lidiane Maciel: Considerando o entrelaçamento entre migração e família, na introdução do livro “A dinâmica da cultura”, a professora pontua muito bem o surgimento da problemática da família em suas pesquisas. Como foi colocar essa temática na pauta das pesquisas em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo?

Eunice Durham: Eu não comecei essas pesquisas colocando a família como objeto. Ela surgiu no meu primeiro trabalho de campo, o Catulé, pois lá tínhamos um grupo rural ligado por laços de parentesco, e outro aspecto que me chamou atenção, embora eu não tenha escrito naquela época, é que todo conflito interno se dava na chegada de uma família estranha: o sobrinho que tinha vindo para São Paulo e depois se converteu a determinado segmento religioso, converteu a família e depois formou um grupo de convertidos. Minha experiência da primeira pesquisa, com os imigrantes italianos, também tinha limites, pois não tínhamos mais nenhuma documentação, tinham queimado toda a documentação naquela época da ditadura, não tínhamos nenhum jornal. Tirando as igrejas de lá que tiveram importância para os italianos e também para os brasileiros, era muito difícil fazer uma abordagem da cultura. Então, eu comecei pela migração fazendo um levantamento, aliás, já havia na época um trabalho muito bom feito por um economista que organizou os dados sobre migração, sobre quando chegaram, para onde foram. Aquilo foi ótimo para localizar a população e, assim, fui reconstituir a história com os imigrantes italianos, sobre quando tinham vindo, como foi, como tinha sido a história deles. Foi aí que apareceu o problema da família. A coisa interessante era que 75 por cento das famílias tinham pelos menos dois avós italianos. Houve uma mudança na população, um processo de ascensão, pois, de trabalhador rural, você tinha donos de indústrias, grandes comerciantes, portanto, meu problema era verificar como houve aquela assimilação, que envolvia uma substituição de população: com a crise do café de dezoito, boa parte dos fazendeiros brasileiros perderam as terras e a população de migrantes tomou conta, em consequência, a população se dispersa, assim como a população

italiana, e fica lá um núcleo. Essa era uma situação muito peculiar que me levou a verificar a história: geralmente eles vinham com a família, iam para roça, para a fazenda de café, e prestavam trabalho à comunidade; além de colheita do café, eles tinham uma roça própria que, quando gerava excedente, tinha seus produtos comercializados. O pai dirigia tudo e os filhos geralmente faziam uma poupança para comprar terras ou para ir para cidade abrir os negócios. Ao contrário dos migrantes nordestinos, eles valorizavam muito o comércio. Eles tinham uma tradição artesanal. Bem, minha família era de lá: meu avô começou como marceneiro, por exemplo, depois abriu uma serraria, uma ferraria e uma porção de coisas. Há muito disso: como o Francisco Matarazzo, que começa a produzir banha e depois tem uma porção de coisas, então, a minha preocupação era entender como se dava tudo isso. E percebia que era um projeto familiar, pois os filhos eram mão de obra, as filhas saíam quando casavam e o pai continuava. Havia então um núcleo familiar de filhos homens e pais, este formava uma unidade de produção que permitia a acumulação.

Lidiane Maciel: Nesse seu trabalho, já eram presentes os trabalhadores volantes, que foram estudados pela Profa. Verena Stocke, no livro, "Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)"⁵?

Eunice Durham: Nesse tempo ainda não tínhamos trabalhadores volantes. Meu avô era um tipo volante, ele trabalhava nas fazendas e, por exemplo, quando era chamado para fazer uma roda d'água, às vezes tinha que rever os maquinários da fazenda, ele ia de fazenda em fazenda, consertava carroças, mobiliários. Aí, ele monta o negócio na cidade para fazer os consertos, não mais na fazenda. Naquele tempo ainda tínhamos volantes, ainda era o sistema de colonato. No caso, as

⁵ STOLCKE, V. Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980). Editora: Brasiliense. Estante: Brasil. Ano: 1986.

pessoas moravam nas fazendas. No caso do meu avô, ele não morava, mais circulava entre as fazendas, ao contrário da grande maioria que morava, plantava com a família. Então, uma ideia que era importante naquele meio é que filhos são valiosos como mão de obra. A família grande vai para frente, pois tem muita gente trabalhando. O que leva a uma melhoria de vida. Bem, isso eles ainda não falavam, mas o que falavam muito nas entrevistas – então eu trabalho muito com o que aparece no campo – é a valorização do trabalho. Todos eles falavam que trabalhavam muito e valorizam esse trabalho, tinham a ideia de que os migrantes internacionais são trabalhadores e os brasileiros vagabundos. É claro que isso não era verdade, então encontrávamos a valorização da família e do trabalho. Cheguei a identificar até quando se tem a ruptura do núcleo familiar e é quando morre o pai e a briga e a separação se dão entre as cunhadas.

Lidiane Maciel: Por que entre as cunhadas?

Eunice Durham: Pois as filhas saem, mas as esposas dos filhos lutam para ficar com a parte maior da herança para os filhos delas. Assim, com a ausência do pai, os laços de colaboração econômica se estreitam e se rompem e isso ocorre geralmente quando há netos. Bem, aí também a mudança na sociedade também estava em curso.

Lidiane Maciel: E a figura da mãe / sogra, não era de poder naquele espaço?

Eunice Durham: Ela é fundamental, ela domina o espaço e a economia doméstica. A manutenção do grupo familiar depende dela, pois ela cozinhou para toda essa gente, fazia roupa, lavava para todo mundo, cuidava dos filhos pequenos: é muito trabalho. Eu me lembro da minha avó italiana... Considero que a “Mamma Italiana” é uma despota do lar. Na dinâmica interna da família, o poder da mulher cresce porque ela domina os filhos, os filhos

homens, que são elementos centrais nessa família: eles são subordinados às mães – no trabalho é ao pai, mas afetivamente a mãe. Então, a mãe é uma manipuladora de primeira linha. Ela forma uma frente em relação ao pai. Por isso eu nunca fui partidária da ideia da mulher sofredora, eu me irritava muito com as feministas nesse aspecto. Na minha vida, eu não conheci nenhuma mulher que fosse sofredora. Bem... Há algumas, mas enfim, a maioria consegue um espaço bastante grande de poder, mesmo as que não trabalham fora, através dos filhos.

Lidiane Maciel: Tendo tido essa experiência com estudos de migração estrangeira e nacional, era possível algum tipo de comparação entre esses fenômenos?

Eunice Durham: Nos migrantes nacionais, nós temos algumas situações diferentes, na agricultura tradicional, quando o filho adulto vai casar, o pai separa uma terra para ele, os laços são muito fortes, mas não há esse estímulo forte de acumulação. Os outros migrantes têm essa sede por acumular, trabalhar para acumular, já nos migrantes nacionais, não tinha essa coisa de acumular e comprar mais terras: os processos que os migrantes nacionais viviam eram de divisão de terra e não de seu acúmulo e os laços de família também eram mais centrados em pais e filhos e grupos de irmãos, e a cooperação, mais de socorro, de auxílio. Bem, também há casos de abrirem um negócio e chamarem os irmãos, mas não era tão comum, havia uma economia doméstica de pais e filhos casados. E depois também, eu pouco encontrei essa importância na poupança e no trabalho. Acho que são valores muito diferentes. A única visão de poupança que eu achei foi por tempo de serviço, mas não é uma poupança que eles fizeram, mas sim uma poupança que vem da lei. Mas eles contavam muito com isso. Era fundamental quando recebiam o Fundo de Pensão pela primeira vez: iam ter algum capital na mão, aí mudavam de emprego, compravam casa, um carrinho de pipoca; esse é um momento de acumulação da casa. Mas o que noto do caso dos

italianos, e nos japoneses ainda mais, é essa acumulação coletiva de pais e filhos.

Lidiane Maciel: É um projeto familiar mais definido?

Eunice Durham: Sim. Por exemplo, nem todos saem para estudar. Frequentemente, esse que sai ajuda a educar os sobrinhos depois, mas em grande parte é um projeto de ascensão familiar, não individual a longo prazo. Os migrantes nacionais tinham uma perspectiva a curto prazo, e nenhuma poupança. Bem, mas nunca fiz esse esforço de comparação, a não ser por inspiração, na formação de hipóteses, mas enfim, talvez se fizesse essa pesquisa comprovaria isso.

Lidiane Maciel: No contexto dos movimentos sociais havia a inserção desses migrantes rurais?

Eunice Durham: Bom, essa história toda dos movimentos sociais é um pouco mais tarde, aí já estava trabalhando com a Ruth Cardoso, e então não estava mais trabalhando com migrantes, mas sim com o movimento e lá tinha alguns migrantes. Já é uma época posterior, pois a época em que estava trabalhando com migrantes rurais e italianos não era de movimentos sociais, e mesmo a sindicalização era muito pequena. Quando se trabalhava com imigrantes italianos na cidade de São Paulo a importância para o movimento sindical era muito grande, mas quando se trabalhava com cidades pequenas não era. A preocupação era abrir uma casa de comércio e, depois, indústria. Alguns chegaram a possuir fábricas de tecidos, entre outras. Entre os italianos, a preocupação estava no trabalho. Se fizéssemos uma análise cultural mais ampla, talvez se percebesse que, para os brasileiros, o trabalho era mais um meio de vida e não tanto como objetivo de vida como para os italianos.

Lidiane Maciel: E, professora, como foi a passagem dos estudos de migração para movimentos sociais e, hoje, universidade?

Eunice Durham: Houve um intervalo, houve um tempo em que eu passei a somente trabalhar com família, pois, como te disse, ela assumiu importância nos dois casos. O primeiro como espaço social da migração, pois os laços familiares eram importantes e depois comecei a trabalhar com a família operária. Mas toda interpretação da minha época era que a família não tinha importância: para os comunistas, a família iria acabar, tinha que ser abolida, e a visão do operário era a visão do sindicato. Para os operários, que fizeram parte de minha amostra de migrantes rurais, as relações familiares eram uma questão fundamental, então eu comecei a trabalhar com a família operária, e aí já orientando trabalhos. Para a sociologia e a antropologia, essa ainda não era uma grande questão, começou a ser logo depois, mas aí eu já estava cansada de estudar esse tema. E, então, comecei a trabalhar com a Ruth, trabalhamos com problemas urbanos, com cidades médias e com periferia. Nessa época, eu já tinha escrito “Família e reprodução Humana”, a qual dialogava com as feministas. Aí surgiu o movimento social.

Lidiane Maciel: Nos anos 1980?

Eunice Durham: É, por volta de 1985, pois esses movimentos começaram já no final da ditadura, quando ela já não era muito pesada e havia alguns espaços vazios, então começamos a trabalhar com esses movimentos sociais juntando a essa temática a questão da periferia, começamos como o trabalho que a Ruth fez sobre associações de bairro. Mas um aluno meu trabalhou com o movimento do catolicismo, e tinha uma parte que eu achava que deveríamos estudar e ficou na periferia de nosso trabalho, que ainda não chamava de movimento social: as organizações de reivindicações. Começamos a lidar com os movimentos sociais, pois boa parte deles estava ligada à igreja, à esquerda da igreja católica, aos movimentos coletivos de construções de casa, ou para obter escola, creches. Eram movimentos de reivindicações, os movimentos surgiram assim com a comunidade de base.

Lidiane Maciel: E como foi a entrada para os estudos sobre a Universidade?

Eunice Durham: Ai, foi uma mudança de rumo completa, meio acidental, não intencional, mas eu fiz muito parte do movimento de fundação da associação de docentes, eu não era membro da diretoria, era a escritã, fazia os comunicados, ia às reuniões e depois escrevia para os jornais. Aí eu descobri que nós fazíamos reivindicações, mas não sabíamos nada de universidade. Foi no movimento que eu me dei conta de que estava lidando com diferentes setores da universidade. Fazíamos reivindicações que não eram salariais, como no sindicato, mas de mudança na universidade, aí eu resolvi estudar, virei uma especialista, e então fundamos o NUPPS, porque achávamos que não dava para participar do movimento sem uma base de pesquisa. A reflexão veio da prática, da política universitária. Bem, aí deixei de estudar família, pois como eu virei *expert*, todo mundo vinha comigo para trabalhar família. Depois cansei, e aí todo mundo vinha comigo para trabalhar com movimento social. Quando eu comecei a trabalhar com universidade, havia poucas pessoas no Brasil se dedicando a essa temática. Comecei com Simon Schwartzman, ele insistia muito que nós fizéssemos um grupo para trabalhar a questão acadêmica, não somente um trabalho ideológico, mas ele queria fazer pesquisa comparada, ideal esse ao qual eu me identifiquei imediatamente, e depois eu comecei a descer para o problema de formação de professores, que é o que eu estou trabalhando, que é a relação central entre universidade como sistema educacional, a formação de professores e o vestibular. Portanto, agora pretendo me dedicar a esses estudos, fazer publicações nessa área.